



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGC

CLAVIANO NASCIMENTO DE SOUSA

**ECOSSISTEMAS COMUNICATIVOS E IDENTIDADES CULTURAIS: UMA
ANÁLISE HERMENÊUTICA PROFUNDA SOBRE O SER JOVEM NO
SEMIÁRIDO PARAIBANO**

JOÃO PESSOA – PB

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGC

CLAVIANO NASCIMENTO DE SOUSA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção de Grau de Mestre.

Área de concentração: Comunicação e Culturas Midiáticas

Linha de Pesquisa: Mídia, cotidiano e imaginário

Orientação: Prof. Dra. Caroline Delevati Colpo

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725e Sousa, Claviano Nascimento de.

Ecosystemas comunicativos e identidades culturais :
uma análise hermenêutica profunda sobre o ser jovem no
semiárido paraibano / Claviano Nascimento de Sousa. -
João Pessoa, 2021.
231 f. : il.

Orientação: Caroline Delevati Colpo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Identidades culturais - Juventude - Semiárido. 2.
Indentidade cultural - Jovens camponeses. 3.
Hermenêutica de Profundidade. 4. Ecosystema
comunicativo. I. Colpo, Caroline Delevati. II. Título.

UFPB/BC

CDU 008-053.6(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
CLAVIANO NASCIMENTO DE SOUSA

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às quinze horas, realizou-se através de videoconferência (<https://meet.google.com/ono-xuqh-ywv>), a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: “ECOSSISTEMAS COMUNICATIVOS E IDENTIDADES CULTURAIS: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA PROFUNDA SOBRE O SER JOVEM NO SEMIÁRIDO PARAIBANO”, apresentada pelo aluno Claviano Nascimento de Souza, Bacharelado em Comunicação Social, pela Universidade Federal de Campina Grande, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM COMUNICAÇÃO, área de Concentração em Comunicação e Culturas Midiáticas, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Profª Drª Caroline Delevati Colpo (PPGC/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fez parte Profª Drª Círcia Krohling Peruzzo (UERJ) e o Prof. Dr. Diogo de Oliveira Lopes (UFCG). Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente, Profª Drª Caroline Delevati Colpo, convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi argüido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADO. Proclamados os resultados pelo Profª Drª Caroline Delevati Colpo, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Caroline Delevati Colpo (Secretário ad hoc) lavrei a presente ata que assino e, conforme a Portaria PRPG Nº 54/2020, envio a gravação desta sessão de defesa para a Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. João Pessoa, 30 de março de 2021.

Profª Drª Círcia Krohling Peruzzo

Prof. Dr. Diogo de Oliveira Lopes

Profª Drª Caroline Delevati Colpo

CLAVIANO NASCIMENTO DE SOUSA

ECOSSISTEMAS COMUNICATIVOS E IDENTIDADES CULTURAIS: UMA
ANÁLISE HERMENÊUTICA PROFUNDA SOBRE O SER JOVEM NO
SEMIÁRIDO PARAIBANO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção de Grau de Mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas.

Aprovado em 30 de março de 2021

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Caroline Delevati Colpo

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas –
PPGC/UFPB (Orientadora)

Profª Drª Cicilia Krohling Peruzzo

Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (Examinadora externa)

Prof. Dr. Diogo de Oliveira Lopes

Professor Visitante na Universidade de Cornell. Professor do Curso de Comunicação
Social da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (Examinador externo)

Profª. Drª. Maria Lívia Pachêco de Oliveira

Professora Permanente do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal da
Paraíba - UFPB (Examinadora externa/suplente)

Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro

Professor Adjunto do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação PPGC/UFPB (Examinador interno)

*Dedico esse trabalho a minha mãe Sandra
Nascimento de Sousa, ao meu pai Pedro de Sousa e
a meu irmão Cleverson Nascimento de Sousa. Com o
mesmo apreço a Yvinna Tamires Rodrigues.
Minhas conquistas também são suas.*

AGRADECIMENTOS

O meu acesso a Pós-graduação certamente poderia ser creditado, pelos que citarei aqui, aos meus próprios méritos. No entanto, concluir esta jornada sem olhar para trás e me lembrar do que e, de quem me trouxe até este ponto, é minha forma simbólica de registrar minha identidade cultural, por que identidade é aquilo que falamos sobre nós mesmo.

Portanto, inicio este texto agradecendo ao Professor Doutor Assis Moura que, ainda em 2018, enquanto me encaminhava para o último período do curso de Comunicação Social na Universidade Federal de Campina Grande, me provocou a submeter um projeto ao PPGC/UFPB. Me recordo das palavras do professor naquele dia: “Faça a prova que você passa!”. Desde aquele dia, todas as coisas cooperaram para que hoje este agradecimento pudesse ser feito. Aproveito o ensejo para agradecer a todos os professores do curso de Comunicação da UFCG pela presteza, empenho e dedicação para que os trâmites burocráticos da universidade não inviabilizassem meu acesso.

Acesso! Essa é uma das palavras que me acolheram na Universidade Federal da Paraíba. Me recordo do primeiro encontro de orientação quando a professora Doutora Sandra Raquew Azevedo explicou os motivos por ter escolhido cada orientando e projeto: oportunizar o acesso aos egressos do curso de Educomunicação da UFCG. Obrigado pela sensibilidade, Sandra. As palavras não poderiam ser outras para alguém que largou seu emprego e arriscou tudo no desejo de se tornar o que sonha.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas, meu muito obrigado. Suas trajetórias são inspiradoras e suas provocações nos motivam a compartilhar o mesmo espaço que vocês. De modo especial, agradeço à minha orientadora mais improvável, Caroline Colpo. Que estranho será concluir esta jornada sem sequer ter lhe dado um abraço e dito, pessoalmente, que seu acolhimento e jeito de ser me destravaram no momento que mais precisava. Tomaremos uma cerveja depois que essa pandemia passar!

Aos colegas de turma e de curso devo as trocas e aprendizados mais sinceros e importantes. Fui agraciado por acessar o mestrado justamente na vez de vocês. Quanta gente inteligente!

Aos servidores da universidade, a senhorinha da limpeza que não me recordarei o nome, mas sempre me recebeu com seu *piercing* tão brilhante quanto seu sorriso. Meu muito obrigado.

Ao meu irmão, com quem pude compartilhar um apartamento em João Pessoa e ter conversas que ao longo de mais de 30 anos nunca tivemos, fica o meu agradecimento. Ao mesmo tempo, aos meus pais que resistiram aos momentos de distância e se preocuparam com as olheiras que só cresceram nesse período, meu muito obrigado por tudo.

A minha namorada por acreditar em mim antes de qualquer outra pessoa. Por compartilhar comigo a experiência de dois jovens lutando por seus objetivos em cidades diferentes, mas tendo na educação o ponto de encontro. Amo você!

Agradeço de coração aos meus amigos e aqueles que tiveram paciência para poderem me ver chegar aqui. Somo a este agradecimento a dedicação deste trabalho às mais de 250 mil vítimas de covid19 e seus familiares. Que Deus os conforte e que acolha seus entes.

Por fim quero dedicar meus agradecimentos ao povo do Semiárido paraibano e a todo povo Nordestino que, ao longo de anos, me acolheu de modo tão carinhoso. Aos jovens do Semiárido e companheiros de trabalho no PATAC, meu muito obrigado. Muito do que sou hoje resulta do que aprendi com esses homens e mulheres inspiradores.

*“Nada vem de graça.
Nem o pão, nem a cachaça!”
(Zeca Baleiro)*

RESUMO

A construção da identidade cultural de jovens camponeses rurais a partir de ecossistemas comunicativos no Semiárido paraibano é o tema central desta pesquisa, que tem o objetivo de analisar as semelhanças e disparidades entre a identidade cultural de jovens que integram o ecossistema articulado pela ONG PATAC, e jovens não assistidos pelas ações da mesma, no seu território de atuação. O estímulo para as análises origina-se na experiência educ comunicativa e sócio organizacional implantada pela ONG junto a Comissão de Juventude Camponesa do ator político social local denominado Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano. Para a realização desta pesquisa qualitativa de base exploratória, foi utilizado o aporte teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade (THOMPSON, 2007). Os recursos utilizados, além de pesquisa bibliográfica e documental e da Análise de Conteúdo, foram questionários e entrevistas semiestruturadas aplicadas a dois grupos distintos de jovens. A problemática desta pesquisa consistiu em responder a pergunta: o que favorece ou desfavorece as afirmações das identidades culturais da juventude camponesa rural do Semiárido paraibano? Para tanto, construiu-se uma compreensão sócio-histórica do objeto em análise através da *doxa*, a investigação e mapeamento da inserção do tema juventude nos projetos da ONG PATAC e, por fim, a interpretação/reinterpretação das formas simbólicas produzidas e emitidas pelo público que compõe o recorte desta pesquisa. Nesse sentido, fica claro que o papel assumido pela ONG, através do exercício da Educomunicação e comunicação popular, é determinante na constituição de ecossistemas comunicativos estruturados e, conseqüentemente, na construção da identidade camponesa de moças e rapazes residentes em seu território de atuação. Essas identidades se revelam de modo mais forte na valorização afetiva da família, na afirmação dos sentimentos de pertença e amor pela terra e no enraizamento territorial destes jovens. Por outro lado, a falta de políticas públicas afirmativas, a ação incidente do Estado junto a estes grupos de jovens e os impactos resultantes do capitalismo e da indústria cultural desfavorecem a afirmação de suas identidades.

Palavras-chaves: ecossistema comunicativo; juventude; identidade; hermenêutica de profundidade; semiárido.

ABSTRACT

The construction of the cultural identity of young rural peasants from communicative ecosystems in the semi-arid region of Paraíba is the central theme of this research, which aims to analyze the similarities and disparities between the cultural identity of young people who integrate the ecosystem articulated by the PATAC, and young people not assisted by its actions in their territory. The stimulus for the analysis comes from the educommunicative and socio-organizational experience implemented by the NGO with the Peasant Youth Commission of the local social political actor called Regional Collective of Family Farming Organizations from Cariri, Curimataú and Seridó from Paraíba. To carry out this exploratory qualitative research, the theoretical-methodological contribution of Hermeneutics of Profundity was used (THOMPSON, 2007). The resources used, in addition to bibliographic and documentary research and Content Analysis, were questionnaires and semi-structured interviews applied to two different groups of young people. The problem of this research was to answer the question: what favors or disfavors the affirmations of the cultural identities of rural peasant youth in the semi-arid region of Paraíba? Therefore, a socio-historical understanding of the object under analysis was constructed through doxa, the investigation and mapping of the insertion of the youth theme in the projects of the NGO PATAC and, finally, the interpretation / reinterpretation of the symbolic forms produced and emitted by the public. that makes up the clipping of this research. In this sense, it is clear that the role assumed by the NGO, through the exercise of Educommunication and popular communication, is decisive in the constitution of structured communicative ecosystems and, consequently, in the construction of the peasant identity of girls and boys residing in its territory. These identities are revealed in a stronger way in the affective appreciation of the family, in the affirmation of the feelings of belonging and love for the land and in the territorial rooting of these young people. On the other hand, the lack of affirmative public policies, the incident action of the State towards these groups of young people and the impacts resulting from capitalism and the cultural industry disfavor the affirmation of their identities.

Keywords: communicative ecosystem; youth; identity; Hermeneutics of Profundity; semiarid.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hermenêutica de Profundidade.....	24
Figura 2 - Populares construindo suas casas com tijolos desenvolvidos pelo Irmão Urbano nos anos de 1970.....	57
Figura 3 - Mobilização para ocupação da Fazenda Paus Brancos.....	58
Figura 4 - Território que constitui o COLETIVO	59
Figura 5 - Participantes do Encontro Juventude Camponesa e Agroecologia.....	81
Figura 6 - Apresentação do GT Juventude na 6ª Edição da Festa Regional das Sementes da Paixão.....	82
Figura 7 - Juventude do COLETIVO em Intercâmbio no estado de Pernambuco	83
Figura 8 - Participação do GT de Juventude do COLETIVO em oficina de audiovisual	84
Figura 9 - Jovem em ação contra o uso de agrotóxicos em Boqueirão-PB	85
Figura 10 - II Encontro Juventude Camponesa e Agroecologia.....	86
Figura 11 - Município de residência.....	103
Figura 12 - Identidade de gênero.....	105
Figura 13 - Exerce atividade remunerada.....	108
Figura 14 - Participação com despesas da casa	108
Figura 15 - Ano de conclusão ensino médio	111
Figura 16 - Precisou trabalhar em algum período do ensino médio.....	112
Figura 17 - Nível de instrução das mães.....	113
Figura 18 - Nível de instrução dos pais	114
Figura 19 - Sua profissão.....	115
Figura 20 - Ocupação das mães.....	116
Figura 21 - Ocupação dos pais	117
Figura 22 - Renda familiar.....	119
Figura 23 - Alguém do núcleo familiar trabalha na agricultura	121
Figura 24 - Aproximações da rotina cotidiana das famílias	122
Figura 25 - Alguém da família faz parte de algum grupo	122
Figura 26 - Onde passam a maior parte do tempo.....	124
Figura 27 - Formas de comunicação usadas para interagir	126
Figura 28 - Ferramenta de comunicação usada para se informar	127

Figura 29 - Participa de alguma destas atividades.....	128
Figura 30 - Simetrias entre identidades	200
Figura 31 - Assimetrias entre identidades	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos de análise de Hermenêutica da Profundidade na pesquisa	29
Quadro 2 - Infográfico de resumo teórico-metodológico da pesquisa	31
Quadro 3 - Jovens participantes da pesquisa	92
Quadro 4 - Documentos de referência.....	94
Quadro 5 - Estrutura de análises das formas simbólicas	96
Quadro 6 - Formas simbólicas objetivos	98
Quadro 7 - Indicadores	99
Quadro 8 - Categorias de análises entrevistas	132
Quadro 9 - O que significa ser jovem onde vive	134
Quadro 10 - Como descreve o lugar que vive	140
Quadro 11 - O que mais aprecia	145
Quadro 12 - O que desencanta.....	150
Quadro 13 - O que faz na companhia dos amigos.....	156
Quadro 14 - No que consiste o divertimento	161
Quadro 15 - De que modo se envolve nos assuntos locais.....	166
Quadro 16 - Onde está a maior parte dos amigos.....	171
Quadro 17 - O que faria para mudar a cidade ou comunidade	176
Quadro 18 - Qual o maior sonho	181
Quadro 19 - O que é necessário realizar.....	183
Quadro 20 - Onde pretende viver no futuro	188
Quadro 21 - O que o PATAC representa para sua vida.....	192

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Condição de moradia	104
Gráfico 2 - Idade em 31 de dezembro de 2020.....	107
Gráfico 3 - Tipo de curso de nível médio que concluiu	109
Gráfico 4 - Onde cursou o ensino médio.....	110
Gráfico 5 - Situação habitacional	118
Gráfico 6 - Origem da água que abastece a casa	120

LISTA DE ABREVIATURAS

AC – Análise de Conteúdo

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ASA – Articulação Semiárido

ASA BR – Articulação Semiárido Brasileiro

ASA PB – Articulação do Semiárido Paraibano

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

GT - Grupos de Trabalho

CN – Cinema Nosso

CNN - Cable News Network

COLETIVO - Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú

COP III - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

CR – Cenário de Representação

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

GT – Grupo de Trabalho

HP – Hermenêutica de Profundidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFOCS – Instituto Federal de Obras Contra as Secas

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento Sem-Terra

NE – Nordeste

ONG – Organização Não-Governamental

P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

PT – Partido dos Trabalhadores

SAB – Semiárido Brasileiro

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
Integrar, inserir, incluir: o trabalho científico e educacional aplicado ao contexto rural do semiárido paraibano.....	15
Contextualizando o método hermenêutico profundo	20
Itinerários metodológicos da pesquisa: nível de pesquisa e técnicas.....	26
1. ALÉM DO QUE SE VÊ: SEMIÁRIDO, AÇÃO SOCIAL E RURALIDADES NO CONTEXTO PARAIBANO	33
1.1 Semiárido: território, representações e identidade cultural	33
1.2 Semiárido: dimensão histórico-discursiva e midiática do território.....	47
1.3 Semiárido paraibano: Atores sociais, Comunicação Popular e o Ecossistema Comunicativo.....	55
1.3.1 PATAC e COLETIVO: uma abordagem referencial	55
1.3.2 Comunicação Popular e o Ecossistema Comunicativo do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano	61
2. SEMIÁRIDO VIVO, JUVENTUDE VIVA	68
2.1 Juventude e Semiárido	68
2.2 Juventude no Semiárido em mediação	72
2.3 Juventude camponesa rural e o movimento social no Cariri, Curimataú e Seridó paraibano	77
3. JUVENTUDES, FORMAS SIMBÓLICAS E HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE: AS DIFERENTES MANEIRAS DE SER JOVEM NO SEMIÁRIDO PARAIBANO	89
3.1 Constituição do Corpus de pesquisa.....	89
3.2 Análise formal das formas simbólicas	95
3.2.1 Documentos PATAC.....	97
3.2.2 Questionários.....	102
3.2.3 Entrevistas	130
4. INTERPRETAÇÃO/ REINTERPRETAÇÃO: SIMETRIAS E ASSIMETRIAS ENTRE JUVENTUDES RURAIS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO	195
4.1 Simetrias	197
4.2 Assimetrias.....	200
4.3 Apontamentos.....	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS.....	214
APÊNDICES	229

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Integrar, inserir, incluir: o trabalho científico e educacional aplicado ao contexto rural do semiárido paraibano

A oeste dos cartões postais praianos que figuram como representação da riqueza e beleza natural da Paraíba, encontram-se as regiões do Cariri, Curimataú e Seridó. Juntas, resultam num corte diagonal em que estão compreendidos os menores índices pluviométricos do estado, o que torna esses territórios os mais secos do Semiárido paraibano (ALVES, 2009). A justaposição desses territórios entre o Planalto da Borborema e a Serra de Teixeira afeta de modo determinante a incidência de chuvas vindas do Atlântico, inserindo-os no Bioma da Caatinga.

Conforme elucidam os pesquisadores Aldrin Martin Perez-Marin e Ana Paula Silva dos Santos (2013), a ocupação histórica dessa região, predominantemente composta por povos indígenas das tribos Cariris, esconde uma das maiores tragédias do processo civilizatório brasileiro. A ferrenha disputa do território por parte das comunidades indígenas e os colonizadores europeus, resultou em muito mais que a ocupação das terras nordestinas.

Esse processo, que por um lado acabou aniquilando as populações tradicionais em virtude das sangrentas batalhas que se estendiam também no território nacional, resultou na escravidão dos povos indígenas que, num segundo momento, seriam substituídos por negros africanos (PACHECO NETO, 2015). Este cenário se torna um primeiro resquício de um processo de estereotipização do povo nordestino através de um imaginário forjado, na grande maioria das vezes, pela visão do colonizador.

A obra História do Cariri, de J.de Figueiredo Filho (1966), que sintetiza eventos e figuras marcantes do território, de modo particular do Cariri Cearense, pode ser utilizada como ferramenta pedagógica para explicar como essa construção imagética do Nordeste ganhou força no Brasil desde a invasão por parte dos colonizadores e se estende até os dias de hoje. Um pouco mais tarde, Durval Muniz Albuquerque Jr. (1999) descreve como a sistematização do imaginário referente ao território, corrobora para a invenção de uma parte do Brasil caricaturada e, ao mesmo tempo, separada do resto do país. O autor descreve que, tanto o Nordeste como o Brasil são construções imagéticas e discursivas que superam recortes políticos, naturais e econômicos através de constelações de sentidos.

A discussão ampliada por Durval Muniz (1999) evidencia que essa construção imagética da região Nordeste ganhou força entre várias classes, desde profissionais das artes até sociólogos, e culmina, nos dias atuais, na apropriação do povo nordestino como parte da sua identidade cultural. Portanto, é oportuno lembrar que o território compreendido pelas regiões do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano, por estar inserido no Nordeste brasileiro e por compor o Semiárido nordestino, também experimenta desses processos de “nordestinização” (MARTINELO, 2011) que ganhou e ganha amparo nos meios hegemônicos de comunicação de massa.

Essa evidência dada pelos meios de comunicação à precariedade da vida no Nordeste, tratada incontáveis vezes através do flagelo do homem e da mulher do campo, na incapacidade do solo e escassez de água, acabou sendo muito bem apropriada por grupos políticos e partidários por meio daquilo que ficou conhecido como “indústria da seca”. A apropriação desse discurso por grupos políticos com intenções meramente direcionadas para o exercício do poder, resultou no surgimento do paradigma de “combate à seca”, que focava suas ações nos efeitos e não causas do problema da escassez de chuvas na região Nordeste.

Na contramão das práticas de combate à seca, a organização de movimentos sociais, sobretudo aqueles ditos do campo, deu origem à construção de uma narrativa contra hegemônica sobre o Nordeste na segunda metade do século passado. Essa narrativa inaugura um novo paradigma que se sustenta na convivência com os períodos de estiagem, a apropriação da ciência, de técnicas e do saber popular para superar a seca e compreender o Bioma da Caatinga enquanto parte da geografia da região e não como inimiga da mesma.

Nesse cenário, destaca-se, na Paraíba, a ação de uma organização não-governamental que surgiu nos anos 1970. A ONG PATAC passa, ao longo de 50 anos, a se apropriar de tecnologias de cada época para lutar pela conquista da justiça social para a população camponesa rural do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano. Sua ação nos campos da convivência com o Semiárido e Agroecologia se dá a partir da articulação, mobilização e formação de famílias camponesas rurais¹, membros de associações

¹ Nesse texto, os termos “camponesa” e suas derivações não são tratados como sinônimo de rural. Compreende-se, portanto, o campesinato como a organização de grupos sociais de base familiar que se dedica a atividades agrícolas em graus de autonomia distintos e que efetiva sua prática *in loco* “rural”, como uma vocação espacial do território para a atividade agrícola. (MARQUES; SILVA, 2014). Desse modo, evita-se o risco de considerar aqueles que vivem da prática agrícola mas não residem no mundo rural e, ao mesmo, aqueles que vivem no mundo rural mas não se valem das atividades agrícolas para sobrevivência.

comunitárias, sindicatos, grupos comunitários e outras formas de organização em 12 municípios que constituem um ator político social chamado de Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano, ou simplesmente COLETIVO como passaremos a tratar a partir desse ponto.

A ação com foco nos processos formativos alinha-se com os princípios constituidores do campo teórico da Educomunicação. A relação estabelecida nos processos de comunicação com foco no conhecimento crítico, na prática cidadã e na construção cultural, pode ser considerada a base constituidora de um grande ecossistema comunicativo que envolve homens, mulheres, a juventude e suas formas de conviverem com o Semiárido através do sentido atribuído ao ser camponês e viver no mundo rural (SOARES, 2000; 2002).

Com a expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a ascensão das redes sociais e a comunicação midiática, tanto o processo de reconstrução imagética do Nordeste como o de mobilização sócio organizacional promovido pela ONG PATAC junto ao COLETIVO, ganha novos contornos. Ao mesmo tempo que as plataformas digitais colaboram com a criação de circuito alternativo de circulação de imagens da região, fomentado pela ação de entidades do terceiro setor e pelo protagonismo das comunidades, promove encontros culturais capazes de reconstruir valores, normas e novas formas de compreender o mundo.

De todo modo, embora a comunicação através das mídias, de modo particular as digitais, colabore com mudanças no cenário posto, ainda é na dinâmica da dialogicidade difundida na proposta social e pedagógica de Paulo Freire (1979) , conceituada na Educomunicação e experimentada nos encontros religiosos das comunidades, nas instituições de ensino formal e informal, nos processos de mobilização comunitária, nas associações e sindicatos, na ação de ONGS e no exercício da cultura, que se completa a comunicação no contexto social das comunidades camponesas rurais. É, portanto, nos discursos, nas expressões pelas artes e nas interações face a face que se evidencia os traços identitários do povo camponês na perspectiva rural.

É em meio a este panorama contextual, e compreendendo a juventude camponesa rural parte fundamental do movimento, que esta jornada investigativa se inicia. Trabalho este que parte do exercício vivenciado diretamente no Semiárido paraibano, e que tem por ensejo às experiências profissionais e pessoais do pesquisador junto aos grupos de jovens mobilizados e articulados pela ONG PATAC em seu território de atuação.

O crescimento da prática de consumo, evidenciado sobretudo no desejo pela obtenção de dispositivos de comunicação, novos interesses nos estilos musicais, desapego a utensílios da rotina no campo e a negação da condição camponesa se contrapondo a discursos de enaltecimento da terra, da igualdade de gênero, da prática de plantios e criações sustentáveis e adaptadas, na organização comunitária e no resgate de tradições, revela por um lado fenômenos típicos da midiatização e por outro, uma valorização de uma identidade cultural e das condições de vida no campo.

Para Jonh Thompson (2007), o estudo desses fenômenos numa perspectiva estrutural da cultura ganha centralidade nas ciências sociais. Isso porque, conforme explica o autor, além de objetos e fatos resultantes de fenômenos da natureza mundana, a vida em sociedade é, também, resultado de manifestações e expressões, verbais ou não-verbais, textos e artefatos produzidos e consumidos por sujeitos para entender a si mesmos e aos outros a partir da interpretação (THOMPSON, 2007)

Diante disso, o processo sensorial-afetual-friccional que se monta, desperta a necessidade de compreender as relações e os sentidos paradoxais entre as expressões da identidade camponesa rural das juventudes e os ecossistemas comunicativos aos quais estão inseridas. Dessa forma, o problema de pesquisa que direciona este estudo reside na seguinte indagação: **o que favorece ou desfavorece as afirmações das identidades culturais da juventude camponesa rural do Semiárido paraibano?**

Aprofundando essa questão, o estudo empenhado nessa dissertação tem por objetivo de analisar as semelhanças e disparidades entre a identidade cultural de jovens que integram o ecossistema articulado pela ONG PATAC, e jovens não assistidos pelas ações da mesma no seu território de atuação. Para tanto, este trabalho investigativo fundamenta-se à luz dos aportes teóricos correspondentes às categorias conceituais que dão conta da região Nordeste e do Semiárido; territórios rural e urbano; das culturas e identidades culturais; dos cenários representação cultural e política; juventude camponesa rural; ecossistemas comunicativos; da Educomunicação; midiatização; comunicação popular e movimentos sociais.

Desse emaranhado de chaves de leitura, são tratados, então, os objetivos específicos que conduzem a pesquisa na seguinte sequência: i) caracterizar a *doxa* e o contexto sócio-histórico do Semiárido brasileiro e paraibano além da ação de atores sociais na região; ii) mapear e refletir como a ONG PATAC insere o tema juventude em seus projetos e articula um ecossistema comunicativo no território em questão; iii)

analisar e reinterpretar, a partir das formas simbólicas transmitidas por jovens do território semiárido paraibano, afirmações e expressões da identidade camponesa desses jovens.

Assim, a estrutura desse texto está dividida em três momentos que se desdobram em reflexões histórico-contextuais e teórico-metodológicas sobre os temas que permeiam as discussões da pesquisa, além das considerações iniciais – que delimitam o espaço-tempo e metodologia adotada – e as considerações finais. Desse modo, portanto, no primeiro capítulo intitulado “Além do que se vê: Semiárido, ação social e ruralidades no contexto paraibano”, inicia-se a apresentação de aspectos da história que contextualizam e situam o leitor sobre o território em questão (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002; SILVA, 2003; ALBUQUERQUE JR., 2011; MEDEIROS *et al.*, 2012; PEREZ-MARIN, SANTOS; FREYRE, 2013; SOARES, 2017; SANTOS, 2018), ao mesmo tempo que conceitua categorias valiosas à pesquisa como cenários de representação (LIMA, 2004), hegemonia (WILLIAMS, 1979; MOSCOVICI, 2003) e cultura (BHABHA, 1998; HALL, 2011; CEVASCO, 2006; CANCLINI, 2008; MORIN, 2015). O delinear do histórico midiático e discursivo do Semiárido e do Nordeste, se apresentará a partir do aprofundamento nos paradigmas do combate e convivência com a seca, na constituição do território e de identidades culturais e desembocará nas dinâmicas sociais e comunicacionais articuladas pela ONG PATAC.

Da compreensão conceitual do território e da cultura, essa jornada teórico-conceitual avança para o segundo capítulo, que denomina-se como “Semiárido vivo, Juventude viva”. Nesse momento, mergulha-se no universo das juventudes (DURSTON; ABRAMOVAY, 1998; BOURDIEU, 2003; ABRAMO, 2005; WANDERLEY, 2007, 2013; CASTRO *et al.*, 2009) relacionando-o com o território. Aqui, argumenta-se e leva-se em consideração sua relação com o fenômeno da mediação do Semiárido como estratégia para saída de uma condição de invisibilidade, assim como destaca-se a organização da juventude no nível local do Semiárido paraibano.

O capítulo 3 dedica-se à concatenação de modo descritivo das fases e etapas centrais para constituição do corpus e análise formal das formas simbólicas coletadas. Neste ponto estão descritos processos e critérios, organização da estrutura de análise e o estudo analítico do conteúdo contido no discurso obtido através das entrevistas, e dos dados transformados em amostra de resultados dos questionários e análise documental.

Dados os desafios dessa pesquisa, cabe explicar em detalhes, e com base nas discussões teóricas e conceituais que permeiam as categorias dessa pesquisa, o terceiro capítulo, que recebe o título de “Interpretação/Reinterpretação”. Nesse ponto, apresenta-

se a partir da base metodológica desta pesquisa, a Hermenêutica de Profundidade, de John Brookshire Thompson, a análise formal dos dados coletados no decorrer da pesquisa através dos procedimentos e técnicas que foram fundamentais para atingir os objetivos dessa jornada investigativa.

Em fins desse texto, a etapa metodológica de interpretação/reinterpretação sugerida na HP é apresentada no capítulo quatro: “Ser jovem no Semiárido paraibano”. Nesse capítulo a leitura hermenêutica profunda se consolida a partir da interpretação de singularidades e semelhanças entre os dois grupos estudados e como esses grupos se entendem enquanto jovens. Algumas considerações finais e apontamentos devem compor uma sessão que antecede a apresentação do referencial teórico-metodológico e apêndices dessa dissertação.

Contextualizando o método hermenêutico profundo

A partir de toda exposição realizada anteriormente, convém entender que a pesquisa prioriza, de modo especial, a juventude residente na diagonal mais seca do estado da Paraíba, como porta-vozes diretas do processo de construção desse saber científico. Com efeito, o recorte específico que privilegia a juventude camponesa rural do Semiárido, configura-se como uma necessidade espeleológica dos estudos sobre juventudes, bem como o campo da comunicação na perspectiva da construção de identidades culturais.

Pode-se dizer que os estudos em comunicação privilegiaram, por muito anos, o recorte urbano quando tratavam do tema juventude. De todo modo, conforme explica Castro (2009), a partir dos anos 2000 é possível identificar um expressivo crescimento das produções bibliográficas que passaram a tratar o tema da juventude rural. Na pesquisa que trata da produção bibliográfica sobre juventude rural no Brasil, Nilson Weisheimer (2005) conclui que dois fatores são mais recorrentes nos estudos: “migração e invisibilidade”. Assim sendo, parece ser fundamental que se adote uma postura capaz de pensar o processo de comunicação a partir do resgate da cultura, da ideia do que é ser sujeito (FÍGARO, 2000, p. 39) e que favoreça, desse modo, a constituição de espaços dialógicos.

A condição humana, o fazer humano ou *vita activa*, para Hannah Arendt (2008) compõem-se em três atividades fundamentais. A saber: labor – que relaciona aquilo que é vital para a vida no que se refere às atividades –, trabalho – na perspectiva de valorização

do que é mundano – e a ação – pluralidade humana enquanto reflexo da vida em sociedade/política. Destaca-se, portanto, a humanidade plural “pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 2008, p.16).

Sua realidade depende inteiramente da pluralidade humana, da presença constante de outros que possam ver e ouvir e, portanto, cuja existência possamos atestar. Agir e falar são ainda manifestações externas da vida humana; e esta só conhece uma atividade que, embora relacionada com o mundo exterior de muitas maneiras, não se manifesta nele necessariamente nem precisa ser ouvida, nem vista, nem usada, nem consumida para ser real: a atividade de pensar. (ARENDT, 2008, p. 106).

À vista disto, Rosa (2016, p. 46) destaca que as disparidades são responsáveis por articular o discurso para a compreensão humana, o que torna a alteridade possível a partir de suas singularidades e do compartilhar de suas experiências pessoais.

Assim, pode-se entender a condição de juventude como aqueles que vistos ou considerados jovens, vivem um mesmo processo histórico e cultural, possuem distintas identidades por causa de seu status na sociedade, mas que exercitam o fazer humano da sua experiência de juventude de diferentes formas por questões de gênero, raça, religião e classe, responsabilidades, expectativas e tantas outras variáveis (HONWANA; BOECK, 2005, apud MARTINS, 2008).

Desse modo, no processo de revelação de identidades a partir do discurso

É a linguagem, e são as experiências humanas fundamentais que existem por trás da linguagem, e não a teoria, que nos ensinam que as coisas do mundo, entre as quais transcorre a *vita activa*, são de natureza muito diferente e produzidas por tipos muito diferentes de atividades. (ARENDT, 2008. p.105).

Além disso, a compreensão do lugar no mundo, a leitura crítica do ecossistema que rodeia a todos, a identificação de realidades e interpretação do conjunto de significados que se atribui às mais variadas esferas da vida, passa pelo despertar de consciência e pela reverberação no interagir.

Uma possibilidade metodológica que converge com a compreensão da construção identitária através do discurso é a Hermenêutica de Profundidade – HP, postulada por John Brookshire Thompson em 1995, que analisa as chamadas formas simbólicas a partir da ideia que de o “objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige

uma interpretação” (THOMPSON, 2007, p. 355). Para Thompson, “os sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto são como os próprios analistas sociais, sujeitos capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão” (id., p. 359).

As bases teóricas da metodologia proposta por Thompson estão ancoradas nas relações entre a hermenêutica de Paul Ricoeur (1987) e de Wilhelm Dilthey (1989), a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer (1998) e com a teoria crítica de Habermas (1984). Para Veronese e Guareschi (2003) é justamente das reflexões de Ricoeur que Thompson formula a noção de que, para além da reflexão filosófica, a hermenêutica também funciona como aparato metodológico para compreensão de situações sociais (VERONESE; GUARESCHI, 2003, p. 7). Nesse sentido, o diferencial básico entre os trabalhos de ambos está na proposta dialógica e argumentativa sugerida por Thompson, que se preocupa não só com a estrutura textual, como no caso de Ricoeur, mas considera os contextos sociais nos quais as formas simbólicas são construídas, consumidas e transmitidos.

De acordo com Thompson (2007) as formas simbólicas são o conjunto amplo de ações, falas, textos produzidos e acessados, expressões, discursos, obras de arte que estão inseridos num determinado contexto social estruturado. Thompson supera a ideia marxiana sobre relações de poder serem expressas exclusivamente por relações de classe. No entendimento do autor, essa é apenas uma dimensão da desigualdade social e atribui outras dimensões ao escrever que

[...] parece-me fundamental reconhecer que existem relações de poder assimétricas que estão baseadas sistematicamente em fatores diferentes do de classe – que estão baseadas, por exemplo, em fatores de sexo, idade, origem, etnia - e parece-me essencial ampliar o marco referencial para a análise da ideologia para dar conta desses fatores (THOMPSON, 2007, p. 127).

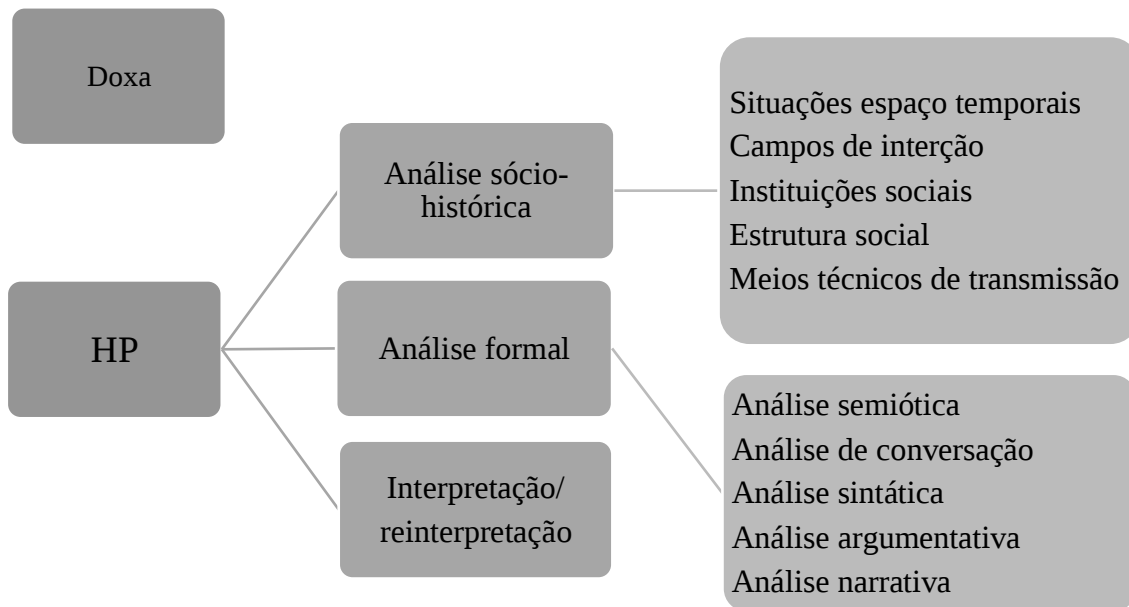
No ensaio escrito como proposta de sistematização da *Filosofia das Formas Simbólicas* de Ernst Cassirer, Teixeira (2004) conclui que a comunicação também se configura como forma simbólica dado seu caráter gestacional que cria a tela pela qual se observa o mundo e que, desse modo, torna-se passível de interpretação e de aplicação hermenêutica. Para Prediger, Scherer e Allebrandit (2018, p. 3), a HP

[...] se constitui como importante referencial teórico-metodológico para o desenvolvimento de investigações sociais, pautadas em uma metodologia qualitativa e interpretativa, já que inclui formas de análise complementares entre si, partes de um processo interpretativo complexo (p. 3).

Aqui vale resgatar do texto de Thompson (2007) cinco características descritas como aspectos das formas simbólicas que consideram-se relevantes para essa pesquisa na etapa de análise e interpretação, a saber: os “intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais” (THOMPSON, 2007, p. 182). **Intencionais** porque, mesmo que o objeto transmitido não seja idêntico a sua intenção, toda forma simbólica possui um propósito; **convencionais** a medida em que adota regras impostas no processo de produção, uso e interpretação; **estruturais** por exibirem articulação com processos sociais bem definidos de desigualdade e relações de poder, por exemplo; **referenciais** no sentido de fazer menção a algo e, por fim, **contextuais** por serem produzidas, transmitidas e recebidas em contextos sócio históricos definidos (THOMPSON, 2007).

A HP enquanto proposta teórico-metodológica se divide em três etapas analíticas: a análise sócio-histórica, análise formal e a etapa de interpretação/reinterpretação. Essas etapas são precedidas pela Hermenêutica da Vida Cotidiana, ou *doxa*. As etapas centrais não se escalonam ou mantém níveis hierárquicos e estão subdivididas em outras abordagens conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 1 - Hermenêutica de Profundidade



Fonte: Thompson (2007)

Para fins de compreensão convém recorrer, além de Thompson, a outros autores no sentido de explicar cada etapa do processo considerando as particularidades de cada momento.

Embora o autor não vincule, necessariamente, a análise da *doxa* ao modelo da HP, ressalta a importância que essa interpretação tem para a Hermenêutica da Profundidade. Thompson explica que a *doxa* consiste em “uma interpretação das opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social”. (THOMPSON, 2007, p. 364). Segundo o autor, seja nos escritos fenomenológicos de Husser e Schutz, ou nos enfoques etnometodológicos de Garfinkel ou Circourel, a análise da hermenêutica do cotidiano, como também é chamada a *doxa*, ganha destaque (id., 2007). Conforme esclarece Thompson, “objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de reprodução, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2007, p. 366).

Para distinguir os níveis de análise sócio-histórica, o autor se vale dos seguintes aspectos:

- Situações espaços temporais: tempos e espaços de produção, circulação e recepção das formas simbólicas inscritas em campos de interações;

- Campos de interação: são os espaços (*locus*) formais, ou não, em que ocorrem as trocas simbólicas, onde estão situadas as tensões de poder e que os envolvidos aplicam regras, convenções e recursos presentes nos rituais de interação;
- Instituições sociais: diz respeito às regras, recursos sociais e relações que se estabelecem de modo mais estável pelas instituições que fazem parte dos campos de interação;
- Estrutura Social: disparidades referentes a distribuição de recursos e oportunidades que mantém certa estabilidade na lógica social;
- Meios técnicos de transmissão: grau de reprodutibilidade ou fixidez das formas simbólicas nos campos de interação que circulam.

A etapa seguinte da HP, chama por Thompson de análise formal ou discursiva, está fundamentada

[...] na ideia de que as mensagens que circulam na sociedade - e que através das quais se estabelecem relacionamentos e comunicações, também são formas simbólicas construídas complexamente e que apresentam uma estrutura articulada possível de ser analisada. Essas formas simbólicas, ou mensagens como são tratadas na perspectiva da análise formal ou discursiva, são os textos, as falas, as imagens paradas ou em movimentos, as ações, os gestos, olhares, enfim, tudo aquilo que pode dizer ou expressar algo (PREDIGER; SCHERER; ALLEBRANDIT, 2018, p. 6).

Veronese e Guareschi, (2003) complementam

Essa fase é de fundamental importância, pois estaremos examinando as formas simbólicas na perspectiva da sua estrutura interna (por exemplo: análise semiótica para uma imagem, análise narrativa ou de conteúdo para um texto e assim por diante (VERONESE E GUARESCHI, 2003, p. 89).

Nessa etapa da HP o autor inclui alguns métodos que podem ser usados. Contudo, destaca que a utilização de métodos analíticos deve estar fundamentada nas relações entre os espaços sociais historicamente construídos e a produção, consumo e circulação das formas simbólicas nos mesmos.

Uma vez compreendida a etapa de análise formal, cabe ao pesquisador o aprofundamento na análise das relações estabelecidas no ecossistema nas formas simbólicas. A essa etapa Thompson chama de interpretação ou reinterpretação caracteriza-se como “um impulso à compreensão do mundo social e à construção de saberes que possuam um potencial crítico, de sentido emancipatório” (VERONESE E GUARESCHI, 2003, p. 89). Essa etapa tem um caráter de síntese e encarrega-se de uma

interpretação fundamentada dos fenômenos minuciosamente avaliados na etapa de análise formal. Contudo, o autor deixa claro que “a possibilidade de um conflito de interpretação é intrínseca ao próprio processo de interpretação”. (THOMPSON, 2007, p. 376).

Aqui retoma-se, portanto, todo arcabouço teórico-conceitual anteriormente apresentado nesse trabalho, para justificar o uso da HP como elemento estrutural desta pesquisa. Considerando o território que constitui o COLETIVO como espaço de interações sociais vivenciadas nas relações entre urbano e rural, campo e cidade, jovens e adultos e todas as relações de poder impostas por esses encontros, convém, de acordo com Veronese e Guareschi (2003), apoiar-se na HP enquanto método interpretativo para compreensão dessas construções significativas como as que determinam identidades culturais. Desse modo, conforme discorrem Ricoeur (1987), Dilthey (1989), Gadamer (1998) e o próprio Thompson (2007), as formas simbólicas são fundamentais e inevitavelmente uma questão de interpretação e compreensão.

Na mesma direção, é importante lembrar que dada a amplitude do território em questão e das possibilidades de interação entre os sujeitos - seja face-a-face seja através da mediação tecnológica -, as representações do “eu” e de uma coletividade através de formas simbólicas, tendem a sofrer influência constante. Observa-se que tanto as situações espaços temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social e meios técnicos de transmissão que constituem a etapa de análise sócio-histórica da HP, são características que, no cotidiano dos jovens, podem assumir características distintas.

Considerando que os sujeitos que constituem o mundo social estão inseridos em tradições históricas e são, portanto, parte da cultura que se transmite de geração em geração através das formas simbólicas, materializadas nas diversas formas de comunicação oral e não-oral, a HP se torna capaz de promover reflexões sobre o “ser” e o “compreender” a partir da vida cotidiana, levando em conta o modo particular e distinto de compreender a si e o mundo ao redor.

Itinerários metodológicos da pesquisa: nível de pesquisa e técnicas

A partir dos caminhos do estudo da compreensão identitária de jovens camponeses rurais do Semiárido paraibano proposto nessa pesquisa é concebido, em consonância com as perspectivas teórico-metodológicas da juventude camponesa rural enquanto agente de produção e sistematização da identidade cultural nordestina

contemporânea do Semiárido paraibano, essa dissertação se inscreve na Hermenêutica Profunda (THOMPSON, 2007), como uma pesquisa qualitativa que se caracteriza como um estudo de caso, visto que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 60), essa pesquisa se apoia na coleta e análise de informações sobre um público determinado com a finalidade de construir um conhecimento detalhado sobre o mesmo.

Ainda sobre pesquisas qualitativas, os autores explicam que as mesmas consideram as relações entre os indivíduos e o mundo real de forma indissociável, o que, por essa razão não se traduz através de números, mas da interpretação e compreensão dos fenômenos (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Já no que se refere à dimensão dos objetivos, o estudo em questão se configura como de natureza exploratória uma vez que “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Nesse sentido, esse estudo se valeu de técnicas capazes de promover a compreensão do fenômeno da construção identitária de jovens camponeses rurais.

Assim sendo, a proposta metodológica adotada seguiu os seguintes caminhos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, realização de entrevistas semiestruturadas com dois grupos distintos e ainda a aplicação de questionários socioeconômicos (PRODANOV; FREITAS, 2013). A constituição de dois grupos para realização das entrevistas e aplicação dos questionários, possibilitou a sistematização e reinterpretação das formas simbólicas, conforme sugerido por Thompson (2007).

A pesquisa bibliográfica usada como base para esse texto, é compreendida nos capítulos 1 e 2 deste trabalho, buscou atender as demandas relacionadas ao objetivo específico que se encarrega de caracterizar a *doxa* e o contexto sócio-histórico do Semiárido brasileiro e paraibano e a ação de atores sociais na região. Conforme explicam Prodanov e Freitas (2013), recorre-se a pesquisa bibliográfica

[...] quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (p. 54).

A partir deste procedimento, portanto, abordou-se as categorias centrais da pesquisa, resguardando seu rigor científico na relevância dos trabalhos já produzidos sobre os temas. A complementaridade do contexto-sócio histórico, sobretudo no que se

refere ao caráter social e econômico, se deu a partir da interpretação das informações coletadas através do questionário, conforme será explicado mais adiante.

Para atender o objetivo específico que se presta a mapear e refletir como a ONG PATAC insere o tema juventude em seus projetos e articula um ecossistema comunicativo no território em questão, foi realizada uma pesquisa documental junto aos projetos aprovados pela ONG entre os anos de 2010 e 2019. Uma vez que esses dados ainda não receberam tratamento analítico (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55), compreende-se a oportunidade de identificar especificações, objetivos ou metas que incluam a temática da juventude camponesa rural no cerne das intervenções propostas em cada projeto.

A constituição dos grupos para coleta de dados atendeu a critérios específicos de elegibilidade. Para efeitos comparativos, as técnicas e procedimentos adotados na pesquisa foram aplicadas a dois grupos. Um formado por lideranças jovens da Comissão de Juventude do Coletivo (GRUPO 1), e o outro por jovens residentes na zona urbana das mesmas cidades atendidas pelo PATAC e Coletivo, mas que não compõem o público de trabalho das duas instituições (GRUPO 2).

Em virtude do quadro pandêmico vivenciado no Brasil em decorrência do novo coronavírus, vetor da Covid19 em todo mundo, opta-se pelo não contato direto com os participantes a fim de evitar possível difusão do vírus. Assim sendo, tanto a aplicação dos questionários socioeconômicos quanto a realização das entrevistas devem se dar através do ciberespaço na modalidade virtual de chamadas de vídeo e aplicativos de troca de mensagens.

Desse modo, portanto, seguindo o caminho proposto pela HP, o produto das entrevistas e questionários com cada grupo deve ser sistematizado, analisado e reinterpretado na condição de formas simbólicas. Assim sendo, retomam-se os aspectos da análise sócio-histórica proposta por Thompson para identificar nas respostas dos questionários: as situações espaços temporais; os campos de interação; as instituições sociais; a estrutura social e os meios técnicos de transmissão nos quais as formas simbólicas se enquadram.

Aqui, embora a técnica de questionários tenha cumprido o papel de concatenar dados, a apropriação dos mesmos se deu de modo qualitativo, mantendo a natureza desta pesquisa numa base que colabora de modo conciso para compreensão do fenômeno em questão. Os dados obtidos através dos questionários serviram como complemento para a compreensão dos aspectos sócio-históricos dos grupos pesquisados. Essa etapa é

compreendida por Thompson (2007) como fundamental para a viabilidade do método hermenêutico profundo.

De modo semelhante, as formas simbólicas emitidas através das entrevistas cumpriram o papel de caracterizar os aspectos intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais também explicados anteriormente a partir da teoria de Thompson (2007). Tendo esse material sistematizado e analisado, a pesquisa seguiu para a etapa final da HP: a etapa de interpretação/reinterpretação. Nesse ponto, instaurou-se o processo de construção do saber que considerou quais as simetrias e assimetrias entre as compreensões da identidade por parte dos dois grupos estudados.

Para fins de compreensão do caminho adotado para cumprimento da HP nesta pesquisa, de modo particular nas etapas de análise sócio histórica e formal, segue uma tabela explicativa:

Quadro 1 - Elementos de análise de Hermenêutica da Profundidade na pesquisa

ETAPA	FORMAS SIMBÓLICAS	NÍVEL DA ANÁLISE	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Doxa			
Análise Sócio-histórica	Respostas dos questionários e entrevista	Aspectos sócio-históricos	- Situações espaços temporais; - campos de interação; - instituições sociais; - estrutura social; - meios técnicos de transmissão.
Análise formal		Aspecto das formas simbólicas	- intencionais; - convencionais; - estruturais; - referenciais.

Fonte: do autor (2020)

A partir disso, pode-se aludir que as formas simbólicas estudadas nesta pesquisa constituem dois grupos dos mesmos níveis de análise. No entanto, podem gerar elementos de análise distintos, uma vez que as respostas aos questionários e entrevistas cumpriram o papel de responder a pergunta de pesquisa que alimenta essa jornada, e, portanto, podem seguir caminhos similares ou distintos.

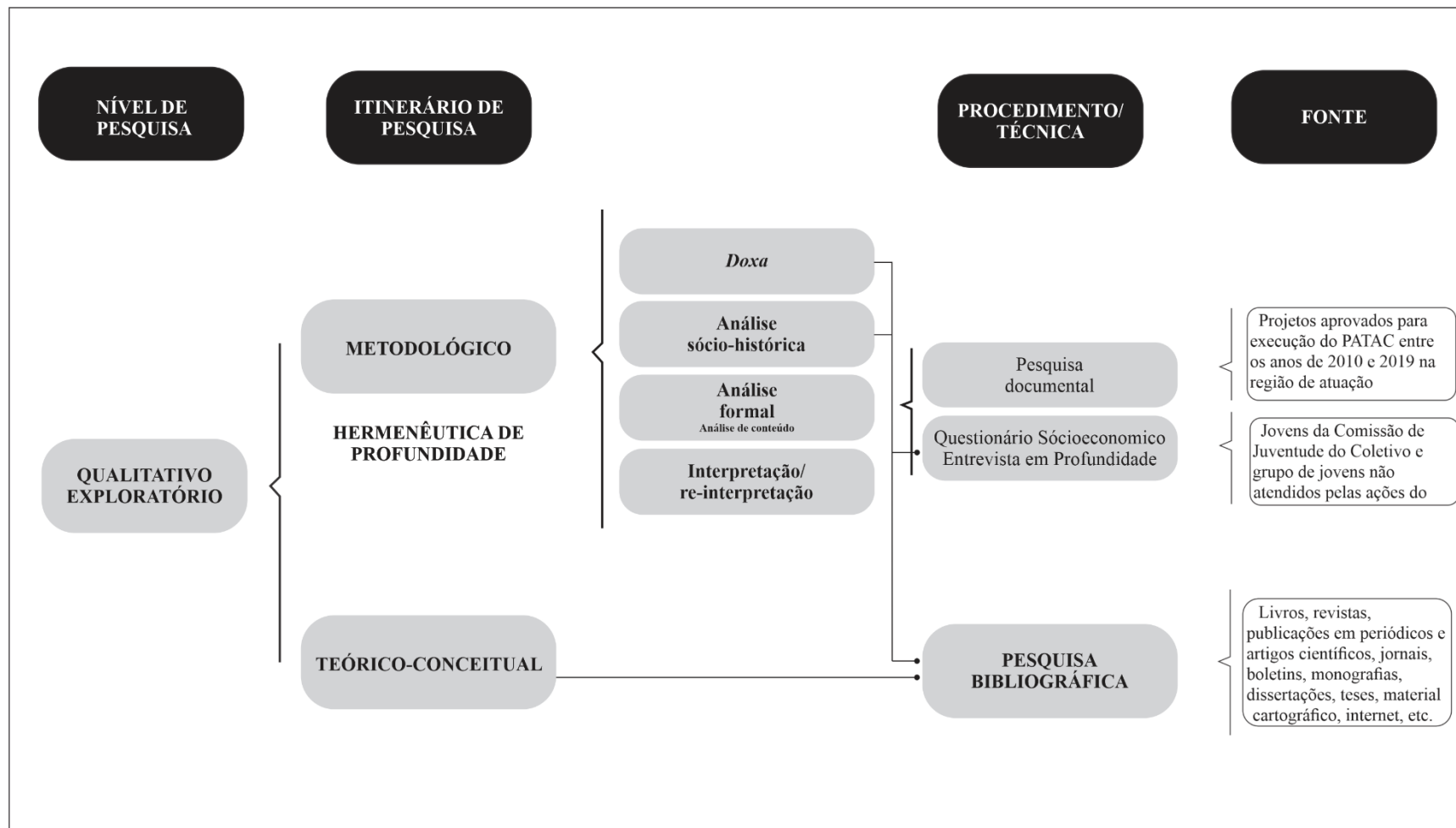
A análise formal do material discursivo derivado dos questionários e entrevistas, foi realizada através da técnica de Análise de Conteúdo-AC temático numa perspectiva comparativa entre os grupos e a partir dos relatórios emitidos pela ONG. Laurence Bardin (1988), explica a AC como um conjunto de técnicas que objetiva acessar indicadores através da descrição do conteúdo de mensagens de modo que seja possível compreender ou concluir acerca das condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1988, p. 42).

A Análise de Conteúdo categorial, nesse sentido, alinha-se à HP na medida em que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo e agrupamento analógicos” (BARDIN, 1988, p. 153). As aplicações da AC forma organizadas por Krippendorff (1990, p. 45-69) em seis categorias de análise: **a) sistemas**, que remete a uma construção mental que descreve parte da realidade, sendo possível extrapolar os dados coletados para o estado de coisas ainda desconhecidos (FONSECA JÚNIOR; WILSON, 2005); **b) normas**, que permitem saber em que medida as mensagens estão de acordo com normas predefinidas; **c) índices e sintomas**, cuja importância tem relação com o quão correlato um sintoma pode ser em consideração a outros fenômenos, como por exemplo o grau de insatisfação nas respostas coletadas numa amostra; **d) representações linguísticas**, que se consolidam mediante a exposição e a argumentação sistêmica; **e) comunicações**, quando a troca de mensagens ocorre dentro de determinados contextos e estabelece relações distintas entre as pessoas; e, por fim, **e) processos institucionais**, através dos quais as mensagens e comunicações desempenham papéis dentro das organizações e instituições sociais.

Destaca-se, portanto, o entendimento que o uso formal desse método de análise é complementar a HP e que a concretude da análise dos dados coletados, ancora-se nas categorias aspectos **sócio-históricos** e **aspectos característicos das formas simbólicas**, conforme proposto por Thompson (2007).

A seguir, apresenta-se um infográfico da HP aplicada ao todo da pesquisa.

Quadro 2 - Infográfico de resumo teórico-metodológico da pesquisa



Fonte: do Autor (2020)

Na etapa final, de interpretação/reinterpretação, fora realizada uma síntese profunda do que se constatou na Análise Formal através da comparação entre o conteúdo das formas simbólicas de cada grupo pesquisado, anteriormente referidos. Sobre o método comparativo, Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas (2013) que

[...] esse método realiza comparações com o objetivo de verificar semelhanças e explicar divergências. O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 38)

Nessa etapa, portanto, “o movimento é de *síntese*, de construção criativa de possíveis significados” (THOPMSON, 2011, p. 375). Chegado este ponto da pesquisa, coube a tarefa de construir explicações que favorecessem o trabalho das organizações sociais em torno do tema da comunicação e da juventude camponesa rural do território em questão, através da leitura crítica sobre as aproximações e distanciamentos do entendimento desse grupo sobre sua identidade em relação ao outro grupo em estudo.

Finalizando este contato inaugural, convém explicar que ao mesmo tempo que esse trabalho se alinha a demanda teórica e empírica dos estudos da comunicação, ainda propõe lançar um olhar sobre a região semiárida rural do estado da Paraíba, os estudos sobre juventude camponesa rural e contextos sociais daqueles que compõem uma parcela historicamente estigmatizada da população nacional.

1. ALÉM DO QUE SE VÊ: SEMIÁRIDO, AÇÃO SOCIAL E RURALIDADES NO CONTEXTO PARAIBANO

1.1 Semiárido: território, representações e identidade cultural

Pensar o Semiárido Brasileiro (SAB) em sua polissemia de existência é colocar-se à disposição de toda complexidade presente nessa noção. Com efeito, a definição da palavra permite que sua interpretação assuma facetas variadas, ao passo que se revela como “lugares, territórios, áreas que circundam regiões áridas”². A condição periférica, distanciada dos centros urbanos, atribuída a esse espaço, desde sua etimologia, relaciona-se com sua formação e organização social, atravessada pela experiência cultural inscrita no tempo e no território nos quais se faz presente, sendo, desse modo, impossível de atribuir uma única explicação.

Tomando esse contexto como ponto de partida, segue-se na busca pelo entendimento das polissemias que circundam não só a palavra, mas a ideia que se tem sobre o Semiárido³ a partir de elementos do passado e aquilo que o caracteriza na contemporaneidade. A esse respeito, cabe iniciar essa discussão apresentando uma explicação do Semiárido a partir de sua conceituação climática e territorial que se vale do reconhecimento por outros nomes como Sertão⁴ e/ou Nordeste. Para Macedo (2005, p. 4-5 *apud* SANTOS, 2018. p. 47), o uso do nome Semiárido busca dar ciência à um lugar que surgiu basicamente nos anos 1980 e que ganha muitos significados que vão desde contexto, espaço ou território.

Conforme explicam Perez-Marin e Santos (2013, p. 9), quando a quantidade de água que evapora é maior que a quantidade de água de chuvas, temos aí o clima Semiárido. O Semiárido enquanto território, por sua vez, é “construído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico” (HAESBAERT; ARAUJO, 2007, p. 37). Não ao acaso, esse território, ao qual se refere na maior parte do tempo nesta pesquisa, foi

² De acordo com o Dicionário Online de Português (SEMIÁRIDO, 2020).

³ O manual de editoração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2018) sugere que se utilize a palavra Semiárido com inicial maiúscula para designar o território compreendido no Nordeste brasileiro. Nesse caso aplica-se ao texto “Semiárido” quando a referência for feita ao território e “semiárido” quando a referência for feita ao clima.

⁴ No Novo Dicionário Aurélio, Sertão é como também é identificado o Semiárido. “Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas. Terreno coberto de mato, longe do litoral. Interior do país, em especial o interior semiárido da parte norte ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura e onde perduram as tradições e costumes mais antigos” (FERREIRA, 1975, p.1293).

ocupado por grupos étnicos com práticas culturais complexas de organização social e política (PEREZ-MARIN; SANTOS, 2013, p. 40).

Segundo informações da Articulação do Semiárido Brasileiro⁵ – ASA Brasil, 12% da população brasileira vive no território do Semiárido, o que representa aproximadamente 27 milhões de habitantes, divididos em 1262 municípios, dos quais 194 estão no estado da Paraíba, considerando a delimitação atual divulgada em 2017 (Resolução 115, de 23 de novembro de 2017, da Sudene). Atualmente, mais de 80% da população quilombola brasileira, está no Semiárido, ainda segundo dados reportados pela ASA Brasil. Enquanto contexto, o Semiárido compreende municípios que apresentam precipitação média anual inferior a 800 milímetros, ou índice de aridez de até 0,5 ou ainda, risco de seca maior que 60% (MEDEIROS *et al.*, 2012, p. 21).

Tal como acontece com sua etimologia rica em significações, a dimensão territorial do Semiárido acaba entrando na ambivalência das discussões sobre urbano e rural. Nestor Garcia Canclini (2008) explica que, no contexto latino-americano, em particular, passa-se de sociedades dispersas em comunidades rurais para grandes conglomerados urbanos. Guardadas as discussões sobre a existência do pressuposto que considera a existência do urbano a partir do rural (SILVA, 2011, p. 4), toma como ponto de partida a dialética marxista para discutir o excedente da produção agrária como explicação da formação de centros urbanos e fonte de acumulação capital. Vale destacar como essa categorização ganha subjetividade no que se refere as cidades que compõem o SAB. Muitas dessas cidades possuem características rurais, mas são classificadas como espaço urbano, por força do Decreto Lei 311, de 1938, criado durante a vigência do Estado Novo (SILVA, 2011, p. 6).

Uma questão inerente a esta discussão reflete mais recentemente sobre o que é um estabelecimento agropecuário. De acordo com o IBGE

Toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para

⁵ A ASA é uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc, espalhadas por 10 estados do SAB e que propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. Disponível em: www.asabrasil.org.br.

subsistência (sustento do produtor ou de sua família) (IBGE, 2018, p. 17).

Uma peculiaridade que marca uma certa homogeneização entre urbano e rural no território do SAB, é o conceito de pluriatividade⁶ criado na segunda metade do século XX na obra de Karl Kautsky (1968) e que tem sido o pressuposto usado por autores, como Alentejano (2000) e Carneiro (1998), para concluir que o território rural não se define somente pela atividade agrícola e, ao mesmo tempo, o processo que remonta a lógica inversa de ocupação dos centros urbanos a partir do interesse de levar a vida longe das grandes aglomerações. Conforme Funk (*et al*, 2006),

Neste contexto da pluriatividade emerge a diversidade social e espacial, caracterizando espaços periurbano, criando uma estrutura social e econômica permitindo ao pequeno produtor rural manter-se no campo e exercer uma atividade no meio urbano ou nas proximidades de sua propriedade (FUNK *et al.*, 2006, p. 56-57).

A caracterização dessa ressignificação da relação com o lugar que se vive e a dinâmica de sobrevivência, que alguns autores como Graziano da Silva (1996; 2002) e Carneiro (2007) chamam de “novo rural” ou “nova ruralidade”, reforça que “as relações sociais se realizam, concretamente, enquanto relações espaciais e, neste sentido, a análise do espaço revela um processo de produção/reprodução da sociedade em sua totalidade” (CARLOS, 2003, p. 182). Em outras palavras, o “novo rural”, caracterizado pelo acesso à informação e tecnologias, é fruto da produção desse espaço a partir do processo de generalização da urbanização presente em políticas públicas desencadeadas na relação entre Estado e território.

A partir dos resultados da pesquisas do Projeto Rurbano⁷, é possível ter uma noção de como a pluriatividade mudou a relação do povo do campo com a terra. Conforme explica Graziano da Silva (*et al.*, 2002), o “novo rural” compõem-se das seguintes atividades:

⁶ De acordo com Schneider (2003, p. 104), a pluriatividade é compreendida como a combinação de todas as atividades agrícolas e não agrícolas exercidas por todos os membros do domicílio, sejam elas realizadas dentro ou fora das explorações agropecuárias complementares ou suplementares à composição da renda familiar.

⁷ Projeto temático denominado “Caracterização do novo rural brasileiro, 1981/99” que analisou as principais transformações ocorridas em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/ONovoRuralBrasileiro1992-98.pdf>

a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (DA SILVA *et al.*, 2002, p. 38).

Mesmo que a pesquisa não contemple o território do Semiárido em sua totalidade, é possível, a partir do recorte realizado pelos estados que o compõe, traçar um panorama da realidade que envolve o que os autores chamam de “novo rural” no SAB.

O agronegócio é, sem sombra de dúvidas, parte dessa nova configuração, acompanhado de perto pelos questionáveis investimentos em energia eólica⁸, mineração e outras atividades não-agrícolas, sobretudo os trabalhos relacionados aos cuidados domésticos, serviços de instalação do provedores de internet, pedagogia e indústria têxtil. Também, se aplica ao contexto do Semiárido a criação das novas atividades agropecuárias com atuação variada como estratégia de diversificação dos camponeses para compor os mercados locais que se constituem a partir de tais mudanças (DA SILVA *et al.*, 2002, p. 41).

Embora o Semiárido não tenha se esquivado das influências socioculturais, econômicas e políticas da globalização, o território ainda é marcado por aquilo que Maria de Lourdes Soares (2017) trata como “rusticidade física e ecológica” da área sertaneja, que ainda sofre com uma estrutura agrária político-hegemônica perversa.

Toda discussão em torno dessa rusticidade foi, e ainda é, fonte da criação de paradigmas que acompanham o território, sobretudo de forma mais intensa, desde o início do século XX. Primeiro a lógica tecnicista de “combate à seca” implantada com a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, que tinha como foco principal o armazenamento de água como forma de resolver a problemática climática e social da região (SILVA, 2003, p. 370). Depois, já no início dos anos 1980, o paradigma da convivência

[...] tem sua gênese nas iniciativas de centros de pesquisa, como a Embrapa, e das organizações não-governamentais que vêm desenvolvendo projetos nas áreas de recursos hídricos, produtivas e

⁸ A Articulação Semiárido Brasileiro se posiciona contrária a implantação dos pátios de energia eólica na região Nordeste. O Seminário sobre os impactos ambientais e sociais dos parques eólicos no Nordeste brasileiro reuniu em setembro de 2019 pelo menos 50 pessoas que tiveram suas vidas impactadas pela instalação dos parques em cinco estados do SAB. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10358-seminario-regional-debateu-sobre-impactos-dos-parques-de-energia-eolica-no-nordeste>

socioculturais em áreas do semi-árido brasileiro (sic) [...] (SILVA, 2003, p. 376).

Nesse universo, estão estabelecidas disputas de caráter hegemônico e alternativo, sobre as diversas construções e interpretações do ser, sobre a memória e o contemporâneo, o obsoleto e o moderno, o rural e o urbano, assim como tantas outras categorias que passam a ser representadas a partir do imaginário⁹. Contudo, contextualizar a existência desses dois paradigmas, um hegemônico e outro alternativo, ajudará a compreender como ambos tem colaborado, ao longo do tempo, para a construção de Cenários de Representação¹⁰ (CR) do território do Semiárido brasileiro.

Seca, miséria e fome. Ao pensar o Semiárido, seja do ponto de vista histórico, ecológico ou imagético, é inevitável criar associações que remetem a essas características. Mas isso não acontece por acaso. Se por um lado o vasto processo de colonização pelo qual passou a região no século XVI e XVII, sobretudo por parte de portugueses, “[...] resultou em diferentes práticas e relações sociais, ambientais e culturais em toda a região denominada de Sertão” (PEREZ-MARIN; SANTOS, 2013, p. 9), por outro, é perceptível a presença de uma abordagem maior ao problema da seca e naturalização das problemáticas sociais, como explica Maria de Lourdes Soares (2017, p. 16).

Venício Lima (2004) destaca, entre outras coisas, duas condições para que se constituam os cenários de representação da realidade. No entendimento do autor tanto a exigência de uma competência textual interpretativa que se articula com o conjunto de textos já consumidos, justificado no modelo semiótico-textual¹¹ de Umberto Eco e Paolo Fabbri (1979), como a noção de “enquadramento”¹² ou *framing*, que coloca no centro dos debates públicos o que é mais noticiável, significativo ou memorável para a audiência são elementos constituidores dos CR. Possível resultado para incompetência interpretativa, a vivência em bolhas sociais escancara que “[...] (se) presta muita atenção apenas às notícias sobre temas significativos que têm clara relação com suas vidas e suas

⁹ Mais adiante serão ampliadas as discussões sobre os dois modelos citados.

¹⁰ Venício Lima resgata o uso da expressão “cenário de representação” a partir de uma fala de Stuart Hall no ano de 1988, em Londres. Para Lima, o contexto conjuntural marcado pelo recorte de tempo e espaço, subjetividade, identidade e política estabelece o cenário de representação. LIMA, V. A. Cenários de Representação da Política. In: RUBIM, A. A. C. **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

¹¹ O modelo semiótico-textual de Eco e Fabbri passa a situar o texto ao invés da mensagem a partir de uma nova reorganização metodológica nas pesquisas de comunicação. http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP01_keske.pdf

¹² Formulada inicialmente por Gregory Bateson (1954) e depois por Erving Goffman (1974), essa teoria da comunicação concerne de palavras, ideias, expressões e adjetivos para moldar a abordagem sobre determinado acontecimento e assim torná-lo mais conhecido, debatido e influente na audiência.

experiências [...]” (GRABER, 2001. p. 129 *apud* CASTELLS, 2015. p. 259). No que se refere ao papel da mídia no jogo de representações, Castells (2015, p. 250) assinala que “a prática da política da mídia implica no desempenho de várias tarefas-chaves: [...] a elaboração de mensagens e a produção de imagens que servem melhor aos interesses de cada participante do jogo do poder [...]”.

Em um trecho da obra *Nordeste*, Gilberto Freyre (2013), relata com certo espanto a relação que estabeleceu entre o homem e a vegetação de sua terra. O autor explica que

Essa distância entre o colono branco e a mata, entre o dono de terra e a floresta, explica o nosso quase nenhum amor pela árvore ou pela planta da região [...]. Explica a indiferença com que deixamos que a arborização das cidades do Nordeste vá se estandardizando no fico benjamim e no eucalipto australiano (FREYRE, 2013, p. 76)

O desabafo de Freyre (2013) é uma resposta às mudanças significativas que atingiram o Nordeste e de modo particular o sertão, promovendo destruição da biodiversidade e relações socioeconômicas fundamentadas em interesses mercantilistas de base escravista, conforme apresentam Perez-Marin e Santos (2013) e que caracterizam uma primeira representação imagética do território. Ao discorrer sobre o tema, Callado (2019, p. 50) explica que “o Nordeste não existia antes da seca, nem outras partes do seu território que não estavam inseridos no semiárido”. Desse modo, a emergência da sistematização de um imaginário para esse lugar passava, à época, pela construção da ideia de devastação causada sobretudo pela cana-de-açúcar no bioma, mas também na vida do povo que ali sobrevivía.

A outra dimensão imagética está no discurso de vitimização da região, a gestão baseada nas práticas de “combate à seca”, a promoção de ações paliativas e assistencialistas fundamentadas nos percalços justificados pelo clima e a política do coronelismo (SANTOS, 2018. p. 31), que ainda fazem parte do cotidiano social do Semiárido.

Na obra “*Imaginação Social*”, Baczko (1985) assegura que

A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças [...] (BACZKO, 1985, p. 313).

Para Baczko (1985, p. 309), a construção dessa espécie de “código” de comportamento e modos de viver determina a idealização de uma representação global e totalizante que demarca através de uma “ordem” o “lugar” de cada um.

Em sua obra *“O sertão que a TV não vê”*, a professora Fabíola Santos desenvolve, entre outras coisas, sobre “os motes” que montaram e remontam a abordagem sobre o território Semiárido se pautando de modo distorcido das intempéries climáticas para justificar a representação do flagelo, da seca e da fome da região (SANTOS, 2018, p. 36). De modo semelhante, Rafael Winter Ribero (1999, p. 60) já apontava para as temáticas da seca e falta de água na região como base principal da maioria dos discursos que revelam a miséria no Semiárido.

Ainda se referindo aos pressupostos básicos para a constituição dos cenários de representação, Lima (2004) sinaliza para a necessidade da existência de três elementos básicos para tal: a existência de uma sociedade, composta não só pelas pessoas, mas pelas ideias e valores mais e menos centrais; o exercício de uma hegemonia fundamentada, sobretudo, no conceito Gramsciano de relação direta com a manutenção do poder e como processo cultural plural que passa por relações de subordinação e domínios (WILLIAMS, 1979), e por fim, mas não menos importante, a existência da mídia, na citação do autor a televisão, como meio dominante resguardado na credibilidade depositada pela audiência a partir de uma relação de consumo que se fundamenta na confiança.

O que Santos (2018) teoriza é que

A homogeneização do discurso sobre o Nordeste e o Semiárido é propagada fora e dentro desse território. E as TVs locais, [...] que deveriam pautar o Semiárido de forma diferente, acabam, muitas vezes, fortalecendo os estereótipos, veiculando algumas reportagens que ratificam a região como um território único e atrasado (SANTOS, 2018, p. 38).

Nesse sentido, de acordo com o pensamento de Moscovici (2003), o posicionamento da mídia sobre essa construção imagética do Nordeste se comporta tal qual uma representação prescritiva que segundo o autor “impõe sobre nós com uma força irresistível” (MOSCOVICI, 2003, p. 36) capaz de determinar o que se deve pensar e, ao mesmo tempo, que “define nossa posição na hierarquia social e nossos valores” (MOSCOVICI, 2003, p. 39), “pois parte do que eu sou, é fruto de como os outros me vêem” (JODELET, 1990). O que se constata nesse sentido é um certo grau de conformismo que marca a reação da população do território Semiárido quanto a sua

situação social, o que leva a destacar uma das posições do receptor conceituadas por Hall (2003) para caracterizar o sentido das mensagens midiáticas a partir do que o autor descreve como “uma posição dominante ou preferencial dos meios” que resultam na decodificação da mensagem a partir das referências de sua construção. (HALL, 2003, p. 399 – 401).

É, portanto, na linguagem, no discurso e nas relações, presenciais ou mediadas, que se estrutura a relação do humano com o real. Em Foucault (1969, p.43), a noção de discurso é empregada como o conjunto de regras históricas determinadas no espaço e que definiram economia, geografia, ou linguística numa época e para uma área social específica, submetidos na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Em paralelo, Hall (2016) reforça que a linguagem é meio pelo qual dar-se sentido às coisas e essa forma de representação “ é uma das práticas centrais que produz a cultura” (HALL, 2016, p. 17).

Do ponto de vista político, a criação desse cenário de representação favoreceu de modo decisivo a manutenção do modelo de gestão baseado no combate à seca, que mais tarde seria denunciado por Antônio Callado (1960), caracterizando as políticas de estado como Indústria da Seca, mas que continua favorecendo nos dias de hoje a pseudo-dependência do Nordeste em relação às regiões Sul e Sudeste. A ideia de desenvolvimento, adotada por José de Souza Silva (2010), descreve justamente como o vértice criado por esse cenário tenta e consegue distinguir entre superior-inferior os territórios nacionais ao passo que os divide em desenvolvidos-subdesenvolvidos.

Mesmo sabendo que a riqueza do semiárido é gigantesca, tomando como referência a existência do único bioma genuinamente brasileiro – a Caatinga¹³ – como ponto de partida para esse diferencial, foi de modo contrário que, ao jogar luz sobre o que, em suas visões consistia o Nordeste, e por associação o Semiárido, artistas como Luiz Gonzaga e escritores e dramaturgos, como o próprio Gilberto Freyre e Ariano Suassuna, jornalistas e cineastas como Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha – encabeçando o movimento do Cinema Novo, em 1960 -, contribuíram e pautaram o território sobre o ponto de vista da miséria e do determinismo climático.

Na sutileza da canção que se tornou aquilo que muitos consideram o hino do Nordeste, Luiz Gonzaga retrata em *Asa Branca* o cenário nordestino, que ainda hoje,

¹³ A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro. Engloba os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe e parte do norte de Minas Gerais. Possui uma área de 850.000 km², aproximadamente 10% do território nacional. (PEREZ-MARIN; SANTOS, 2013, p. 21).

compõe o imaginário de parte considerável da população brasileira. A postura, em certa medida xenofóbica, de Ariano Suassuna se associava a sua visão essencialista do Nordeste. Na obra *o Auto da Compadecida* (1955), o autor apresenta traços peculiares da paisagem e do povo nordestino que permite o flerte com uma terra de gente sem instrução e presa à religiosidade sem senso crítico. Nos filmes *Deus e o Diabo na terra do sol* (1964) e *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969) é a vez de Glauber Rocha apresentar uma imagem caricaturada do Nordeste. Na primeira obra se reforça a discussão sobre o messianismo postulado pelos políticos da época como solução para as mazelas do território e o cangaço como contraponto. Na segunda se reforça a imagem dos camponeses através de sua brutalidade, ignorância e destempero.

A manutenção do discurso distorcido pela lógica de mercado e da indústria cultural¹⁴ “funciona como um argumento que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido - para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência”, na visão de Bourdieu (1989, p. 120). É nesse sentido que se fundamenta a crítica de Albuquerque Jr. (2011) ao tratar a representação do imaginário do nordestino como uma invenção territorial, não real, protagonizada por uma elite intelectual de Recife que se sentia ameaçada pela modernidade nas artes renunciada pelo estado de São Paulo no início dos anos 1922.

Vale considerar que a prática que preconiza o imaginário criado a partir do povo do território semiárido, ainda é viva nos dias de hoje. Guardadas raríssimas exceções, como a obra “Paraíba, jóia rara” de Ton Oliveira, o saudosismo das canções compostas e interpretadas por Santanna O cantador, o amor de Alceu Valença ao Pernambuco, a autenticidade do enredo de Bacurau de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, no exercício da escrita dos versos de Bráulio Bessa e Jessier Quirino, entre outros, ainda é comum identificar o estigma e estereótipo¹⁵ nordestino denunciado por Albuquerque Jr. (2011). Curiosamente, é comum encontrar na sistematização de notícias e das artes identificação por parte do povo que reconhece nos discursos o lugar em que vivem. Baczko (1985) acresce que

¹⁴ Teorizado por Adorno e Horkheimer, da escola de Frankfurt, a expressão “indústria cultural” foi discutida mais profundamente na obra “Dialética do Esclarecimento” (1944) e remete a ideia da produção cultural padronizada para consumo acrítico por parte das massas.

¹⁵ O estereótipo nasce de uma representação grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e diferenças individuais são apagadas em nome das semelhanças superficiais do grupo. Albuquerque Jr. (2011, p. 30)

Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, (...), ela se percepção, divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc (BACZKO, 1985, p. 309).

Com efeito, por mais difícil que se parece compreender, não se pode negar a percepção criada a partir dos cenários de representação e imaginários que desembocam no que pode-se tratar como parte fundamental da cultura do povo nordestino. A definição de cultura, exaustivamente trabalhada por autores ao longo dos tempos, ainda parece ser bastante relevante nos estudos sociais e midiáticos.

No entendimento de Williams (1992), cultura divide-se em três frentes: enquanto estado de desenvolvimento da mente, reflexo das construções cognitivas articuladas ao longo da vida de cada sujeito; processos de desenvolvimento, resultantes sobretudo da aplicação de um saber cognitivo no cotidiano; e meios ou instrumentos frutos desses processos. Stuart Hall (2016, p. 19) destaca que no contexto mais próximo das ciências sociais, a palavra cultura está relacionada ao modo de vida de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou para descrever “valores compartilhados” de um grupo ou sociedade.

Os argumentos de Thompson (2007), apontam para a ideia de uma “concepção estrutural da cultura”. Sobre o tema, o autor reflete que

[...]o conceito de cultura pode ser adequadamente usado para se referir, de uma maneira geral, ao carácter simbólico da vida social, aos padrões de significado incorporados às formas simbólicas compartilhadas na interação social (THOMPSON, 2007, p. 22).

Thompson complementa que o carácter simbólico da vida social deve considerar o fato que as formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais estruturados que se desenrolam em relações de poder, formas de conflitos, desigualdades sociais dos mais variados tipos entre outras coisas.

Para Hall (2016), compreender a cultura pode ser, portanto, um movimento dialético entre quem a desenvolve e aqueles que a interpretam. Isso sugere que poderão surgir diversas formas de representação da cultura e outras tantas de compreendê-la. Daí,

também é possível compreender a definição de identidade a partir das relações sociais marcadas pelas diferenças entre uma sociedade ou grupo e outro, a partir de suas características sociais, materiais e simbólicas. Assim sendo, a cultura é constitutiva e parte da estrutura de produção (WILLIAMS, 1992). O próprio circuito da cultura, defendido por Hall (2016) sugere que as representações, identidades, consumo, regulação e a própria produção estão em constante inter-relação. Mas ainda, de todo modo

Não podemos esquecer, contudo, como veremos aqui para o caso do elo entre identidade e território, que todas essas re-significações ou, no nosso caso, re-identificações, estão mergulhadas em relações de poder e, deste modo, sujeitas aos mais diversos jogos, ora mais impositivos, ora mais abertos, que este poder implica dentro de uma sociedade profundamente desigual e marcada por múltiplos processos de dominação (HAESBAERT; ARAÚJO, 2007, p. 37).

De fato, a relação com o território, a leitura e interpretações dadas ao que circunda e efetivamente constitui uma cultura, considerando permanentemente a relação espaço-tempo, é parte fundamental da matriz que determina a construção de identidades no mundo moderno. Para Haesbaert (2007), o movimento crescente e complexo das relações espaço-tempo colaboram para construção de territórios ainda mais complexos e “faz com que a identidade seja construída, também, de forma crescente no e com o movimento” (HAESBAERT, 2007, p.46).

No entendimento de Araújo (2007), a partir do escopo de compreensão do senso comum, pode-se resumir a existência de três identidades básicas: indivíduo, classe e nação. Para Baptista (2002, p. 33) identidade individual consiste na “construção permanente do “ser” ao longo de sua vida. Entende-se que esta construção se dá pela relação dialética de todos os fatores envolvidos: biológicos, psíquicos e sociais”. A identidade de classe, por sua vez, fundamenta-se numa análise tradicional, baseada na ideia que estruturas conduzem a ação a partir do entendimento distinto dos públicos que a compunha, ou em outras palavras

[...] pressupunha-se a necessidade da existência de grupos com a noção de si próprios e dos seus interesses e, portanto, a existência de identidades intermediando a relação entre condições estruturais e formas de ação (RODRIGUES, 2013, p. 1).

Em se tratando de modo particular da identidade a partir do conceito de nação, Hall (2006) assinala, ao fazer menção a Gellner, que

[...] as diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, (...) o ‘teto político’ do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (HALL, 2006, p, 39).

Seguindo o mesmo raciocínio, o que Stuart Hall menciona se confirma ao passo que percebe-se que as identidades territoriais são a parte de uma totalidade que compõe uma identidade nacional. Para Araújo (2007), no entanto, a prevalência do ideário nacionalista está associado a uma referência territorial que é interpretada e vivida de forma distinta promovendo “agrupamentos identitários que escapam ao domínio imediato da relação Capital/Trabalho e da esfera da nação: os relativos ao gênero, à opção sexual, ao biótipo, etc.” (ARAÚJO, 2007, p.14).

Em consonância, Escosteguy (2010), defende que as discussões sobre identidades alternam, basicamente, entre duas matrizes: “essencialismo”, que se caracteriza na compreensão de uma categoria inerente e inata dos grupos e comunidades, portanto, em certa medida, imutável, e a matriz de “construção social” que atribui a presença dos grupos e comunidades como um produto social. É a partir desta segunda matriz, portanto, que esta pesquisa se debruça para compreender os processos de construção da identidade enquanto processo mutável e fruto das relações sociais. Segundo Edgar Morin,

“os indivíduos humanos produzem a sociedade nas interações e pelas interações, mas a sociedade, à medida que emerge, produz a humanidade desses indivíduos, fornecendo-lhes a linguagem e a cultura. (MORIN, 2015, p. 95).

Considerando os cenários de representação, se pode inferir que a construção social das identidades culturais parte, substancialmente, da identificação ou negação do sentido dado aos discursos, imagens e comportamentos por parte dos sujeitos sociais.

Tendo o Semiárido no centro dessa discussão é possível compreender que, o processo de construção social que tem determinado as identidades culturais passa pela lógica de representação e “negociação” da aceitação dessas imagens. De fato, seria possível enquadrar o Semiárido ou o Nordeste no patamar de nação. Com base nos aspectos citados por Hall (2006), que caracteriza como a narrativa da cultura territorial é contada, sem dúvidas se chegaria ao que Benedict Anderson (1983) argumentou, ao se referir a identidade nacional, no caso territorial, a uma "comunidade imaginada". A criação de uma narrativa sobre a constituição do território, o exercício de manutenção das

tradições e costumes de natureza ritual e simbólica, assim como o simbolismo na ideia de um povo “*folk puro*” (HALL, 2006, p. 53-56), está presente, não só representação do Nordeste, mas na também na constituição de cada comunidade local do território.

Henri Lefebvre (2000) sugere a existência de um espaço que sirva de referência para construção identitária, na qual a construção social da cultura se estabeleça de modo territorializado, e a ideia de pertencimento para que se estruture uma identidade territorial. Guardadas as proporções do movimento, vale destacar que o processo de manutenção da identidade é marcado pela criação dos discursos e de um imaginário contra hegemônico do território. É comum observar, em momentos variados, que os estigmas de atraso, flagelo e castigo atribuídos ao Nordeste tenta ser desconstruído a partir da criação de movimentos de resistência cultural, de modo particular nas redes sociais e entre os quais ganha destaque nacional o que recebe o título de “nação nordestina”¹⁶.

Embora o Semiárido esteja passando por um processo de reestruturação sócio espacial, observado nos trabalhos de infraestrutura desenvolvidos nas cidades, e o reordenamento histórico-cultural, decorrente sobretudo dos efeitos da globalização e da lógica de consumo imposta pelo capital, o discurso de “movimento sustentável”, em certa medida alinhado ao paradigma de convivência com o Semiárido, tem colaborado, conforme explicam Maria Santos e Díaz Cruz (2016), com o (re)conhecimento da cultura das comunidades tradicionais, e por extensão, também as rurais, fundamentado em dois movimentos: um de auto valorização por parte dessas comunidades fomentado a partir de sua organização, visibilidade e lutas políticas, e o outro pelo movimento de encantamento ecológico que marca uma geração com intenções bem menos capitalistas e mais naturais.

Nesse sentido transitório de migração e reafirmação territorial, marcado pelas diferenças e desconstrução de significados, que Bhabha (1998) chama de entre-lugar. No entendimento de Bhabha (1998), esses encontros podem se assemelhar ao lançamento de duas esferas de vidro na mesma direção. O encontro entre elas pode destruir por completo uma, a outra ou ambas. No entanto, como isso dificilmente acontece, o choque entre as duas, desvia imediatamente o caminho e curso normal ao qual cada um, com sua riqueza, delicadeza, características, etc, estava seguindo. É justamente desse choque, na visão do

¹⁶ O projeto criado pelo poeta Bráulio Bessa conta com mais de um milhão de seguidores no Facebook. No site o poeta compartilha o que há de vivo na cultura nordestina e provoca a memória com elementos culturais que se perdem com o passar do tempo. Disponível em: <https://www.facebook.com/nacaonordestina/>

autor, que se constrói a cultura. Isso é reforçado pelas ideias de Hall (2006) ao deixar explícito que a ideia de culturas inatas é utópica.

Com efeito, os postulados de Morin (2013; 2015) reforçam a natureza mutável das culturas a partir de encontros e desencontros sociais e ontológicos favorecidos pela vida em sociedade. Morin explica que se é parte de um todo e, ao mesmo tempo que o todo está em uma parte a partir do momento em que “a sociedade está presente em cada indivíduo, enquanto todo, através de sua linguagem, sua cultura, suas normas” (MORIN, 2015, p. 94). O processo de reconstrução da cultura, conforme explica Morin (2013, p. 44), está fundamentado no reconhecimento da proposta de futuro baseadas em saberes, costumes e prática do passado.

Ainda identificado como fruto do “choque” entre culturas, o hibridismo cultural, tratado por Néstor Garcia Canclini (2008) como “novas estruturas socioculturais” fruto da combinação entre práticas, reforça, ainda que em contrariedade ao pensamento do autor, condições de dominação e revela a relação de resistência às posições hegemônicas. A posição de dominação de uma cultura global frente a características locais, ao passo que promove mudanças defendidas por correntes não-essencialistas da cultura, também é capaz de colaborar com a construção, reconstrução ou distorção de identidades.

No contexto do Semiárido a dimensão espacial que transforma as sedes de cidades caracteristicamente rurais em pequenas aglomerações com caráter urbano, a educação fora de contexto, fruto da instalação dos estabelecimentos de ensino nas zonas urbana das cidades, o trânsito migratório fruto da busca de oportunidades no eixo sul-sudeste, entre outros fatores, resultam, no entendimento de Canclini, na hibridação marcada pela “desterritorialização de processos simbólicos e a expansão de gêneros impuros” (CANCLINI, 2008, p. 284). O autor, ao mesmo tempo que questiona, parece responder ao seguinte questionamento:

Como explicar que muitas mudanças de pensamento e gostos da vida urbana coincidam com os do meio rural, se não por que as interações comerciais deste com as cidades e a recepção da mídia eletrônica nas casas rurais os conecta diretamente com as inovações modernas? (CANCLINI, 2008, p. 286)

Para Maria Elisa Cevalco (2006), esse cruzamento de realidades culturais impostas pela globalização parece ser melhorado para o funcionamento de um sistema mundializado “que depende de uma engrenagem de consumo constante cuja racionalidade perversa é tarefa da cultura promover” (CEVASCO, 2006, p. 133).

Se valendo da interpretação da obra de Frederic Jameson, Bhabha (1998, p. 297) destaca a ansiedade de se unir global e local a partir da projeção de culturas. A partir disso, é possível observar como certos comportamentos experimentados no empirismo da vida cotidiana refletem rotinas que outrora marcavam diferenças entre urbano e rural, mas que contemporaneamente inserem a mesma lógica de vida justificada, comumente, aos processos de globalização e experimentados no avanço tecnológico e diluição de fronteiras. Como exemplo, a apropriação de mecanismos de comunicação e midiática, atrelados à popularização e acesso à internet que promove novas experiências nas zonas rurais e a modernização das formas de locomoção, que substituíram de modo peculiar o uso de animais de tração por motocicletas, por exemplo.

Vale reforçar que no que se refere às ambivalências das discussões sobre globalização, o que interessa nesta pesquisa é o fato de que sua influência molda formas de viver e que isso, substancialmente, é capaz de construir ou reconstruir identidades. O debate em torno do paradigma da convivência com o Semiárido, portanto, “é também uma nova maneira de lidar com os recursos naturais a partir de uma concepção que prioriza o local, à luz da identidade territorial”, conforme explica Callado (2019, p. 58). Desse modo, o que deve-se considerar sobre a identidade na perspectiva do Semiárido é que ela, a identidade, é uma construção histórica e não fixa que considera os significados socioculturais que delimitam e determinam, em medida considerável, a diferença e a identificação do indivíduo no grupo (SANTOS; DÍAZ CRUZ, 2016).

No próximo ponto, busca-se demarcar os trajetos históricos, sociais e comunicacionais que colaboraram, e ainda colaboram, para as mudanças de representação do imaginário, das identidades e da noção de pertencimento social que protagonizam a contemporaneidade do Semiárido.

1.2. Semiárido: dimensão histórico-discursiva e midiática do território

Ao abordar a dimensão histórica e discursiva de um Semiárido moldado a partir de novas lógicas de consumo e vivência cultural, passa-se obrigatoriamente por uma discussão de caráter político. Embora o papel da mídia seja fundamental no sentido da sistematização e divulgação de ideias, acontecimentos, fatos e, conseqüentemente, de um lugar, espaço ou território, a discussão sobre o imaginário contemporâneo construído em torno do Semiárido ainda fomenta relações de poder, fortemente relacionadas com as

tensões e promoções políticas que se assemelham ao que já foi visto e, aparentemente não superado, em outras conjunturas.

Mudar as referências imagéticas de um território não parece ser uma missão fácil. Com efeito, Castells (1973) sinalizava, por exemplo, para o papel que passava a ser atribuído às cidades a partir das forças da modernização. Para o autor, a expansão acentuada das cidades passou a responsabilizá-las por processos sociais mais complexos e montou representações de anonimato, solidariedade e relaxamento na existência de espaços verdes (CASTELLS, 1973, p. 93). A partir dessa visão, pode-se compreender o motivo pelo qual a zona rural é utilizada para o descanso e desconexão da vida nas grandes aglomerações.

Embora esse seja um aspecto que caracteriza uma visão renovada do território, se faz necessário compreender em que ponto da história o discurso envolvendo o Semiárido demarca, seja internamente – para aqueles que compõem o território –, ou externamente – a partir das veiculações dos sistemas de comunicação –, uma ressignificação do espaço, marcada pela ideia de pertencimento e resistência. Em outras palavras, é importante compreender a que período histórico e a quais atores sociais pode-se atribuir o trabalho de mudar ou (re)imaginar o Semiárido a partir de seu valor. De fato, não é a intenção esgotar a sistematização dos acontecimentos que caracterizam a forma de comunicar o Semiárido. No entanto, tem-se a intenção de seguir, na medida do possível, um itinerário histórico que possa subsidiar o aprofundamento teórico que será realizado em seguida.

Para melhor compreensão do percurso histórico que evidencia o Semiárido é importante demarcar momentos que se destacam no contexto da memória desse território. Para isso, recorre-se inicialmente aos estudos de Victoria Saramago (2015) em seu texto *“O sertão ao redor do mundo: escritos portugueses do século XVI”*. Analisando os escritos de Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gandavo, Fernão Gomes de Castanheda, Duarte Barbosa e outros senhores europeus que por algum motivo sistematizaram textos a coroa portuguesa, a autora desenha o imaginário do sertão numa visão europeia. Por associação, conforme já foi dito anteriormente, o território do Semiárido recebe outras nomenclaturas, sendo sertão uma delas. Desse modo, analisar o texto de Saramago sobre o sertão é, ao mesmo tempo, falar do território ao qual esta pesquisa está disposto a apresentar: o Semiárido.

Uma questão apresentada pela autora sobre os textos portugueses a ser considerada, dá conta das características iniciais atribuídas ao local. Saramago (2015) destaca a redundância com a qual são tratadas a distância e indeterminação do sertão. Em

seus escritos, portugueses se preocupavam em usar a palavra "ora" para se referirem a região remota que, diante dos escritos, “já implica interioridade em relação ao litoral”, ou para se referirem a região protegida, o que carregava seu maior significado, o de espaço não explorado (SARAMAGO, 2015, p. 235). A autora relata ainda como o sentido de fronteira do sertão estava relacionado à descoberta do território. Nesse sentido, quanto mais longe se avançava “sertão à dentro”, tanto mais tal fronteira se movimentava a oeste transformando, à época, qualquer ideia de delimitação territorial indeterminada (id., 2015).

O cenário de certeza e especulação desenhado pelos portugueses acerca do que era o sertão, levanta hipóteses fundamentadas em imaginários diversos, por vezes criados a partir do que já haviam visualizado no continente africano. O desejo incessante pelo ouro, levou Gandavo (2008) a escrever em seu tratado *“Das grandes riquezas que se espera das terras do sertão”*, que, além de ser fértil e contar com tudo necessário para sobrevivência, ainda seria um lugar rico em pedras preciosas e ouro, conforme explica Saramago (2015, p. 239-240). Gandavo (2008) complementa a descrição desse espaço como porta voz daqueles que ali já estavam: os índios. Como explica Pereira (2012), as incursões marítimas ao continente Sul-americano tinham entre os objetivos principais a expansão dos territórios europeus. Desse modo, ao mesmo tempo que se apresentava um território simbolicamente fechado e protegido, se fazia necessário apresentar, ou criar, imagens que encorajassem os colonizadores a adentrar cada vez mais ao interior do sertão.

Uma vez fracassada a investida europeia em busca de ouro no sertão, o que se consolidou foi a instalação dos cultivos açucareiros apoiados na ótima qualidade do solo e da regularidade do clima nas regiões mais a leste do continente, como relata Pereira (2012, p. 135). O autor acrescenta que

Com essa ação, forçou-se a marcha para o interior do continente, ensejando o povoamento e a prática de outras culturas, as quais serviriam de apoio ao engenho, a exemplo da pecuária, que supriu o setor canavieiro de pele, carne e animais para o trabalho (PEREIRA, 2012, p. 136).

É desse modo que a pecuária adentra o Nordeste e segue seu rumo ao sertão se transformando no empreendimento que ainda hoje marca o território, sendo responsável pelo povoamento do Semiárido nordestino.

Posto que a problemática das secas se revelaria de modo mais contundente na segunda metade do século XIX e só seria efetivamente discutida em 1850, com a criação de “uma comissão científica composta por uma leva de personagens ilustres e influentes em diversas áreas e cuja incumbência era explorar e conhecer a região problemática do país” (PEREIRA, 2012, p. 147), e mais tarde com grande flagelo entre os anos de 1875-1879 (POMPONET, 2009, p. 59), sua repercussão na vida do povo já era constatada desde os efeitos que reduziram a produção de açúcar em 1553¹⁷, na Bahia (ibid., p.147).

As primeiras providências para a problemática da seca no Nordeste datam de 1860, quando o “Barão de Capanema elaborou um relatório de avaliação das obras de combate às secas, defendendo a construção dos açudes” (id., p. 148). Nesse mesmo período, no contexto paraibano surge o que o autor chama de “o berço da colonização do sertão”. Um pequeno povoado na região, onde hoje está situado o município de São João do Cariri, se destacou pela concentração de uma classe sociopolítica organizada e influente junto à Câmara imperial. Daí é possível antever o que se tornaria, ao longo de mais de um século, uma prática comum no Nordeste brasileiro. A forte influência das elites sobre as práticas de combate à seca, em sua grande maioria de caráter emergencial, resultou na construção de obras que focaram no fator climático como solução para os problemas de desgaste ambiental, os indícios iniciais da concentração de terra e desigualdade (PEREIRA, 2008; TRAVASSOS, SOUZA & SILVA, 2013; SANTOS, SANTOS & SANTOS, 2014).

Após quase meio século desde os apelos iniciais, foi finalmente criada em outubro de 1909 a Inspetoria de Obras Contra às Secas (IOCS)”, como descreve Pomponet (2009, p. 59). Embora o país passasse, naquele momento, por um amplo processo de expansão marcado sobretudo pela “Era do ouro” da Primeira República, a carga orçamentária do novo órgão governamental não conseguiu emplacar a mudança que se almejava a priori, se detendo apenas a manutenção e criação de poucas obras de açudagem que era a prática comum desde muito tempo. De todo modo, a criação da IOCS parecia criar uma nova narrativa para o Nordeste e consequentemente para o Semiárido.

A ascensão de Epitácio Pessoa a presidência da república, em 1918 marca um período de mais atenção e investimento as obras de combate à seca na região, o que seria, no entanto, logo abandonado por seu sucessor, Artur Bernardes, respaldando-se da

¹⁷ Fernão Cardim relatou em 1583 a ocorrência da seca no Nordeste, no primeiro escrito sobre o fenômeno, em Pernambuco. Ver <https://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/2898-noticia-site-antigo-3307>

desculpa de que Eptácio teria, enfim conseguido acabar com o problema e, portanto, os investimentos podiam ser reduzidos a valores insignificantes (VILLA, 2000, p.137). Os investimentos na região só voltariam a ser ampliados na primeira metade do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) ainda na perspectiva da construção de açudes, mas agora com a construção de rodovias para levar ao sertão sob competência do o então Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que rebatizou o antigo IOCS em 1919 (POMPONET, op. cit. p. 60).

Em 7 de janeiro de 1936, através da Lei 175/36¹⁸ é instituído o Polígono das Secas que apresentava um plano de defesa contra as secas anômalas do Nordeste. Em 1945, o IFOCS se transforma em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e, embora a sucessiva mudança de nomes que o setor de combate à seca receberá durante vários anos, sua lógica de trabalho permanecia de subordinação atrelada ao interesse latifundiário, cada vez mais vinculada a ideia do poder subsidiada no fenômeno da seca. Nesse período, a prática dos “currais eleitorais” se difundiu, ainda como uma herança da República Velha (id. p. 61), levando ameaças e perseguição ao povo nordestino como forma de cooptar votos em períodos eleitorais.

Já em 1959, na gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob o comando de Celso Furtado, passa a supervisionar o trabalho do DNOCS extinguindo seu papel de execução de obras e focando em projetos de reaproveitamento de água (FURTADO, 1997, p. 129). Conforme descreve Silva (2003)

No final da década de 1950, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado, confirma que as ações governamentais de combate à seca, além de ineficazes, contribuíram para reprodução das crenças difundidas pelas elites locais de que a seca era responsável pelo subdesenvolvimento regional (SILVA, 2003, p. 363).

Com este contexto, portanto, mudava-se a lógica de leitura do fenômeno da seca a partir da uma visão meramente ligada aos fatores climáticos ¹⁹e geográficos passando a ser tratada como “produto de um conjunto de relações sociais estabelecidas ao longo dos séculos de povoamento da região” (POMPONET, op. cit. p. 61).

¹⁸ Ver Lei 175/36 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L175.htm

¹⁹ SILVA; NOBRE (2016) descrevem, a partir da análise de agendamento midiático, como o discurso da seca legitimou a implementação de políticas públicas que não dialogam com o território semiárido.

Furtado manteve sua base estratégica no diagnóstico proveniente do livro *A operação Nordeste* (1959) e visando, sobretudo, um planejamento do processo de industrialização na região. No entendimento de Furtado (1959), as relações sociais, produtivas e da natureza são o processo cultural de transformação que resultam no desenvolvimento de uma região. Em entrevista ao Diário de Pernambuco, em 17 de fevereiro de 1959, Furtado diz que “o plano de reabilitação econômica do Nordeste consiste antes de tudo, em aproveitar o nordestino em sua própria região”²⁰, tratando a possibilidade de mudança do cenário conjuntural da região a época, como uma possibilidade e não um sonho.

Com o Golpe Militar de 1964, no entanto, o trabalho da Sudene, que aparentava oferecer mudanças reais ao Semiárido, foi interrompido. Os militares passam a impulsionar um processo de industrialização concentrado no litoral, o que complica mais uma vez a situação da sociedade. No início da década de 1970, mais uma grande seca, entre tantas que marcaram a história do Semiárido, causou efeitos dramáticos ao território marcado pela má distribuição de terras. A “indústria da seca”, denunciada por Callado (1960) - que consistia basicamente na solicitação de recursos públicos para construção de obras paliativas, em sua maioria com suspeitas de fraudes que se estendiam desde a prática de corrupção até a indicação de propriedades privadas para as construções de melhor qualidade -, transformava o Semiárido numa terra flagelados que mendigavam diárias com valores insignificantes junto às frentes de emergência.

Os escritos de Buriti & Aguiar (2008) dão conta que

Os próprios sertanejos eram pejorativamente chamados de ‘flagelados’, que ‘invadiam’ os grandes centros urbanos como ‘desocupados’ que se tornavam uma ‘ameaça’ à ‘ordem’ e à higiene enfaticamente propalada pelos médicos e sanitaristas daquele período (BURITI & AGUIAR, 2008, p. 12).

Com o fim do regime militar em 1985, o Semiárido volta ao centro dos debates, de modo particular, a partir da crise que se instaura na Sudene com a seca que se estendeu entre os anos de 1979 e 1983. Nesse período se ampliam os estudos e ações relacionados à construção da proposta de convivência com o Semiárido. Assim como explica Silva (2003), a efetivação do projeto de convivência com o Semiárido tem início a partir das iniciativas da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa) e da ação prática de organizações não-governamentais que concentraram sua ação em áreas do SAB.

²⁰ Ver trecho do Diário de Pernambuco de 17 de fevereiro de 1959 disponível em Cabral (2011).

É a partir desse movimento que, de acordo com Diniz (2002; 2007), em março de 1993 uma grande mobilização na sede da Sudene em Recife/PE, passa a exigir providências eficazes que considerassem as particularidades político-sociais e ecológicas do Semiárido. Dessa mobilização surge o Fórum do Nordeste, que conta com a participação de mais de 300 entidades sociais entre representações da igreja, associações comunitárias, sindicatos rurais, entidades de cooperação internacional, movimentos de juventudes e mulheres, entre outros, que entregaram a direção do órgão uma proposta de caráter permanente com ações voltadas ao Semiárido com foco na agricultura familiar, uso sustentável dos recursos naturais e democratização de políticas públicas (SILVA, 2006, p. 79).

Conforme explicam Andrade e Cordeiro Neto (2016), o papel da igreja nesse período também ganha destaque por sua capacidade de mobilização e efetivação daquilo que Putnam (1996) chamou de “capital social de aproximação” ou “identidade coletiva” (CASTELLS, 1999), definidos por redes sociais²¹ de interesses e identidades similares que constituem grupos coesos e organizados.

No entendimento de Maíra Leite Escórcio e Elza Maria do Socorro Dutra (2018, p. 60-61) foi no final da década de 1990 que instaura-se de modo decisivo a mudança de paradigma, com “a ‘Declaração do Semiárido’ e o início da Articulação do Semiárido (ASA)”. Na ocasião da III Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP III), a organização do Fórum do Nordeste se deu de forma paralela e daquele movimento, com participação inicial de poucas dezenas de organizações, se constrói a Declaração do Semiárido²², que formalizou a criação da Articulação Semiárido Brasileiro como fruto da união de diversas entidades do Nordeste em busca de ações efetivas para a convivência com o território. Um programa de mobilização social e convivência com o Semiárido acompanhava o texto da Declaração e ficaria mais tarde mundialmente conhecido como Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC.

Conforme relata Silva (2006)

Foi possível compreender que, ao longo do século XX, paralelamente às formas hegemônicas de conceber e intervir naquela realidade, estava sendo construída a base de uma proposta alternativa de enfrentamento

²¹ Em Castells (2004, p.94), conceitua-se redes sociais como “[...] redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais, as relações de poder e assim por diante”.

²² Ver https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf

e superação das problemáticas sociais, econômicas e ecológicas. Essa concepção foi sendo formulada ao longo da história das crises regionais, como uma crítica ao pensamento e à política de combate à seca e seus efeitos, e ao modelo de modernização econômica conservadora. No período mais recente, essa construção de alternativas novas estabelece influências advindas do debate sobre o desenvolvimento sustentável, com a valorização da diversidade cultural, das identidades e dos territórios, e que vem se constituindo em um novo paradigma civilizatório (SILVA, 2006, p. 225).

O que se constata nos anos posteriores a criação da ASA é um grande processo de formação que mobiliza atores sociais em todo Nordeste, mas de modo particular no território do Semiárido, que foca sua ação nas práticas de convivência e inclui nessas discussões assuntos necessários para emancipação do povo, como as discussões de gênero, geração, renda, organização e, sobretudo, comunicação. Pode-se dizer que esse momento emblemático, apoiado de modo decisivo pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), marca a ruptura entre as práticas políticas que evidentemente não funcionaram ao longo de mais de 100 anos e o início da construção de um novo Semiárido.

Esses recortes de tempo e espaço são marcados por relações de poder que remontam a estrutura de superioridade de regimes hegemônicos em relação aqueles ditos como alternativos – seja no campo político, comunicacional, econômico ou cultural. Segundo Raymond Williams (1979), a hegemonia como cultura passa por transformações, que possui valores, experiências e realidades de domínios e subordinação e que tem caráter plural.

Tratar o tema da comunicação popular, fundamentada nas experiências e cultura local, passa a ser, portanto, uma estratégia da ASA. Essa ação se complementa com processos de sistematização de experiências e de intercâmbio entre as famílias agricultoras, que promovem a construção coletiva do conhecimento e ao mesmo um novo imaginário para o território. Desse modo, a mudança imagética do território através da comunicação, parece passar primeiro por uma ressignificação do espaço, seu valor e potencialidades para o povo que ali vive, depois pela troca de experiências sociais e construção de vínculos entre seus pares e, enfim, a transmissão de toda dinâmica de ação através dos meios de comunicação. Os Encontros Nacionais da Articulação Semiárido – EnconASA colaboram no sentido de evidenciação das ações da organização nacional, mas é nas comunidades, a partir das organizações locais, que se evidencia o papel

fundamental que o movimento de convivência com seca, preconizado pela comunicação, promove.

1.3. Semiárido paraibano: Atores sociais, Comunicação Popular o Ecossistema Comunicativo

1.3.1 PATAC e COLETIVO: uma abordagem referencial

Muitas organizações sociais do terceiro setor tiveram, e ainda têm, papel fundamental para o trabalho de convivência com o Semiárido desempenhado pela ASA. É a partir da ação dessas organizações, sobretudo entre os anos de 1970 e 1990, que mais atores sociais se uniram à causa tornando o coro contra a indústria da seca cada vez mais reverberante e levantando mais tarde bandeiras fundamentais para o cenário político-social do Nordeste Brasileiro. Nesse sentido, a constituição das “ASAs Estaduais”, como vértices da rede nacional de articulação presente nos estados que compõem o Semiárido brasileiro, relaciona-se inteiramente com as propostas de superação de um cenário marcado pela visão distorcida do território.

Desse modo, vale destacar a constituição da Articulação do Semiárido Paraibano – ASA Paraíba, que tem participação fundamental na constituição da ASA Brasil e sua história imbricada ao surgimento da organização nacional (DUQUE; DINIZ, 2003). A título de registro da importância da organização para o Semiárido paraibano destacam-se os primeiros trabalhos no campo da economia solidária para construção de cisternas de placas no Nordeste assim como as discussões e festividades que dão ênfase as “Sementes da Paixão”, como são conhecidas as sementes tradicionais da região que passadas de geração em geração, e eram armazenadas no passado de forma artesanal nos caritós²³ e que na contemporaneidade são símbolos da fertilidade e fartura no Semiárido brasileiro.

Uma organização em especial se destaca no cenário paraibano, a ONG PATAC. A proximidade do pesquisador com essa entidade, fruto de quase 10 anos de vínculo empregatício, e embasamento teórico difundido por figuras também envolvidas nesse processo subsidiará sua descrição. É a partir do trabalho desenvolvido por essa entidade

²³ No saber popular do povo camponês do Semiárido, o caritó se caracteriza como uma forma rústica de armazenamento de sementes em pequenas acomodações, em sua maioria no interior de pequenas casas ou quartos. Consiste na acomodação de sementes ou tubérculos sobre camadas de terra, formando prateleiras com o propósito de conservação desses insumos por longos períodos. Ver <<https://www.facebook.com/306856726186497/videos/673646012840898/?t=0>>

que se multiplicaram por todo Semiárido muitas das implementações e ferramentas difundidas pela ASA.

O PATAC é uma instituição de caráter jurídico constituída na forma de associação sem fins lucrativos ou econômicos (PATAC, 2017a). Sua ação tem início nos primeiros anos da década de 1970 a partir do trabalho desenvolvido pela Congregação Redentorista do Nordeste na pessoa do Irmão Urbano²⁴. O relato da professora Ghislaine Duqué²⁵, contido no livro *Ciência e Política*, dá conta de como se inicia o trabalho do religioso na Paraíba:

De fato, me liguei de forma mais estreita a uma pequena ONG que se chama PATAC. Na época, ainda não era uma ONG, mas um Programa de assessoria técnica às comunidades [Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades] ligada à Congregação Redentorista Nordestina. Essa ordem religiosa tinha vindo para o Brasil e tinha trazido um irmão holandês (especialista em construção) para construir igrejas e conventos. Quando as obras terminaram, a congregação falou que ele podia escolher: voltar para a Holanda ou ficar. Ele decidiu ficar (PERRUSO; ARAÚJO, 2015, s/n).

Aos autores, Ghislaine Duque explica que, com a grande seca que assolou o Nordeste entre os anos de 1979 e 1984, muitos camponeses deixaram suas terras no semiárido e se dirigiram para Campina Grande-PB (PERRUSO; ARAÚJO, 2015, s/n). A busca por oportunidades, no entanto, esbarrava na falta de condições mínimas para viver. Nesse cenário o Irmão Urbano passa a fazer uso de uma máquina de construção de tijolos e estimula os recém-chegados a construírem suas próprias casas.

²⁴ Ver <https://cssr-recife.webnode.pt/products/ir-urbano-dodelein-85-anos/>

²⁵ Em entrevista a Marco Antonio Perruso em agosto de 2010 no Rio de Janeiro. Atualmente aposentada, foi professora colaboradora na UFCG/Campina Grande - PB até início de 2016 e professora visitante sênior na UNIVASF de 2010 a 2014.

Figura 2 - Populares construindo suas casas com tijolos desenvolvidos pelo Irmão Urbano nos anos de 1970



Fonte: Acervo PATAC (1970)

Já no final dos anos 1970, a ação do Irmão Urbano muda seu foco e assim, o PATAC passa a desenvolver o trabalho a que se dedica ainda hoje, 50 anos depois. Duque descreve que

[...] depois de certo tempo ele começou a se questionar sobre o que estava fazendo: ele estava ajudando os migrantes a se fixar na cidade, quando seria muito mais inteligente ajudá-los a ficar no semiárido, apesar da seca. Ele começou a pensar em tecnologias de “convivência com a seca”. (...) naquela época ele tinha um grupinho de técnicos que até hoje estão por lá e são meus amigos (id.).

A partir desse ponto, o PATAC se preocupa em desenvolver estratégias de convivência, junto a movimentos da igreja católica, sindicatos e associações comunitárias, grupos de mulheres e juventudes. Em sua história a entidade esteve envolvida em causas populares de destaque, ainda nas décadas de 1970 e 1980, como a ocupação da Fazenda Paus Brancos²⁶ e mais tarde, nos anos 1990, com o movimento de articulação de movimentos sociais que deu origem a ASA.

²⁶ Ver ‘É QUE A TERRA NÃO É TUDO’: um estudo sobre o assentamento Paus Brancos e seus mediadores, SILVA (2017).

Figura 3 - Mobilização para ocupação da Fazenda Paus Brancos



Fonte: Acervo PATAC (1980)

Após se desvincular da Congregação Redentorista, o PATAC se formalizou como ONG e acessou, através de entidades internacionais, recursos para dar seguimento ao seu trabalho (PERRUSO; ARAÚJO, 2015, s/n). Se estatuto descreve, em seu artigo quarto, que

O PATAC dedicar-se-á às suas atividades por meio da execução direta de programas, projetos e planos de ação que visem o atendimento de sua visão e implementação de seus objetivos, podendo estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas através de termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação e outros instrumentos legais, bem como prestar serviços a outras instituições sem fins lucrativos e órgãos do setor público que atuam em áreas afins (PATAC, 2017a).

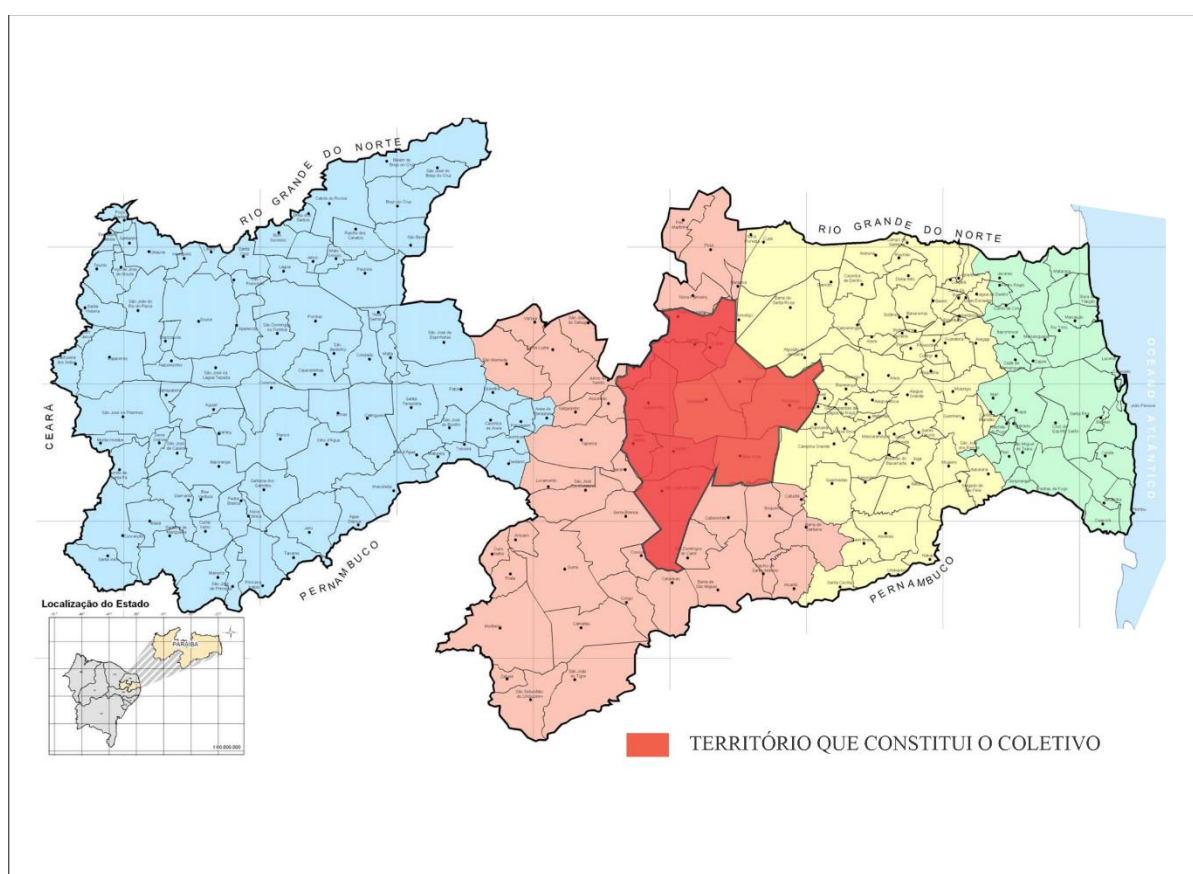
Vale destacar o papel mobilizador que a ONG assumiu no início dos anos 1990 no sentido de implementar a construção das primeiras cisternas de placa²⁷ no estado da Paraíba. A modalidade de financiamento é o que já chamava atenção por se tratar de uma prática que consistia na arrecadação solidária de fundos para a construção de cisternas em forma de mutirão, os quais se multiplicavam nas comunidades até que toda a família envolvida tivesse, enfim, sua cisterna nos arredores de casa.

²⁷ Cisterna implementada a partir da técnica de construção de placas pré-moldadas, que em sua maioria eram produzidas pelas próprias famílias agricultoras, em seguida são posicionadas em forma de circunferência em um buraco feito no solo, revestida com cimento e coberta (MATIAS, 2001).

Essa prática, chamada de Fundo Rotativo Solidário - FRS, ainda hoje faz parte da dinâmica de trabalho do PATAC e se evidencia de modo sustentável, sendo gerido e administrado pelos próprios camponeses que hoje ressignificam a prática da Economia Solidária²⁸ com a aquisição de animais, sementes e até construção de sedes para o trabalho comunitário.

Desde que o foco do PATAC se voltou de modo mais intenso para as ações no campo, o território ao qual se comprometeu a atuar foi o Semiárido, de onde migraram os primeiros camponeses apoiados pelo Irmão Urbano. A ação que se concentrou inicialmente em municípios compreendidos entre o Cariri, Curimataú e Seridó paraibano, hoje atua com formação sócio organizativa em 12 cidades da diagonal mais seca do estado.

Figura 4 - Território que constitui o COLETIVO



Fonte: do Autor (2020)

²⁸ Conforme explica Paul Singer (2002, p. 21) “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”. Esta dinâmica social se fundamenta, entre outras coisas, no cooperativismo de crédito, que no caso do território é convertido não só em dinheiro, mas em animais, plantas forrageiras, arame e, até, instrumentos musicais.

Nesses municípios o trabalho de formação para convivência com o Semiárido se amplia nas frentes temáticas: juventude camponesa e agroecologia, mulheres e agroecologia, sementes, animais, fundos rotativos solidários, acesso aos mercados e água.

Conforme descreve o artigo segundo de seu estatuto

O PATAC tem a missão de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar no Semiárido brasileiro, especialmente no Estado da Paraíba, através da agroecologia como base técnica, metodológica, científica e organizativa, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (PATAC, 2017a).

O conceito de Agroecologia emerge dos estudos iniciais de Sir Albert Howard, ainda nos anos de 1934. Mais tarde, em meados dos anos 1960, Trofim Lysenko, adota os conceitos no curso de agronomia na Ucrânia. Conforme explicam Assis e Romero:

A agroecologia é uma ciência desenvolvida a partir da década de 1970, como consequência de uma busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa que já vinham se desenvolvendo desde a década de 1920. Surge como resposta aos críticos destes movimentos por uma nova agricultura integrada ao meio ambiente, que os definiam como uma tentativa retrógrada de volta ao passado na agricultura (ASSIS; ROMERO, 2002, p. 68)

No mesmo sentido adotado pelos autores Assis e Romero (2002), a agroecologia é entendida por Caporal e Costtabeber (2004, p. 7-8) como “um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável”. No Semiárido brasileiro, de modo particular, a agroecologia passou a representar a agricultura que agrega as esferas sociais, culturais, éticas e ambientais ao universo das práticas livres do uso de intensivos agrícolas – o veneno -, ou modificação do material genético das variedades – a transgenia.

Para tornar esses conhecimentos mistos, ora científicos ora populares, de fácil compreensão, o trabalho desenvolvido pela ONG sempre esteve articulado de modo muito íntimo à comunicação. Ainda nos anos 1970, o PATAC passou a criar materiais impressos em formato de almanaque, com alta capacidade comunicativa, sobretudo para camponeses, nos quais compartilhava conhecimento, sistematizava histórias de famílias camponesas e se posicionava politicamente. Com a evolução das comunicações digitais,

essa ação ganhou força, acessou as redes e continua prestando papel importante na divulgação de um semiárido vivo.

Fruto do trabalho de mobilização desenvolvido do PATAC, em 2005 se formalizou um ator social na região de atuação do PATAC. O Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano (PATAC, s/n, online) é uma organização social que se caracteriza pelo aspecto de rede, sendo integrado por grupos de jovens e mulheres, criadores de animais, armazenadores de sementes, camponeses experimentadores e membros de fundos solidários que, de modo geral, estão presentes em todas as dinâmicas animadas pelo Patac. O Coletivo, portanto, é a entidade parceira do PATAC no território do Semiárido articulando as organizações presentes nos seguintes municípios: Pocinhos, Olivedos, Boa Vista, Gurjão, São João do Cariri, Soledade, Juazeirinho, Tenório, São Vicente, Cubati, Pedra Lavrada, Santo André.

Entre as ações promovidas por essas organizações se destacam a realização de feiras temáticas da agricultura familiar, os processos de formação social e política dos diversos grupos, a circulação de boletins informativos sistematizados a partir das experiências de agricultores e agricultoras chamados de experimentadores, a realização de programas de rádio em estações comunitárias, a produção audiovisual de filmes, esquetes e documentários por parte da juventude camponesa rural, as festas regionais das Sementes da Paixão – importante celebração para os camponeses nas quais se celebram as sementes crioulas -, os encontros de juventude e mulheres, entre outras atividades em que a comunicação é a ferramenta indispensável para realização.

Todo esse trabalho constitui uma dinâmica de troca e simbolismos muito fortes. Esses processos sociais colaboram para a manutenção da identidade rural e camponesa ao passo que estabelecem certas diferenças entre aqueles que compõem o movimento e aqueles que, por algum motivo, não o compõem. A estrutura que se monta em torno das relações comunicacionais, institucionais e sociais, interna ou externamente, inaugura um espaço com características próprias, normas e uma série de elementos aos quais vai se tratar no tópico seguinte.

1.3.2 Comunicação Popular e o Ecosistema Comunicativo do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano

Pensar ações de fins comunicativos é também pensar na relação entre emissores e receptores de informações. Inevitavelmente, a práxis do processo comunicativo perpassa

por outras necessidades que se estendem ao clássico paradigma teórico defendido por Harold Lasswell (1948). Mario Kaplún (1985), amplia esta discussão considerando, para tanto, uma mudança permanente de posicionamento entre emissor e receptor de modo que se estabelece uma via de mão-dupla na qual, ambos os sujeitos são, ao mesmo tempo, produtores e receptores da mensagem. A relação dialógica que se estabelece nesse processo de co-criação da mensagem e do discurso através do ritual de interação, é amplamente validado na prática da comunicação popular.

A proximidade relacional entre comunicação e educação, por exemplo, supera as ideias de concentração do conhecimento e do caráter técnico atribuído aos meios de comunicação. Em consonância a esse pensamento, Kenski (2008, p. 3) confirma que “quanto mais ampliamos o sentido dos dois termos – educação e comunicação – mais compreendemos a estreita relação entre os mesmos”.

Ampliando o olhar para o que cerca as discussões sobre comunicação e educação, chega-se aos conceitos conhecidos no campo da Educomunicação. Conforme explica Ismar Soares (2002), a Educomunicação é um conjunto de ações que, planejadas, implementadas e avaliadas, tem como objetivo criar e fortalecer “ecossistemas comunicativos” em espaços educacionais ou virtuais. O termo Educomunicação, que tem seu uso atribuído pela primeira vez na América Latina por Mário Kaplún, é conceituado por Silva e Messa (2013) “como uma área intrinsecamente ligada à Comunicação Social e à Educação”. Para Peruzzo (2013, p. 176) a Educomunicação é possível a partir do exercício pleno do direito à comunicação comunitária, aos moldes da educação formal ou da educação informal. Essa forma de comunicação, por se situar na base e nas relações mais próximas entre os sujeitos,

Tem sido denominada de comunicação participativa, popular, horizontal ou alternativa, entre outras expressões, para se referir ao processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil na América Latina (PERUZZO, 2013, p. 173).

Com efeito, deve-se considerar o processo educ comunicativo como aquele que, fundamentado na relação educação-comunicação, fomenta o exercício pleno da cidadania através do direito de consumo e produção de mensagens, sejam elas de nas relações face a face ou mediadas tecnologicamente (SGOTI; PERUZZO, 2015, p. 10).

Para colocar em discussão algo que se faz extremamente valioso nessa pesquisa, retoma-se a definição de Educomunicação dada por Ismar Soares (2002) para considerar

a expressão “ecossistema cognitivo”. Antes de adentrar em seu conceito, vale considerar que na obra *“Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática”*, Pierre Lévy (1995) trata de uma ecologia da inteligência considerando que a construção de um saber cognitivo depende necessariamente de uma coletividade. Essa coletividade, de acordo com Lévy, se constitui de redes complexas que envolvem atores humanos, biológicos e técnicos.

As coletividades cognitivas se auto-organizam, se mantêm e se transformam através do envolvimento permanente dos indivíduos que as compõem. Mas estas coletividades não são constituídas apenas por seres humanos. Nós vimos que as técnicas de comunicação e de processamento das representações também desempenhavam, nelas, um papel igualmente essencial. (LÉVY, 1995, p. 144)

Desse modo, o ecossistema cognitivo se configura como um espaço de influências humanas, biológicas e técnicas da qual emana a construção do conhecimento ou da inteligência.

Martín-Babero (1998) lança mão do conceito de Lévy (1995) para trabalhar a ideia do ecossistema comunicativo. Ao trabalhar a dimensão da Educomunicação e a necessidade de considerar a educação a partir da lógica comunicacional, Martín-Barbero (2002, p. 332) explica que é fundamental “pensar no ecossistema comunicativo que constitui o entorno educacional difuso e descentrado em que estamos imersos”. Em outras palavras, o entorno construído, não somente no que se refere à educação, mas todas as relações sociais, está constituído também por um sistema que relaciona os sujeitos da comunicação e os sujeitos em comunicação (FRANÇA, 2006) - e seus devidos *ethos* - com os espaços que os cercam e suas devidas características.

Conforme Liana Gottlieb (2010), o ecossistema comunicativo é aquele formado por “teias” de relações em determinado território ou espaço educativo (presencial ou virtual), que – supõe-se – sejam: a) inclusivas, nenhum membro da comunidade pode sentir-se fora do processo; b) democráticas, reconhecendo fundamentalmente a igualdade radical entre as pessoas envolvidas e c) criativas, sintonizadas com todas as formas, os procedimentos, as linguagens e as tecnologias que facilitem, e tornem possível, a esperada integração. Desse modo, Silva e Messa (2013, p. 87) reforçam que “o entendimento do que vem a ser um ecossistema comunicativo está relacionado a um espaço que se preocupa em cuidar da saúde e do bom fluxo das relações entre as pessoas e os grupos humanos no ambiente educacional”.

No contexto do Semiárido paraibano, a ideia de ecossistema comunicativo ganha força a partir da comunicação dita popular, baseada no pressuposto Freireano da dialogicidade, conceituado a partir do diálogo e da participação em obras como *Pedagogia do Oprimido* (1987) e *Extensão ou Comunicação* (1983), assim como do processo anterior, atribuído às ações formativas de cunho religioso desencadeados pelas Comunidades Eclesiais de Base, ainda nos anos 1960. Conforme explica Beatriz Dornelles:

Assim, ocorreu o surgimento de uma nova palavra, formando uma rede de comunicação popular. Essa comunicação era produzida, considerando a realidade da comunidade. Na estrutura anterior aos anos 60, as classes populares eram vistas como uma grande massa sem voz nem forma. Na nova relação houve significativas mudanças na cultura comunicacional (DORNELLES, 2007, p.2).

Com efeito, as discussões sobre comunicação popular na América Latina tomam corpo, sobretudo nos anos 1980, e se somam aos esforços de Paulo Freire através de considerações importantes para o campo, galgadas especialmente por Luiz Ramiro Beltrán (1981), Mario Kaplún (1985) e, mais tarde, Jesús Martin-Barbero (1987).

Beltrán (1981) defende o modelo de comunicação horizontalizado que se fundamenta no exercício do direito de comunicar. Nesse sentido, Beltrán (1981, p. 72) conceitua a comunicação horizontalizada, sobre a tríade prática do exercício do direito de receber mensagens, do direito de transmitir mensagens e do direito de tomar parte do direito de produção e transmissão de mensagens.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 dedica um capítulo especial à Comunicação Social e garante em seu Artigo 220, o direito pleno de manifestação do pensamento, criação e informação sem qualquer restrição de política, ideológica ou artística. No entanto, embora exista uma lei magna que determine tal conduta, o interesse na regulação da mídia, as garantias do direito de produção e veiculação, sobretudo, acabam por não ser parte do interesse do Estado em suas diversas esferas. Isso resulta primeiro no descumprimento da lei por parte do próprio poder público e depois numa certa dependência infocomunicacional dos grandes conglomerados de comunicação do país.

Considerando a comunicação como direito que precisa ser respeitado, Gomes (2007) reforça que o tema se relaciona como a garantia da dignidade humana e reforça que “um direito que está em processo de afirmação (...) necessita sempre ser reafirmado

como um direito humano” (GOMES, 2007, p. 131). Nessa direção, Gislene Moreira Gomes classifica a comunicação como

[...] estratégia fundamental na ressignificação e valorização das identidades locais, ferramenta na constituição de redes e mobilização de atores sociais, além de elemento capaz de promover a circulação e difusão de informações de interesses comunitários e a mobilização popular. Sob esta perspectiva da comunicação como um dos *locus* possíveis de ação na contemporaneidade, os processos comunicativos se configuram como um elemento novo e estratégico no processo de desenvolvimento territorial participativo. (GOMES, 2005, p. 48).

É no mesmo sentido atribuído por Gislene Gomes (2005) à comunicação, que a Educomunicação se apoia para efetivar uma *práxis* comunicativa que se fundamenta no direito à comunicação e na participação ativa, cidadã e crítica por parte da sociedade. Segundo Metzker (2008, p. 4), “a Educomunicação depende de todos os agentes envolvidos, portanto, ela jamais pode ser imposta; é preciso conquistá-los, fazer alianças, sempre levando em consideração as condições específicas de cada ambiente”, o que se alinha ao pensamento de Freire ao explicar que

[...] na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo (FREIRE, 1983, p. 45).

Assim, além do pensamento de Gomes (2005), convergem na direção da Educomunicação os postulados de Kaplún (1985) – com foco na comunicação enquanto processo para superar sua ênfase no modelo tradicional que dava mais destaque ao conteúdo e seus efeitos -, mais tarde, os estudos de Martín-Barbero (1987)²⁹ - que reforçam a ideia de que o sentido da comunicação não se esvazia nos meios, mas se difunde, ganha novos significados e práticas nas mediações -, e mais contemporaneamente nos estudos de Wolton (2010) ao fazer uma distinção crítica entre informar e comunicar, dando ênfase ao comunicar a partir da ótica humanista e a considerando como exercício democrático.

Pode-se dizer, portanto, que as características biológicas e geográficas do Semiárido paraibano, aqui de forma particular dos municípios que compõe o território de

²⁹ A tradução Brasileira de “*Dos meios às mediações*” só aconteceu 10 anos mais tarde, em 1997.

ação do PATAC e Coletivo, assim como os devidos atores sociais e sua etologia e, por fim as técnicas adotadas para o devido fluxo comunicacionais entre esses entes, constitui de modo concreto o ecossistema comunicativo que compõem o objeto de estudo desta pesquisa. Entre as particularidades do ecossistema comunicativo estudado, destacam-se duas dimensões da comunicação: a midiatização e a mediação.

De fato, conforme explicam Guindani e Morigi (2012, p. 195), “problematizar os processos de mediação e midiatização são pré-requisitos para a compreensão da questão agrária contemporânea”. A midiatização é apontada por Spyer (2018) a partir do uso de mídias digitais em comunidades “emergentes” e mais tarde por Callado (2019), como resultado do crescimento gradual do rural digitalizado. Enquanto processo, a midiatização ganha destaque não pelo apelo relacional atribuído à globalização, tecnicismos e relações de consumo atreladas a si, conforme se sustenta a crítica de Sodré (2009, p. 21-22), mas, no sentido aqui empregado, a partir da possibilidade que instaura-se no ato, no direito e na possibilidade de comunicar atrelada à todas suas características. A mediação, por sua vez, passou a reconstruir a forma de apresentar, imaginar e falar sobre o Semiárido, considerando o espaço, suas potencialidades e riquezas e transformando sujeitos em protagonistas de suas histórias, sobretudo pela influência de movimentos sociais espalhados por todo Nordeste.

A comunicação como estratégia de trabalho por parte do PATAC e do Coletivo no território do Cariri, Curimataú e Seridó, apoia-se na mediação enquanto modo de intervenção sociopolítica (D’AVILA 2001, p. 45) e efetiva-se na midiatização a partir de “[...] diversos mecanismos, segundo os setores da prática social, produzindo distintas consequências” (VERÓN, 1997, p. 9). É desse modo que se torna possível romper com o entendimento puramente instrumental e passivo das técnicas de comunicação atribuindo, a essas, novos significados.

Analisar esse ecossistema comunicativo a partir destes elementos não pode, no entanto, desconsiderar os fatores biológicos e geográficos que compõem esse ecossistema, tampouco os fatores sociais e simbólicos que garantem a memória desse povo. Conforme já foi apresentado neste capítulo, os fatores climáticos, as relações de poder, a articulação coletiva e o protagonismo social devem levar as reflexões para uma leitura dialógica da relação entre midiatização e mediação nesse ecossistema comunicativo.

Desse modo, são parte constituidora desse ecossistema comunicativo as organizações sociais, o Estado e as mídias, assim como os períodos de estiagens, as

tecnologias sociais de armazenamento de alimento e água para animais e humanos, as feiras da agricultura familiar, as escolas enquanto espaço de socialização e construção dos saberes, as religiosidades, crenças e costumes locais e por fim, é preciso constituir o povo, mas de modo particular neste trabalho a juventude camponesa rural, como parte desse ecossistema.

2. SEMIÁRIDO VIVO, JUVENTUDE VIVA

2.1. Juventude e Semiárido

A juventude é uma fase da vida que assume diferentes significados no Brasil quando avaliados contextos históricos, sociais e culturais que consideram a divisão rural e urbano. De fato, a atribuição dada à juventude como um momento de transição da infância para a vida adulta está acompanhada das características que começam “com a puberdade e terminam com o momento de assumir plenamente as responsabilidades e autoridade do adulto” (DURSTON, 1998, p. 7).

O conceito de juventude também está atrelado à ideia de tempo e devir,

[...] relacionada a uma idade cronológica ou a um momento específico da vida, não rigorosamente mensurado, mas historicamente localizado dentro do ciclo de vida da pessoa, obedecendo a algumas prerrogativas culturais ou, ainda, ao tempo que ainda não existe, o futuro, fruto das possibilidades que se apresentam delineadas ou não nas ações do presente. (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2011, p. 285).

Em complemento a essa ideia, Lôbo e Nascimento (2012) revelam que

[...] pensar juventude nos remete a características que vão sendo constituídas muito mais por relações sociais e relações todas sobre as dimensões e aspetos de diferenciações psicossociais, buscas sobre o que se quer ser na constituição identitária, vínculos, atitude, valores, rebelados e posicionamentos políticos de toda uma ordem, extremamente vivenciais e não somente de experimentações sensoriais. (LÔBO; NASCIMENTO, 2012, p. 5)

É claro que embora essa moratória, que consiste na construção social referente ao adiamento do acesso ao mundo do trabalho, reprodução e participação cidadã, legitimado pelo tempo de formação para o futuro em sociedade (ABRAMO, 2005, p. 41), não valha de modo homogêneo e igualitário para todos os jovens do Brasil. Com efeito, é preciso ter atenção para várias condições da vida juvenil, as relações com seus pares, o território e o que aqui se trata como ecossistema comunicativo, e como tudo isso favorece a construção das identidades independentemente da localização geográfica.

Maria Wanderley (2013, p. 38) nos situa diante de um primeiro recorte ao qual os jovens rurais assumem, desde cedo, obrigações e responsabilidades que a grande maioria dos jovens urbanos não o fazem. Essas evidências, de sua pesquisa, revelam que tais

obrigações atribuídas à juventude camponesa rural “ameaçam sua preparação para o futuro, vivenciando, na melhor das hipóteses, uma moratória mitigada” (WANDERLEY, 2013, p. 38). Assim sendo, a construção de visão do mundo por parte da juventude camponesa rural não acontece do mesmo modo que para a juventude urbana. Ainda que o rural tenha passado por mudanças significativas, sobretudo no que se refere aos processos de globalização e tecnologia, as diversas relações do jovem com esse território passam a exigir de sua força de trabalho desde muito cedo.

De fato, o conceito de juventude é de demarcação imprecisa face às diversas formas de apresentá-lo. Isso pode ser explicado pelo fato dessa etapa da vida ser culturalmente determinada por contextos, sócio espaciais e políticos, distintos. Ser jovem num centro urbano, politicamente organizado e com características de concentração de capital, oportunidades e desenvolvimento é bem diferente de ser jovem camponês no Semiárido brasileiro, por exemplo.

Nas palavras de Durston (1998), definir um conceito para juventude rural não passa necessariamente pela significação do termo, mas pela construção de um marco teórico que se fundamente num “enfoque etário” que dê conta das relações socioeconômicas desses sujeitos com a evolução do local em que vivem (DURSTON, 1998, p. 7-8). Para tanto, o autor se vale de três processos distintos que exercem influências uns sobre os outros: o primeiro diz respeito ao ciclo de vida de uma pessoa – aqui o autor considera as etapas de infância, juventude e vida adulta –, depois a evolução cíclica do “lugar rural” – nesse ponto estão inclusas as discussões entre urbanização e modernização do espaço rural. Por fim, as relações intra e intergeracionais que, nas palavras do autor, “surtem em grande medida da interação entre os ciclos de vida dos filhos e seus lugares de sociabilização” (DURSTON, 1998, p. 8).

No Brasil, de acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990): “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). Já conforme dispõe o artigo 1º do Estatuto da Juventude, (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013): “Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013).

O capítulo anterior preocupou-se em considerar características e leituras da evolução daquilo que Durston chama de “lugar rural”. Já neste capítulo, segue-se caracterizando a relação entre a juventude camponesa rural e o lugar rural a partir dos aspectos socioeconômicos e políticos, de modo adicional. Portanto, nesse sentido se faz

necessário compreender sobre que juventude se trata nessa pesquisa, como os mesmos se organizam e como estabelecem construções culturais com outras gerações.

Segundo dados oficiais do último Censo (IBGE, 2010), a população paraibana é de 3.763.566 habitantes. Deste total, 25% pertencem à zona rural e 75% residem na zona urbana. Conforme informações da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA Brasil, 12% da população brasileira vive no Semiárido, o que representa aproximadamente 27 milhões de habitantes. O Semiárido compreende 1.135 municípios brasileiros, segundo a Resolução 115 da Sudene, de 23 de novembro de 2017. Desse total, 194 municípios estão no estado da Paraíba, o que representa pouco mais de 76% de todos os municípios do estado e mais de dois milhões de habitantes. Dados catalogados em síntese por Medeiros et al. (2012), apontam que pelo menos 20% da população paraibana que vive no Semiárido (quase meio milhão de pessoas) é formada por jovens com idade entre 12 e 18 anos, sendo 80% desses moradores de zonas rurais.

A vida cotidiana da juventude camponesa rural do Semiárido é marcada pelas fortes relações familiares e com a comunidade (WANDERLEY, 2013, p. 32), que constituem o ecossistema comunicativo ao qual estão inseridos. É a partir desse primeiro quadro de interações que a juventude cria sua experiência afetiva, que se estende mais tarde para a relação com seus pares na comunidade, através de grupos de amigos e práticas religiosas coletivas. Num segundo momento, é na escola que esses laços tendem a se ampliar na medida em que novas sociabilidades se estabelecem. Na verdade, essas relações nem sempre são tão harmoniosas como se pode imaginar, sobretudo quando se fala das relações no espaço escolar.

De acordo com Wanderley (2007) pode-se dizer que esses jovens vivenciam aquilo que a autora chama de duplo “enquadramento”, que se constitui num primeiro momento pela deslegitimação da condição de jovem rural por parte dos pais a partir da aproximação dos filhos aos centros urbanos, o que os tornaram “mais urbanos” que rurais no entendimento dos adultos. Wanderley (2013, p. 33) destaca, no entanto, que o *locus* “urbano” é complementar a vida social na comunidade rural, se estabelecendo a partir das necessidades do “acesso a bens e serviços, como a educação, bens de consumo e outras formas de lazer”, o que noutro tempo da história não seria possível por conta de questões relacionadas ao próprio desenvolvimento do lugar rural.

No segundo momento, o problema enfrentado pela juventude está na desvalorização do mundo rural pela lógica urbana, o que se legitima no apoio ao imaginário pejorativo criado acerca desse espaço e como ele passa a ser usado como

demonstração do preconceito com aqueles que vivem no mundo rural. Desse modo, portanto, é possível identificar como as relações parentais, sobretudo na relação paterna, fundamenta-se no autoritarismo e, por outro lado, como as hierarquias sociais se alastram nos espaços de organização coletiva (CASTRO et al. 2009), sejam elas a partir de interações de caráter intra ou intergeracional. Para Elisa Guaraná de Castro, uma aparente contradição merece destaque. Segundo a autoria,

“[...] Paradoxalmente, a categoria ‘jovem’ é fortemente valorizada e constantemente acionada nos discursos dos pais e dos movimentos sociais, associada à renovação e ao futuro, ou seja, como categoria-chave na reprodução da produção familiar” (CASTRO et al., p. 39).

Essa disparidade que se estabelece entre a carga de preconceito e a exigência de uma conduta de renovação, que não se distancie do desejo idealizado pelos pais, exerce forte influência nas questões relacionadas ao projeto de sucessão rural no Semiárido. Se por um lado os jovens rurais camponeses são alvos das ações provenientes do imaginário construído acerca do espaço em que vivem e, por outro da demanda imposta pela sociedade para que sejam a mudança, se instala uma confusão no que diz respeito à possibilidade de mudança a partir da situação e condição que esses jovens experimentam.

Vale destacar que, diante das inúmeras possibilidades da compreensão sobre o ser jovem, a atribuição do termo “juventudes” ganha relevância significativa na contemporaneidade, conforme aborda Moereira (2018) em *Sertões contemporâneos*. Com efeito, mesmo entre os jovens camponeses rurais, é possível mapear perfis distintos de organizações coletivas de jovens que se articulam e se mobilizam mediante uma série de características próprias, amplificadas pelo processo de globalização.

Levada pela heterogeneidade da vida cotidiana protagonizada pelos jovens, Helena Abramo (2005) se preocupa em distinguir os conceitos de condição e situação, para compreensão do que Singer (2005, p. 28) compreende como “tempo de crise social no qual os jovens de hoje nasceram”. Desse modo, a condição é compreendida por Abramo (2005, p. 42) como “o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida que alcança abrangência social maior, referida a uma dimensão histórica geracional”. Por outro lado, a situação refere-se a como essa condição é vivida a partir de recortes de classe, gênero, etnia, etc (ABRAMO, 2005, p. 42).

Portanto, é importante pensar ainda que as particularidades vividas por jovens rurais, no atual contexto sócio cultural brasileiro, colaboram para um possível movimento

de abandono, esquecimento ou relativização de tradições, mitos e religiões, geradas, em certa medida, pelo individualismo, perda do sentido de comunhão e coletividade. O desapego e o distanciamento cada vez maior da agricultura, por exemplo, pode ser visto como “consequência da concentração das atividades econômicas nos grandes centros urbanos do país” (WANDERLEY, 2013), o que reduz um sentimento de cuidado com a Terra.

Conforme explica Ricardo Abramovay (1998, p. 36), a questão da sucessão rural na agricultura se dá “quando a formação de uma geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade”. Assim sendo, a questão da sucessão rural se articula em dois movimentos: um intra-dirigido, no qual o jovem estabelece uma percepção interior de sua vida e a coloca em prática com seus pares, portanto de dentro para fora, e um movimento alter-dirigido que se constitui da relação com a terra, seus pares e todo ecossistema, dessa vez, portanto, de fora para dentro.

As particularidades das situações dos jovens que vivem no Semiárido ganham, portanto, relevância considerável ao passo que questões como o envelhecimento da população, a questão da sucessão, da masculinização da juventude (ABRAMOVAY, 1998) e, de modo particular, a construção identitária na perspectiva camponesa rural³⁰ ganha destaque em movimentos sociais, sobretudo nos últimos 20 anos. A ação dessas organizações na zona rural, combinadas ao processo de midiaticização no mundo rural, influenciam diretamente na forma como as comunidades locais compreendem a juventude enquanto categoria social e, ao mesmo tempo, passam a construir o arcabouço imagético a ser consumido pelos jovens.

2.2. Juventude no Semiárido em midiaticização

Em entrevista ao canal CNN Brasil, o historiador Leandro Karnal (2020) explicou que a história muda o tempo todo, mas que, basicamente, três coisas são capazes de acelerar essas mudanças, a saber: as guerras, as pandemias e as revoluções. De fato, a terceira revolução industrial, também conhecida como revolução digital, tem colaborado para a efetivação de um amplo processo de mudanças culturais em todo o mundo. De

³⁰ Mais uma vez, a expressão “camponesa rural” diz respeito à organização de grupos sociais de base familiar que se dedica a atividades agrícolas em graus de autonomia distintos e que efetiva sua prática *in loco* “rural”.

modo particular, quando se faz referência a internet e ao crescimento exponencial no número de usuários da rede no Brasil, percebe-se uma crescente necessidade de manter-se conectado em virtude de uma série de fatores como o trabalho, contato direto com filhos e realização de transações bancárias, por exemplo. Conforme explicam Burke e Briggs (2006), esse desenvolvimento só se fez possível graças à popularização dos computadores em algumas regiões.

Tratar sobre revolução digital no Brasil é colocar-se diante de um quadro de desigualdade considerável que, além de se desenhar a partir da deficitária capacidade de entrega das empresas por sinal de internet de qualidade e elevado custo de serviços digitais (leia-se banda larga), ainda esbarra na falta de letramento digital e midiático de parte considerável dos usuários, o que, em certa medida, deixa essa condição de disparidade ainda mais latente. Tomando a dimensão continental que o país tem e sua grandeza, também no que se refere aos problemas sociais e de classe, pode-se imaginar quem são aqueles que compõem um terço da população brasileira sem acesso à internet, por exemplo.

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, divulgou, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, dados acerca do acesso à internet no Brasil. Segundo a pesquisa, o número de usuários de internet no Brasil saltou de 116,1 milhões em 2016, o que equivalia à época a 64,7% da população, para 126,4 milhões em 2017, o equivalente a 69,8% da população nacional (IBGE, 2017). “No Brasil, a ampliação de disponibilidade deste tipo de conexão foi maior na zona rural em comparação com a zona urbana, mas que ainda é reflexo de uma carência maior por este tipo de infraestrutura na zona rural”, conforme explicam Rodrigues e Moreira (2018, p. 15).

Diante desse cenário midiaticado, no qual as tecnologias da comunicação e informação determinam como se vive, e ao mesmo tempo são determinadas pelo viver, o que se observa ainda é um certo retardo na difusão das tecnologias digitais nas zonas rurais do país. Embora esse retardo não impossibilite uma maior apropriação da população do campo aos meios de comunicação digitais, ele demarca grandes disparidades no que se refere às experiências de acesso a tais tecnologias, todavia não deixam de marcar um cenário de mudanças revolucionárias também no meio rural brasileiro.

O produto das “radicais mudanças simbólicas [...], tanto nas sociedades e nos sistemas de comunicação” (CANCLINI, 2007, p. 69), mudanças essas geradas pela

ascensão tecnológica e digital, se refletem de modo conciso na midiatização. Para tratar desse conceito é importante considerar que, embora a compreensão inicial sobre a midiatização possa levar para o entendimento de uma abrangência técnica, com foco no aparato, nos dispositivos, de acordo com Gomes (2016), convém compreender a origem dessa expressão para a comunicação e a que ela etimologicamente se refere. O autor contextualiza e complementa as ideias postuladas por Sodré (2009), Spyer (2018) e Callado (2019) destacando que a palavra midiatização

[...] É um neologismo, pois, na sua origem, é apenas o plural de “medium”, termo latino que significa meio. Nesse caso, o plural é “media”. Nos Estados Unidos, a pronúncia é “mídia” e se difundiu como sinônimo de cada meio em particular. Daí que, na publicidade, fala-se de mídia impressa, mídia televisionada, mídia eletrônica etc (GOMES, 2016, p. 4).

No aspecto histórico o que se tem constatado, portanto, é que se assumiu o termo mídia para tratar da totalidade dos meios de comunicação, e essa generalização deu origem ao termo midiatização, ou, em outras palavras, o processo – social ou comunicativo, no entendimento deste trabalho –, que abrange os mais variados dispositivos midiáticos. Desse modo, de acordo com o próprio autor, “muito mais que referido a instrumentos, o medium assemelha-se mais com uma ambiência” (id., p.4), o que, por sua vez, tornaria o conceito de midiatização relacionado, além da apropriação do aparato técnico de produção e de sistematização de informações através do digital, também com todas as tecnologias sociais promotoras de interação/mediação no mundo globalizado.

Para Braga (2012) é a relação entre campo e circuito que caracteriza a “sociedade em midiatização”. Braga (2012, p. 44) chama de “circuitos múltiplos de interação” - uma perspectiva para o que o autor trata como “sociedade em midiatização” e que se apoia na ideia de “campo social”³¹ proposta por Bourdieu (2003) -, os contornos nos quais a sociedade interage, ora de forma dialógica, ora de forma especializada, ora de forma solitária, ou ainda em momentos “tecno-distanciados”. Assim sendo, o autor observa os meios – termo aqui adotado no sentido instrumental –, como um campo fundamental para o processo de midiatização, mas não o único já que tais momentos se interferem “enquanto processos fortemente tentativos” (BRAGA, op cit, p. 44), conforme destaca o

³¹ O campo, na teoria sociológica de Pierre Bourdieu, corresponde ao que se pode chamar de espaço simbólico no qual as relações entre os sujeitos (agentes sociais) efetivam e legitimam representações a partir de signos e códigos de valores estabelecidos por essas relações.

próprio autor, se aproximando das considerações feitas por Gomes (2016), uma vez que os processos referidos se desencadeiam também na perspectiva da ambiência.

A constituição do novo ecossistema infotelecomunicacional (MORAIS, 2000), a reboque da evolução das telecomunicações e da microeletrônica, caracteriza-se pela dimensão virtual e, ao mesmo tempo, real. Virtual por não poder ser localizada no espaço físico, e real por seus efeitos e ações no cotidiano. Desse modo, se evidencia que “a sociedade contemporânea se encontra atrelada a um paradigma tecnológico no qual as TICs têm papel fundamental nessa nova forma de organização social” (CHEAB; LOPES; DOULA, 2013, p. 114).

Juliana Reis e Rodrigo Jesus (2014) destacam que o aparato tecnológico da cultura digital, a saber os *smartphones*, câmeras digitais e a própria internet, são elementos que constituem as formas de sociabilidades e interação entre os jovens contemporâneos e, portanto, também fazem parte das culturas juvenis. De acordo com os autores,

Diante de recursos tecnológicos e digitais que possibilitam maneiras de ser visto na internet, no ciberespaço os jovens compartilham maneiras de ser e conviver. A internet parece se aproximar de uma nova configuração da rua como espaço mais aberto e acessível para as manifestações juvenis. (REIS; JESUS, 2014, p. 22).

Callado (2019, p. 92) destaca que desde os anos 2008 é possível observar um crescimento gradual do número de dispositivos móveis acessando a internet na zona rural do país. Desse modo, a experiência de vida em sociedade, experimentada pela juventude camponesa rural, assim como a juventude urbana, passa pelas experiências rituais de interação face a face e ao mesmo tempo no ciberespaço.

Por esse motivo Lévy (1999) argumenta que, para além de uma mudança de cunho cultural, “a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder, suas palavras de ordens e suas aspirações coerentes” (LÉVY, 1999, p. 124). A emergência desse movimento sociocultural passa a ser marcada pela participação massiva da juventude, sobretudo com a web 2.0 e a cultura da participação (VAN DIJCK, 2013, p. 11), e se fortalece com o que Lemos e Cunha (2003, p. 11) chamam de lei da “conectividade generalizada”, que colocou em debate as relações entre homens e máquinas, homens e homens e máquinas e máquinas, marcando, portanto, o surgimento daquilo que é considerada “uma sociedade WYSIWYG (o que vejo é o que tenho) onde

a nova economia dos cliques passa a ser vital para os destinos da cibercultura” (LEMOS; CUNHA, 2003, p. 19).

O processo de mediação e circulação de discursos ideológicos, que diariamente revela como a comunicação continua tendo papel importante para discussões de cunho sociopolítico e cultural, ganhou ainda mais força entre os jovens com a ascensão das mídias digitais e mais tarde com o avassalador processo de midiatização, envolvendo sobretudo a juventude camponesa rural. A pesquisa da professora Elisa Guaraná de Castro observa que “a partir de 2000, ocorre um número significativo de iniciativas organizativas no interior dos movimentos sociais rurais identificados como de juventude” (CASTRO, 2009, p. 19).

De modo particular, ao longo dos últimos anos, a juventude camponesa rural do Semiárido paraibano se apropriou de modo conciso das plataformas digitais e espaços de socialização para posicionar-se enquanto classe e grupo social. Conforme destaca Maria Setton, “como resultado desse conjunto de mudanças, cresce simultaneamente a força dos grupos juvenis e a sociabilidade entre eles, ambas envolvidas com a cultura das mídias” (SETTON, 2011, p. 76).

Da perspectiva de Randall Collins (2014), baseando-se nos estudos durkheimianos e continuando os conceitos de Goffman (1985; 2011), simbolismo, sentimentos duradouros, princípios morais, espontaneidade coletiva, emoções compartilhadas e outras características que emergem da interação constituem um mecanismo de coesão social. Desta forma, constrói-se o entendimento de que as práticas situacionais, entre duas ou mais pessoas, determinam as ações futuras. O resultado da energia emocional dedicada ao ritual de interação é o gatilho para a motivação individual de longo prazo (COLLINS, 2014, p. 146). Em outras palavras, um ritual de interação impulsionado por interesses compartilhados, tende a reforçar o comportamento emocional que emana da situação, que tanto para Collins (2014) quanto no durkheimianos, são chamados de energia coletiva.

Assim sendo, é bastante comum observar a articulação e mobilização de grupos de jovens camponeses nas redes como o Facebook, Instagram e aplicativos de mensagens instantâneas como o WhatsApp. No entendimento de Juliana Reis e Rodrigo Jesus (2014), essa gama de possibilidades favorece a criação de comunidades, nas quais a juventude mobiliza e articula seus pares a partir de grupos de interesse. Segundo os autores

Dessa forma, em diferentes plataformas e redes sociais, os jovens vão criando comunidades, (re)afirmando seus grupos de identidade e amizades. São muito comuns também aquelas comunidades que reúnem alunos de uma mesma turma de escola, grupos de música, dança ou esporte. São inúmeras as possibilidades de recorte para a construção das comunidades. Na plataforma, podemos (re)configurar o social e aglutinar pessoas aliadas por uma variedade de grupos de status, qualidades, preferências e gostos, ou por “comunidades” de um indivíduo só (REIS; JESUS, 2014, p. 24).

A constituição dessas comunidades, as quais pode-se chamar também de redes de sociabilidades, assume ao mesmo tempo posições distintas no que se refere à representação da identidade camponesa. Essa dinâmica rompe os circuitos de sociabilização através do digital e de novas ou tradicionais plataformas de comunicação.

A apropriação da comunicação tecnológica e digital vivenciada pela juventude camponesa rural, desempenha, portanto, o que se pode chamar de uma nova quebra de paradigma. Se por um lado a comunicação rural, conceituada como “o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação interessados no melhoramento da vida rural” (BORDENAVE, 1988, p. 7), encontrou amparo nas relações entre associações rurais, assistência técnica especializada e sindicatos nos anos que antecederam o surgimento das tecnologias digitais de informação e comunicação, na contemporaneidade ela encontra, além desses espaços físicos, os espaços virtuais. O novo paradigma da comunicação rural, desse modo, fundamenta-se sobretudo na possibilidade do exercício do direito à informação e comunicação, de modo especial, no direito de produção da informação vivenciado pela juventude camponesa rural.

É justamente se apoiando nessa nova configuração da comunicação do campo que a juventude passa a deslocar-se da posição de invisibilidade para protagonista de sua história no meio rural, da construção cultural de novas práticas de sociabilidades, identidades culturais e posicionamento político, conforme pode se observar na seção seguinte.

2.3. Juventude camponesa rural e o movimento social no Cariri, Curimataú e Seridó paraibano

Antes de iniciar o aprofundamento dessa seção, é importante esclarecer mais uma vez a proximidade entre o objeto de estudo dessa pesquisa e o pesquisador. Desse modo, parte considerável desse texto emana de uma experiência empírica resultado de anos de

trabalho do pesquisador junto às comunidades atendidas pelo PATAC e consequentemente constituidoras do COLETIVO.

A relação entre juventude camponesa rural e o movimento social está inteiramente relacionada a pelo menos dois grandes movimentos sociais aos quais esta pesquisa se preocupa em tratar: o paradigma de convivência com o Semiárido e a atuação de ONGs e seus devidos parceiros nos territórios. No capítulo anterior buscou-se apresentar duas organizações que compõem o objeto de pesquisa deste trabalho, o PATAC e seu principal parceiro, o COLETIVO. As ações desenvolvidas pelo PATAC junto ao ator social local funcionam a partir de uma lógica cíclica que consiste na mobilização, articulação e formação permanente de famílias camponesas na perspectiva da convivência e da agroecologia.

Desse modo, abordar as ações do PATAC no território ao longo dos seus 50 anos de atuação, é também descrever o processo de organização coletiva das famílias que resultou na constituição do ator político local: O Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano (ARAÚJO et al., 2013). Aqui deve-se destacar que a atuação desses parceiros sociais tem movimentado as atividades do terceiro setor nesse território paraibano a partir da difusão de tecnologias sociais e formações para mais de 1400 famílias distribuídas nos 12 municípios de atuação dos mesmos, considerando apenas as implementações para estocagem de água para produção³².

Num primeiro momento, convém explicar que as primeiras ações da juventude na perspectiva da socialização

[...] ancoram-se nas experiências pessoais e coletivas vivenciadas nos espaços privado e público e que são oportunizadas através da participação e interação na família, na comunidade, na escola, no sindicato, nos movimentos sociais, etc., ou mesmo através da televisão, da internet e das redes sociais, dos eventos políticos e culturais, das músicas e danças, das relações de sociabilidade, religiosidade e afeto, entre outros. (STROPASOLAS, 2014, p. 179).

De modo particular, pode-se dizer que no território em estudo, o desvencilhar da atuação social da juventude se dá nas expressões da religiosidade. É na profissão de fé,

³² Dados sistematizados da plataforma Mapas de Tecnologias da Articulação Semiárido Brasileiro. Ver <https://www.asabrazil.org.br/mapatecnologias/#>

portanto, que se iniciam muitos dos trabalhos da juventude numa perspectiva de coletividade e organização. Duque e Araújo (2011) destacam que

O protagonismo da juventude se dá com muita força no Coletivo, organização cuja origem remonta aos anos 1980, quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram forte atuação na região. Seu foco era a evangelização, mas além da fé abarcava as dimensões da política e da ação sociotransformadora. Esse dinamismo foi acompanhado por segmentos progressistas da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e de ONGs que organizaram grupos de evangelização, bancos de sementes comunitários, mutirões para construção e melhoria de reservatórios de água, etc. Essas ações foram se expandindo para comunidades rurais de vários municípios (DUQUE; ARAÚJO, 2011, p. 9).

Regina Novaes (2012) complementa explicando que,

[...] assim sendo, valores culturais classificados como religiosos (e vice-versa) e valores religiosos classificados como políticos (e vice-versa) se inter cruzam no campo da convivência (NOVAES, 2012, p. 185).

No contexto nacional, Almir Jacinto Duarte (2016) se encarrega de destacar como o processo de radicalização dos jovens na ação política, sobretudo em contraposição à ditadura civil e militar existente no Brasil, a partir de 1964, fortaleceu “[...] um movimento de contracultura aliado a outros da época, como o movimento tropicalista, os movimentos camponeses e feministas” (DUARTE, 2016, p. 887), que se estendeu pelas décadas de 1970 e 1980.

Uma relação estreita se estabeleceu entre os movimentos sociais e os movimentos religiosos, conforme já mencionado anteriormente, datada dos anos 1980. Embora o trabalho das ONGs e movimentos sociais já tivesse, à época, mobilizando a juventude camponesa rural em suas atividades, foi através da Pastoral da Juventude Rural – PJR, criada em 1983, que se atribuiu um movimento diferenciado no qual passava a atuar com a juventude rural como eixo central (CASTRO et al., 2009, p. 63). Elisa de Castro destaca que essa organização “se propõe a organizar os jovens a partir de sua atuação de origem, em suas comunidades, sindicatos, partidos políticos” (id., 2009).

Conforme explica Castro et al (2009, p. 62), é nos anos 2000 que se intensificam os processos de organização da juventude do meio rural. A autora destaca a articulação do trabalho em entidades sindicais e nos movimentos que compõem a Via Campesina no Brasil (Movimentos dos Sem Terra – MST, no Movimentos dos Pequenos Agricultores –

MPA, no Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB). É justamente, nessa mesma década, que se constitui o COLETIVO, conforme explicado anteriormente.

A geração de crianças que observaram o surgimento do COLETIVO e o avanço expressivo da implementação de políticas públicas de acesso à água – favorecidas pela ampliação dos espaços de fazer política, estimulados pelos governos do Partido dos Trabalhadores -, se envolve nas ações do PATAC através das comissões temáticas (DUQUE; ARAUJO, 2011, p. 10) que, até então, abordavam os temas relativos à juventude de modo transversal. Vale destacar que as ações desenvolvidas pela ONG PATAC estiveram, na maior parte do tempo, sendo financiadas por entidades cooperativas internacionais. Nas propostas de projetos apresentadas por meio dos editais, o PATAC passou a dedicar-se a atender um percentual de mulheres e jovens em cada projeto.

Diante dessa iniciativa o tema da juventude passou a ser tratado ainda mais de perto. Com recursos alocados para atividades envolvendo a juventude, passaram a surgir demandas da própria juventude. No final dos anos 2000, o protagonismo da juventude camponesa rural ganha mais evidência. Conforme descrevem as autoras Duque e Araujo,

Nos últimos três anos, aliás, os jovens têm desempenhado papel expressivo no processo de formação sobre a recuperação e a valorização das sementes da paixão e, ao mesmo tempo, têm atuado para construir uma consciência coletiva crítica e ativa frente às iniciativas que põem em risco as variedades locais e a biodiversidade nativa (DUQUE; ARAUJO, 2011, p. 11).

Na ONG, a equipe técnica passa a ter um responsável pelo tema juventude, que de modo tímido começa a articulações nesse eixo temático. Assim, em 2013 é realizado o primeiro Encontro da Juventude Camponesa e Agroecologia que contou com a presença de cerca de 50 jovens que representavam seis municípios de atuação do PATAC. Esse momento serviu como uma espécie de seminário no qual foram apresentadas experiências da própria juventude do território no que se refere a agricultura familiar de base agroecológica, comunicação e cultura.

Figura 5 - Participantes do Encontro Juventude Camponesa e Agroecologia



Fonte: acervo PATAC (2013)

Ao final do encontro uma demanda em especial garantiria a continuidade do trabalho com a juventude de modo ainda mais efetivo. Desse modo, foram escolhidos jovens com perfil de lideranças comunitárias que representariam naquele momento seis municípios e dariam origem ao Grupo de Trabalho Juventude Camponesa do COLETIVO, ou simplesmente GT Juventude.

Esse grupo passou a se reunir bimestralmente a partir de encontros itinerantes que aconteciam em comunidades pertencentes aos seis municípios representados no encontro. Uma dinâmica de socialização foi estabelecida, desde então. Desse modo, a comunidade que recebia os representantes de outros municípios deveria apresentar as experiências locais com criação de animais, engajamento em ações religiosas, atividades de cultura e lazer. Essas comunidades anfitriãs recebiam aproximadamente 25 jovens, dos quais a maior parte deveria ser do município que recebia a caravana e os demais eram os representantes dos municípios convidados.

Nesses encontros, que em geral se estendiam desde a manhã até o meio da tarde, eram promovidas dinâmicas de grupo, produzidos planejamentos de ação para o trabalho de mobilização da juventude local e avisos. Esses momentos eram mediados por jovens técnicos do PATAC que estimulavam a criação de ecossistemas comunicativos dialógicos. Em pouco tempo, núcleos de juventude foram surgindo nos municípios, uma rede de jovens camponeses foi se articulando e as demandas se ampliando.

Desse modo, o PATAC passou a incluir o GT de Juventude em atividades do COLETIVO instigando os jovens a trabalharem com aquilo que já faziam. O teatro, prática articulada a partir dos encontros religiosos, desempenhou forte papel para o envolvimento da juventude naquele momento. As apresentações da juventude em encontros de avaliação e planejamento e ainda nas Festas Regionais das Sementes da Paixão eram esperadas por todos os agricultores. Assim, passaram a ser realizadas oficinas sobre os mais variados temas, o que aproximou ainda mais jovens ao movimento.

Figura 6 - Apresentação do GT Juventude na 6ª Edição da Festa Regional das Sementes da Paixão



Fonte: acervo PATAC (2014)

No processo de formação do GT de Juventude do COLETIVO, vale destacar o papel fundamental que o rádio possui para a educação pela comunicação. Embora singelas e deficitárias no aparato tecnológico das zonas rurais, essas plataformas representam muito fortemente uma cultura nas regiões camponesas. O papel das rádios comunitárias atrelado ao protagonismo da juventude local desconstrói o que Castells (2015, p. 108) chama de “redes de localidade imaginada” se referindo ao rádio na perspectiva de uma possível “falsificação da identidade” enquanto estratégia comercial que se fundamenta numa indústria padronizada de músicas programadas digitalmente e pouco conteúdo.

A realização de oficinas de rádio junto a juventude camponesa rural cumpre papel fundamental na construção do senso crítico desses jovens. Conforme explica Elka Macedo,

O objetivo maior dessas oficinas não é apenas ensinar a técnica, mas informar e formar crianças e adolescentes acerca de bandeiras e temas

defendidos pelo movimento agroecológico, bem como disseminar tais assuntos de forma lúdica e objetiva para as populações (MACEDO, 2016, p. 20).

O mesmo destaque pode ser dado aos processos de comunicação oral praticados pelo PATAC e COLETIVO através dos chamados intercâmbios de experiências. Esses processos consistem fundamentalmente na troca de experiências entre agricultores e agricultoras de localidades distintas, com o objetivo de reconstrução de conhecimentos empregados na agricultura a partir da experimentação de técnicas do campo da agroecologia.

Figura 7 - Juventude do COLETIVO em Intercâmbio no estado de Pernambuco



Fonte: acervo PATAC (2012)

Entre os anos de 2015 e 2016 o protagonismo da juventude envolvida nas ações do PATAC tiveram forte relevância no campo da produção audiovisual e na participação cidadã da juventude em defesa da democracia, do direito à terra e alimentação saudável. Em parceria firmada entre o PATAC e a escola de formação audiovisual Cinema Nosso³³,

³³ Criada em 2000 pelos jovens que participaram do processo de formação do elenco do filme “Cidade de Deus”, dirigido por Fernando Meirelles e Kátia Lund, a produtora escola de audiovisual Cinema Nosso elaborou um projeto chamado Brasil 3.0 que visou conectar histórias e experiências de jovens da cidade, do campo e da floresta, entre elas a história da juventude camponesa do Coletivo Regional. Ele está situado no Rio de Janeiro, onde desenvolve atividades gratuitas de formação com jovens e trabalha em defesa da democratização do audiovisual no Brasil. Ver <http://cinemanosso.org.br>

aproximadamente 60 jovens da região que compreendem o COLETIVO receberam formação de cinema, produziram dois curtas metragens³⁴ e chegaram a ser premiados em festival de cinema do Rio de Janeiro³⁵ (RIBEIRO 2015; PATAC 2015a; PATAC 2015b).

Figura 8 - Participação do GT de Juventude do COLETIVO em oficina de audiovisual



Fonte: acervo PATAC (2015)

Fruto desse processo, passaram a ser produzidos outros conteúdos. Produtos formativos e de cunho institucional foram realizados pela juventude, assim como coberturas audiovisuais de Festas Estaduais das Sementes da Paixão e conferências municipais de juventude na região. Nas avaliações anuais promovidas pelo PATAC e COLETIVO, o trabalho passou a ser apresentado em formato de vídeos, o que deixava os agricultores e técnicos ansiosos pela sistematização das experiências de um modo diferente do acontecia em anos anteriores. Uma produção de cunho formativo foi criada

³⁴ As produções “Cumadi Fulozinha e a volta do filho da terra”

(<https://www.youtube.com/watch?v=QHfm2IW179o>) e “Logo Ali”

(<https://www.youtube.com/watch?v=hv9J96tFZ00>) foram roteirizadas, produzidas, editadas e lançadas pelo GT de Juventude do COLETIVO Regional enquanto produto das oficinas de audiovisual promovidas a partir da parceria PATAC Cinema Nosso, em 2015, em duas cidades que compõem o campo de atuação do PATAC, Pedra Lavrada-PB e Juazeirinho-PB, respectivamente. Ambas as obras reforçam as questões de convivência com o Semiárido, cultura, relações de gênero e a organização da juventude local.

³⁵ A produção “Logo Ali” foi premiada na Mostra Geração 2015, que é o segmento infanto-juvenil do Festival de Cinema do Rio, o maior evento audiovisual da América Latina. Ver <http://patacparaiba.blogspot.com/2015/09/juventude-camponesa-se-destaca-em.html>

para apresentar em formato de vídeo o surgimento do GT de Juventude e ações alavancadas pelos jovens no território.

A participação efetiva da juventude em manifestações e movimentos que reivindicaram direitos também marcou o período. Nas ruas da cidade de Campina Grande-PB, jovens camponeses se posicionaram contra a remoção da informação de transgenia das embalagens de produtos alimentícios. Já em Boqueirão-PB a juventude denunciou o perigo à saúde proporcionado pelo uso de agrotóxicos em hortaliças, frutas e plantas medicinais. Do mesmo modo foram às ruas das cidades e às redes sociais denunciar o golpe que estava em curso e resultou no impedimento da Presidente Dilma Rousseff. Maíra Martins destaca que

A participação dos jovens em ocupações de terra, acampamentos, mobilizações, atos públicos e acampamentos em muitos casos constitui um processo de formação de lideranças nas áreas de acampamentos e assentamentos, ou ainda de formação de militantes para as organizações sociais do campo (MARTINS, 2008, p. 19).

Figura 9 - Jovem em ação contra o uso de agrotóxicos em Boqueirão-PB



Fonte: acervo PATAC (2017)

Ainda enquanto resultado do processo de mobilização e formação da juventude do movimento social na região de atuação do PATAC, destaca-se as formações com recortes agroecológicos, assim como a formação de grupos de economia solidária que ressignificaram a prática dos FRS (Fundos Rotativos Solidários) a partir da aquisição de instrumentos musicais para fomento cultural entre os participantes do GT. Desse modo,

nos últimos 10 anos, foram realizadas oficinas sobre Fundos Rotativos Solidários, recuperação de mata ciliar, plantio e multiplicação de mudas, cortes especiais de carne de caprinos, oficinas no campo do gênero e da comunicação.

Assim, em 2017 é realizado o II Encontro da Juventude Camponesa e Agroecologia do território (BENEVIDES, 2017). Mais amplo e fruto de um amadurecimento visível da juventude, o encontro contou com a participação de mais de 120 jovens, agora dos 11 municípios que compõem o Coletivo. Dessa vez o mote estava relacionado ao protagonismo, encantos e desencantos que a juventude camponesa rural da região vivenciava no local onde viviam.

Desse evento surgiram diversos encaminhamentos, entre os quais a necessidade de ampliar o trabalho com a juventude camponesa rural na relação com a educação contextualizada e a formação em agroecologia. Na oportunidade desse encontro, a juventude se prontifica a ampliar sua representatividade deixando de ser um grupo de trabalho e se auto intitulando de Comissão de Juventude do Coletivo Regional do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano.

Figura 10 - II Encontro Juventude Camponesa e Agroecologia



Fonte: acervo PATAC (2017)

Ainda se faz necessário lançar luz sobre o trabalho desenvolvido no sentido da criação e manutenção de circuitos de comércio local, conhecidos na região popularmente como feiras da agricultura familiar. Esses espaços de comercialização estendem sua característica social assumindo o papel de espaços de sociabilidades, marcado não só pela venda e compra de mercadorias, mas pela possibilidade de agregar “sentimentos

significados e hábitos engendrados no ‘bate-papo e na conversa-fiada’ entre aqueles que a frequentam” (GONÇALVES; ABDALA, 2013, p. 3).

No mesmo ano, a partir de uma mobilização estadual da juventude, a juventude camponesa rural da Articulação do Semiárido Paraibano reivindica a criação de um GT que para abordar temas pertinentes à classe etária (AS-PTA, 2017). Na Festa Estadual das Sementes da Paixão, o pedido de fala por parte de jovens que representavam o movimento marcou o surgimento de uma rede estadual que tem desempenhado papel importante nas lutas contra o fechamento de escolas do campo, pela justa divisão do trabalho doméstico e demais temas relacionados a agricultura familiar e as práticas agroecológicas.

Articulada enquanto movimento social, a juventude do território acessou nos últimos dois anos projetos na área da agricultura de base agroecológica financiados por entidades internacionais através de editais. A parceria entre o PATAC, COLETIVO e a Embrapa resultou na participação efetiva no projeto Metodologia de Produção Pedagógica de Materiais Multimídia com Enfoque Agroecológico para a Agricultura Familiar – o Pedagroeco.

Um dos produtos do projeto, que tem envolvimento sólido da juventude do território é o livro intitulado *Juventudes, identidades e saberes agroecológicos: Relatos sobre experiências e diálogos entre o Pedagroeco e a Pedagogia Griô no Nordeste*, lançado em dezembro de 2020. No mesmo sentido, aconteceram as apresentações das experiências da juventude do território nos Intercâmbios de Saberes nos Semiáridos da América Latina, que teve como tema “Juventude e Agroecologia” (AS-PTA, 2019).

Durante a pandemia do novo coronavírus, as ações com a juventude se concentraram em reuniões mediadas pela internet e na realização de uma confraternização em junho de 2020, realizada em alusão aos santos Santo Antônio, São João e São Pedro, com música regional e poesia. Nas comunidades, as ações com agricultura e criação animal permaneceram acontecendo, mas sem aglomerações em reuniões presenciais.

Desse modo, portanto, a juventude camponesa rural do movimento social, articulado pelas ações do PATAC, enquanto entidade que assessora, e do COLETIVO, enquanto ator político social do território do Cariri, Curimataú e Seridó paraibano, transformou sua ação política em experiências concretas sobretudo a partir das práticas da educomunicativas de caráter cultural e artístico. Assim, tem se tornado conhecida em cenário nacional e internacional através de entidades como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL), o Fundo

Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e os demais parceiros locais.

3. JUVENTUDES, FORMAS SIMBÓLICAS E HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE: AS DIFERENTES MANEIRAS DE SER JOVEM NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Com base em todo percurso até aqui percorrido no que se refere a participação das juventudes em ecossistemas comunicativos estruturados e sua relação com as mídias, discursos e cultura, observa-se nesse capítulo a construção do arcabouço fundamental para as análises que cercam tais objetos de pesquisa e o respectivo problema deste trabalho: as formas simbólicas produzidas e emitidas pela juventude que compõem o corpus desta pesquisa.

Conforme será possível constatar, extrair, ler e analisar as concepções dos participantes acerca de sua identidade, visão de mundo e circuitos de interação foi um dos desafios impostos por essa investigação. Aplicar esse estudo resultou, sobremaneira, em reconsiderar o papel do jovem no processo de construção social e, de modo particular, na questão da sucessão rural frente às exigências de uma sociedade cada vez mais refém da urgência pela aceitação, o sucesso e riqueza.

Os apontamentos a seguir se referem a parte dos resultados de um percurso teórico-metodológico que se estendeu por dois anos de mestrado. Essa experiência será compartilhada à luz de quatro momentos. Os três primeiros darão conta da constituição do corpus, da sistematização das formas simbólicas emitidas pela juventude envolvida, através da resposta ao questionário sócio histórico e a entrevista, pelo Patac, através da análise documental e ainda, a análise formal dessas formas. O quarto momento reúne os esforços para a última etapa da HP, a etapa de Interpretação/Reinterpretação.

3.1 Constituição do Corpus de pesquisa

Assim como foi citado anteriormente, o processo de construção do corpus desta pesquisa exigiu um esforço central: articular diferentes entidades para definição de um escopo capaz de responder ao questionamento central deste trabalho. E mais do que isso, ao exercício de, ainda que timidamente, desconstruir o que John Durston (1998) chama de “invisibilidade” da juventude camponesa.

Aqui cabe uma ressalva ao que o autor considera como um problema apenas do meio rural, uma vez que, conforme foi dissertado anteriormente, no contexto das cidades

paraibanas, de modo particular entre aqueles que constituem o território de atuação do PATAC, a lógica urbana não está tão aquém da mesma realidade.

Com efeito, ter colaborado por certo tempo junto ao PATAC coloca o pesquisador numa condição favorável, por um lado. Parte da juventude entrevistada sabia com quem se daria o ritual de interação, o que, de fato, foi um ponto positivo. Por outro lado, coube ao pesquisador a missão de desconstruir na cabeça desses mesmos jovens e ex-colegas de trabalho a figura do responsável pelo tema da juventude na organização e apresentar-se como um pesquisador, tanto para os que me conheciam quanto para os demais.

Tendo, portanto, essa clareza como ponto de partida, formalizou-se um canal de comunicação com representações do PATAC e do COLETIVO via e-mail para troca de informações pertinentes à pesquisa. Durante esse período foram realizadas três reuniões de modo virtual. A primeira delas consistiu na apresentação do projeto de pesquisa à coordenação do PATAC.

Nessa oportunidade, quatro representantes da ONG acompanharam a apresentação do projeto defendido na qualificação, com seus devidos ajustes, e fizeram seus questionamentos. A proposta inicial era que as organizações indicassem o nome de 12 jovens que iriam compor o GRUPO 1 da pesquisa. Esse número levava em consideração a quantidade de municípios atendidos pelas ações das entidades sociais e deveria considerar, ainda, a paridade de gênero e a faixa etária entre 15 e 29 anos.

Como encaminhamento desse encontro, ficou acordada uma nova reunião virtual, dessa vez para apresentação do mesmo material aos representantes do COLETIVO com a finalidade de deliberar sobre os nomes dos jovens que iriam participar da pesquisa, e assim aconteceu.

A indicação dos representantes do GRUPO 1 foi feita em parceria com a coordenação da PATAC, que apresentou uma lista com nomes e contatos de jovens escolhidos para participar da pesquisa. Dada a proximidade, fruto do trabalho realizado por mais de seis anos, por este autor junto à organização, considerou-se melhor solicitar estas indicações. Deste modo, se consolida todo o processo de distanciamento e aproximações necessárias para a investigação científica.

Uma primeira questão foi a apresentação de uma lista com o nome de 12 jovens, sendo 9 do sexo feminino e três do sexo masculino. As organizações justificaram esse desequilíbrio de gênero como sendo parte do processo de fortalecimento das discussões sobre o tema e pela incidência maior de mulheres nas ações de juventude.

Outra questão importante consistiu na inserção de nomes referentes a oito dos 12 municípios do escopo de atuação da organização. Segundo a organização, as ações com as juventudes de Tenório, Gurjão, São João do Cariri e Olivedos não estão consolidadas como nos demais municípios.

Nesse sentido, foram estabelecidos contatos com os jovens indicados e criado um grupo no WhatsApp, através do qual todos foram orientados sobre as etapas da pesquisa. Um formulário com o questionário (Apêndice 2) foi enviado em formato de *link*. Acessando o mesmo, os participantes eram direcionados diretamente para as perguntas. Ao passo que cada um concluía as respostas e fazia o envio, sinalizava no grupo a conclusão dessa etapa. A partir daí se agendou a entrevista que aconteceu de modo remoto através da aplicação Goolge Meet.

A realização das entrevistas se deu através do envio de *link* para uma sala da aplicação Google. As entrevistas aconteceram de modo individual com duração média de 15 minutos a partir da orientação de um questionário prévio de perguntas que podiam ser incrementadas ou demandar novas perguntas. De modo geral, o roteiro foi seguido sem desvios.

Pelo menos quatro jovens indicados pelo PATAC se indispuseram a continuar colaborando com a pesquisa. Três meninas e um menino preferiram não participar da entrevista e não sinalizaram um motivo para tanto. Diante dessa desistência, as respostas aos questionários enviados por esses jovens foram descartadas para que, somente os jovens que participassem das duas etapas de coleta de dados pudessem ser elegíveis na etapa de análise. Assim, um total de oito jovens compuseram o Grupo 1.

A constituição do GRUPO 2 aconteceu a partir da indicação por parte dos jovens selecionados pelo PATAC. A ideia inicial era que essa indicação fosse feita pela secretaria de educação do Estado através da secretaria das escolas de nível médio de cada município. No entanto, a burocracia que envolve o acesso às direções das escolas ganhou mais amplitude com a pandemia do novo coronavírus, o que resultou na construção do segundo grupo a partir das indicações dos primeiros entrevistados.

Para constituição desse grupo foram mantidos os critérios de idade e de moradia nos municípios de atuação das organizações. Para esse grupo, no entanto, o critério fundamental era não serem atendidos pelas ações do PATAC, e residirem na zona urbana. Desse modo, foram indicados nomes e contatos de oito jovens, sendo seis do sexo feminino e dois do sexo masculino. Não houve uma paridade de indicações entre os

municípios, sendo indicadas cidades diferentes entre os grupos, mas que se concentram na área de atuação do PATAC.

O procedimento de coleta de dados adotado para o GRUPO 2 se deu exatamente da mesma forma que para o GRUPO 1, no entanto, sem a criação de um grupo no WhatsApp. Individualmente receberam o *link* para resposta do questionário e após a sinalização de envio, agendaram, de acordo com suas disponibilidades, os horários da entrevista. Nessa fase, um dos jovens indicados se indispôs a continuar participando do processo e sua resposta ao questionário foi descartada.

Considerou-se, nesse ponto, três das quatro principais regras para constituição do *corpus*, referenciada na AC por Bardin (1988) e mais tarde por Barros e Targino (2000): a) a regra da representatividade, que abrange o universo de elementos representativos para pesquisa a partir de uma amostra (GIL, 1999); b) a regra da homogeneidade, através da qual os documentos obtidos, neste caso os questionários e entrevistas, devem ser da mesma natureza, gênero ou se referirem ao mesmo assunto e, c) a regra de pertinência, pela qual os documentos e dados da amostra devem se adequar ao objeto de estudo e procedimentos.

Desse modo, foi definido o *corpus* desta pesquisa referente aos jovens entrevistados. Foi, portanto, definida a participação de 15 jovens, sendo oito deles moradores das zonas rurais de municípios da área de atuação do PATAC e sete dos mesmos municípios, mas sem cobertura das ações da ONG. Um quadro foi criado para organizar essa divisão:

Quadro 3 - Jovens participantes da pesquisa

Referência	Sexo	Moradia	Município
A1	Masculino	Zona Rural	Juazeirinho
A2	Feminino	Zona Rural	Soledade
A3	Feminino	Zona Rural	Pedra Lavrada
A4	Feminino	Zona Rural	Santo André
A5	Feminino	Zona Rural	Boa Vista

A6	Feminino	Zona Rural	Juazeirinho
A7	Feminino	Zona Rural	Boa Vista
A8	Feminino	Zona Rural	Pocinhos
A9	Feminino	Zona Urbana	Pocinhos
A10	Feminino	Zona Urbana	Soledade
A11	Feminino	Zona Urbana	São João do Cariri
A12	Feminino	Zona Urbana	Pedra Lavrada
A13	Feminino	Zona Urbana	Tenório
A14	Masculino	Zona Urbana	Gurjão
A15	Feminino	Zona Urbana	Juazeirinho

Fonte: autor (2021)

Conforme descrevem Fonseca Júnior e Wilson (2005, p. 294), duas unidades compreendem o recorte desta pesquisa: as unidades de registro, que fazem referência às respostas aos questionários e as entrevistas concedidas pelos grupos, e as unidades de contexto que deram conta, sobretudo, das falas e expressões que situaram os verdadeiros sentidos para cada resposta.

Da parte dos jovens com moradia na zona rural, sete municípios do ranger de atuação do PATAC foram contemplados. No que se refere aos jovens urbanos, também estão contemplados sete municípios, no entanto, três daqueles que o PATAC informou não ter um trabalho mais consolidado estão presentes neste grupo.

A indicação de um número maior de meninas que de meninos, também no grupo de jovens urbanos, se deu por questões de afinidade e atendimento ao critério de não-inclusão nas ações do PATAC. O fato de apenas um menino compor esse grupo manteve um equilíbrio em relação ao GRUPO 1, que também só obteve participação de um jovem do sexo masculino.

Outra parte importante do corpus desta pesquisa consiste na análise documental que tem como fonte de dados os relatórios de projetos do PATAC que inserem o tema juventude em seu escopo. Desse modo, foram solicitados documentos que abordassem o tema juventude entre os anos de 2010 e 2019. Assim sendo três documentos foram

colocados à disposição, sendo categorizados a partir do seu tipo e período de referência, conforme o quadro a seguir:

Quadro 4 - Documentos de referência

Referência	Tipo	Período	Título
Doc1	Relatório	Outubro de 2011 a setembro de 2012	Relatório de Projeto: Agroecologia no Semiárido Brasileiro: Fortalecendo Redes Sociais de Agricultores/as no Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano – Fase II - Nº 233-029-1016ZG
Doc2	Relatório	Abril de 2016 a março de 2017	Relatório Descritivo Nº 233-029-1021 ZG Projeto Agroecologia no Semiárido
Doc3	Relatório	Abril de 2019 a março de 2020	Relatório Descritivo Nº 233-029-1026 Z Projeto Agroecologia no Semiárido: estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos do clima no combate à desertificação e promoção da soberania e segurança alimentar.

Fonte: autor (2021)

Embora o **Doc 3** estenda seu período de referência até março de 2020, o que escapa do recorte planejado na pesquisa, considera-se importante sua análise uma vez que pode oferecer uma visão atualizada da ação da organização para com a juventude.

Portanto, é a partir dos recortes de conteúdos expostos nos documentos do Quadro 3 e na comparação entre as respostas ao questionário e entrevista concedidos pelos jovens indicados no Quadro 2 que se concentrará a análise das formas simbólicas que devem responder ao problema de pesquisa deste trabalho. Assim, tem-se formas simbólicas produzidas e emitidas pelas juventudes e formas simbólicas frutos do processo de interpretação de um cenário em intervenção, relatadas nos documentos do produzidos pelo PATAC.

3.2 Análise formal das formas simbólicas

Conforme explicado anteriormente, a análise formal é uma das etapas do método hermenêutico de profundidade sugerido por Thompson (2007). Essa etapa consiste na investigação das formas simbólicas a partir de um método formal. Neste trabalho investiu-se na utilização de dois métodos formais para análise de dois grupos distintos de formas simbólicas, aquelas coletadas através das entrevistas e questionário e as que estão contidas nos documentos emitidos pelo PATAC.

A análise do material discursivo derivado dos questionários e entrevistas, foi realizada através da técnica de Análise de Conteúdo-AC temático numa perspectiva comparativa entre os grupos (jovens atendidos por ações do PATAC e jovens não atendidos por ações do PATAC) e a partir dos relatórios emitidos pela ONG. Conforme explica Laurence Bardin (1988), a AC é um conjunto de técnicas que objetiva acessar indicadores através da descrição do conteúdo de mensagens de modo que seja possível compreender ou concluir acerca das condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1988, p. 42).

A Análise de Conteúdo categorial, nesse sentido, alinha-se à HP na medida em que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo e agrupamento analógicos” (BARDIN, 1988, p. 153). Destaca-se, entretanto, o entendimento que o uso formal desse método de análise é complementar a HP e que a concretude da análise dos dados coletados ancora-se nas categorias aspectos **sócio-históricos** e **aspectos característicos das formas simbólicas**, conforme proposto por Thompson (2007).

Para fins analíticos e de compreensão, a análise formal das formas simbólicas coletadas está dividida em três partes, considerando sua origem de emissão e atores sociais envolvidos, assim como as categorias de análise sugeridas na HP no que se refere às características e aspectos sócio-históricos das mesmas, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 - Estrutura de análises das formas simbólicas

FORMA SIMBÓLICA	ORIGEM	ATORES	NÍVEL DE ANÁLISE HP	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Textos	Relatórios	PATAC		- atividades planejadas
Respostas	Entrevistas	Juventude Rural e Urbana	Aspecto característicos das formas simbólicas	- intencionais; - convencionais; - estruturais; - referenciais
Respostas	Questionário	Juventude Rural e Urbana	Aspectos sócio-históricos	- espaço tempo; - campos de interação; - instituições sociais; - estrutura social; - meio de transmissão

Fonte: autor (2021)

A análise dos dados pertinentes a cada forma simbólica deve seguir a ordem estabelecida no quadro. Desse modo, na sequência, se dará início a análise dos documentos obtidos através do PATAC e assim por diante.

3.2.1 Documentos PATAC

O ponto de partida para compreensão e construção de inferências que respondam ao problema de pesquisa desta pesquisa consiste na observação dos objetivos e abordagens dadas pelo PATAC ao tema central em questão: as juventudes do território semiárido paraibano, ao qual a ONG presta assessoria técnica.

Considerando em especial essa particularidade, já se tem um elemento importante para observação. Embora o movimento social do campo tenha, nos últimos anos, pautado uma aproximação com os centros urbanos, de modo particular a partir da construção de um discurso de valorização do papel da agricultura familiar para alimentação saudável das cidades, é na base das comunidades rurais que o foco de atuação dessas organizações, entre elas o PATAC. Desse modo, a se valer da ideia de que essas organizações têm um caráter social técnico com foco no rural (Castro et al., 2009, p. 62), é natural que não se constate a existência prioritária de ações direcionadas para grupos urbanos.

O objeto de análise das formas simbólicas produzidas pelo PATAC, é uma das bases que fundamentam este estudo, considerando a inserção destas no contexto social como parte estrutural da construção da ideia de sociedade. Conforme explica Thompson (2007, p. 193) “essas formas são, geralmente, produzidas por agentes situados dentro de um contexto sócio-histórico específico e dotados de recursos e capacidades de vários tipos”.

A solicitação dos documentos foi formalizada por e-mail e a disponibilização se deu pelo mesmo meio. O uso destes documentos limita-se à composição das amostras para a construção de inferências, conforme acordado com a organização. A fonte destas análises são, portanto, três relatórios que fazem referência a projetos com indicadores específicos, financiados em sua totalidade por uma organização de cooperação internacional: a Misereor³⁶. Estes relatórios contemplam ações desenvolvidas pelo PATAC entre os anos de 2011 e 2012, 2016 e 2017 e, por fim, de 2019 a 2020 numa abordagem geral, o que tornou necessária o isolamento de uma amostra que considerasse somente o tema juventude.

Os relatórios são o produto dos resultados obtidos a partir de objetivos e indicadores de três projetos, e demarcam períodos específicos de cada contrato de parceria firmado entre o PATAC e a Misereor que, em geral, tem duração de três anos. Assim

³⁶ <https://www.misereor.org/>

sendo, essas formas simbólicas além de estarem dinamizadas em um determinado contexto, adquirem características de aspectos convencionais, estruturais, referenciais e intencionais conforme descreve o modelo proposto na HP por Thompson.

No quadro a seguir serão apresentados recortes de trechos dos relatórios considerando a evolução temporal e as características das formas simbólicas expressas:

Quadro 6 - Formas simbólicas objetivos

Referência	Objetivo
DOC 1 (out. 2011 – set. 2012)	O projeto tem como objetivo de desenvolvimento a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com base no protagonismo das famílias agricultoras e suas organizações, na agroecologia e na convivência com a Região Semiárida, em especial no Estado da Paraíba. (PATAC, 2012)
DOC 2 (abr. 2016 – mar. 2017)	O Projeto Agroecologia no Semiárido tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável, com fortalecimento do protagonismo das famílias agricultoras e suas organizações, com equidade de gênero e geração e com base na agroecologia e na convivência com o Semiárido, em especial no Estado da Paraíba. (PATAC, 2017b)
DOC 3 (abr. 2019 – mar. 2020)	O Projeto Agroecologia no Semiárido: estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos do clima no combate à desertificação e promoção da soberania e segurança alimentar, tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável, com fortalecimento do protagonismo das famílias agricultoras e suas organizações, com equidade de relações de gênero e de geração na perspectiva da agroecologia. (PATAC, 2020)

Fonte: autor (2021)

No que se referem às características intencionais das formas simbólicas destas amostras, pode-se concluir que os objetivos dos três projetos convergem para um mesmo propósito: a difusão do desenvolvimento sustentável das unidades familiares agrícolas através da agroecologia. Cada projeto, no entanto, apresenta especificidades que, de modo geral, se somam à intenção central da ONG.

A base referencial para os objetivos não poderia ser outra se não o Semiárido paraibano. Com efeito, em todos os documentos são utilizados indicadores de referência que levam em consideração aspectos sócio-políticos, geográficos e econômicos do

território. A utilização destes indicadores sugere, no entanto, a interpretação por parte do PATAC para seu emprego a partir de uma demanda de objetivos. Assim, conforme apresentado no capítulo 1, a ONG se insere no campo das organizações que ancoram seus discursos nos pressupostos ideológicos do paradigma de convivência com o Semiárido, se transformando assim, noutra referência considerável para a instituição.

O PATAC faz parte de uma estrutura de poder contra hegemônico que se constitui no terceiro setor. Dentro da dinâmica imposta pelos contratos de cooperação, assume papel central na mobilização das ações no território e sobre o ator social local, o COLETIVO, conforme apresentado no capítulo inicial.

A partir dos relatórios é possível perceber uma adequação a um conjunto de regras e normas impostas pelo órgão financiador, uma vez que o próprio documento produzido é uma exigência imposta para se acessar os recursos. No mesmo sentido, a dinâmica é reproduzida para com o território a partir do acompanhamento e evolução dos indicadores.

Quadro 7 - Indicadores

Referência	Indicadores
DOC 1 (out. 2011 – set. 2012)	-
DOC 2 (abr. 2016 – mar. 2017)	Objetivo 1 - 50% do universo de mulheres e 35% dos jovens se sentindo valorizados e reconhecidos nas suas famílias e comunidades pelo seu papel de irradiar práticas agroecológicas e protagonizar processos de inovação agroecológica. (PATAC, 2017b) Objetivo 2 - 50% de mulheres e 30% de jovens participam na condução das redes temáticas e da coordenação do Coletivo (PATAC, 2017b) Objetivo 3 - Pelo menos 50% dos participantes da rede de acesso ao Mercado sejam mulheres e 15 % sejam jovens (PATAC, 2017b)

DOC 3 (abr. 2019 – mar. 2020)	Objetivo 1 - 100 agricultores e agricultoras (dos quais 50% de mulheres e 30% jovens) formadas em metodologia de avaliação dos solos e vegetação para implementação de práticas de combate à desertificação e de adaptação às mudanças climáticas (PATAC, 2020). Objetivo 2 - 60% das mulheres (no mínimo 390 mulheres) e 30% da juventude (no mínimo 195 jovens) das 650 famílias protagonizando inovações agroecológicas (PATAC, 2020). Objetivo 3 - Pelo menos 50% dos participantes da rede de acesso ao Mercado são mulheres e 20 % são jovens (PATAC, 2020).
----------------------------------	---

Fonte: autor (2021)

Existem metas estabelecidas para o trabalho com mulheres e juventude. Estas metas fazem referência ao universo total de participantes do projeto e não a recortes municipais. Isso acaba justificando o fato da não incidência de um trabalho mais forte nos municípios de São João do Cariri, Tenório, Olivedos e Gurjão. Consequentemente, a indicação de uma quantidade superior de jovens do sexo feminino pode seguir a mesma lógica contida na meta, se justificando através do DOC 3, pelo enfoque as questões de gênero.

Apenas nos DOC 2 e 3 são atribuídos percentuais mínimos de jovens a serem atendidos pelos projetos. Além da menção de um maior protagonismo por parte da juventude, não se encontrou mais referências ou indicativos de uma quantidade mínima de jovens atendidos no DOC 1. No relatório contido no DOC1 ainda não foram indicados pelo PATAC apontamentos sobre a existência de uma dinâmica organizada de jovens camponeses, o que só aparece no DOC 2. Nesta amostra contida no DOC 2, a juventude é citada como parte integrante das comissões temáticas, o que denota não haver uma abordagem específica para o trabalho com jovens neste período.

Embora esse dado em particular não signifique a inexistência de uma atenção especial a causa juvenil, pelo menos nos projetos financiados por este parceiro, percebe-se que a partir de 2013, ano posterior a emissão do DOC 1, há uma atenção mais profunda sobre o tema juventude, justificada, por exemplo, na realização do Encontro de Juventude Camponesa do território. Esta mudança pode ser constatada na forma de se referir a uma organização geracional, que a partir do DOC 2 recebe o nome de Grupo de Trabalho de Juventude, o GT de Juventude. No DOC 3, que faz referência ao período mais recente, o

tema juventude agroecológica ganhou uma seção especial no relatório, destacando o processo de reativação dos trabalhos.

No relatório DOC 3, esta reativação dos trabalhos com a juventude se deve a um intercâmbio de saberes que recebeu jovens do corredor seco (El Salvador, Guatemala e Honduras) em propriedades rurais do território. Neste tipo de atividade, jovens agricultores compartilham experiências a partir das similaridades entre os ecossistemas e encontram, juntos, soluções para eventuais problemas enfrentados em suas rotinas cotidianas.

Considerando o enfoque dado às questões da juventude como parte do objetivo contido no DOC 3, pode-se concluir que o percentual de participantes atribuídos ao trabalho com juventude, sofreu queda de 5% na comparação com o objetivo 1 do DOC 2, se manteve estável para o objetivo 2 e foi ampliado em 5% para o objetivo 3. Destaca-se, no entanto, um enfoque específico de ações para a juventude no campo da agricultura familiar, reveladas pela constituição de Fundos Rotativos Solidários com participação exclusiva de jovens.

A partir dos relatórios, fica claro um desafio que se desenha ao longo dos anos no trabalho do PATAC no que se refere ao tema juventude. Embora as referências apontem para um processo de fortalecimento que se estende desde o ano 2013, observa-se um exercício cíclico de animação do protagonismo infanto juvenil. Não fica evidente um planejamento estratégico para o trabalho com os jovens camponeses rurais, o que pode se refletir no tratamento genérico entre jovens e adultos.

Por fim, cabe destacar a não referência aos jovens camponeses rurais que são parte das famílias assistidas pelas ações dos projetos, mas não se envolvem diretamente com a agricultura. A falta de mapeamento destes jovens denota, por parte do PATAC, uma preocupação com aqueles que estão “no campo” e não necessariamente com a juventude “do campo”. Em outras palavras, existe uma priorização do jovem interessado na agricultura e não necessariamente no jovem que vive no campo, mas não se envolve com agricultura.

O simbolismo por trás desta prioridade parece alinhar-se à força que o movimento juvenil exerceu no histórico processo político social brasileiro (RABAT, 2002). O desempenho do jovem do movimento social, nesse sentido, revelou lideranças e nomes importantes na política. Conforme explica Márcio Rabat

[...] é perceptível que os jovens que participam mais ativamente dos movimentos sociais acabam com frequência por ocupar posições de relevo na sociedade renovada que por vezes resulta desses movimentos (RABAT, 2002, p. 4).

Não à toa, os jovens indicados pelo PATAC representam papéis de liderança e articulação em suas comunidades, conforme poderá ser observado mais adiante. Diante desta lógica, contempla-se aqui a categoria da AC que diz respeito às normas, uma vez que as mensagens construídas através dos relatórios atendem a uma demanda local que diz respeito ao trabalho com a juventude e que se revela nos dados demográficos e sociais que os organizam como parte de um coletivo de agricultores.

As análises feitas nas sessões seguintes prestam um serviço ao PATAC a partir do momento que se preocupam em fazer leituras e interpretações entre os grupos de jovens urbanos e rurais, podendo colaborar, assim, com a ampliação de ações da ONG com o tema da juventude.

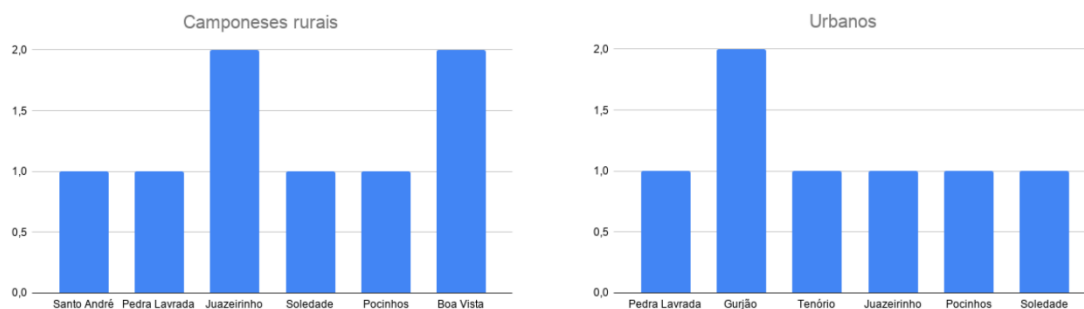
3.2.2 Questionários

A análise das formas simbólicas geradas a partir das respostas aos questionários, segue a lógica de construção de inferências a partir da relação entre sequência de perguntas criadas para obtenção dos dados e os elementos de análise das formas simbólicas propostos por Thompson (2007). A estrutura do questionário compartilhado com os jovens conteve 28 questões divididas entre as categorias de espaço tempo, campos de interação, instituições sociais, estrutura social e meios de transmissão.

Tanto os jovens urbanos quanto os jovens rurais responderam ao mesmo questionário. Conforme explicado anteriormente, as respostas aos questionários serviram como elemento de comparação entre o conteúdo das respostas de ambos os grupos. A partir desse ponto, serão analisadas as formas simbólicas na ordem das perguntas do questionário apresentado no Apêndice 2. Para tanto, faz-se uso de gráficos e comparações percentuais entre as respostas intra e entre grupos.

As duas questões iniciais fizeram referência às categorias de **espaço e tempo**. Uma vez que o corpus da pesquisa referente a juventude ficou definido a partir da participação de 15 jovens, é possível perceber como se deu a distribuição percentual da representação a partir do gráfico a seguir:

Figura 11 - Município de residência

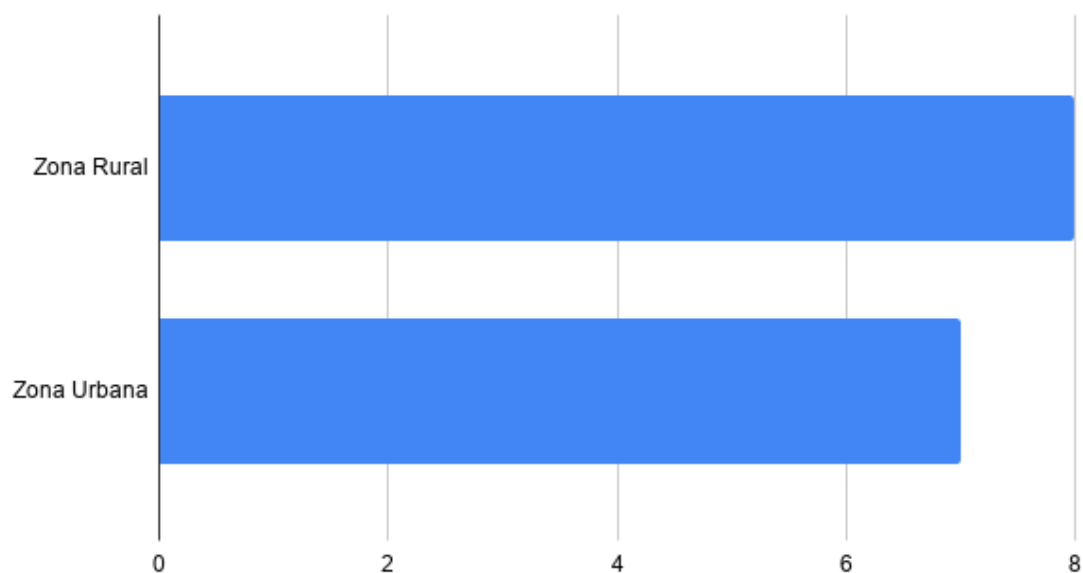


Fonte: autor (2021)

Conforme apresentado nos gráficos, para ambos os grupos foram indicados jovens de seis municípios. Embora todos os municípios estejam inseridos no campo de atuação do PATAC, uma observação é pertinente. Entre os jovens urbanos indicados, pelo menos dois estão em municípios nos quais o PATAC sinalizou uma baixa incidência de suas ações, são eles Gurjão e Tenório. Entre os jovens camponeses rurais, a indicação de duas moças para o município de Boa Vista pode sinalizar um interesse maior por parte do PATAC em envolver os jovens dessa cidade, justificado, sobretudo, pelo fato deste ser o último município a integrar a dinâmica do COLETIVO. Por outro lado, as duas indicações de jovens de Juazeirinho podem reforçar um trabalho mais consolidado com o tema juventude na região.

O gráfico a seguir fecha a categoria de espaço tempo considerando o espaço no qual os jovens passam a maior parte do tempo.

Gráfico 1 - Condição de moradia

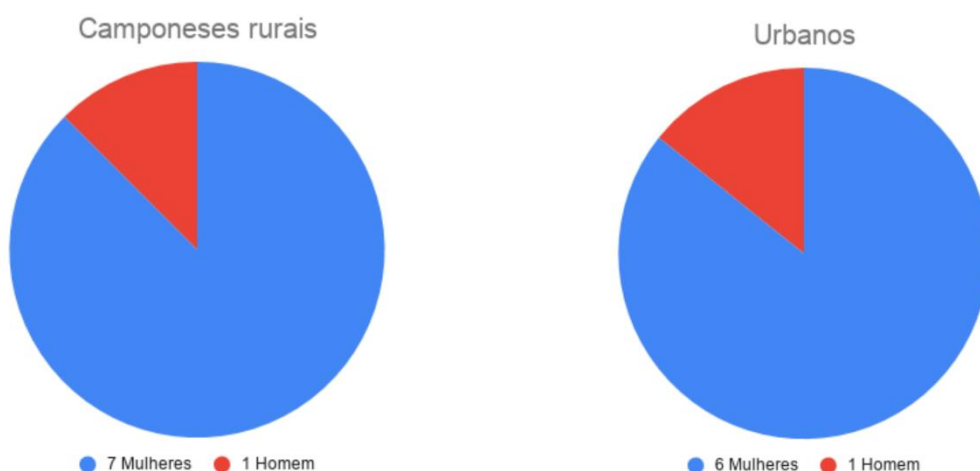


Fonte: autor (2021)

Em linhas gerais, pode-se concluir que a maior permanência de tempo em cada *locus* resulta da condição de moradia de cada grupo. Essa evidência se consolida na medida em que o número de respostas para cada *locus* se equivale ao número de jovens de cada grupo. De todo modo, algumas reflexões são possíveis. Considerando que os estabelecimentos de ensino médio ou superior, técnico ou profissionalizante estão, em sua totalidade, concentrados nas zonas urbanas da cidade, as indicações dos jovens camponeses poderiam apontar para uma inconsistência que levassem esse fato em consideração. O mesmo acontece entre os jovens que residem na zona rural e que trabalham na zona urbana. Portanto, mesmo nas condições de estudo ou trabalho, o jovem camponês rural não sobrepõe o tempo que passa na cidade em função do tempo que passa na zona rural.

Na sequência, o questionário concentrou suas perguntas na resolução da categoria **estrutura social**. Para tanto foram realizadas uma série de questionamentos acerca de diversos temas, como por exemplo as questões relacionadas à renda, formação e moradia dos jovens. A primeira pergunta dessa categoria consistiu na afirmação de identidade de gênero por parte dos respondentes, conforme mostra o gráfico a seguir:

Figura 12 - Identidade de gênero



Fonte: autor (2021)

A divisão dos grupos, considerando tanto as indicações do PATAC quanto dos jovens urbanos resultou na confirmação de duas identidades de gênero masculinas, uma de um jovem rural e outro de um jovem urbano, e de 13 identificações de gênero feminino, sendo sete delas de jovens da zona rural e seis da zona urbana. Conforme já foi explicado anteriormente, a participação praticamente massiva de mulheres no grupo dos camponeses rurais se deve a uma afirmação do trabalho de gênero desenvolvido mais fortemente pelo PATAC nos últimos anos.

Considerando que as indicações dos jovens urbanos foram realizadas por jovens rurais, portanto pela maioria feminina, foi compreendido o fato que as relações de amizade entre as jovens indicadas e aqueles que fizeram a indicação, predominaram no momento dessas escolhas. Notou-se um certo receio de indicação de meninos por parte das jovens camponesas. Dois fatos em particular chamaram atenção.

O jovem camponês rural (A1) revelou na entrevista que ao contatar uma menina para participação junto à pesquisa, um desconforto com seu namorado foi gerado, o que o levou a decisão de não fazer indicações sobre jovens urbanos. O outro fato consistiu no acompanhamento do pai de uma das jovens no momento da entrevista. Seu acompanhamento foi seguido de indagações sobre quem seria o aplicador da entrevista e como havia escolhido sua filha para participação. Em alguns momentos houve interferência nas respostas da filha, e só pararam quando lhe foi solicitado deixar a menina mais livre para elaborar suas próprias respostas.

Nesse ponto, é importante lembrar que o preconceito quanto à orientação sexual nos municípios estudados não difere do preconceito, lamentavelmente, enraizado em outras localidades do Brasil. Ainda tomando como elemento de interpretação as narrativas midiáticas nacionais, sejam elas reais ou ficcionais, observa-se que os elementos comportamentais atribuídos ao homem e mulher do campo, seguem apontando para a rusticidade da mulher e do homem do nordestino. As figuras do “cabra macho” e da “mulher macho”, que reforça a virilidade e ignorância do sujeito do masculino e a postura rude da mulher camponesa, respectivamente, revelam, conforme explica Fabíola Santos (2018, p. 37), uma mediação universal, unilateral e estereotipada do imaginário do Nordeste.

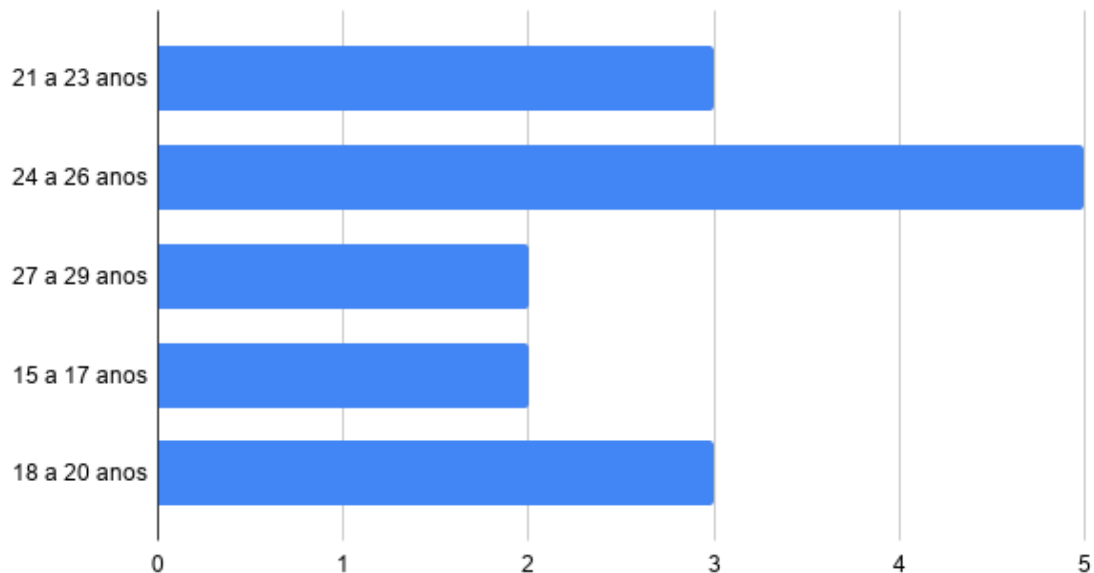
No que se refere a masculinidades, assim como homem negro, é permanentemente posta à prova a masculinidade do homem do campo. Embora o recorte masculinidade rural não tenha sido aprofundado, na pesquisa intitulada “o silêncio dos homens” do Instituto PdH (2019), a heterossexualidade compulsória é indicada como uma das principais dores dos homens. A afirmação da identidade masculina, nesse sentido, adere a padrões do patriarcado que enaltecem não só a rusticidade, mas as condições de disputa por poder e autoridade, o que resulta no maior número de homens mortos em homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, etc.

No estado da Paraíba, os crimes de feminicídio também revelam uma faceta cruel da ação masculina descontrolada e que atribui à figura feminina como propriedade do homem. Considerando apenas sete meses de 2020, Fechine (2020) descreve que mais de 50 mulheres foram mortas pelo simples fato de serem mulheres ou em decorrência de violência doméstica.

Desse modo, é simbólico o fato de um pai interferir numa entrevista da filha, é simbólica a participação massiva de mulheres numa pesquisa que se preocupa em descrever identidades e também é simbólico o fato de tão poucos homens serem indicados, tanto pelo PATAC quanto por jovens camponesas.

Uma outra pergunta da categoria estrutura social é a que insere os jovens do corpus estudados em fases distintas da juventude a parte de sua faixa etária de idade.

Gráfico 2 - Idade em 31 de dezembro de 2020



Fonte: autor (2021)

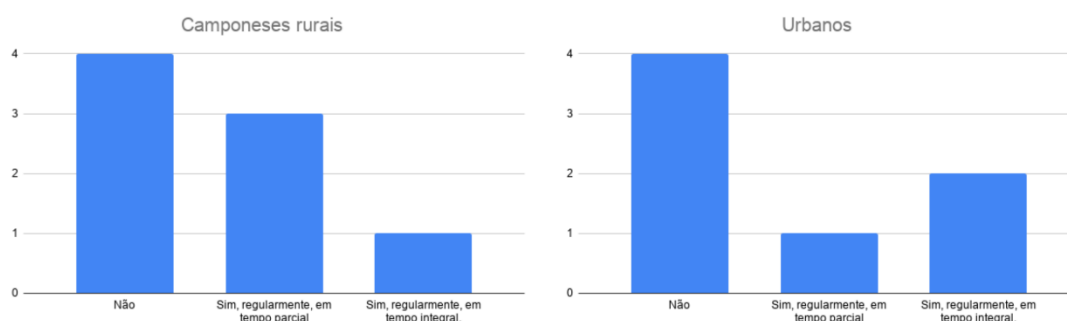
Assim como já fora reforçado em capítulos anteriores, considerou-se para composição do corpus deste estudo a faixa etária de idade estabelecida pelo Estatuto da Juventude, (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) para caracterizar os cidadãos na condição de juventude, de 15 a 29 anos, portanto. Dentro desse intervalo, no entanto, são consideradas subdivisões etárias para os sujeitos definidos como jovens. Por exemplo, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2007; 2010) considera pré-adolescentes aqueles com idade entre 10 e 14 anos, os jovens-adolescentes aqueles que têm idade compreendida entre 15 e 19; jovens-jovens com idade entre 20 e 24 anos e jovens adultos os que têm entre 25 e 29 anos de idade.

Nesse sentido, conforme apresentado no gráfico anterior, oito daqueles que colaboraram com a pesquisa são adolescentes, um total de 53,3 %. Destes, três são jovens da zona rural e cinco da zona urbana. Os demais são considerados jovens adultos, com idade superior a 24 anos, sendo cinco deles jovens rurais e dois urbanos.

Para Durston (1998, p.4), a fase posterior a adolescência, chamada pelo autor de “juvenil plena”, contempla justamente a maior parcela de jovens, com idade compreendida entre 21 e 29 anos, que conseguem viver com uma independência parcial e que ainda não possuem filhos. Isso pode ser constatado a partir das perguntas que

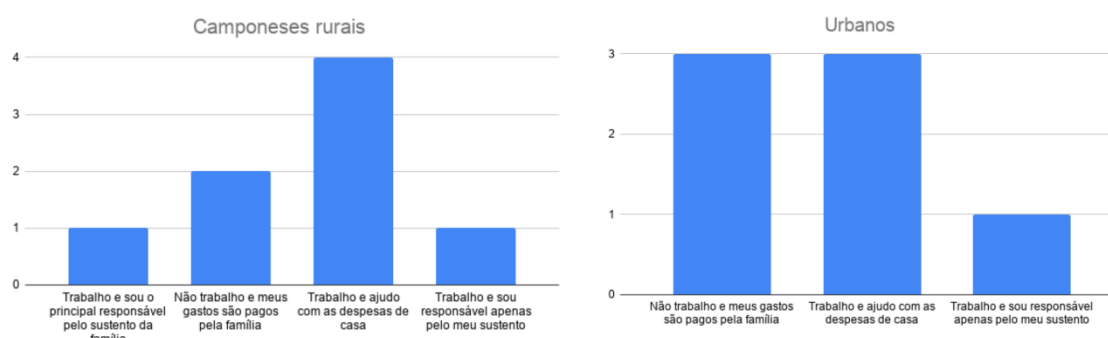
consideram a atuação profissional e a participação do jovem na vida econômica da família, conforme apresentado nos gráficos:

Figura 13 - Exerce atividade remunerada



Fonte: autor (2021)

Figura 14 - Participação com despesas da casa

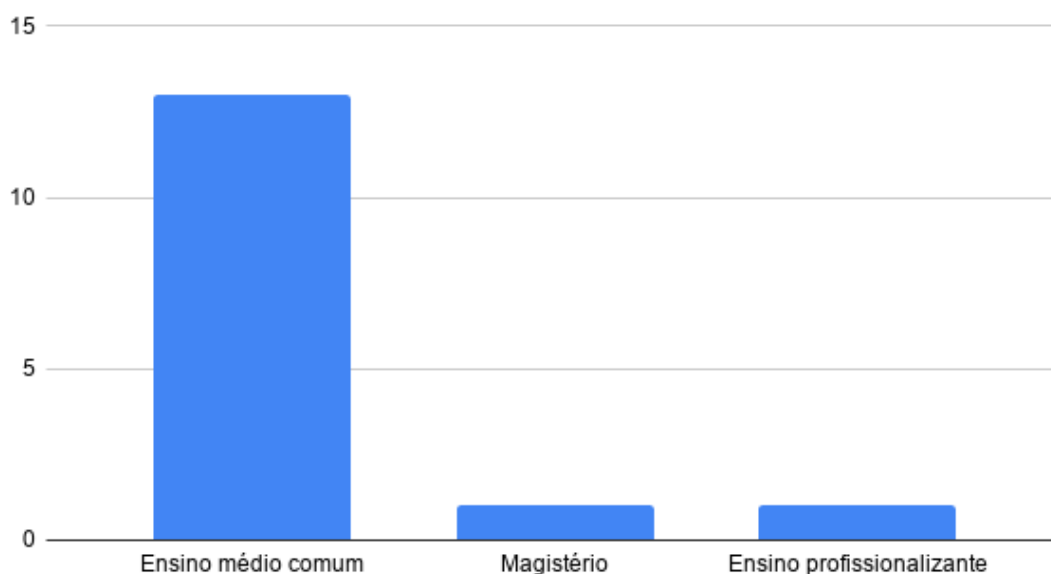


Fonte: autor (2021)

Nesse ponto, convém considerar que a maior parte dos jovens que trabalham e ajudam com as despesas econômicas da família ou são responsáveis pelo sustento integral da mesma, são de origem rural (5 dos respondentes). Isto confirma que, seja realizando atividades fora do ambiente rural, ou se dedicando exclusivamente aos cuidados com a terra, a pluriatividade (FUNK *et al.*, 2006, p. 56-57) mencionada em capítulos anteriores, é recorrente na região estudada. A maioria dos jovens que não trabalham e têm os gastos financiados pela família estão na zona urbana (3 no total).

No que se refere às questões educacionais os números são equilibrados, como pode-se constatar nos gráficos a seguir:

Gráfico 3 - Tipo de curso de nível médio que concluiu



Fonte: autor (2021)

Entre todos os jovens participantes da pesquisa, apenas duas, uma urbana e outra rural, concluíram o ensino médio em níveis de formação diferentes. A jovem urbana estudou no Instituto Federal da Paraíba campus Campina Grande, no curso de mineração. Já a jovem rural concluiu o magistério numa escola também situada em Campina Grande.

Embora os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em cumprimento a Lei nº 10.880, de 2004, que instituiu Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), favoreçam a juventude dos municípios no que se refere aos deslocamentos às instituições de ensino, compreende-se uma deficiência no que se refere ao número de instituições de nível técnico profissionalizante ou de ensino superior sediadas nessas cidades. De acordo com dados do IBGE Cidades (2018) existe na região apenas um campus do Instituto Federal da Paraíba, instalado em Soledade, com curso técnico integrado em informática.

O resultado desse cenário reflete a necessidade de uma dedicação de tempo considerável para o jovem do campo, sobretudo, deslocar-se de sua cidade de origem até as cidades onde estão os centros de formações técnicas e profissionais. Conforme será visto adiante, jovens desses municípios precisam enfrentar longas jornadas de viagens de ida até as escolas técnicas, particulares ou públicas, e de volta até suas residências uma vez que essas instituições se concentram na região de Campina Grande.

Quando o assunto é onde se cursou o ensino médio, é praticamente unânime a resposta “todo em escola pública”. De acordo com as respostas, sete jovens rurais e cinco jovens urbanos cursaram todo ensino médio em escola pública. Uma única jovem urbana estudou a maior parte do ensino médio em escola particular.

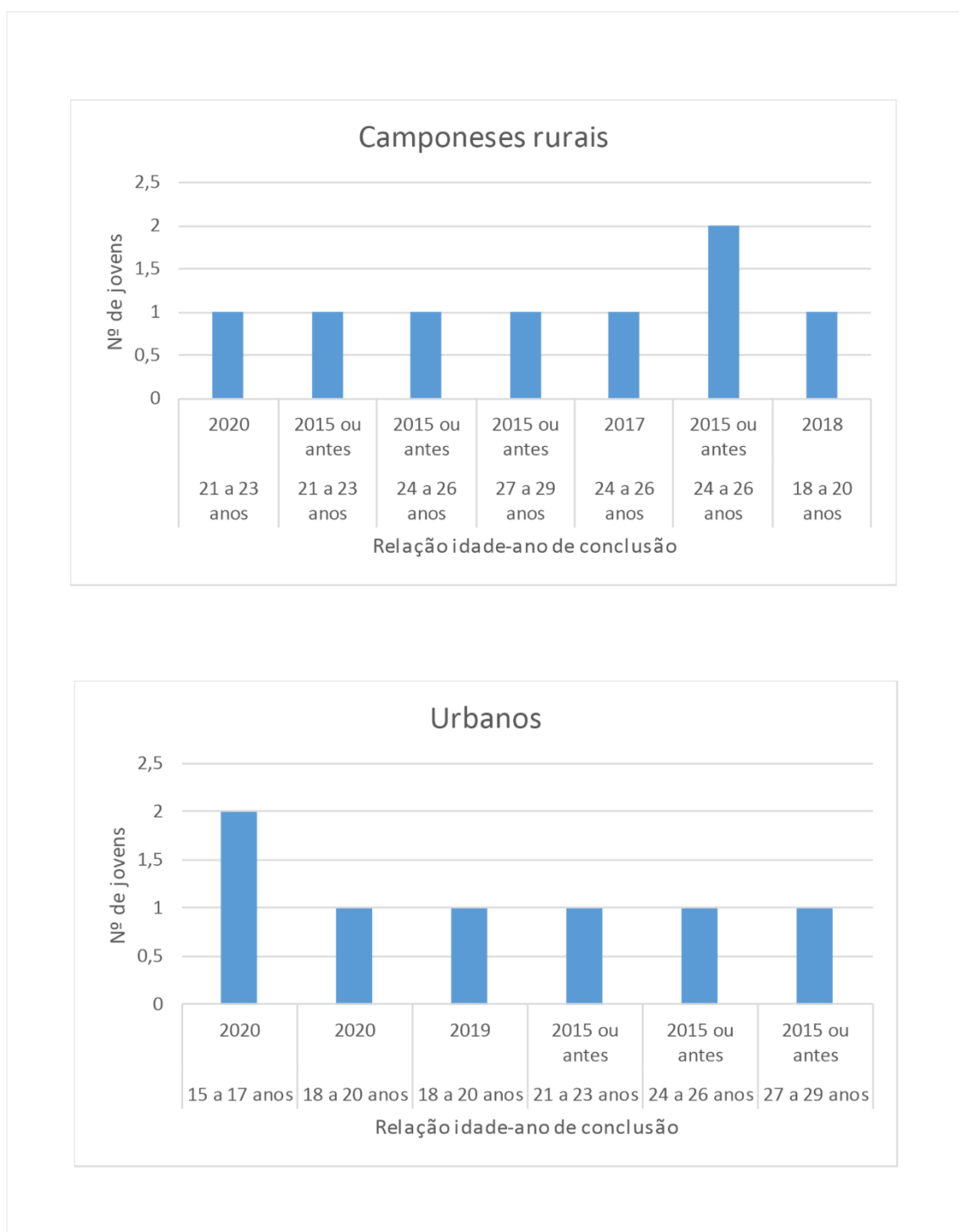
Gráfico 4 - Onde cursou o ensino médio



Fonte: autor (2021)

As duas jovens do sexo feminino que sinalizaram já estarem cursando o nível superior, são moradoras da zona rural. A respondente A5 é estudante de uma das faculdades particulares de Campina Grande e residente no município de Boa Vista, onde trabalha na agricultura com sua família. A outra, A2, é moradora de Soledade e se formou em letras pela Universidade Estadual da Paraíba, campus Campina Grande.

Figura 15 - Ano de conclusão ensino médio



Fonte: autor (2021)

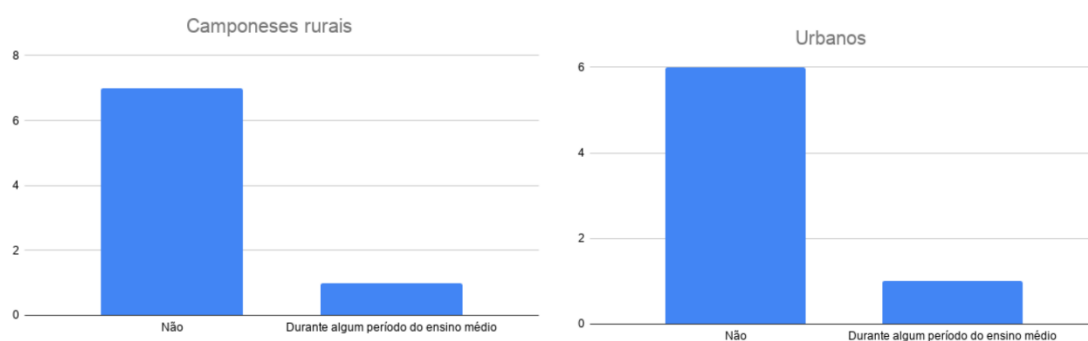
Para análise destes gráficos objetivou-se delimitar a média de idade entre cada grupo e a relação dos anos de conclusão do ensino médio. Assim, tomou-se como referência a maior idade existente na escala informada pelos jovens como sendo das suas

idades. Se o jovem informou que sua idade estava entre 18 e 20 anos, foi tomado como referência, portanto, os 20 anos. Deste número foi subtraído o tempo informado de conclusão do ensino médio, tomando como referência o ano de 2020 que é aquele no qual a pesquisa se consolidou. A título de exemplo, portanto, se um jovem informou ter idade entre 18 e 20 anos e concluído o ensino médio em 2019, inferiu-se que sua idade no ano de conclusão era de 19 anos (20 anos em 2020 – 2019 = um ano de diferença). Se o ano de conclusão informado foi 2015 ou antes, a referência foi o próprio ano de 2015.

Assim foi feito para todos os participantes e o que se observou foi uma tendência maior de conclusão do ensino médio mais precoce para jovens urbanos que para jovens rurais. A média de idade para conclusão do curso médio entre jovens urbanos foi de 19,5 anos. Para os jovens camponeses rurais essa média sobe para 20,7 anos. Desse modo se conclui que o jovem do campo, de modo geral, perde ao menos um ano de sua formação média em relação ao jovem urbano.

Um dado importante destacado nos gráficos, reflete que, entre os jovens entrevistados, a faixa etária de idade de conclusão do ensino médio é superior à nacional, que aponta os 19 anos como média (DAMÉ, 2018). Ao considerar o levantamento do movimento Todos Pela Educação, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2012 a 2018 (Pnad-C) do IBGE, Luiza Damé (2018) revela que há desigualdades no ensino. A importância desse dado consiste no fato de que “adolescentes negros e moradores das áreas rurais têm taxas de conclusão mais baixas do que as dos brancos e de regiões urbanas em todas as etapas da educação básica” (DAMÉ, 2018).

Figura 16 - Precisou trabalhar em algum período do ensino médio

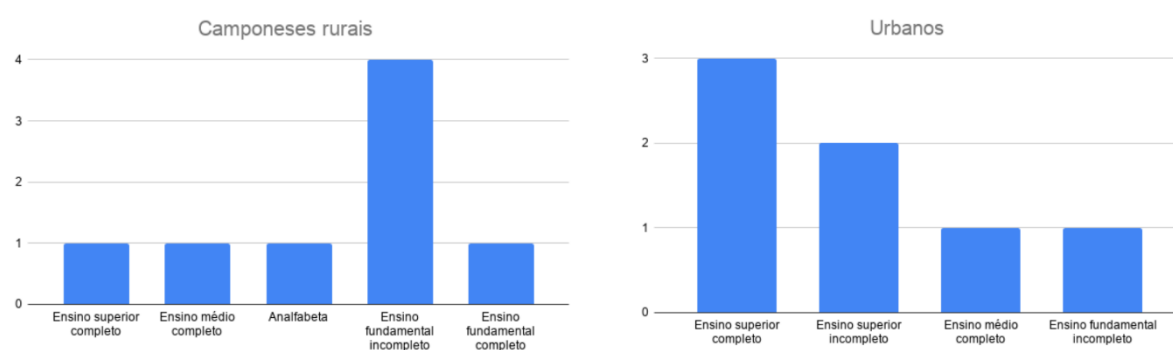


Fonte: autor (2021)

Recorrendo à imagem que apresenta os gráficos sobre a ocupação trabalhista dos jovens no período de curso do ensino médio, observa-se que a grande maioria não desempenhou atividade profissional durante o período. Cabe, neste ponto, uma observação no que diz respeito à relação desta pergunta com a colaboração dos jovens nas despesas da família. Os gráficos da imagem anterior reforçam que pelo menos nove jovens concluíram o ensino médio antes de 2015. Nesse sentido, o que se desenha é um quadro no qual a maior parte destes jovens passaram a colaborar de algum modo com as despesas do lar somente após a conclusão do ensino médio.

Nesse cenário, somente a jovem camponesa A4, que informou concluir o ensino médio em 2020, precisou desenvolver atividade trabalhista durante o ensino médio. De modo geral esta é uma realidade cultural bem diferente daquela enfrentada pela maioria dos pais destes jovens, conforme pode-se observar adiante.

Figura 17 - Nível de instrução das mães



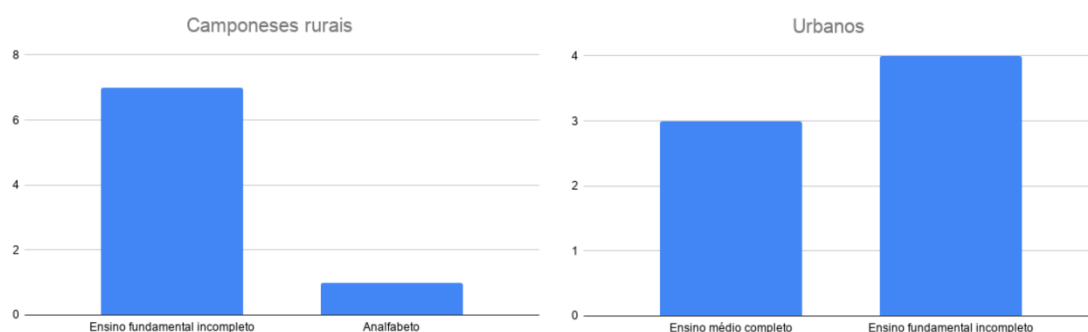
Fonte: autor (2021)

Um destaque importante sobre a formação das mães dos jovens entrevistados, consiste no fato de que a maior parte das mães dos jovens urbanos (cinco de sete) conseguiram acessar em algum momento da vida o ensino superior. Com efeito, entre outros fatores, pode-se inferir que, pelo menos para as mães dos jovens urbanos entrevistados, houve mais possibilidade de acesso ao ensino superior do que para as mães do jovem rural. Aqui não se tem a pretensão de elencar o discurso sobre méritos, mas compreender como esse dado pode influenciar a formação dos filhos, uma vez que as

mães dos jovens rurais em sua maioria têm um nível de formação mais baixo, o ensino básico concluído ou interrompido na maioria dos casos.

Entre a figura paterna, os dados apontam para um nível de formação mais baixo em relação às mães.

Figura 18 - Nível de instrução dos pais



Fonte: autor (2021)

De acordo com as respostas, 100% dos pais dos jovens rurais entrevistados não chegaram a concluir o ensino básico e, se quer, o ensino fundamental. Entre os pais dos jovens urbanos, os dados não são tão diferentes, no entanto, pelo menos três pais chegaram a concluir o ensino médio.

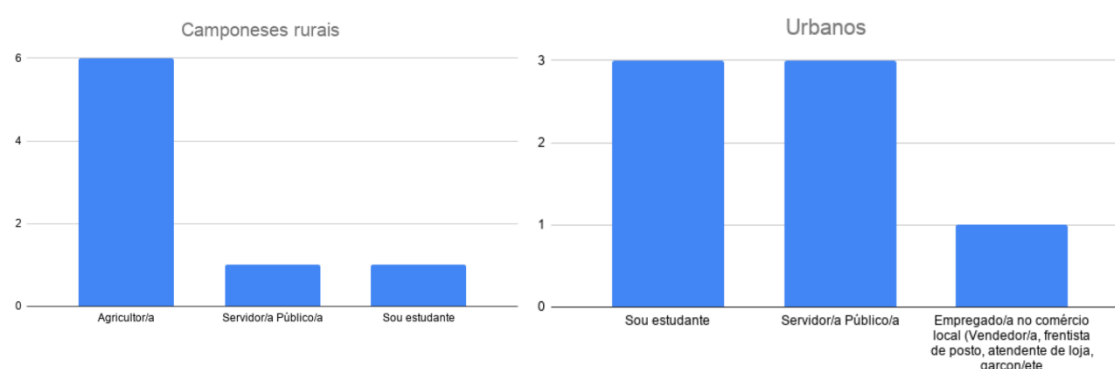
Considerando que a vida cotidiana dos jovens tem relações profundas com a rotina da família e da comunidade local, vale a reflexão sobre como o fato da família ser entendida como uma unidade afetiva, independente de qualquer que seja o grupo analisado, reflete na condição particular de, também, uma unidade de produção dirigida sobretudo pela figura paterna (WANDERLEY, 2013, p. 32). É fundamental considerar o fato de que, em muitos casos, a mãe assume o papel de liderança do lar, impossibilitando ou limitando o acesso à educação. Entre os dois grupos, no entanto, o melhor nível de instrução das mães é evidente e também reflete, direta ou indiretamente, o nível de instrução dos filhos, já que as mães, muitas vezes, assumem papel fundamental nessa tarefa.

O contraste existente entre a formação dos filhos e a formação dos pais, que pode ser confirmada pelo fato de todos os jovens terem ao menos o nível médio completo, de modo particular da figura paterna e galgado muitas vezes na expressão “estude para não

ser como eu”, pode ser fruto de um incentivo carregado de simbolismo refletido na insatisfação com as condições de vida e com a realidade rural.

No entanto, particularmente entre os jovens rurais, é apresentando um compromisso significativo com a participação no sistema de atividades de produção, conforme mostra o gráfico seguir:

Figura 19 - Sua profissão



Fonte: autor (2021)

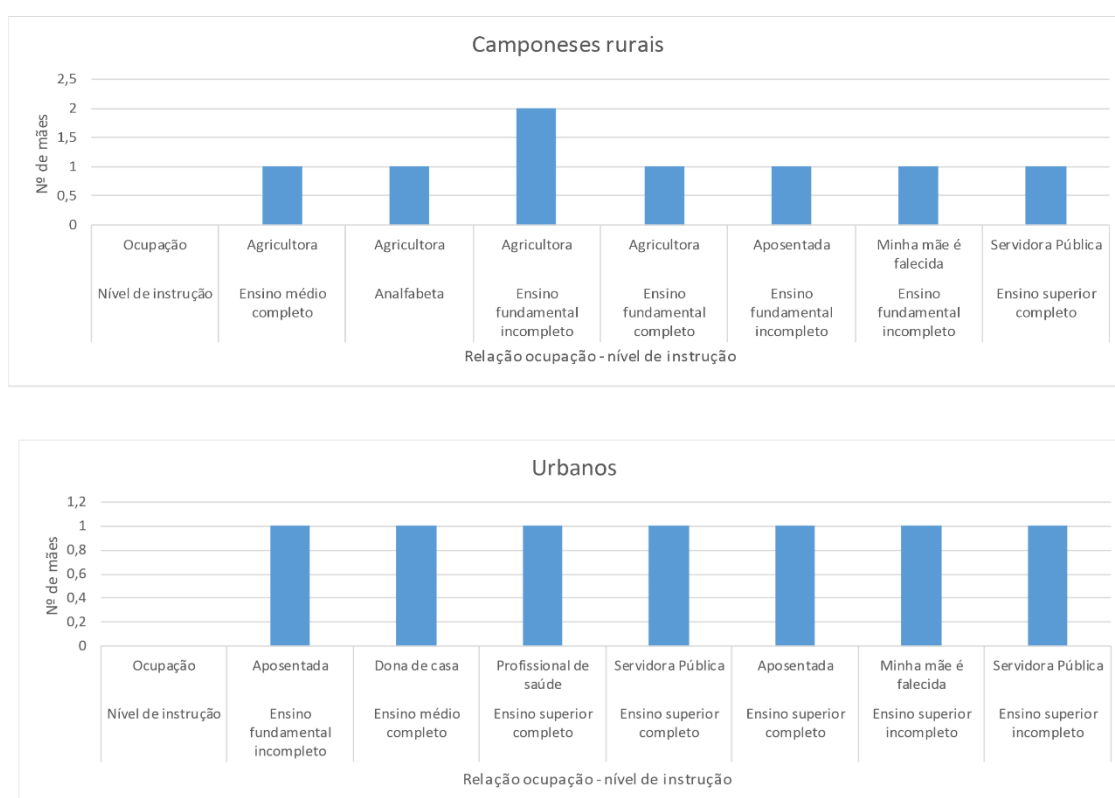
Dos jovens rurais que responderam ao questionário, cinco do sexo feminino e um do sexo masculino afirmaram sua identidade profissional como sendo agricultor e agricultoras. Essa pode ser considerada uma evidência significativa do ecossistema comunicativo mobilizado pelo PATAC na medida em que, mesmo residindo na zona rural, outros jovens não se autodeclaram como sendo agricultores. De todo modo, Stanek (1998, p 70) destaca que o “apego à terra” e o “apego a um modo de vida” pode justificar a afirmação desta identidade.

A afirmação desta identidade por parte dos jovens, segue basicamente dois movimentos: um que acontece de dentro para fora, no qual o jovem constrói uma concepção particular da vida e a traduz no cotidiano com seus pares; e o outro, um movimento de fora para dentro, a partir do qual considera a terra, seus pares e todo o ecossistema. Ao mesmo tempo, conforme explica Ricardo Abramovay (1998, p. 36), a questão da sucessão rural na agricultura também ganha destaque, uma vez que se estabelece “quando a formação de uma geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade”.

Uma questão importante, nesse aspecto, é que esses jovens, ainda que complementam suas relações interpessoais no *locus* urbano, na escola ou em outras ocupações, tem no espaço rural a confirmação de sua profissão, o que revela que existe uma possibilidade maior de sofrer mais influências do meio rural do que do meio urbano sob esses jovens, seja pela ocupação dos pais ou pelo aspecto cultural.

Conforme são apresentados nos gráficos a seguir, os dados convergem para a agricultura como profissão majoritária entre os pais e mães dos jovens respondentes.

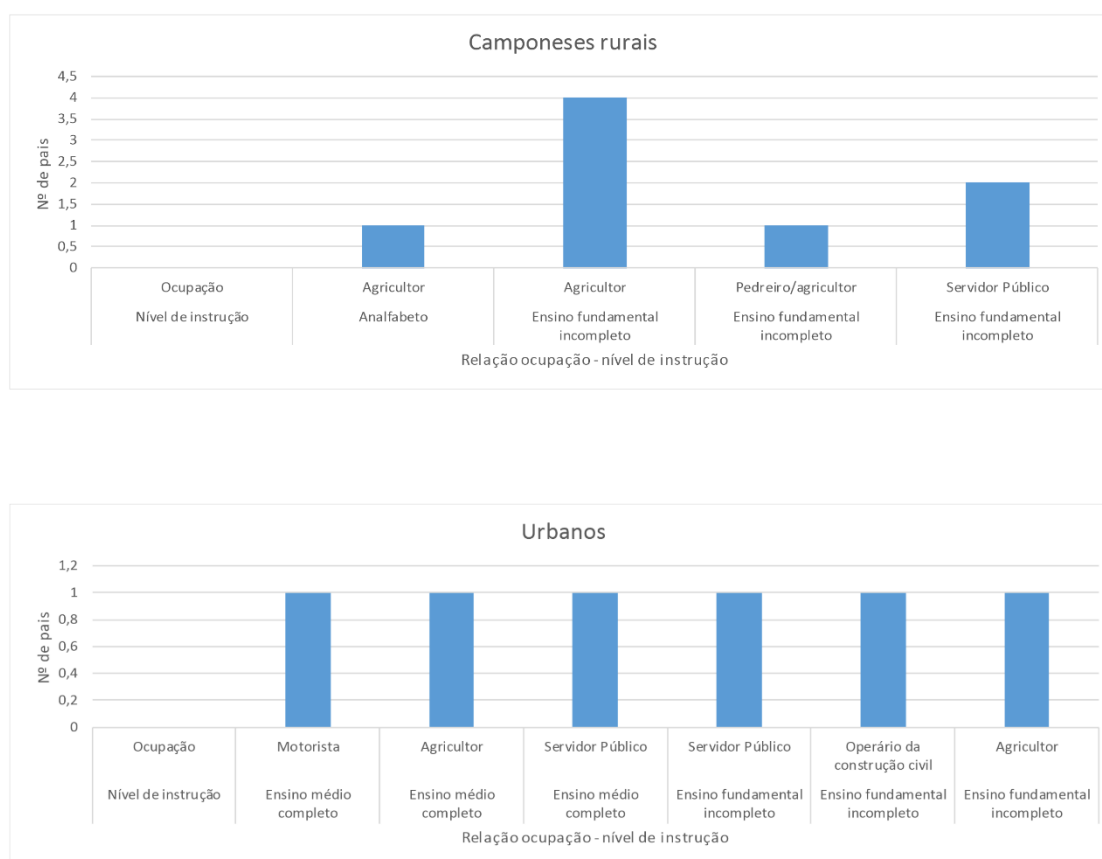
Figura 20 - Ocupação das mães



Fonte: autor (2021)

Embora o questionário não tenha levantado a questão sobre a ocupação das mães e pais aposentados, é possível dizer que seis mães de jovens rurais trabalham na agricultura. Entre os jovens urbanos, nenhuma mãe foi indicada como agricultora.

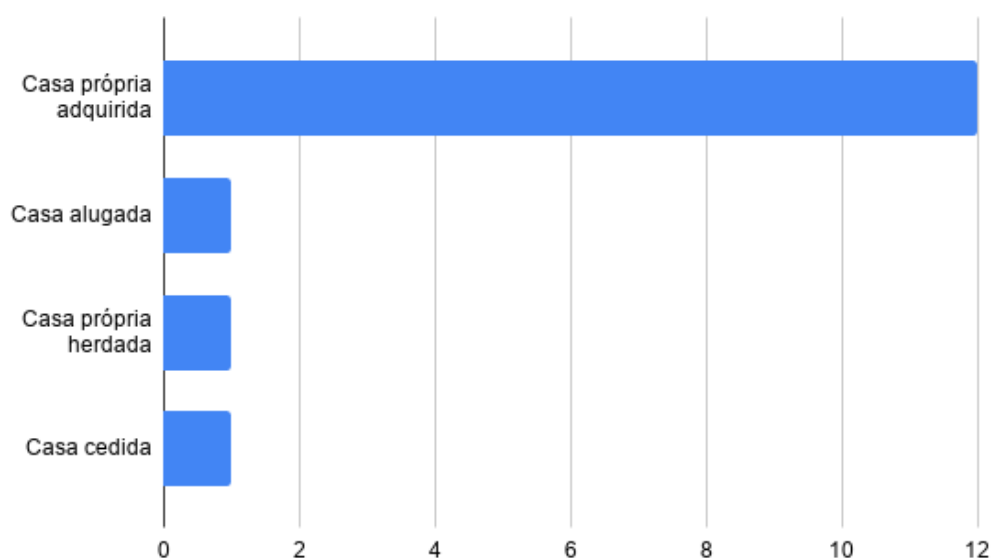
Figura 21 - Ocupação dos pais



Fonte: autor (2021)

O mesmo acontece entre os pais de jovens rurais. Dos oito jovens entrevistados, seis informaram que a figura paterna trabalha na agricultura. Dois jovens moradores da zona urbana, por sua vez, indicaram que seus pais são agricultores. Essa informação não pode ser complementada uma vez que não é possível distinguir se a família possui moradia na zona rural ou se a figura paterna é empregada em alguma propriedade da região. Tal situação reforça o que Wanderley (2013, p. 32-33) atribui como direção da figura paterna a unidade de produção das famílias de base rural.

Gráfico 5 - Situação habitacional



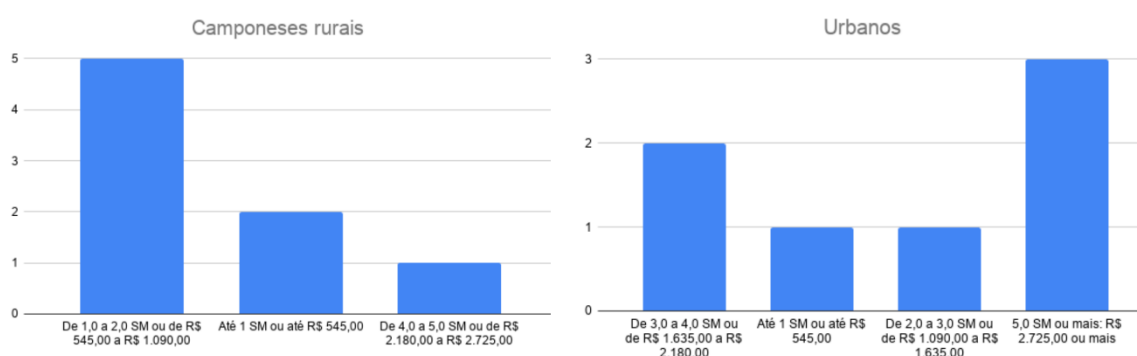
Fonte: autor (2021)

No que se refere às condições de moradia, ambos os grupos apresentaram condições similares, assim como apresenta o gráfico 6. De todo modo, é importante observar que tanto aqueles que apresentam casa cedida e alugada são jovens da zona rural.

Dentre os 15 jovens que responderam ao questionário, duas informaram que a existência de despesas regulares com medicamentos. De modo particular, a participante A8, relatou a equipe do PATAC a indisponibilidade de uso de sua imagem uma vez que a mesma estava, à época, realizando o tratamento de câncer e não gostaria de ter sua imagem divulgada. Conforme será explicado mais adiante, nenhuma imagem ou nome dos participantes estão sendo utilizados neste documento.

Ainda tratando sobre a estrutura social, os dados apresentam uma ligeira disparidade entre as rendas familiares dos jovens camponeses e rurais.

Figura 22 - Renda familiar



Fonte: autor (2021)

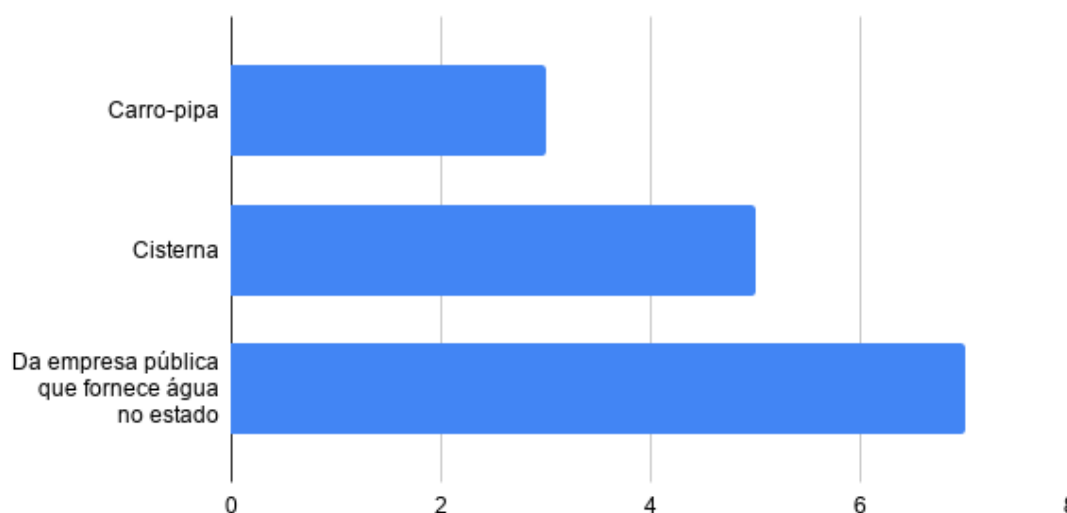
De acordo com os dados, apenas a família do A2 consegue constituir uma renda entre quatro e cinco salários mínimos ou superior a R \$2.180,00. Dentre as famílias dos demais sete jovens, a renda familiar não ultrapassa dois salários mínimos ou R \$1.090,00. Já entre as famílias dos jovens urbanos a média salarial é superior a três salários mínimos ou R \$1.635,00 para cinco dos sete respondentes. Para três desses, a renda familiar é superior a cinco salários mínimos ou mais de R \$2.275,00.

Essa diferença de renda pode se justificar pelo maior grau de instrução dos pais dos jovens residentes no *locus* urbano, conforme pode ser observado nas figuras 18 e 19, ou pela baixa rentabilidade na comercialização de produtos da agricultura para aqueles que se consideram agricultores em relação aos que dispõem de trabalho formal vinculado ao funcionalismo público, por exemplo. Em valores relativos, é importante considerar o número de pessoas que compõem as famílias dos entrevistados. Entre os jovens urbanos a média de pessoas que dependem da renda informada nos questionários é de 3,4 pessoas. Já entre os jovens rurais a média de pessoas que dependem da renda apresentada é ligeiramente superior, chegando a 3,8 pessoas.

Vale considerar outro fator: sete jovens rurais responderam que alguém do núcleo familiar considerado recebe algum tipo de auxílio do poder público. Isso demonstra que, numa relação entre a média de pessoas em cada família e a renda total informada, os valores gerados a partir da ocupação das famílias do meio rural são bem inferiores a maioria daquelas famílias da zona urbana, mesmo que não tenham informado esses valores no somatório total da renda da família.

Quando se refere às questões relacionadas à estrutura hídrica das localidades representadas pelos participantes da pesquisa, tem-se o seguinte panorama:

Gráfico 6 - Origem da água que abastece a casa



Fonte: autor (2021)

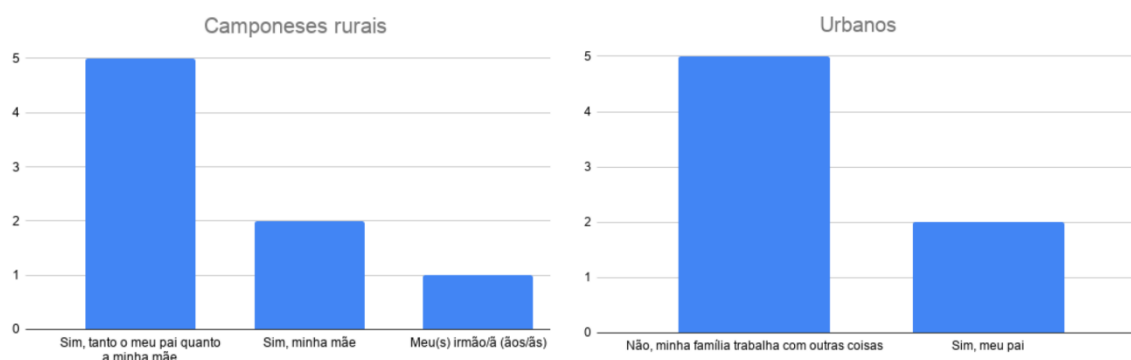
Para aqueles que residem na zona rural as principais fontes de água são os carros-pipa (três jovens), que em todos os casos são utilizados para abastecimento de tanques e cisternas familiares, e a própria cisterna (três jovens) que representa uma conquista dos movimentos sociais articulados a partir dos anos 1990 através da ASA Brasil, conforme citado nos capítulos anteriores. Entre os jovens residentes na zona urbana, apenas a A13 informou que o abastecimento de sua casa é feito através de cisterna. Todos os demais são usuários do sistema público de distribuição de água.

Do ponto de vista da efetivação do direito ao acesso a água e políticas públicas que favoreçam a chegada desse bem à todos, pode-se concluir que o trabalho do movimento social nesse sentido tem mostrado resultados interessantes. De todo modo, é importante lembrar que a universalização do acesso a água nos municípios atendidos pelo PATAC, com acesso possível através do site da ASA Brasil, é um desafio que se justifica na constituição permanente de famílias no *locus* camponês rural e na precariedade da destruição de terras para essas novas famílias, uma vez que as cisternas ou qualquer outra implementação financiada pelo Estado, não beneficia pessoas, mas unidades familiares. Em outras palavras, caso um filho ou filha case e receba dos pais um recorte de terra da propriedade, a fonte de água dessa nova família formada continua sendo a cisterna atribuída aos seus pais. Portanto, pode-se dizer que é necessária a criação de políticas que favoreçam o acesso à água por parte também das famílias recém constituídas, sem que

seus nomes estejam relacionados a obtenção de uma implementação conquistada por seus pais em anos anteriores.

Sobre a relação das famílias dos participantes com a agricultura, vale observar o gráfico a seguir:

Figura 23 - Alguém do núcleo familiar trabalha na agricultura



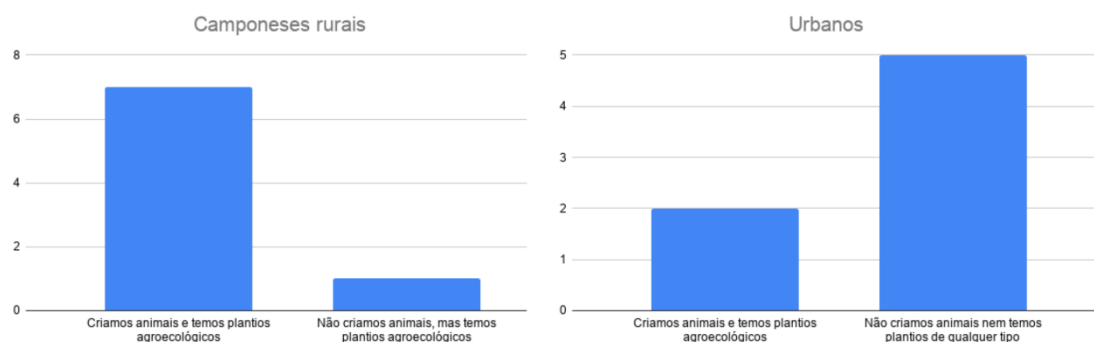
Fonte: autor (2021)

Confirma-se nesse quesito a suposição de que pelo menos um membro da unidade familiar daqueles que residem na zona rural exerce algum tipo de trabalho com a agricultura. Dos oito participantes, cinco informaram que tanto o pai quanto a mãe trabalham na agricultura, dois expressaram que só a mãe e um relatou que os irmãos desempenham trabalhos relacionados aos cuidados com a terra.

Embora cinco dos sete jovens urbanos participantes da pesquisa tenham informado que ninguém de suas famílias trabalha com agricultura, duas jovens sinalizaram que seus pais exercem sim algum tipo de trabalho com agricultura. Mais uma vez reforça-se que o questionário não abriu margem para compreensão sobre em que *locus* esses pais exercem atividades agrícolas, se no urbano, no quintal da propriedade ou na zona rural.

A última pergunta referente a categoria estrutura social fez referência a realidade familiar dos participantes, conforme mostra o seguinte gráfico:

Figura 24 - Aproximações da rotina cotidiana das famílias

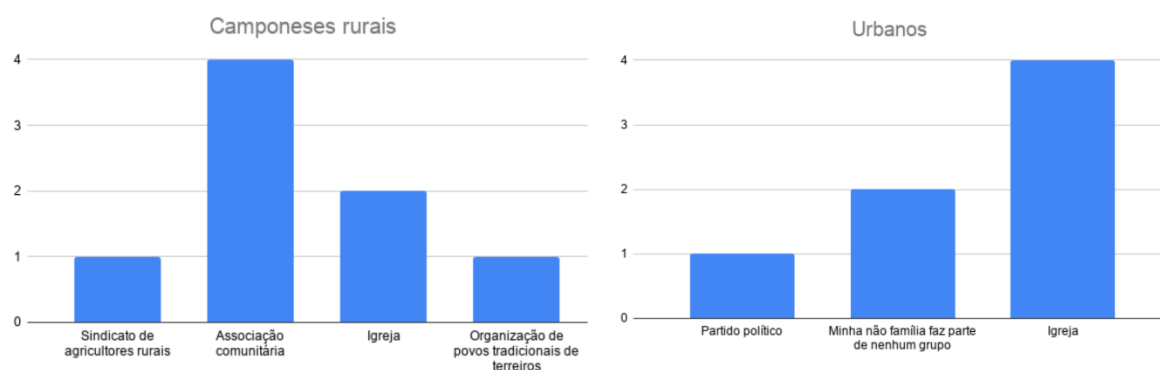


Fonte: autor (2021)

A resposta a essa pergunta aponta a predominância das atividades de criação animal e plantios por parte das famílias daqueles jovens que são assistidos por ações PATAC. Dos 15 participantes, 10 informaram que existe algum tipo de manejo agrícola por parte da família. Essa informação fortalece a leitura de que, embora outras fontes econômicas sejam encontradas na região, de modo particular no que se refere à mineração em municípios como Tenório e Soledade, a agricultura segue sendo uma das principais fontes econômicas nessas cidades.

Uma única pergunta foi utilizada no questionário para coleta de dados na categoria **instituições sociais**, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 25 - Alguém da família faz parte de algum grupo



Fonte: autor (2021)

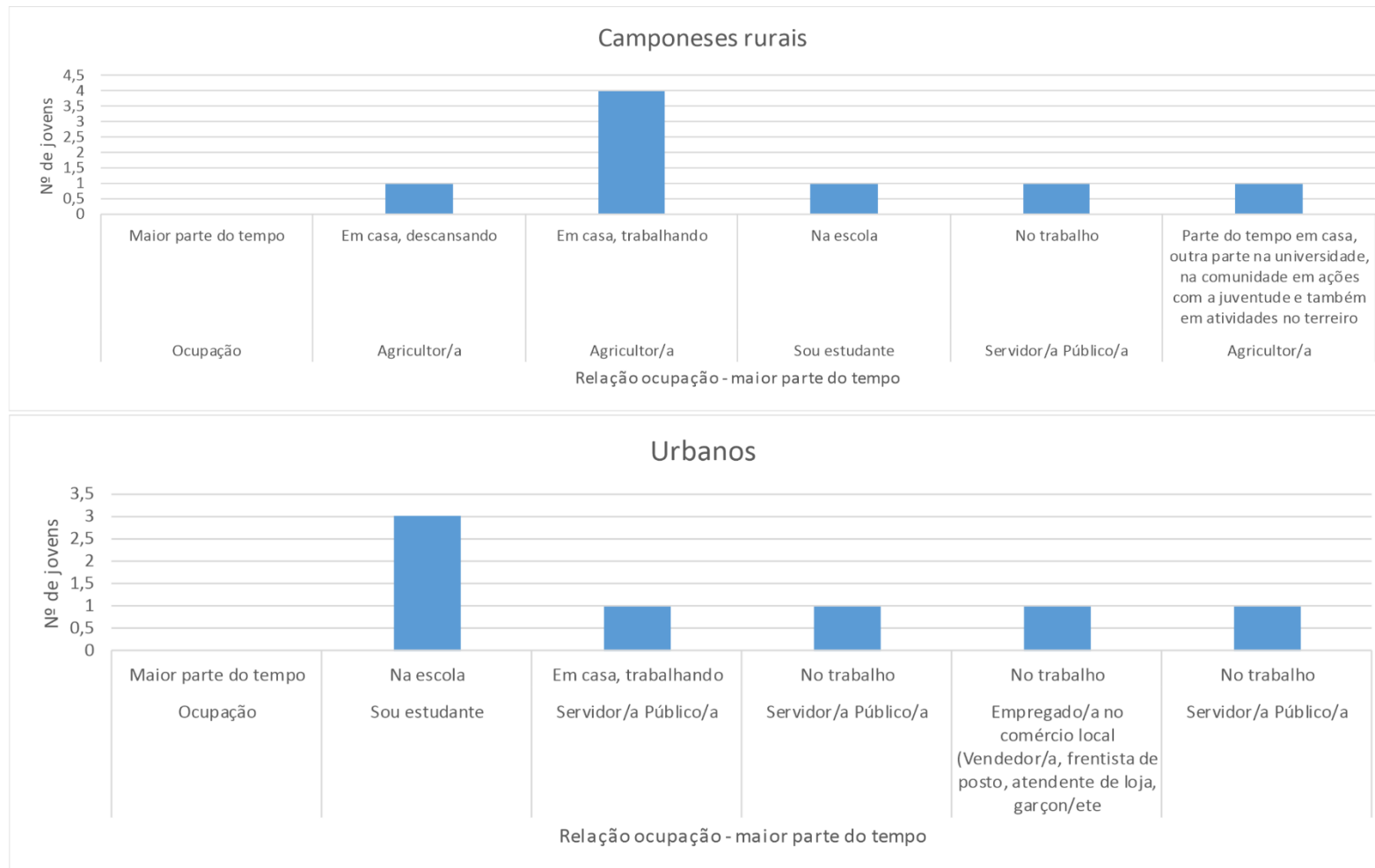
Conforme descrito por Duque e Araujo (2011, p.9), Novaes (2012, p.185) e Castro et al. (2009 p.63), papel desempenhado outrora pela igreja na região se mantém vivo. Contudo, pelo menos entre as respostas acessadas, este protagonismo migrou para os centros urbanos na atualidade, diferente do que foi nos anos 1980 e 1990. De acordo com as respostas dadas a esta questão, os jovens urbanos informaram, em sua maioria (quatro de sete) um maior envolvimento com a igreja. É também por parte desse grupo que foram apresentadas duas respostas relacionadas a falta de engajamento a qualquer tipo de organização social.

Embora se compreenda que exista uma aderência às questões religiosas, tanto por parte dos jovens urbanos quanto dos rurais, pode-se atribuir ao ecossistema comunicativo rural uma maior indicação do envolvimento com associações comunitárias e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Considerando ainda que as práticas educacionais são forjadas também no seio das organizações religiosas, pode-se dizer que os enfoques dados pelos movimentos religiosos no *locus* urbano não remontam, em certa medida, um resgate de tradições focadas na terra ou na agricultura como aconteceu no passado, já que estas não são identidades expressas por jovens urbanos.

Um ponto importante sobre essa questão consiste na capacidade que o PATAC tem apresentado nos últimos anos, de acessar e mobilizar povos de terreiros e de comunidades tradicionais. Considerando que parte significativa da população quilombola do Brasil reside no Semiárido, é indispensável uma maior aproximação com os movimentos sociais e de resistência.

Para contemplar a categoria **campos de interação**, também foi dirigida uma pergunta no questionário.

Figura 26 - Onde passam a maior parte do tempo



Fonte: autor (2021)

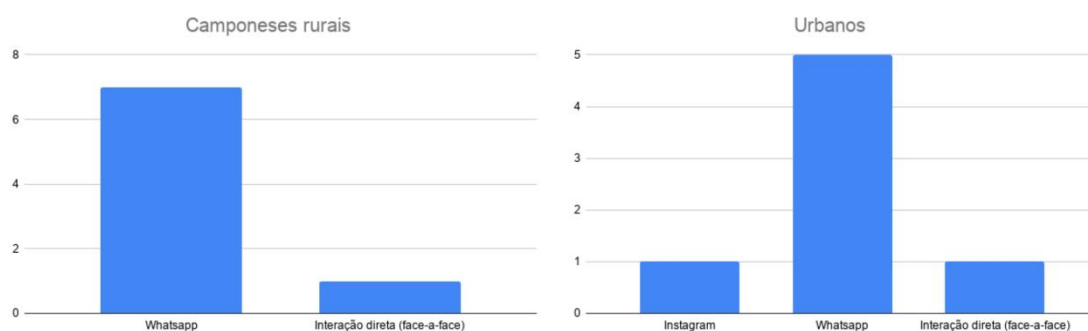
Para essa questão, fez-se fundamental relacionar a ocupação indicada por cada jovem e a relação com os espaços ou ocasiões em que passam a maior parte do tempo. Nesse sentido, metade dos jovens do meio rural (quatro de oito), sendo eles os que informaram ser agricultores e agricultoras, apontaram que passam a maior parte do tempo em casa trabalhando. Um jovem urbano completa o número total de respondentes deste item. Apenas um jovem rural relacionou o tempo em casa com o tempo na universidade e com mobilização comunitária e outro assinalou que passa a maior parte do tempo na escola. A jovem A8 informou tanto na entrevista, que será possível ler mais adiante, quanto no questionário que tem usado o tempo casa para descansar em virtude do tratamento de saúde que tem feito. Já entre os jovens urbanos, as respostas se dividiram entre passar a maior parte do tempo na escola e no trabalho.

Considerando as respostas dadas na categoria espaço tempo, infere-se que o maior tempo de permanência na zona rural por parte dos jovens indicados pelo PATAC e na cidade por parte dos jovens urbanos, promove rituais de interação semelhantes entre os dois grupos, mas predominantemente são ampliados em seu *locus* de moradia. Em outras palavras, o jovem rural interage mais com esse ecossistema, do que o ecossistema urbano, e, por outro lado, o jovem urbano interage mais com a cidade do que com o campo.

Com efeito, ainda que os jovens permaneçam por mais tempo no seu *locus* de moradia ou no trabalho, ou ainda na escola, os rituais de interação entre grupos e pessoas com objetivos distintos, conforme explica Goffman (2011), são responsáveis pela elasticidade do tecido social. Conforme poderá ser visto mais adiante, esses espaços de sociabilidade exercem influências sobre os jovens do campo e da cidade.

As três perguntas finais do questionário contemplaram a categoria **meios de transmissão**. Nessas perguntas foram levantadas questões sobre o consumo de informações e notícias, interação mediada tecnologicamente e grupos de fluxos comunicacionais específicos.

Figura 27 - Formas de comunicação usadas para interagir



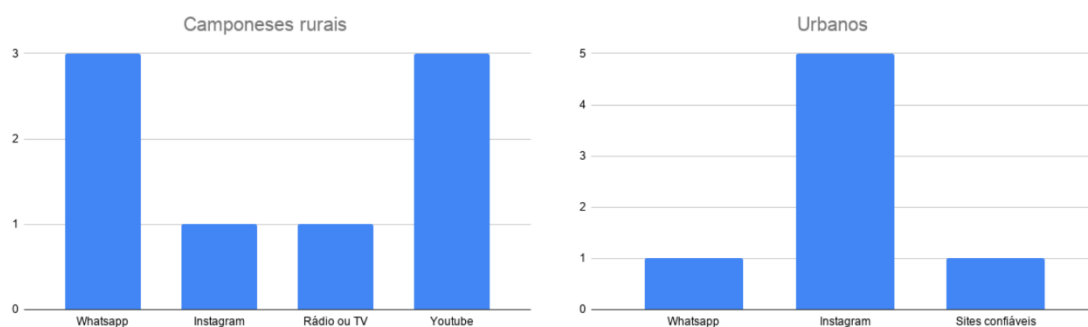
Fonte: autor (2021)

Entre os jovens participantes, o WhatsApp é meio/ferramenta de comunicação mais utilizada para interagir entre sete dos oito jovens do meio rural e cinco dos sete jovens do meio urbano. Já o Instagram foi apontado por uma participante do meio urbano. Para duas jovens, uma rural e outra urbana, o processo de interação acontece prioritariamente na relação direta face-a face.

De modo geral, pode-se dizer que a apropriação tecnológica por parte dos jovens da região do Semiárido em estudo acompanha uma tendência nacional, conforme aprofunda Callado (2019). De certo, não se deve desconsiderar que existe, inclusive no contexto dos municípios estudados, uma grande desigualdade no que se refere ao acesso a tecnologias da informação e comunicação. Vale salientar ainda que o cenário imposto pela pandemia do novo coronavírus promoveu a necessidade do distanciamento social, o que resultou no fechamento de escolas e outros espaços de socialização de jovens e adultos.

No que diz respeito às fontes de informações utilizadas pelos jovens participantes o resultado foi o seguinte:

Figura 28 - Ferramenta de comunicação usada para se informar



Fonte: autor (2021)

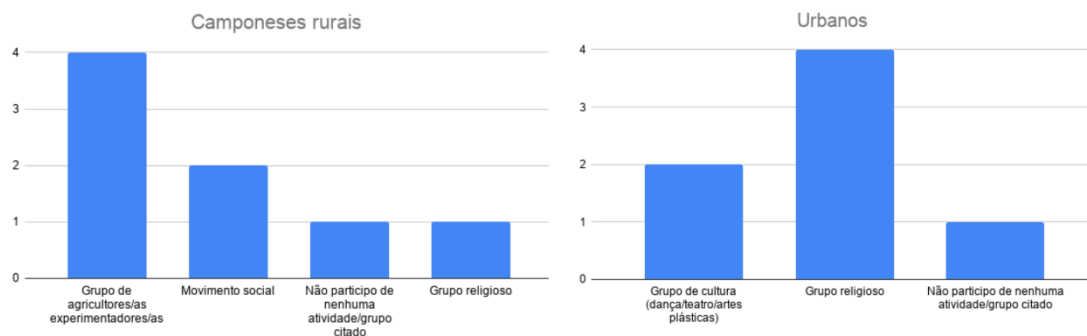
Tanto o YouTube quanto o WhatsApp são as ferramentas mais utilizadas pelos jovens rurais participantes para se informar (três jovens para cada opção). Apenas uma jovem informou o uso do rádio ou TV, a A6, e A1 informou apenas o uso do WhatsApp. As perguntas não apresentaram margem para especificação sobre quais canais de TV e YouTube ou estações de rádio são mais utilizados.

Embora o Instagram seja uma rede social dedicada prioritariamente à produção de fotos e vídeos de curta duração que retratam rotinas do cotidiano dos usuários, cinco dos sete jovens urbanos marcaram o aplicativo como sendo a principal fonte de informação. Apenas uma jovem do GRUPO 2 sinalizou a utilização de sites de confiança para se informar e outra o WhatsApp. As perguntas não apresentaram margem para especificação sobre quais seriam os sites considerados confiáveis nem que tipo de fonte do aplicativo de mensagens instantâneas é utilizada para tal ação.

A baixa utilização dos meios de comunicação tradicionais, rádio e TV respectivamente, apontam um desinteresse desses jovens por esse tipo de plataforma e os insere no universo das redes sociais e plataformas de *streaming* de vídeo. Ao mesmo tempo, sinalizam que as ações desenvolvidas pelo PATAC, no campo das comunicações via rádio, não são uma indicação da juventude camponesa rural como parte importante de sua identidade.

Por fim, os jovens responderam sobre suas participações em atividades, de acordo com o gráfico:

Figura 29 - Participa de alguma destas atividades



Fonte: autor (2021)

Nesta questão mais uma vez se reforça a influência do ecossistema comunicativo na compreensão identitária do jovem camponês rural. Seis dos oito jovens rurais participantes, responderam que participam de atividades relacionadas à experiência de agricultores experimentadores (quatro jovens) e outras duas de movimento social.

Cabe aqui destacar que a expressão “agricultores/as experimentadores/as” é típica das ações desenvolvidas pelo PATAC, o que denota uma familiaridade por parte dos jovens camponeses com a mesma. Ainda entre os jovens camponeses, na direção oposta, a jovem A8 respondeu não fazer parte de nenhum dos grupos listados, enquanto a A5 optou por responder que participa de grupo religioso. Embora a resposta da A8 possa representar uma má interpretação da pergunta feita no questionário, uma incompreensão sobre seu papel na comissão de juventude do COLETIVO ou indicação incoerente do PATAC, na entrevista este ponto se esclarece.

Entre os jovens urbanos prevalece a participação em atividades religiosas e grupos culturais. Para o GRUPO 2 apenas uma resposta foi indicada no sentido da não participação em nenhuma das atividades listadas. De acordo com Durston (1998), a adesão de jovens a grupos religiosos (aqui majoritariamente afirmado por jovens urbanos) ou políticos (apontado em sua maioria por jovens rurais, considerando o apelo ideológico contido no movimento social) acontece mediante o interesse de criação de uma independência de relação geracional (DURSTON, 1998, p. 12). Em outras palavras, o acesso e participação dos jovens junto a esses grupos versa com a ideia de aproximação a um núcleo de sujeitos com idades e pensamentos semelhantes, que, na maioria das vezes, tenta se diferenciar da geração mais velha.

Concluindo este percurso das análises, os questionários respondidos apresentam uma série de similaridades e diferenças entre os dois grupos. Estes fenômenos dizem respeito, dentro das categorias de análise da AC, aos sistemas de construção mental da realidade, ao conjunto de normas as quais os jovens estão submetidos e aos processos institucionais que articulam a dinâmica de convivência social (KRIPPENDORFF, 1990, p. 45-46).

As aproximações no que se refere a estrutura social, aspecto das formas simbólicas elencado por Thompson (2007), se inicia basicamente nas questões ligadas a formação destes jovens na rede pública de ensino. Por outro lado, uma diferença neste quesito consiste no fato de que os jovens rurais tendem a perder um ano de sua formação em relação aos jovens urbanos, que se formam mais cedo.

É uma simetria entre os participantes o fato de não desempenharem atividade trabalhista durante a formação em nível médio. Outra simetria é constatada na formação dos pais dos participantes, que, de modo geral, é inferior em relação à formação das mães. Contudo, há um maior nível de instrução entre os pais dos jovens urbanos em relação aos jovens rurais.

O mesmo se repete entre as mães dos jovens participantes, que de modo geral, é maior entre os jovens urbanos em relação aos jovens rurais. O maior nível de formação dos pais urbanos justifica as diferenças de rendas entre as famílias dos jovens. É mais comum, portanto, que jovens urbanos acessem a uma maior renda familiar em relação aos jovens camponeses rurais.

De modo geral, a condição de moradia entre os jovens é uma similaridade que aponta a grande maioria como proprietária de suas residências. Já no que se refere às relações de trabalho, a maior parte dos jovens do campo trabalha, sobretudo na agricultura, enquanto a maior parte dos jovens urbanos se declara estudante. Isso reflete numa diferença que resulta em uma maior colaboração das despesas da família por parte dos jovens camponeses rurais e uma maior dependência da renda dos pais por parte dos jovens urbanos.

O acesso à água é totalmente diferente entre os grupos. Os jovens do campo acessam à água por meio majoritário através de cisternas e carros-pipa, enquanto o abastecimento das famílias urbanas se dá através da empresa de distribuição de água. Na mesma direção, o acesso a políticas públicas sociais de apoio à renda se dá em sua maioria para famílias de jovens camponeses rurais, em relação aos urbanos.

Há entre os jovens camponeses rurais uma maior incidência das ações na agricultura por parte dos pais ou parentes próximos. Essa aproximação resulta, sobretudo, na criação de animais e plantios agroecológicos. Por outro lado, esta não é uma realidade entre os jovens urbanos.

Duas instituições sociais, de modo geral, marcam a diferença de participação em espaços de representação entre os dois grupos de jovens. Entre os jovens camponeses rurais destaca-se a incidência de participação em associações comunitárias, enquanto entre os jovens urbanos as instituições religiosas despontam como principal instituição social ocupada por estes jovens. Esta configuração se repete na participação dos jovens em grupos para transmissão de informações. Por outro lado, há uma similaridade entre os meios de comunicação mais utilizados e as principais ferramentas de comunicação mais utilizadas entre os jovens participantes.

A seguir, o aprofundamento nas respostas obtidas a partir das entrevistas complementa o escopo de dados estudos e apresentarão novos elementos para estas análises.

3.2.3 Entrevistas

Seguindo esta jornada de conhecimento científico, esta subseção se compromete a investigar as formas simbólicas produzidas e emitidas pelo GRUPO 1 e GRUPO 2 a partir das respostas dadas às entrevistas aplicadas aos jovens participantes da pesquisa. Os dados coletados nessa etapa representam a segunda fonte de investigação para responder ao questionamento que orienta este estudo.

As entrevistas foram realizadas com os dois grupos e seguiram a mesma base estrutural de perguntas, conforme mostra o Apêndice 1 deste documento. Uma pergunta adicional, no entanto, foi realizada ao GRUPO 1 e consistiu na compreensão do papel do PATAC na vida dos jovens entrevistados. A partir do interesse em proporcionar um ambiente de comunicação fluida, optou-se pela aplicação de uma entrevista semiestruturada que foi, em alguns momentos, complementada com questões paralelas, mas de interesse central para o estudo.

Conforme explicado anteriormente, a partir da sinalização da resposta ao questionário, os jovens agendavam suas entrevistas de acordo com suas disponibilidades. Assim aconteceu com ambos os grupos. As entrevistas foram realizadas individualmente, seguindo o roteiro base de 12 perguntas para jovens urbanos e 13 para os jovens

camponeses rurais, através da aplicação Google Meet. O link de acesso à sala foi enviado via WhatsApp e o participante aceito na conferência de vídeo.

O primeiro contato consistiu na explicação do significado daquele momento para a pesquisa e dos procedimentos que deveriam ser seguidos. Todos os jovens foram orientados a pedir que a pergunta fosse repetida quantas vezes desejassem, de modo que o questionamento ficasse claro e não gerasse interpretações equivocadas. Antes de ser feita a primeira pergunta da entrevista, os participantes foram familiarizados com o diálogo, convocados a se apresentar e falar sobre algo interessante de sua vida. O tempo médio de cada entrevista foi de 15 minutos, no entanto, com alguns jovens esse tempo se estendeu, não superando 20 minutos de interação.

Ao final de cada entrevista foi gerado um arquivo de vídeo no formato mp4 no qual estão arquivadas as respostas de cada jovem. A utilização da imagem e voz dos jovens não será feita neste trabalho, assim como a citação de seus nomes. Os dados coletados para análise, portanto, consideram exclusivamente o conteúdo capturado dessas conversas.

Convém explicar que a intenção da análise dessas formas simbólicas não está focada na conversação, mas no conteúdo das respostas. Não é um objetivo deste trabalho investigar a fronteira entre uma pergunta e uma resposta, mas compreender a identidade dos jovens a partir daquilo que expressam. Por esse motivo, foram transcritos para este texto apenas as respostas integrais fornecidas pelos jovens. Em alguns casos foram eliminadas falas sobrepostas ou tomadas por assalto.

É importante destacar, antes de adentrar nas análises, que as entrevistas com os jovens camponeses rurais e urbanos se deram de maneira fluida e descontraída. De todo modo, sobretudo por parte de alguns jovens urbanos, ficou clara a inibição e timidez nos primeiros minutos da entrevista. O mesmo não aconteceu com os jovens indicados pelo PATAC, o que pode ser justificado pela aproximação desse autor com o universo de jovens entrevistados.

Através das entrevistas, investigou-se os aspectos característicos das formas simbólicas, conforme descrito no quadro a seguir. Esse nível de análise contemplou as categorias: intencionalidade, convencionalidade, estrutura e referências, conforme sugere Thompson (2007). Assim sendo, as perguntas presentes no roteiro foram distribuídas entre estas categorias de análise, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 8 - Categorias de análises entrevistas

Categoria de Análise	Pergunta
Intencionais	6. Caso tivesse poder para isso, quais medidas você tomaria para mudar a comunidade/cidade onde vive? 10. Qual o seu maior sonho? 11. O que é necessário para realizá-lo? 12. Onde pretende viver no futuro?
Convencionais	5. De que modo você se envolve nos assuntos da comunidade/cidade? 7. Onde está a maior parte dos seus amigos?
Estruturais	8. O que você mais gosta de fazer na companhia de seus amigos? 9. No que consiste seu divertimento? O que faz no tempo livre?
Referenciais	1. O que significa ser jovem na comunidade/cidade onde você vive? 2. Como você descreve o local em que vive? 3. O que você mais aprecia nesse lugar? 4. O que te desencanta nessa comunidade/cidade?
Contextual e sócio-histórica	13. O que as ações do PATAC representam para na sua vida?

Fonte: autor (2021)

A análise das formas simbólicas resultantes das entrevistas se fundamenta a partir da comparação entre as respostas concedidas pelos dois grupos dentro de cada categoria. Assim como aconteceu com os questionários, aqui também se sustenta o uso da Análise

de Conteúdo como método formal para construção de inferências. Conforme defende BADIN (1977, p. 21-22), “a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo, antes se tornando consciência de sua função ou o seu objetivo é a inferência”.

A disposição das transcrições segue uma sequência numérica e coloca em paralelo as respostas de cada grupo. Esta justaposição não se refere a comparação referida, mas a disposição das respostas de modo mais organizado. Através das análises, busca-se, portanto, contemplar o objetivo específico que versa com o interesse de analisar e interpretar as afirmações das identidades de cada grupo. Assim, foram criados quadros que colocam em paralelo as respostas de cada grupo e realizada a interpretação por categorias.

Toma-se como ponto de partida para as análises das entrevistas a categoria **referencial**. Conforme explica Thompson, a partir dessa categoria é possível compreender e concluir que “as formas simbólicas são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa” (THOMPSON, 2007, p. 190). Além disso, essas formas simbólicas carregam elementos importantes não só sobre o que se está falando, mas também a origem referencial de tais falas.

Quadro 9 - O que significa ser jovem onde vive

1. O que significa ser jovem na comunidade/cidade onde você vive?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Significa um embate muito grande, entre buscar oportunidades lá fora ou focar sua vida na agricultura. O que eu faço é pensar que se eu deixar o campo, vou tá deixando de colaborar com alimentação de pessoas que estão nas cidades. Então eu procuro me dedicar às coisas da terra para criar minhas oportunidades com o que planto, colho e cultivo aqui pra vender na cidade	Talvez seja tentar aproveitar o máximo da juventude com o pouco que tem. Em outras cidades que tem muitas opções, muitos locais para sair, até mesmo para aproveitar mais sua juventude e aqui não tem tantas oportunidades. Ter um cinema, um shopping... aqui não tem essas opções. Então ser jovem aqui, seria saber aproveitar da simplicidade para do pouco fazer o seu muito, sabe? Aqui em Pocinhos, mesmo sendo uma cidade pequena, é caracterizada por ter muitos artistas... A cultura daqui sempre foi muito viva. Aqui tem grupo de dança, quadrilha... ser jovem aqui também é se entregar para vivenciar sua juventude com aquilo que a história da cidade tem a oferecer, com sua cultura... por isso que é ver sentido no pouco pra fazer o seu muito.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	É tudo de bom, porque é aqui que participo das coisas que podem ajudar minha comunidade e minha família. A gente aqui tá sempre falando da importância de ver o semiárido como esse lugar de oportunidades se a pessoa tiver interesse, sabe? Apesar do que os outros falam [que é impossível viver aqui], eu acredito que aqui é possível buscar coisas novas para viver melhor com o que a terra nos oferece. Eu, por exemplo, sou filha de agricultores, estudei, me formei e trabalho [na prefeitura] na minha cidade. E isso tudo foi possível com as conquistas do trabalho com a terra. Desde de 2009 eu venho participando das atividades dos movimentos sociais e isso me fez uma jovem diferente.	Eu não sei responder isso não. Tem que viajar na maionese pra conseguir responder isso...	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM.	Ser jovem aqui na zona rural de Pedra Lavrada é um pouco difícil. Embora a zona rural do meu município tenha uma boa visibilidade, até pro jovem do campo, faltam políticas públicas que façam o jovem daqui ficar no campo. Muitos vão embora ao completar 18 anos, pra trabalhar em obra no sul, sudeste... Eu mesma fui para Brasília e, assim como eles, acabei	É um local sem muitas opções de trabalho e oportunidades. Não tem muita diversão, nem canto pra estudar... Aqui é bom, mas precisa melhorar nas políticas públicas. O povo da zona rural não tem muitas coisas pra eles. Tem! Mas poderia ter mais.	A11 FEM.

21-23 anos P. Lavrada	voltando. O custo de vida é alto e não temos nossas famílias. Sem essas políticas ficamos sem ter muita coisa para fazer.		18-20 anos Gurjão
A4 FEM. 21-23 anos Sto. André	Eu reparo como uma experiência diferente. Nem todos os jovens vivem assim do jeito que eu vivo. Eu crio meus porcos, cuido das minhas plantas e nem todo mundo gosta disso, mas eu gosto e deve ter mais gente que gosta, né?	Não sei, é difícil responder. Acho que é uma vida normal, de quem estuda, de quem conversa com os amigos...	A12 FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Eu acredito que ser jovem no campo é uma motivação de vida pra mim. Eu estudo em Campina, mas aqui ajudo minha mãe, meu pai... aqui eu crio a motivação para ser o que eu sonho, e isso acontece cada vez que ajudo meus pais a plantar e colher, porque é daqui que vem o dinheiro que paga minha faculdade [Enfermagem] em Campina. Então pra mim, ser jovem aqui é ter uma motivação pra conquistar meus sonhos.	Eu acho que é possível contemplar muitas coisas que outros jovens não contemplam, né? A paisagem, a cultura que é muito rica. Eu acho que a educação do povo daqui é diferente. A gente é educado no jeito de falar. Tem a questão religiosa que aqui a gente é bem religioso, acho que em todo Nordeste, né? Pelo que a gente vê, no Sul parece que é muito mais violento, o povo só sai só pra baile funk... Eu nunca saí do Nordeste, mas sei que aqui é diferente, vai pra quadrilha, pra igreja...	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	É muito bom. Aqui a gente tem uma vida tranquila, estuda, trabalha... acho que isso é uma coisa que acontece aqui, né? Quem estuda de tarde trabalha na terra de manhã. A gente tem o tempo para estudar e o tempo para ajudar os pais. Aqui eu crio minhas galinhas e delas já vendo uma parte dos ovos para fazer dinheiro, a outra parte eu já faço meus salgadinhos e os bolos pra vender. Então a gente tira o que precisa para viver daqui mesmo. Isso é bom demais, eu gosto.	É ter poucas escolhas e oportunidades. Acho que aqui é difícil conseguir crescer, falando por mim. Falta emprego e isso, pro jovem, é complicado pra ter sua renda e ajudar em casa.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM.	Ser jovem na minha comunidade é um desafio positivo. Na verdade, ser jovem é sempre um desafio, mas ser jovem numa comunidade rural, sendo jovem de terreiro é ainda mais. Mas eu acredito que isso tudo faz parte da nossa história, das nossas tradições. Então ser jovem aqui é esse desafio de	Ser jovem em Juazeirinho é sonhar com oportunidades e com a independência que, com o tempo, a gente vê que não é tão fácil assim ser	A15 FEM.

24-26 anos Boa Vista	mostrar que você tem voz, que você quer algo de verdade para sua comunidade e que tá tudo bem a sua opção religiosa ou de qualquer outro tipo.	conquistada e que cada pessoa sofre os impactos sociais de forma diferente.	24-26 anos Juazeirinh o
A8 FEM. 24-26 anos Pocinhos	É complicado. O jovem quer tá conhecendo coisas novas, quer vivenciar experiências diferentes e aqui a gente tem essa dificuldade. As condições são mais difíceis. Eu falo na zona rural. Mas a gente se esforça pra mudar isso, mesmo sendo complicado.		

Fonte: autor (2021)

Esta pergunta inaugural é o ponto de partida para compreensão de algumas questões que circundam os cenários de representação do Nordeste e por extensão do Semiárido. A identificação ou negação dos pressupostos discursivos atribuídos à região, passam a ser adotados ou rejeitados ao passo que são convocados imagens e comportamentos aos sujeitos sociais que ali se inserem.

Ao indagar a juventude sobre o significado atribuído à condição de jovem no lugar em que vivem, foi possível perceber duas visões distintas no que tange às características das formas simbólicas expressas. Para a maioria dos jovens do GRUPO 1, formado por camponeses rurais, ser jovem no Semiárido é algo que pode ser considerado positivo. O uso das expressões “a gente” e “nós” caracteriza a ideia de integração de pessoas.

Em alguns casos, validam a referência distinguindo o que se pode entender como a ideia de um grupo em relação a outro. Por exemplo, na fala da jovem A6 fica subentendido que existem aqueles jovens que dividem seu tempo entre o estudo e a ajuda aos pais, e aqueles que possivelmente só tenham uma das duas obrigações ou nenhuma delas. Em contraste, é comum ser usada a referência pessoal para se distinguir de outros jovens do mesmo grupo. Na fala da jovem A4 existe uma distinção referencial tanto entre seus pares como para com outros grupos de jovens, o que fica compreensível no trecho “Nem todos os jovens vivem assim do jeito que eu vivo”.

Embora os participantes A3, A7 e A8 comunguem do que se pode chamar de uma visão contrária aos demais jovens do GRUPO 1, é importante destacar que, assim como reforça Thompson (2007, p. 189), é preciso ter uma interpretação criativa e detalhada do que consiste a referência da forma simbólica. Ao explicar: “Mas a gente se esforça pra mudar isso”, a jovem A8 aponta a referência de coletividade. De modo semelhante a jovem A7 sinaliza uma preocupação coletiva ao afirmar que ser jovem “é esse desafio de mostrar que você tem voz, que você quer algo de verdade para sua comunidade”. Já a jovem A3 demonstra mais um senso de preocupação com o futuro de outros jovens que uma contrariedade ao ser e estar no Semiárido.

As formas simbólicas compartilhadas pelo GRUPO 2 tem um sentido mais desprendido da coletividade e fixado em referências pessoais e carregadas de uma certa insatisfação para com o território. A dificuldade em recorrer a referências é maior que no outro grupo, conforme fica claro na incapacidade de resposta por parte das jovens A10 e A12. As respostas deste grupo apontam para uma condição de não referência, na qual a impessoalidade demarca o discurso de um local sem oportunidades, conforme exposto

nos trechos “É ter poucas escolhas e oportunidades” (A14) e “é um local sem muita opção de trabalho e oportunidades” (A11).

Chama a atenção a referência cultural tomada pelas jovens A9 e A13, nos trechos “Aqui em Pocinhos, mesmo sendo uma cidade pequena, é caracterizada por ter muitos artistas... A cultura daqui sempre foi muito viva” (A9) e “A paisagem, a cultura que é muito rica” (A13). As menções sobre religiosidade feitas pelas jovens A7 e A13, uma se referindo a uma religião de matriz africana e outra, possivelmente, ao catolicismo, mostra a influência direta que esses espaços exercem sobre as identidades dos jovens.

Conforme descreve Gislene Moreira,

A falta de perspectivas juvenis também parece ser um terreno fértil onde se multiplica a experiência das novas religiosidades no sertão, seja ela evangélica protestante, ou da renovação carismática católica (MOREIRA, 2019, p. 260).

Se por um lado a jovem A7 traz um discurso mais ecumênico, associando a possibilidade de morar no campo e ter a religião que lhe conecta com seus pares, a jovem A13 faz uma associação da igreja como sendo o lugar oposto ao baile funk no sul e sudeste.

Este tipo de compreensão reforça a ideia de Venício Lima (2004) sobre a necessidade da existência de um enquadramento midiático e de uma estrutura textual previamente consumida pelas jovens. Denota-se pelo trecho “quando a gente vê” na fala da jovem A13, a indicação de um determinado enquadramento que, pelo complementar de sua fala, apresenta as regiões sul e sudeste a partir dos bailes funks. Isto revela ainda que o ecossistema comunicativo ao qual essas jovens se inserem, influencia diretamente na sua leitura de mundo.

Infere-se nesse ponto que na mesma medida em que os meios de comunicação enaltecem e constroem determinadas realidades, os espaços de interação, no caso os religiosos, também forjam imaginários distorcidos a partir de estruturas sociais distintas e dinâmicas que encontram no cotidiano sentido para serem expressadas. Conforme descreve Backzo “A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão” (BACZKO, 1985, p. 313).

A ideia de comparação e distinção entre um grupo e outro também fica clara, tanto de forma direta como indiretamente. No caso do trecho “O povo da zona rural não tem muitas coisas pra eles” (A11), existe a ideia de distinção ao atribuir ao outro grupo uma

condição ainda mais complicada que a relatada para o grupo ao qual faz parte. Já para a jovem A15 pode-se concluir que a mesma faz uma referência indireta a grupos sociais distintos daquele ao qual faz parte, de acordo com sua fala “cada pessoa sofre os impactos sociais de forma diferente”. Aqui também se reforça a ideia de juventudes, no plural, sustentada por Moreira (2019). As falas de valorização da terra expressas pelas jovens A2 e A6, resgatando a ideia de gratidão à terra por dela poder extrair sua fonte de sobrevivência, destaca algo característico dos movimentos sociais apontado por Frank e Fuentes (1989, p. 38), a “invocação a santidade dos valores e das práticas tradicionais”.

Embora ambos os grupos tenham elencados em suas falas elementos que caracterizam o Semiárido, é na pergunta seguinte que ambos os grupos produzem mais formas simbólicas que sinalizam suas referências.

Quadro 10 - Como descreve o lugar que vive

2. Como você descreve o local em que vive?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	É uma terra que sofre com a escassez de chuva, mas que tem outras alternativas para se viver.	Eu gosto muito. Não sou de viajar muito, mas pelo que a gente estuda e vê na televisão, né... também por estar enraizado, é uma cultura. Eu gosto muito daqui. Me dou muito bem não só com o Nordeste, mas com minha cidade. É um povo bem acolhedor. Eu amo morar em cidade pequena, por mais que em alguns pontos, morar em cidade grande seja melhor principalmente para os jovens, mas eu estou satisfeita com tudo... com a forma de viver, com morar numa cidade do interior...	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Eu acho que é um lugar de... oportunidades para convivência, tanto entre pessoas como com o semiárido, eu acho...	Eu moro numa cidade de pequeno porte. No último CENSO do IBGE, aqui tem em torno de 15 mil habitantes. Tem comércio pequeno. Não gira dinheiro, não tem muita oportunidade de emprego. Mas em compensação, é uma cidade segura. O índice de criminalidade é pequeno, então a gente tem qualidade de vida em comparação a isso. A gente não tem receio de sair e chegar em casa. Não tem trânsito... é uma cidade hospitaleira, receptivo. E eu gosto do ambiente em que vivo.	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	É um lugar de pessoas muito unidas. São unidas nas coisas da agricultura. É um lugar que dá para se viver com pouco mas quem vive melhor é quem tem seu negócio, quem é comerciante...	Eu tenho facilidade de adaptação. Mas gosto de cidade grande por ter mais facilidade de aproveitar a cultura e lazer, tudo isso. Mas aqui é um lugar bom, eu gosto.	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão

A4 FEM. 21-23 anos Sto. André	É uma experiência maravilhosa porque eu sou apaixonada por isso. Aqui eu vivo em paz com meu marido e minhas irmãs, não falta nada pra gente. É uma maravilha. Não é todo canto que tem o verde, mas aqui em casa tem, por causa do poço que a gente foi beneficiado pelo Procase, o povo chega aqui e fica besta... como pode? Nem parece o Cariri, o povo diz... então aqui é um lugar bom demais pra se viver, é esse lugar onde nós moramos.	É uma cidade pequena, bem calma, tranquila.	A12 FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Falar do sítio pra mim é muito importante, porque é lá que tenho meu aconchego, é lá onde me sinto acolhida e feliz. É no meio do roçado que eu me encontro, ajudando minha família... Eu passo o dia em Campina, mas fico ansiosa pra chegar a hora de voltar pra casa e me desligar de tudo que tira meu sossego, sabe?	Eu acho esse lugar muito rico. Rico em muitas coisas. Tem diversidade, é calmo.... Acho que é isso, um lugar muito rico!	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	É um lugar lindo, de gente acolhedora e de coração puro. Tem gente que acha feio aqui quando não tá chovendo, mas eu acho lindo. Quando olho aqui pela janela eu fico pensando: meu Deus, que paz esse lugar me dá.	É bom, mas no sentido de emprego e universidades é ruim. pra ter alguma coisa é preciso sair daqui, porque a cidade é precária. para desenvolver certas profissões não dá. A cidade é limitada ao comércio local, que é pequeno, e à agricultura.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	O local que eu vivo é um local rico, que tem suas particularidades, é claro, mas como qualquer outro. Aqui tem pessoas do bem, pessoas que ajudam e gostam de ajudar as outras. O clima (né?), que é tão reforçado e nem parece um problema pra nós. Aqui a gente aprendeu a conviver com as condições que existe... Então, acho que é isso.	É uma cidade pequena, tranquila. Às vezes tranquila até demais. Mas, apesar das dificuldades, é um lugar muito bom pra se viver. Ao meu ver, está em desenvolvimento, pelo menos nos últimos anos. Evitando com que as pessoas daqui tenham que se deslocar pra Campina pra resolver alguns problemas. Isso já facilita bastante principalmente pra quem não tem condições.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinho

A8 FEM. 24-26 anos Pocinhos	Aqui é um lugar que tem características diferentes de outros lugares. Tem os longos tempos de estiagem, tem a falta de oportunidade, tem a falta de políticas. Por outro lado, tem o povo, que é muito simples e receptivo. Tem essas coisas...	
---	---	--

Fonte: autor (2021)

Neste ponto remonta-se a citação de Arendt (2008) para compreender de que modo a linguagem representa papel fundamental na expressão de identidades. Conforme explica a autora, são as diferentes experiências humanas por trás da linguagem que nos ensinam as coisas do mundo (ARENDR, 2008, p. 105). Neste sentido, a descrição do Semiárido por parte dos jovens camponeses é carregada de simbolismos e significados. De modo geral o território é descrito de forma positiva e realista e existe uma referência forte a acolhida do povo. As referências não negam as características geográficas da região e mais uma vez reforçam possibilidades não referenciadas pelo GRUPO 2.

Nas respostas do GRUPO 1 existe o uso de um discurso muito alinhado ao trabalho realizado pelo movimento social, de modo particular pelo PATAC, na região. Naturalmente, foram citadas expressões que se opõem ao discurso historicamente atribuído ao território. As falas do jovem A1, no uso da expressão “escassez de chuva” e na palavra “estiagem”, da jovem A8, é substituída a palavra “seca”, assim como na expressão “convivência”, citada pelas jovens A2 e A7 e fundamenta a ideologia que se opõe ao paradigma de combate à seca e revela, ao mesmo tempo, a valorização da localidade e o encantamento ecológico que marca características de uma geração com intenções mais naturais (SANTOS; DÍAZ CRUZ, 2016, p. 40).

Existe entre os jovens camponeses um sentimento de admiração pela paisagem local, mesmo diante das adversidades climáticas, como fica claro no trecho “Tem gente que acha feio aqui quando não tá chovendo, mas eu acho lindo”, citado pela jovem A7 e pela jovem A5 na frase “Falar do sítio pra mim é muito importante, porque é lá que tenho meu aconchego”. Na fala da jovem A4, por exemplo, essa admiração é justificada pela ação resultante da instalação de um poço por parte do Procace, programa do Governo do Estado da Paraíba, que tem entre seus parceiros o PATAC. Estas falas se destacam por sua estrutura desprendida de estereótipos e do imaginário distorcido em relação ao discurso amplamente propagado dentro e fora desse território, conforme descreve Santos (2018, p. 38).

Por parte dos jovens urbanos existem referências heterogêneas na descrição do lugar em que vivem. De modo geral descrevem características comuns para as cidades, como pequenos, bons, calmos. No entanto, para alguns jovens, como é caso da jovem A11, a referência usada para descrever o lugar que vive vem de uma realidade distinta a que a jovem possui. Sua fala parece não se relacionar ao seu *locus* de moradia, uma vez que denota um distanciamento do seu lugar de origem e uma característica de adaptabilidade a uma situação nova. Para a jovem A10 a característica referencial da

forma simbólica produzida tem um teor mais formal, com apresentação de dados e avaliação de qualidade de vida. Já para a jovem A9, a referência principal está fundamentada na sua experiência de vida, e nos estudos e no que consome através da TV.

A descrição feita pela jovem A9, dá conta do Nordeste a partir de uma visão local que a jovem justifica por viajar pouco, pode apontar para o uso de referências externas que denotam um imaginário turístico da região. Essas imagens são vendidas nos meios de comunicação e acabam fazendo parte do processo de estereotipização do Nordeste, o que “impõe sobre nós com uma força irresistível” (MOSCOVICI, 2003, p. 36) capaz de determinar o que se deve pensar e, ao mesmo tempo, que “define nossa posição na hierarquia social e nossos valores” (MOSCOVICI, 2003, p. 39), “pois parte do que eu sou, é fruto de como os outros me vêem” (JODELET, 1990).

Existe uma recorrente afirmação da precariedade do lugar nas falas das jovens A10 e A15 e do jovem A14. De modo geral suas falas são justificadas pela falta de espaços de cultura e lazer, universidades e baixa circulação de dinheiro no comércio local. Conforme destaca Hall (2016, p. 19) a cultura se refere, entre outras coisas, no descrever “valores compartilhados” de um grupo ou sociedade. Assim sendo, é possível dizer que a expressão de insatisfação por parte dos jovens urbanos se converte numa afirmação de sua identidade cultural.

Quadro 11 - O que mais aprecia

3. O que você mais aprecia nesse lugar?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	O que me faz admirar esse lugar é poder tá perto da minha família fazendo o que eu mais gosto que é plantar e cuidar dos meus animais. É poder plantar o milho pra comer na época do São João, é poder plantar o feijão e comer todo dia o feijão que o povo da cidade como de vez em quando (risos) e assim por diante.	Eu não sei se é o aconchego Eu vou resumir por essa forma... A cidade em si... Eu acho que não me acostumaria com a cidade grande, a questão da movimentação, o barulho, aquela coisa toda. Aqui é muito tranquilo. Acho que aqui tem o aconchego de se sentir em casa mesmo estando no meio da rua, por exemplo. A gente sai na rua e parece que é uma casa só. Esse aconchego é o que me faz gostar mais.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	São as pessoas e o modo de vida que elas escolheram para si e a forma como elas superam os desafios que aparecem. Tipo, quando você vê algum tipo de dificuldade as pessoas debatem e resolvem juntas. Aqui as pessoas são simples, mas muito acolhedoras.	Primeiramente, o fato de toda minha família estar aqui, tanto por parte de mãe como por parte de pai. A qualidade de vida no que se refere a segurança, coisa que a gente não vê em cidades maiores.	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	Como é que posso dizer... é a paz que esse lugar trás, sabe? Por ser um lugar calmo, por ser um lugar onde a violência não é tanto como numa cidade maior, embora a gente saiba que exista... É um lugar que a gente pode viver experiências que outros jovens não podem viver, tipo essa ação mais coletiva, mutirões... Geralmente quem vive na zona urbana só sabe coisas da zona urbana e a gente sabe coisas dos dois cantos, tanto do urbano como do rural.	A tranquilidade, a segurança, as amizades, minha família. Mas eu gosto mais de Campina Grande, que é onde trabalho e vivo mais. Gosto do Parque do Povo, do açude velho...	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4	Eu gosto de aplicar as coisas que aprendi no curso técnico nas minhas plantas e nos meus animais, é o que eu mais gosto.	As pessoas do grupo de dança que eu participo, na fanfarra, e a tranquilidade.	A12

FEM. 21-23 anos Sto. André			FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	O tempo de plantar! Quando chove, eu vejo todo mundo se preparando pra ir pro campo, naquela alegria de quem sabe que vai ter lucro, que vai colher e se alimentar com o que sai do seu roçado. A gente passa muito tempo do ano vendo tudo seco, mas quando vê chover e ficar tudo verde, aqui muda a esperança. É muito bom! Eu fui criada plantando, no roçado. Aprendi a gostar disso e pra mim é muito bom.	Eu gosto da paisagem, acho muito bonito a paisagem. Quando vou pro IF, em Campina, eu fico olhando a paisagem daqui no ônibus. É o que eu acho mais bonito.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	A paisagem, que é linda. O povo que é trabalhador. São as coisas que eu mais acho bonito aqui.	A boa vontade das pessoas. Aqui mesmo quem não tem muito, quem já pode ser considerado carente, está disposto a ajudar outras pessoas, sabe? Isso é um ponto positivo.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	A força de nossa cultura. Tudo que fomos nos tornando ao longo do tempo e como temos potencial para melhorar. A gente tem disposição para trabalhar, tem empenho, se ajuda. Isso é muito bonito.	O que eu mais aprecio aqui é o povo, que é muito acolhedor. Até por que se uma pessoa precisar e pedir ajuda, muita gente se mobiliza, faz campanha até mesmo sem conhecer a pessoa, só por querer ajudar. Eu acho isso muito bonito e acredito também que as relações nessas cidades do interior são muito pautadas no afeto e acho isso muito lindo.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinho
A8	Acho que o povo daqui é muito aberto, alegre mesmo com as dificuldades. Eu acho que isso ajuda a deixar esse lugar bonito.		

FEM.		
24-26 anos		
Pocinhos		

Fonte: autor (2021)

Entre os dois grupos existe uma similaridade entre o referencial de apreço atribuído aos seus lugares de origem. De modo homogêneo, ambos os grupos falam sobre a serenidade e acolhimento do povo do campo como algo ímpar e que merece lugar de destaque. Além disto, a afetividade e solidariedade do povo, assim como aspectos relacionados à cultura e a proximidade com a família, são outras fortes referências elencadas.

Uma inclinação para as ações agrícolas pode ser observada entre os jovens do GRUPO 1. A descrição poética da vida e do trabalho no campo como fonte de inspiração pode ser constatada nas falas do jovem A1, em “ É poder plantar o milho pra comer na época do São João, é poder plantar o feijão e comer todo dia”; e das jovens A4 e A5. Os tratos culturais com a terra são descritos com satisfação e sentimento. Neste ponto, em particular, também é possível compreender o papel que exerce o ecossistema articulado pelo movimento social no cotidiano desses jovens.

Entre os dois grupos ainda se destaca uma valorização da paisagem e dos personagens locais. Nesse ponto, infere-se que tanto jovens urbanos como camponeses rurais se sensibilizam com o cenário constituído pelo Bioma da Caatinga. Esse movimento, no entanto, não está atribuído a uma ação específica, formação algo semelhante, mas ao fato de dividirem o mesmo tempo e espaço comum.

O apego e sentimentalismo atribuído ao povo local, conforme explica Wanderley (2013, p. 157), “constitui o quadro imediato da vida cotidiana dos jovens rurais”. No geral, a família e o grupo local de vizinhos constituem a base da vida rural destes jovens, complementa Wanderley. Por outro lado, esse também é um traço do imaginário histórico que caracteriza a cordialidade do povo nordestino como parte da precariedade da vida no campo, desde as relações entre os primeiros grupos étnicos que passaram pela região (FIGUEIREDO FILHO, 1966).

A jovem A3 elenca em sua fala uma questão importante a respeito dos diferentes espaços de interação comparado aos jovens do meio rural. Sua fala atribui ao jovem do campo uma condição de trânsito maior que a do jovem urbano, o que seria no seu entendimento, uma fonte de maior capital de conhecimento por parte do jovem rural. Essa questão será mais amplamente discutida mais adiante, quando se aprofundarem as análises sobre a categoria convencionalidade.

Mais uma vez se destacam entre as respostas, questões relacionadas com valores e a posição social que se adota (MOSCOVICI, 2003, p. 39). De um lado a jovem A7 faz

referência à cultura como algo que encanta, por outro a jovem A10 se refere a “qualidade de vida”. Nesse sentido as identidades culturais destes jovens, se inscrevem de modo antagônico e que materializam nos valores da vida rural e urbana, respectivamente.

O questionamento sobre os desencantos afirmados pelos jovens nos seus locais de origem, fecha as análises sobre a categoria referencial das características das formas simbólicas coletadas nesta etapa da pesquisa. Para essa pergunta também há uma aproximação nas compreensões dos jovens, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 12 - O que desencanta

4. O que te desencanta nessa comunidade/cidade?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	O que me deixa triste é que a terra é pouca, mas a gente trabalha com o que gosta então não dá pra dizer que isso desagrada. Por ser pequena é que faz o lucro ser pouco, mas basta a gente trabalhar um pouco mais que consegue superar, né?	Eu acho que a falta de infraestrutura... Outra coisa é que cidade pequena tem muito falatório, as pessoas falam muito da vida dos outros, tem muitos julgamentos... Tem posto de saúde às vezes sem médico, mas o povo fala mesmo, até por ser pequeno...	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Aquelas pessoas que de alguma forma desvalorizam o que é a vida no campo. Aquelas pessoas que criam um preconceito pelos que vivem no campo é chamado de matuto, de pé-rapado. E a gente sabe que não é isso que acontece aqui. Temos conhecimento, dá pra viver aqui. Às vezes a gente sofre preconceito quando sai da zona rural para estudar na cidade e isso não é uma coisa boa. Morar ou trabalhar no campo é tão importante quanto morar e trabalhar na rua.	A limitação que toda cidade pequena tem. Por ser pequeno não tem tanto recurso. Nossa saúde é defasada. Aqui devia ter um hospital de urgência e emergência, mas ele só tem capacidade e porte pra atender pequenas coisas... se chegar uma pessoa enfartando morre, se não der tempo chegar em Campina. O que me desencanta é isso!	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	A falta de oportunidade para quem é jovem no sentido de empregos mesmo. O jovem aqui, por não ter emprego, passa mais tempo em casa que fora de casa, aí o jovem fica sem renda...	Falta de oportunidade de trabalho. Por não ser uma cidade desenvolvida, pequena... não ter oportunidade de emprego...	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4	Só tem uma coisa que eu não gosto muito no tempo, mas eu faço sabe, é apanhar feijão, o resto eu gosto de tudo.	A fofoca. Todo mundo sabe da vida dos outros.	A12

FEM. 21-23 anos Sto. André			FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM. 24-26 anos Boa Vista	Eu acho que a falta de oportunidade mesmo. Na zona rural só dá pra viver da agricultura. Eu digo isso aqui no meu município, né? Na cidade ainda existem outras, mas ainda são poucas se a gente parar pra pensar. É um lugar maravilhoso para se viver, mas vamos dizer assim... não tem oportunidade de emprego pra quem vive nesse lugar.	Quando o povo daqui vai pro Sul e volta pra cá já querendo ser o gostoso, e não valoriza o que nasceu aqui, o que é daqui. Aulas remotas, o sinal da internet é ruim demais aqui. Eu não saio muito, sabe? Mas acho que é porque aqui já não tem tanto lugar pra ir, isso é chato. O lugar que tem pra lancha faz até medo ser roubado lá.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	Eu fico triste com o povo que acha que não dá pra viver aqui. Tem gente que reclama muito. A gente sabe que não é fácil, mas tem a terra, tem a água que mesmo sendo pouca, chega... As oportunidades mesmo sendo poucas, eu acho que a gente tem como fazer as coisas acontecerem.	A falta de oportunidade de emprego. Isso é uma coisa que afasta as pessoas de suas famílias. Para viver e poder ajudar sua família a viver, você precisa se afastar dela, justamente porque não tem como trabalhar na cidade.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	A gente consegue viver com o que tem, mas falta oportunidade de trabalho. Às vezes, mesmo pra trabalhar na agricultura é difícil porque ou a água não é suficiente ou não tem terra suficiente... isso é complicado.	A falta de oportunidade de emprego.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinho
A8	A falta de oportunidade, de atenção básica na saúde. Meu problema de saúde as pessoas não sabem como tratar aqui, então eu já sofro porque		

FEM. 24-26 anos Pocinhos	preciso ir pra outra cidade, me expor, fazer viagens longas quando eu devia tá sendo atendida aqui, mas não existe preparo pra isso.	
--------------------------------	--	--

Fonte: autor (2021)

A falta de oportunidade de emprego foi a resposta mais recorrente quando indagados sobre o que desencanta no lugar em que vivem. Seja para o jovem camponês rural ou para o jovem urbano, a condição de emprego no território estudado deixa um rastro de insatisfação entre as juventudes.

Na região Nordeste como um todo, a inserção do jovem no mercado de trabalho está intimamente ligada à colaboração com as despesas da unidade familiar e ainda mais a pluriatividade. Conforme explica Stanek (1998, p. 171), isso se justifica por dois movimentos: um diz respeito a quantidade de filhos nas famílias, que tende a superlotar as propriedades, e o outro, pelo fato da figura paterna abandonar tardiamente a posição de responsável, obrigando os filhos e filhas a buscarem sua fonte de renda.

Para além da impossibilidade de geração de renda para o jovem, o distanciamento da família é algo que preocupa, como é possível constatar na fala do jovem A14. A ausência de oportunidade é um dos fatores impulsionadores do êxodo rural entre os jovens. Conforme descreve Brandão, o trabalho na terra se dá primeiro como dívida à família e passa a ser uma liberdade quando exercido “para fora” (BRANDÃO, 1995, p. 134). A migração para cidades de maior porte resulta na inserção do jovem no mercado de trabalho sem oportunidade de se qualificar e servindo de mão-de-obra barata, sobretudo na construção civil (GARCIA JR, 1989, p. 12)

Outro fator preocupante diz respeito a má distribuição de terras. Uma vez que os jovens tendem a se casar, as propriedades que já são pequenas precisam ser repartidas para construção de novas casas, o que gera um superpovoamento dos estabelecimentos (STANEK, 1998, p. 171). Com isso, as áreas de cultivo vão sendo tomadas por construções, impossibilitando a agricultura e criação intensiva de animais nativos, como é o caso do município de São Vicente do Seridó. Esse é um município muito povoado e que, por esse motivo, as áreas de cultivos e criação animal são bem escassas e seguem se extinguindo ao passo que novas famílias são constituídas e as terras divididas entre os filhos.

A falta de infraestrutura na zona urbana e de atendimento básico na zona rural, também são questões apontadas pelos participantes da pesquisa. A jovem A8, relata em sua fala a dificuldade no tratamento de sua doença. Ao retomar as análises sobre a renda das famílias dos participantes, que apontam uma condição desfavorável por parte dos jovens camponeses rurais, a situação fica ainda mais complicada. Nas cidades estudadas a dinâmica de atendimento e prestação de serviços de saúde pública é precária e não existe rede particular de atendimento.

Alguns jovens, como é o caso do A2, A6 e A13 o preconceito sobre o sujeito de outra origem é o que os desencanta. Entre os jovens do GRUPO 1, essa retórica é animada pelo discurso do movimento social, que tenta desconstruir as narrativas de flagelo e miséria no campo implantado com o paradigma de combate à seca. A fala “morar ou trabalhar no campo é tão importante quanto morar e trabalhar na rua” (A2) e “a gente sabe que não é fácil, mas tem a terra, tem a água que mesmo sendo pouca, chega...” (A6) fazem referência a uma nova forma de expressar o Semiárido desenvolvida pelo PATAC.

Ao destacar o aspecto referencial das formas simbólicas, Thompson chama a atenção não só para o fato de que as expressões e figurações criadas solicitam alguma análise objeto, no caso o território, mas também porque estas expressões dizem, afirmam, projetam e retratam algo sobre esses objetos (THOMPSON, 2007, p. 191).

Outra categoria analisada dentre os aspectos característicos das formas simbólicas, foi a **estrutura** das mesmas. Conforme descreve Thompson, esse aspecto apresenta as formas simbólicas como construções articuladas por estruturas de poder (THOMPSON, 2007, p. 187). Assim sendo, portanto, considerar as formas simbólicas produzidas e emitidas pela juventude participante da pesquisa é fundamental para compreender em que medida a prevalência dessas estruturas forjam a identidade do jovem camponês e urbano do Semiárido paraibano.

De modo geral seria possível atribuir uma disparidade inerente pelo aporte simbólico que os centros urbanos exercem em relação às comunidades rurais. No entanto, considerando que as cidades que compõem a área de atuação do PATAC não possuem grandes iniciativas no setor secundário e terciário da economia³⁷, concentrando sua base econômica prioritariamente no setor primário, seria possível a constatar relações de poder mais equilibradas.

De acordo com Thompson através da análise dos traços estruturais da forma simbólica, é possível elucidar um significado que é construído com estes traços e transmitido, muitas vezes implicitamente (THOMPSON, 2007, p.189). Assim, duas questões foram consideradas para análise desta categoria: atividades de lazer e interação

³⁷ Os setores da economia agrupam as pessoas que desenvolvem alguma atividade produtiva relacionada aos seguintes aspectos: **Setor primário:** esse ramo de atividade produtiva está vinculado ao desenvolvimento da agricultura, pecuária e ao extrativismo (vegetal, animal e mineral). **Setor secundário:** atua no sistema industrial, enquadrando a produção de máquinas e equipamentos, produção de bens de consumo, construção civil e geração de energia. **Setor terciário:** está diretamente ligado à prestação de serviços (nestes estão professores, advogados e profissionais liberais em geral) e comércio em geral. FREITAS, E. "Setores da Economia"; Brasil Escola. s/d. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/setores-economia.htm>. Acesso em 09 de março de 2021.

social. Considerando que os hábitos de lazer e interação são, em parte considerável das vezes, oportunizadas pelo capital, seria possível pavimentar um caminho que resultasse em dados interessantes para a análise.

O quadro a seguir permite uma observação do posicionamento dos jovens quanto ao assunto:

Quadro 13 - O que faz na companhia dos amigos

8. O que você mais gosta de fazer na companhia de seus amigos?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Eu uso muito o celular pra comunicação com meus amigos, mas a gente se diverte mesmo é jogando bola aqui no campo da comunidade.	Acho que eu tenho uma alminha um pouco velha. Gosto de ir lá pro quintal de casa, botar uma mesa, botar uma cervejinha e ficar ouvindo música.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Me reúno para conversar, fazer um lanche. Isso acontece quase sempre junto da minha família.	Eu gosto de sair. Por que assim, aqui é limitado. A gente não tem barzinhos legais, não tem diversão. Quem tem condições de bancar, vai pra Campina, pra João Pessoa ou pra outro canto pra brincar. A gente quando sai, vai pra Juazeirinho, vai pra Campina. Por que fora bar, não tem outra forma de divertimento aqui, não tem outra coisa pra se fazer, sabe?	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	Sair, ir pra piscina, uma farra boa na casa de um e de outro. A gente vai muito pra festa aqui nos arredores, quando tem.	Conversar, comer, lanchar. Não gosto muito de assistir filmes nem séries com eles...	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4	A gente fica mais em casa e se reúne com o povo da família mesmo.	Eu gosto de dançar, ensaiar as músicas da fanfarra, sair pra lanchar.	A12

FEM. 21-23 anos Sto. André			FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	A gente costuma sair pra lanchar. Lancha na faculdade mesmo ou na comunidade com o pessoal que tá lá.	É mais sair pra lanchar, e estudar... que agora eu tô estudando muito. Ir pra igreja. Ir pra Campina, quando vai todo mundo pra escola, é bom.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	Tem os amigos que a gente vai na casa, visita, conversa, joga baralho, passatempo. Às vezes nós vamos na igreja com os amigos. A gente cria momentos pros nossos filhos, tudo pra se divertir juntos.	Antes da pandemia a gente se reunia pra conversar, cada vez na casa de um. Não saía muito porque não tem muito canto pra ir, sabe? Mas era se reunir, jogar alguma coisa, ir pra igreja...	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	Nos reunimos, viajamos... Fazemos o que é possível fazer por aqui...	Sair pra lanchar ou caminhar, porque aqui não tem muita oportunidade de lazer.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinho
A8	Eles estão me acompanhando no meu tratamento. Mas a gente fica assistindo TV e conversando mesmo.		

FEM.		
24-26 anos		
Pocinhos		

Fonte: autor (2021)

A dimensão da interação social ganhou destaque entre os participantes. A grosso modo, pode ser observada uma padronização das respostas no sentido de que essas interações acontecem dentro dos limites impostos pelo entretenimento local e através de formas tradicionais de lazer associadas a atividades coletivas. Desse modo, pode-se observar que são recorrentes as respostas que se alinham à ideia de que a diversão com os amigos acontece nos limites das comunidades, no caso dos jovens camponeses rurais e do município no caso dos jovens urbanos.

Cabe aqui retomar as perguntas do questionário que indagaram primeiro sobre as formas de comunicação mais utilizadas para interagir e depois sobre os principais espaços de interação frequentados pelos jovens participantes. Nas análises a essas duas questões ficou claro que o WhatsApp é a principal forma de comunicação entre os jovens, superando inclusive as interações face-a-face. No que se refere aos espaços de interação, a igreja e os grupos sociais foram informados como espaços de maior interação.

A resposta do jovem A1 reporta uma situação comum nas comunidades rurais: a prática do futebol. Em municípios como Olivedos e São Vicente do Seridó, é comum acompanhar as organizações de partidas de futebol no final das tardes. A mobilização acontece tanto entre meninas como entre meninos, o que reforça a existência de um ritual de alteridade nas comunidades rurais que se articulam em torno do campo de futebol.

As jovens A2 e A4 trazem para esta análise a proximidade familiar no âmbito da amizade, validando novamente a ideia de família como uma comunidade afetiva (WANDERLEY, 2013, p. 32). Ainda conforme Wanderley, é preciso considerar que a vida cotidiana do jovem no meio rural é complementada pela necessidade de trânsito no meio urbano (2013, p. 33). Ao mesmo tempo que essa estrutura é afirmada, nota-se que a relação no campo familiar pode ser justificada pela função parental daqueles se avizinham, tanto por conta da vida cotidiana, quanto pelos ciclos da vida familiar que, em geral, são marcados por nascimentos, casamos e mortes (WANDERLEY, 2013, p. 157)

A expressão de um ambiente local para encontros, citado em maior parte pelos jovens rurais, mas que também é contemplado na fala de jovens urbanos, revela que parte importante da vida social destes jovens, o lazer, é compartilhada com aqueles que estão mais próximos, gerando assim, além de uma coletividade local, uma identidade referente ao espaço em que se vive.

Ao mesmo tempo, Moreira considera que

Essas novas sociabilidades, da festa e do som alto, em que a música grita, são parte da permanência de uma cultura do silêncio. Quando em tentativas de prosas e rodas de conversa para além de temas do cotidiano, esses mesmos jovens se revelaram mudos (MOREIRA, 2019, p. 256).

Se por um lado esses encontros remontam o costume das tradicionais reuniões em moradores da região, por outro, as reuniões contemporâneas são regadas por bebidas e músicas consagradas numa perspectiva global da cultura popular. Ainda conforme explica Moreira (2019) a esse movimento se atribui o distanciamento da juventude dos costumes e tradições rurais. O que se percebe nas falas das jovens A10 e A13 é, na verdade, a afirmação do distanciamento da compreensão de pertencimento ao seu lugar de origem, revelada na necessidade de deslocamento para outras cidades em busca de lazer.

Conforme destaca Carlos Brandão, a estrutura de poder simbolizada pela família, só tem a concorrência dos grupos de idade, uma vez que se configuram como um dos lugares mais importantes para a partilha da vida. (BRANDÃO, 1995, p. 159-160). Na mesma direção, Durston conclui que a proximidade geracional representa uma determinação por parte dos jovens em acelerar sua independência intergeracional (DURSTON, 1998, p. 12), o que é mais observado entre os jovens do meio urbano.

É uma convergência entre os grupos o fato de se encontrar com os amigos para lanchar. De todo modo, esse ato se difere de acordo com o *locus* em que cada grupo reside. Não é comum encontrar na zona rural, por exemplo, estabelecimentos como lanchonetes e sorveterias, o que é mais recorrente na zona urbana. Assim sendo, considera-se as diferenças de acesso como algo inerente aos encontros mencionados pelos jovens. É no sentido de reproduzir características do *locus* urbano que alguns autores como Graziano da Silva (1996; 2002) e Carneiro (2007) chamam de “novo rural” ou “nova ruralidade”, reforçando que “as relações sociais se realizam, concretamente, enquanto relações espaciais e, neste sentido, a análise do espaço revela um processo de produção/reprodução da sociedade em sua totalidade” (CARLOS, 2003, p. 182).

Quadro 14 - No que consiste o divertimento

9. No que consiste seu divertimento? O que faz no tempo livre?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Internet e redes sociais.	Eu gosto de praticar exercício físico. Sempre tiro um tempinho pra ir a academia. Assistir a série, também. Redes sociais! É basicamente isso... tá com minha família é meu hobby preferido.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Uma coisa que eu gosto muito é me reunir com a minha família. Ir a casa das minhas irmãs... E passo o dia inteiro usando o celular, as redes sociais. Quando tem uma festa aqui perto, a gente vai...	Eu tomo conta de casa, da minha mãe. Eu estudo, passo mais tempo estudando que trabalhando, né? E quando eu saio, é pra ir pra casa de alguém, pra barzinho ou pra viajar. E sim, faço atividade física.	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	Eu uso o celular demais. O dia todinho olhando as coisas no Instagram, conversando no WhatsApp...	Instagram e vídeos de maquiagem. Mas eu procuro descansar porque eu trabalho muito. Fico com meu namorado, com minha família... Ah, e no Instagram. Eu gosto demais.	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4	Nas horas livres eu gosto de aprender mais sobre a criação dos meus porcos das galinhas. Olho na internet as coisas. Minha vida é meu celular... sempre que tenho um tempinho tô olhando as coisas nele. Vou	Eu fico em casa, assisto. Fico no WhatsApp, no Instagram...	A12

FEM. 21-23 anos Sto. André	pras formações que o pessoal me chama e eu gosto. De pouquinho a pouquinho vou melhorando aqui as coisas na propriedade, arrumando um roçado, uma cerca e por aí vai...		FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	No meu tempo livre eu descanso. Minha rotina é muita cansativa. O ônibus dos estudantes sai bem cedo da cidade e volta bem tarde. Eu tenho que sair de casa 3 horas antes de começar a aula e chegar 3 horas depois de terminar. Então eu descanso, sabe? Agora se não desligar o Wi-Fi, meu fi... eu não faço nada, fico só na internet.	Eu gosto de dormir, mas uso muito o celular. Redes sociais é o que mais gosto.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	No meu tempo livre eu tenho assistido TV e cuidado do meu filhinho. Também vou na casa da minha mãe... e só.	Eu uso muito as redes sociais. Pra conversar, pra acompanhar as coisas que gosto. Uso mais o Instagram e o Youtube.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	Gosto de ler e uso as redes sociais no tempo livre.	Meu divertimento é me encontrar com minhas amigas pra lanchar, conversar, caminhar. Quando não tinha pandemia a gente ia pras festas, por isso que digo que as relações no interior são pautadas no afeto... porque não tem muito o que fazer aqui.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinho
A8	Descanso das sessões pro tratamento de minha doença.		

FEM.		
24-26 anos		
Pocinhos		

Fonte: autor (2021)

As experiências efetivas de lazer ou divertimento variam em alguns aspectos, mas convergem em outros. Quando o local de convivência do jovem é configurado por relações mais dinâmicas e intensas, como é o caso da zona urbana, tem-se representações de estruturas culturais mais globalizadas, como é o caso da prática do exercício físico em academias ou na caminhada, conforme apontam as jovens A9, A10 e A15. Por outro lado, se essas dinâmicas estão mais centradas na unidade familiar, como é o caso dos jovens camponeses, é natural que se observe a indicação do tempo de divertimento e lazer convertido em tempo de descanso.

Conforme afirmam Brenner, Dayrell e Carrano, é nos tempos livres que os jovens constituem suas expressões culturais, simbologias, rituais e modo de ser particular, se distinguindo assim da do mundo adulto (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p.176). Ainda segundo os autores, no contexto de menor controle dos adultos, os jovens se encarregam de elaborar subjetividades em torno de culturas juvenis (Id).

A apropriação tecnológica, representada neste caso nas afirmações de habilidades e competências para o acesso às redes sociais e plataformas *stream*, são reflexo da atualização da cultura juvenil numa comparação temporal que leve em consideração a mesma fase da juventude dos pais em relação à juventude dos filhos. Esta evolução cultural se torna possível a partir da consideração de dois fatores: primeiro a falta de acesso à tecnologia pelos pais em sua fase de juventude resultante da impossibilidade financeira, depois pelo fato de que a popularização de tecnologias da comunicação e informação nessas regiões é um fenômeno relativamente recente, datado, sobretudo, a partir dos anos 2010 por meio dos governos do Partido do Trabalhadores.

Acompanhando uma tendência global, tanto os jovens do campo quanto os jovens da cidade afirmam suas identidades tecnológicas. O uso do celular e o acesso à internet, mesmo nas comunidades rurais, conforme disserta Callado (2019), insere a juventude do Semiárido no universo digital através da midiaticização. Na mesma direção, convém considerar como tecnologia todo processo de atualização ou melhoria de algo. Isso aponta para o fato de que o processo formativo desenvolvido pelo PATAC reforça a atualização e melhoria de processos, logo, a aplicação desse tipo de tecnologia ganha reflexo entre os jovens, como é o caso da jovem A5 que afirma se valer da tecnologia para melhorar as condições de criação dos seus animais.

Conforme explica Thompson (2007) os fenômenos culturais que se desenham, tomam como ponto partida contextos estruturados, que no caso dos jovens urbanos atendem ao que Bhabha (1998) atribui como a projeção de uma cultura global sobre uma

cultura local e, no contexto rural, num movimento de resistência, mobilizado pelo PATAC mas que sofre as mesmas influências do contexto social ao qual acessa.

Na sequência, as análises passam a abordar a categoria de **convencionalidades** das formas simbólicas produzidas através das entrevistas. Para Thompson (2007, p. 189) o aspecto convencional das formas simbólicas relaciona-se a aplicação de regras, normas, condutas e produção ou interpretação das formas simbólicas. De acordo com o autor,

Elas fazem parte do conhecimento tácito que os indivíduos empregam no curso de suas vidas cotidianas, criando, constantemente, expressões significativas e dando sentido às expressões criadas por outros (THOMPSON, 2007, p. 186).

As características convencionais, portanto, representam uma fonte de dados fundamental para este estudo, conforme exposto a seguir.

Quadro 15 - De que modo se envolve nos assuntos locais

5. De que modo você se envolve nos assuntos da comunidade/cidade?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Eu acho que quando planto sem usar agrotóxico, tô pensando numa coisa que interessa a comunidade. A cidade come o que a gente planta aqui no sítio. Eu vou pras reuniões da Comissão de Juventude, vou para as formações do sindicato rural, colaboro com as discussões, vou pra igreja, só que acho que só de plantar pra comercializar eu já tô me envolvendo nos assuntos da sociedade.	Eu me envolvo em ações sociais. Tem um grupo de jovens aqui que se mobiliza para ajudar pessoas com campanhas de arrecadação de alimentos, essas coisas... Pocinhos sem fome, o nome do projeto. Fora a parte social, tem a parte cultural que me envolve. Grupos de dança. Minha participação política é como contribuinte, mas coordenei a campanha jovem da prefeita que foi eleita aqui na cidade. Coordenei as lives, a campanha na força jovem. E outros jovens também. A zona rural daqui é imensa em território. A participação dos jovens da zona rural nas eleições agora foi bem homogênea. Teve participação dos jovens da zona rural, também.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Eu sou professora de educação infantil. Já dei aula na escola municipal de minha comunidade. Participo dos conselhos de agricultura, sou representante da juventude do território na Articulação Nacional de Agroecologia. Participo do Coletivo e da Comissão de Juventude. Atualmente trabalho como comissionada na sala do empreendedor, aqui na prefeitura. Na minha comunidade sou uma liderança que que faço parte da coordenação da associação comunitária e do grupo de teatro da comunidade. Faço parte, na cidade, do grupo do EJC e das pastorais da crisma e da liturgia	Rapaz, eu não me envolvo de modo nenhum. Eu já tenho muito problema na minha vida. Mas querendo ou não, o meu trabalho está relacionado com os assuntos da cidade, né? A gente trabalha diretamente com a população, o meu modo de me envolver talvez seja esse. Eu vou pra igreja, rezo e volto, não me envolvo com questão política. Não tenho uma participação efetiva, não tenho uma representação.	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM.	Eu tô envolvida na atuação com outros jovens, onde a gente tem tentado trazer projetos e políticas públicas pro jovem do campo e fazer chegar oportunidade para nós.	Eu não participava de nada dessas coisas. Só participo da Pastoral da Juventude. Me envolvi numas ações do Procace. O secretário de agricultura era amigo dos meus pais e me colocou pra receber a bolsa do projeto...	A11 FEM.

21-23 anos P. Lavrada			18-20 anos Gurjão
A4 FEM. 21-23 anos Sto. André	Eu e meu esposo fazemos parte do grupo de agricultores que fornece leite pra cooperativa em Gurjão. Faço parte da comissão de criação animal do Patac e Coletivo. Participa do banco de sementes, da comissão de juventude e tá sempre tentando arrumar mais coisa pra participar. Sou bem dizer uma liderança na comunidade pra trazer o que aprendo nas reuniões.	Eu participo da igreja e do NUCA, que é um projeto da secretaria de desenvolvimento social aqui da cidade. Trabalho com crianças, sabe?	A12 FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Antes de começar a fazer meu TCC eu tava participando mais das reuniões, agora eu deu um tempinho, mas eu faço parte da Comissão de Juventude do Patac e do Coletivo e tento engajar novos jovens trazer coisas aqui pros jovens da comunidade.	Antes eu fazia parte das quadrilhas, dos desfiles cívicos, disso tudo. Agora como eu estudo e passo o dia em Campina, eu só participo da igreja, sou catequista e participo da liturgia.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	Eu participo do grupo de mulheres e da Comissão de Juventude, do Fundo Rotativo Solidário de animais... aqui eu ganhei as galinhas, multipliquei e já passei pra outro jovem de outra comunidade. A gente vai se ajudando pra que todo mundo tenha sua criação no futuro.	Na verdade, a única coisa que participo ativamente é na igreja, no grupo de jovens.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM.	Eu faço parte da Associação Comunitária e da Comissão de Juventude do território. Nos últimos dias eu tô querendo engajar outros jovens aqui da comunidade pra poder ocupar outros espaços que eu acredito precisar	Eu me envolvo pouco. Procuro ajudar quem eu poço, mas não tenho autoridade nem poder pra resolver muita coisa.	A15 FEM.

24-26 anos Boa Vista	também. Mas hoje estou nessas duas coisas. Sou uma jovem de terreiro e preservo as tradições negras.		24-26 anos Juazeirinho
A8 FEM. 24-26 anos Pocinhos	Nos últimos dias me afastei das reuniões da Comissão de Juventude por causa do meu tratamento, mas eu participo da Comissão. Vou pras reuniões e quando volto pra comunidade eu faço a reunião comunitária e passo pros outros jovens daqui.		

Fonte: autor (2021)

Há nesta questão duas afirmações distintas de convenções que caracterizam as formas simbólicas de ambos os grupos. Uma está relacionada ao considerável engajamento no posicionamento político e discurso ideológico assumido pelos jovens camponeses rurais, o que evidencia o trabalho de base desenvolvido pelo PATAC na região. Este engajamento pode ser compreendido através das falas que citam diretamente o PATAC e COLETIVO ou por meio da menção à participação em organizações de associativismo, sindicatos e grupos temáticos.

A segunda, consiste no distanciamento das referências rurais pela maior parte dos jovens urbanos. No caso do GRUPO 2, se confirmam as informações fornecidas através da última pergunta feita no questionário, que levava em consideração os espaços prioritários para interação entre os jovens, e que retratam as atividades promovidas pelas igrejas como as prioritárias fontes de engajamento entre jovens urbanos. Como já citado anteriormente, essa maior aproximação se justifica no desejo em compor ciclos de interação distintos dos que são constituídos na unidade familiar, que reforça “a determinação dos jovens de acelerar sua independência intergeracional (DURSTON, 1998, p. 12).

Neste ponto se nota uma mudança do papel dos movimentos religiosos em relação ao que aconteceu nos anos 1980 e 1990. Se naquele período, conforme explicam Andrade e Cordeiro Neto (2016), o papel da igreja ganhou destaque por sua capacidade de mobilização e efetivação daquilo que Putnam (1996) chamou de “capital social de aproximação” ou “identidade coletiva” (CASTELLS, 1999), definidos por redes sociais de interesses e identidades similares que constituem grupos coesos e organizados; hoje parece não exercer papel tão determinante entre os jovens urbanos, sobretudo. Em raras expressões é possível notar, por parte da juventude urbana, um aprofundamento da questão política, como aconteceu outrora através das organizações juvenis religiosas.

Esse fato pode ser comparado a partir das falas de jovens de cada grupo. Nas falas “Nos últimos dias eu tô querendo engajar outros jovens aqui da comunidade pra poder ocupar outros espaços que eu acredito precisar também” (A7), “eu faço parte da Comissão de Juventude do Patac e do Coletivo e tento engajar novos jovens trazer coisas aqui pros jovens da comunidade” (A5) e “Sou bem dizer uma liderança na comunidade pra trazer o que aprendo nas reuniões” (A4) fica evidente o compromisso com a coletividade e participação.

De acordo com Elisa Guaraná de Castro (2009) a configuração da juventude como categoria social e política, através da participação e mobilização de outros jovens a partir

do movimento social, “aponta para um processo de consolidação de um ator político: a juventude” (CASTRO et al., 2009, p. 194). Em contraste, as falas “não tenho autoridade nem poder pra resolver muita coisa” (A15), e “Eu já tenho muito problema na minha vida” (A10), prevalecem a conformidade e indisposição para compromisso cidadão.

O uso de referências específicas, nesse sentido, sinaliza como as regras, normas, condutas e interpretações das formas simbólicas emitidas e recebidas pelos jovens estão condicionadas ao ecossistema nos quais estão inseridos. Em outras palavras, existe uma naturalização do discurso político e ideológico entre jovens atendidos pelo movimento social, diferente do que acontece com a maioria dos jovens urbanos.

Quadro 16 - Onde está a maior parte dos amigos

7. Onde está a maior parte dos seus amigos?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	A maior parte dos meus amigos estão aqui no campo. Alguns me ajudam, me inspirar a continuar meu trabalho, outros acham que pra crescer precisa ir pra fora.	Meus amigos estão na cidade. Aqui perto de casa.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	A maior parte dos meus amigos estão na cidade. Eu acho que isso acontece por conta das oportunidades que tive de sair mais da comunidade e representar tanto ela como o município em atividades promovidas pela ASA, Patac... O fato de estudar em Campina Grande, também ajudou a fazer amigos em outras cidades. Acho que isso me ajuda a ter uma visão mais ampla que se eu tivesse amigos só da zona rural, sabe?	Na zona urbana. Me envolvo mais com pessoas daqui por conta do meu trabalho.	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	A maior parte está na cidade, acho que por conta da universidade e porque eu viajo muito, também. Eu saí da zona rural para ir estudar na universidade que fica na zona urbana.	Meus amigos são da cidade. Moram perto de mim.	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4	Meus amigos mesmo tão na cidade. Uns mora fora com o pai e a mãe. Aqui na comunidade também tem, mas aqueles que a gente considera de verdade estão na cidade.	Meus amigos estão na zona urbana, aqui perto da minha casa.	A12

FEM. 21-23 anos Sto. André			FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Eu tenho mais amigos da zona urbana que da zona rural. Eu passo a semana toda em Campina e retorno no fim de semana pra minha casa no sítio, então eu me relaciono mais com o pessoal aqui da faculdade, porque tem estágio, tem as aulas... Mesmo eles ficando chocados quando eu digo que moro num sítio, que planto. Uma vez minha professora ficou chocada quando eu disse que queria me formar pra trabalhar onde moro. Ela perguntou onde eu morava e disse que era num sítio. Eu não nego pra eles de onde eu venho. Mesmo eles estranhando, eles entendem.	Meu amigos estão no IFPB comigo, a maioria deles é da zona urbana, da cidade.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	Na rua, eu tenho alguns amigos mas não são tantos. A maior parte tá no campo mesmo.	Na cidade.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	Meus amigos moram na zona urbana.	Meus amigos estão formados ou ingressando na universidade. Todos moram na zona urbana.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinho

A8 FEM. 24-26 anos Pocinhos	Meus amigos são meus familiares. Nesse momento que eu tô fazendo meu tratamento, são eles que estão perto de mim. Os outros são daqui da comunidade, mas por recomendação médica e por causa da pandemia, eu não tenho recebido aqui. Só meus familiares, mesmo.
---	--

Fonte: autor (2021)

A vida cotidiana da juventude camponesa não se restringe aos espaços imediatos das comunidades ou unidades familiares. A partir das respostas fica claro que esse aspecto convencional da socialização dos jovens se estende a contatos constantes com a sede das cidades em que residem e, em alguns casos, superam, pelas oportunidades de intercâmbios oferecidas pelas ações do PATAC, as fronteiras entre seus municípios, estados e até do país.

Entre os que ainda estudam, o fato de as escolas de ensino médio estarem nucleadas na sede dos municípios, os permite alargar as oportunidades de sociabilidades e interação. Entre os que já concluíram os estudos e acessaram o mercado de trabalho através do comércio local de produtos e serviços ou da indústria, acontece de forma semelhante. O mesmo acontece entre aqueles que, mesmo residindo na sede do município, necessitam se deslocar para trabalhar em outras cidades do entorno.

Existe, entre que compõem o recorte deste estudo, sobretudo aqueles com maior acesso aos centros urbanos, um movimento de fluxo constante entre a cidade e os sítios resultante da aquisição de casas na zona urbana por parte de famílias que exercem atividade preponderantemente rural. É o caso, por exemplo, das jovens A2, que trabalha na prefeitura da cidade de Soledade, da jovem A5 que estuda na cidade de Campina Grande e tem casa alugada nessa cidade, ou da jovem A8 que faz seu tratamento também em Campina Grande. Assim, apesar de residirem ou permanecerem a maior parte do tempo na zona rural, estes jovens não só conhecem como frequentam a sede do município de origem e de outros municípios com frequência (WANDERLEY, 2013, p. 181)

Do ponto de vista da socialização, o fluxo permanente entre campo e cidade não só amplia os espaços disponíveis para interação como torna elástico o repertório de normas, regras e condutas aos quais estes jovens estão submetidos. Do mesmo modo, a dinamicidade destes deslocamentos espaciais oferece ao jovem do campo a oportunidade de estabelecer vínculos, comparações e afetividades tanto no campo quanto na cidade.

Se por um lado a maioria dos jovens camponeses rurais sinalizam que seus amigos estão na zona urbana, a recíproca é negatizada pelos jovens urbanos. A relação assimétrica se constata no fato de que para todos os jovens da cidade seus laços de amizade estão no seu entorno. Em comparação com os jovens rurais, isso restringe a possibilidade de acesso a convenções, regras e normas distintas das suas, ao mesmo tempo que favorece a leitura de aspectos culturais específicos da zona rural.

Thompson (2007, p. 186) destaca que as características convencionais das formas simbólicas devem ser analisadas a partir de suas interpretações em situações práticas.

Nesse sentido, convém recorrer à pergunta 8 (O que você mais gosta de fazer na companhia de seus amigos) para compreender que essas situações práticas são, em geral, as reuniões para lanche e a realização de festas.

Por fim, foram analisadas as **características intencionais** das formas simbólicas obtidas através das entrevistas. John Thompson (2007, p. 183) explica que as formas simbólicas são produções de um sujeito para um sujeito e representam ao produzir ou empregá-las, o desejo de alcançar um objetivo. Assim, portanto, traços da identidade dos jovens se revelam na medida em que suas intenções são reveladas.

Quadro 17 - O que faria para mudar a cidade ou comunidade

6. Caso tivesse poder para isso, quais medidas você tomaria para mudar a comunidade/cidade onde vive?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Eu mudaria no sentido de trazer mais carro-pipa, pra que a gente tivesse mais acesso à água pra plantar. Traria mais água para o abastecimento e faria mais cisternas. Muitas famílias têm os açudes e barreiros, mas pelo comportamento do clima aqui da região, eles secam rápido.	Se eu tivesse algum poder aquisitivo, principalmente, eu queria ajudar as famílias que ainda não conseguem ser vistas nem ouvidas. Queria poder ajudar pessoas pobres. Alunos nossos, que a gente não sabia o que acontecia nas famílias... uma tristeza. Daria mais apoio ao projeto Pocinhos sem fome, que é uma iniciativa de jovens daqui da zona urbana. Aqui tem uma força enorme da população, pra ajudar. Eu ajudaria esse povo.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Eu traria coisas para mudar esse lugar e deixar ele ainda melhor, né? Acho que mais projetos sociais de distribuição de renda, mais oportunidade de trabalho para todas as pessoas... tanto aqueles que querem viver da agricultura quanto os que não querem... A gente pensa muito em transformar a comunidade num atrativo, através de uma cooperativa, como acontece lá em Areia no restaurante de Vó Maria, já que assim como lá, temos espaços para turismo rural aqui em Soledade.	Eu mudaria a questão da saúde, que me preocupa. Tanto no modo mais egoísta, (né?) pensando em minha e na minha família, quanto no modo geral porque com qualquer coisa mais séria que você chega, morre! Se não der tempo chegar em Campina, morre. Então eu melhoraria a saúde, com certeza.	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	Se eu tivesse poder, eu traria um centro de formação profissional para os jovens, com cursos e treinamentos para esses jovens que precisam de uma qualificação pra acessar ao mercado de trabalho. Criaria um espaço para as crianças também. Aqui tem muitas crianças e falta esse espaço.	Eu veria a possibilidade de aumentar... de levar indústrias, pra levar emprego. Que levaria mais renda pra cidade. Levaria mais cultura e esporte, porque tem muito jovem de lá que está no mundo das drogas e tal, e eu acho que é por causa disso. Por não atividades que sejam relacionadas a eles.	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4	Eu acredito que eu traria aquele projeto do primeiro emprego pro jovem. Aqui a gente sabe que mesmo tendo muita coisa, é complicado pro	Melhoraria a estrutura das escolas com as coisas que os estudantes mais necessitam. Material, laboratório... essas coisas de infraestrutura, também.	A12

FEM. 21-23 anos Sto. André	jovem começar a trabalhar. Tem aqueles que querem viver da roça, mas os que não querem sofrem mais. Então eu queria trazer isso pra cá.		FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Colocaria uma coisa como uma empresa, sabe? Só com a agricultura... Como uma cooperativa que as pessoas que tem criação de animais que plantam pudessem preparar suas coisas e comercializar. Que tivesse saída pra outros cantos. Eu traria mais carros-pipa pra que tivesse água mais tempo do ano e a produção não parasse, sabe? Eu também fazia uma divulgação maior das coisas daqui, pra que o povo de outros lugares soubessem como a gente planta, o cuidado que a gente tem com os alimentos. E ia trazer cursos pra que o povo aprendesse mais sobre como plantar, como cuidar ainda mais das coisas.	Os calçamentos, que aqui é horrível. Ninguém consegue andar aqui com o tanto de buraco que tem... Eu arrumaria linhas de ônibus, que aqui não tem, pra gente poder ir pra Campina... Ajudaria as pessoas com deficiência, que aqui tem muitos. Aqueles que moram na rua.... Fazer a rede de esgoto... acho que é isso. Faria um IF aqui na cidade. É muito cansativo passar o dia em Campina e a gente faz isso porque as escolas boas estão lá.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	Na verdade, eu nunca pensei muito nisso. Mas acho que mandaria arrumar a questão do acesso à água nas propriedades rurais, porque água é um direito, né? Eu ia pensar em alguma coisa que gastasse menos recurso e que fosse eficiente pra vida no campo. Gotejamento que eu já vi falar que é muito bom pra plantação de hortaliças, num tem muito desperdício... Acho que mais ou menos isso.	Eu geraria mais emprego pros jovens. Traria cursos para o jovem se capacitar e poder ter mais emprego. E ajudaria as pessoas mais carentes com dinheiro.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	O poder público não chega na zona rural como deveria . Isso é em todos os aspectos... saúde, educação, infraestrutura... Se eu tivesse algum tipo de poder, usaria no sentido de suprir essa ausência de políticas, dessas coisas. Aí com isso vem as oportunidades, o acesso...	O que eu priorizaria agora era um programa de inclusão para usuários de drogas. Eu sei que o serviço de convivência faz um pouco esse papel, mas eu acho que não é o bastante. Acho que é preciso fazer uma busca ativa e conversar com profissionais da área de psicologia para que esse seja um programa mais eficaz.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinh o

A8 FEM. 24-26 anos Pocinhos	Eu melhoraria a saúde por aqui. Falta muita coisa na zona rural. Pensaria numa forma de gerar mais oportunidade. A gente daqui sofre com a falta de oportunidade de trabalho.	
--	--	--

Fonte: autor (2021)

Mais uma vez a análise destas amostras parte da comparação entre os dois grupos para fundamentar distinções entre ambos. No entanto, como se tem realizado ao longo desta investigação, convém produzir inferências que partam de uma visão geral para uma visão particular das formas simbólicas.

Dito isto, remonta-se no questionamento em análise a concepção de que, dentro das particularidades de cada grupo, os participantes entrevistados pensam indiretamente em melhorias que agreguem valor a cada município. Pode-se inferir a partir desta ótica que pensar em melhores condições de vida no campo ampliaria as capacidades de produtividade e consequentemente a dinâmica econômica e social de todo município. Por outro lado, o progresso da sede de cada município resultaria num conjunto de oportunidades para aqueles que estão no campo.

Provocados a responder sobre o que fariam se pudessem melhorar o local em que vivem, os grupos se dividiram entre ampliar a oferta de emprego e de condições para melhoria da renda, assegurar a implantação de serviços básicos de saúde, educação e lazer e, ainda, as condições de trabalho no campo, acesso a água e turismo rural. Considerando o papel na formação dos jovens camponeses rurais, observa-se na amostra do GRUPO 1 um enfoque maior na proposição de ações relacionadas à ação coletiva nas comunidades. Existe, entre os jovens camponeses rurais, a intenção de atribuir ao local que vivem condições que garantam sua permanência ou condições melhores para o campo. Conforme descreve Godoi (2000), “a terra é um valor e um lugar de referência no qual, mesmo ausente, o sujeito se sente localizado” (GODOI, 2000, p. 8).

Enquanto a visão de melhoria dos jovens camponeses rurais passa por questões mais particulares e referenciadas por seus espaços de relacionamento, a dos jovens urbanos sobre influências globais. As questões apontadas por estes jovens revelam o interesse em resolver problemas mais amplos, como as questões de saúde e educação pública e industrialização, que englobam não só o *locus* urbano, mas todo município. Neste contexto, se revela o papel da sede do município, o papel do centro urbano na condução das condições de vida e renda nas cidades.

Para esta questão, revela-se alguns elementos de identidades individuais, referenciadas nas falas da jovem A8, que se refere mais uma vez ao seu tratamento de saúde, por exemplo. Conforme destaca Stropasolas (2014), na perspectiva da socialização essas afirmações “[...] ancoram-se nas experiências pessoais e coletivas vivenciadas nos espaços privado e público” (STROPASOLAS, 2014, p. 179).

De todo modo, vale salientar que, assim como reforça Thompson (2007, p. 185), o significado de uma forma simbólica pode não ser necessariamente aquilo que o sujeito quis tencionar ou dizer. Thompson explica que, no exercício da vida cotidiana e de rituais de interação dialógicos, é possível que aquilo que se quis dizer não seja necessariamente o que se disse.

Quadro 18 - Qual o maior sonho

10. Qual o seu maior sonho?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Meu maior sonho é me formar em medicina veterinária.	Meu maior sonho é passar num concurso público!	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Meu sonho é fazer valer tudo o que tenho estudado. Passar num concurso público e poder ajudar minha família. É isso...	Meu maior sonho é passar pro concurso que eu estudo. Diariamente, de domingo a domingo.	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	Meu maior sonho é me formar e ter minha independência financeira, poder ajudar aqui em casa... Mas principalmente ter meu dinheiro.	Eu quero ser uma empresária bem-sucedida no futuro no ramo da administração de loja. E quero concluir meus estudos, no momento. Quero fazer vestibular pra administração ou contabilidade.	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4	Meu sonho é crescer cada vez mais minha propriedade e poder ter aqui mais perto, na cidade mesmo, um espaço de comércio que a gente pudesse distribuir melhor nossas coisas, o que a gente planta os artesanatos...	Me formar em medicina.	A12

FEM. 21-23 anos Sto. André			FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Eu tenho dois sonhos na verdade: terminar meu curso de enfermagem e passar num concurso. Eu fico dividida entre fazer um concurso pra outro lugar e ficar na minha terra, sabe? Atender crianças doentes, que é o que me fez querer estudar enfermagem. Por que eu via que lá no sítio, crianças não têm atenção dedicada à saúde. Muitos têm problemas de saúde e nem sabem, e eu queria ajudar nesse sentido.	Me formar e saber qual faculdade eu quero fazer.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	Meu maior sonho é me profissionalizar na linha da confeitaria. Quero ficar conhecida por fazer doces e bolos e coisas pra festa, sabe? Salgadinhos... Tudo pra festa.	Me formar e concluir meus estudos. Quero trabalhar com algo na área de saúde, estudar enfermagem.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	Eu tenho o sonho de ver minha comunidade, meu município bem desenvolvido, com as pessoas podendo viver bem, tendo acesso às coisas, a educação, moradia...	Ser uma fisioterapeuta realizada, passar em um concurso com um salário bom e ter meu próprio consultório.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinho
A8	Hoje, meu maior sonho é recuperar minha saúde. Ter a saúde que tinha antes porque essa doença muito triste.		

FEM. 24-26 anos Pocinhos		
--	--	--

Fonte: autor (2021)

Quadro 19 - O que é necessário realizar

11. O que é necessário para realizá-lo?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Tô focado nos estudos para poder chegar numa faculdade e realizar esse sonho.	Qualquer concurso que acontece eu faço a inscrição. Vou tentando estudar mais pra poder realizar esse sonho, e conciliar com o trabalho e tudo.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Trabalhar, trabalhar e trabalhar pra poder ter como estudar, estudar e estudar pra conseguir conquistar o sonho. Tenho investido nos estudos, em concursos aqui perto da cidade, na região.	Primeiramente está nos planos de Deus e depois meu estudo. Já que meu trabalho possibilita que eu tenha tempo pra estudar... que tem gente que amanhece e anoitece trabalhando... eu não. Minha carga horária já é menor.	A10 FEM. 27-29 anos Soledade

A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	Sigo estudando no meu curso superior entre trancos e barrancos, mas pensando sempre em melhorar.	Nada! (risos). Ah, quero estudar mais pro ENEM. Eu estudei pouco, preciso estudar. Ainda não tô fazendo nada pra ser uma empresária de sucesso.	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4 FEM. 21-23 anos Sto. André	A gente tá trabalhando pra isso, né? Tem coisa que não depende da gente, mas a gente fica ali, no pé dos políticos pra ver se sai alguma coisa.	Estudar. Eu acho que tenho estudado o suficiente.	A12 FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Eu tenho estudado e pensado muito sobre o que fazer. Pode ser que eu queria estudar mais, ir pra João Pessoa pra estudar mais, não sei... Seria mais difícil, mas poderia acontecer. Fico dividida, sabe?	Eu já estudo, mas acho que tenho que estudar mais, eu acho...	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	Graças a Deus eu tô fazendo muitos cursos gratuitos nessa área. Eu fiz um aqui que já dá pra trabalhar lá fora se eu quiser. Mais pra frente quero fazer um pra aperfeiçoar minhas técnicas.	Eu acho que da minha parte é estudar mais, sabe? Mas preciso me organizar mais. Da parte do estado, acho que o que a escola ensina é suficiente pra conseguir chegar onde quero.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão

A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	Tenho feito meu trabalho e me dedicado na busca por melhorias. Seja participando das coisas do Patac, seja como for... é pra trazer vida nova pras pessoas daqui.	Muito estudo, muita dedicação e educação financeira, que é uma coisa que eu não tenho, pra fazer um milagre com o salário que eu recebo.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinh o
A8 FEM. 24-26 anos Pocinhos	Entrego nas mãos de Deus e acredito que vou ficar boa logo.		

Fonte: autor (2021)

Parte-se nestas questões das individualidades de cada grupo para as generalizações do corpus da pesquisa. O ponto de partida dessa vez é o grupo composto pelos jovens camponeses rurais.

Quando se refere aos seus sonhos, existe, por parte do jovem do campo, um conflito de interesses que versa entre seus interesses pessoais e a comunidade afetiva representada por sua família. É recorrente entre os jovens que deixam suas casas para trabalhar em outros estados, de modo particular os do sexo masculinos, o desejo de reverter seus honorários em melhores condições de vida para a família. Durston (1998), sinaliza que

“na atualidade, este interesse dos jovens é exacerbado pela mudança cultural e pelas novas possibilidades de poder econômico independente abertas pela educação e pelo trabalho assalariado” (DURSTON, 1998, p. 11).

Portanto, conciliar objetivos coletivos e projetos pessoais é uma ação complexa e corajosa. O que se observa e ganha destaque entre as respostas dos jovens camponeses é, pelo menos para a maioria deles, o exercício de alinhamento entre a melhoria de vida via estabilidade profissional e colaboração com o projeto coletivo da unidade familiar, validada em alguma medida pelos familiares. Tal validação, certamente, leva em consideração as condições assumidas pelas famílias até então, o que resulta, conforme explica Wanderley (2013, p. 204) em dois posicionamentos: o encaminhamento dos filhos para a permanência na agricultura ou o incentivo para outras profissões que abrem precedentes para oportunidades na cidade de origem ou para áreas urbanas próximas ou remotas.

Na mesma direção, entre os jovens que almejam a estruturação das propriedades como resultado da escolha pelo trabalho na agricultura, fica clara a inclinação e valorização por parte da família das atividades agrícolas. Considerando a relação entre o papel da agricultura familiar para a sociedade e a preocupação inerente sobre as questões da sucessão rural, infere-se que a ação do PATAC no território representa um papel fundamental para as comunidades locais e a vida no campo.

Entre os jovens camponeses rurais que buscam a melhoria das condições de vida nos estudos, ainda, há uma sinalização no sentido de se instalar como profissional no seu município de origem. Como explica Carneiro (1998, p. 111) estes jovens já não vislumbram um rompimento definitivo com seu lugar de origem, conforme será aprofundado mais adiante. Segundo Carneiro,

[...] Para eles, seria a possibilidade de conjugar o melhor de dois mundos: a ‘tradição’ – representada pela família [...] e a cultura de origem - e a modernidade, que se traduz no projeto profissional individualizante, autônomo, representado na figura de um profissional liberal ou de pequeno empresário (id, 1998).

Entre os jovens urbanos os desejos de concretização de uma carreira profissional estável e bem-sucedida é o tipo de desejo mais apontado. Muito embora existam disparidades claras entre a vida na cidade e no campo, reforça-se a ideia de que nesses municípios as estruturas familiares, como visto anteriormente, convergem no sentido da unidade familiar como espaço de troca afetiva. Por esse motivo, é possível dizer que as aspirações do jovem urbano também passam pelo crivo familiar. Embora também entre jovens camponeses rurais exista o interesse em estabilidade através de concursos, por exemplo, para o jovem urbano, parece sobressair muito mais o interesse em aprofundar o projeto de vida pessoal que o coletivo e familiar.

Este ponto será retomado a seguir, mas vale a consideração prévia, de que se o emprego da vida profissional dedicada à agricultura reforça uma relação de intimidade e pertencimento por parte do jovem rural em referência ao campo. Por parte do jovem urbano esse vínculo parece não se estabelecer de modo tão forte com a cidade, uma vez que a busca por sucesso profissional e estabilidade não está limitada às oportunidades oferecidas na zona urbana de suas cidades.

O que parece evidente entre os jovens, no conjunto das respostas, é a importância concedida aos estudos. Entre grupos, isso se constata no interesse de qualificação profissional no campo da agricultura e no empenho concentrado ao estudo para concursos, como é o caso dos jovens urbanos. Uma questão central neste ponto é o fato de que a autocobrança por parte dos jovens, pode ser considerada um reflexo daquilo que Byung-Chu Han (2019) chama de sociedade do cansaço.

Por outro lado, as posturas dos jovens frente aos seus objetivos de vida refletem os aspectos de uma parcela considerável da sociedade que sofre os impactos de uma vida forjada na necessidade de se obter sucesso e ascensão profissional. Se nos grandes centros urbanos esse é um fator que gera problemas na vida da sociedade, entre jovens do Semiárido não parece ser diferente.

Quadro 20 - Onde pretende viver no futuro

12. Onde pretende viver no futuro?			
Camponeses rurais		Urbanos	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Eu quero continuar aqui. Mesmo me formando, mesmo tendo muito dinheiro, eu quero continuar aqui, no meu lugar.	Aqui em Pocinhos, mesmo! Só se minha família toda fosse pra Campina, eu iria junto. Mas queria viver aqui.	A9 FEM. 21-23 anos Pocinhos
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Em Soledade! Viver por aqui, estar por aqui e poder estar na minha cidade.	Eu não sei te dizer. Mas não queria passar minha vida inteira aqui. Aqui é muito limitado, seu crescimento é muito pouco. Então eu faço concurso pra todo canto do Brasil, e sendo aprovada eu tenho coragem de juntar minhas coisas e ir-me embora	A10 FEM. 27-29 anos Soledade
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	Acho que depende de muitas coisas. Não sei responder porque pode ser que não seja aqui e pode ser que seja... não sei.	Quero morar em Campina Grande ou fora do Brasil, aqui não tem futuro não, meu filho.	A11 FEM. 18-20 anos Gurjão
A4	Aqui. Amo o lugar que vivo e pra me tirar daqui vai ser difícil. Já passei um ano e meio fora e voltei porque não tem lugar melhor que aqui.	Eu queria ficar aqui, mas se passar no vestibular acho que tenho que me mudar pra outro lugar. Se eu passasse pra outra cidade, acho que voltaria pra cá. Mas só se minha família tivesse aqui ainda.	A12

FEM. 21-23 anos Sto. André			FEM. 15-17 anos P. Lavrada
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Olhe, mesmo que eu passe num concurso, num negócio desses eu passaria a semana trabalhando e voltaria pro canto no sítio. Por que lá sempre vai ser minha casa.	Eu queria continuar aqui, mas é em cidades grandes que a gente tem mais oportunidades. Então eu acho que em Campina Grande ou em João Pessoa... Quero continuar no Nordeste, mas numa cidade melhor, maior.	A13 FEM. 15-17 anos Tenório
A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	No que depender de mim eu quero morar sempre no campo. Não tenho vontade de morar na cidade, não. Deixar minha tranquilidade pra ir morar num lugar barulhento... não. Quero tá aqui no futuro. Terminar meus dias de vida aqui no campo.	Eu acho que depende do que eu conseguir. Mas eu queria morar em Campina ou em João Pessoa. Se eu passasse num concurso pra alguma coisa aqui na minha cidade eu ficaria, mas acho difícil.	A14 MAS. 18-20 anos Gurjão
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	Eu pretendo viver por aqui. A minha formação não me impede que permaneça por aqui, que eu continue fazendo o que gosto por aqui. Então eu pretendo ficar, sabe?	Pretendo viver onde tiver uma melhor oportunidade de emprego.	A15 FEM. 24-26 anos Juazeirinho

A8 FEM. 24-26 anos Pocinhos	Se eu tiver minha saúde de volta eu quero permanecer aqui e ajudar as pessoas da minha comunidade. Só se alguma coisa se complicar no meu quadro que devo ir pra um lugar com mais estrutura.	
---	---	--

Fonte: autor (2021)

Um ponto central para análise da intencionalidade das formas simbólicas coletadas nesta amostra, é a demonstração de intenção sobre a permanência ou não em suas cidades de origem. Nesta questão se somam os desencantos para com o local em que vivem, fundamentados pelos próprios jovens na falta de oportunidades, a estrutura familiar e o alinhamento aos seus sonhos.

É predominante entre os jovens camponeses rurais o desejo de permanecer em seus locais de origem. Mesmo entre os que não encontram na agricultura sua referência de realização profissional, mais uma vez se fortalece a compreensão de Carneiro (1998, p. 11) sobre a intenção de unir as experiências estruturadas no espaço urbano com a tradição do rural.

Da parte do GRUPO 2, a convergência nas respostas, pautadas sobretudo na ideia de busca por oportunidades fora de seus municípios de origem, também resulta numa coerência quando se compara a observação sobre o modo que se lê a condição do ser e estar no Semiárido. Cabe, novamente, o exercício de analisar os grupos a partir de uma visão global.

Perceber as cidades interioranas como, predominantemente, rurais, remete a inferência de que, de modo geral, a tranquilidade e baixo fervor econômico e social destes territórios constituem influências semelhantes entre as juventudes. Por isso vale considerar que a mobilidade, no que se refere ao distanciamento do jovem de suas cidades de origem, não é uma exclusividade dos jovens urbanos. Assim como descreve Godoi (2000, p. 2) “do ponto de vista subjetivo, o deslocar-se para outras áreas se refere a afirmação de um projeto de autonomia historicamente observado no universo rural brasileiro”.

Uma questão particular foi lançada para os jovens atendidos pelas ações do PATAC, conforme descrito no próximo quadro. Para essa questão, não foram analisadas as minúcias do conteúdo, mas objetivou-se a obtenção de formas simbólicas que revelassem a leitura que a juventude rural exerce sobre o papel do movimento social em suas jornadas.

Assim sendo, o que se observa é a consolidação de um lastro romântico entre o jovem atendido por ações de convivência, sobretudo, e a organização social que se presta a articular uma dinâmica de convergência camponesa rural. Isto se justifica na expressão de formas simbólicas estruturadas na ideia de admiração e gratidão por parte destes jovens. Mais adiante essa discussão é retomada como ponto de reinterpretação da amostra

e estabelece semelhanças e diferenças entre as compreensões dos jovens do Semiárido acerca de suas identidades.

Em linhas gerais, esse aspecto de contexto sócio-histórico pode ser compreendido como a manutenção de um significado simbólico atribuído aquilo que o PATAC representa não só para esses jovens, mas para todo povo do Semiárido, entidades parceiras e o poder público ao longo de seus 50 anos de existência.

Quadro 21 - O que o PATAC representa para sua vida

O que as ações do PATAC representam para sua vida?	
A1 MAS. 18-20 anos Juazeirinho	Representa quase tudo. Quando eu recebi as galinhas do Fundo Rotativo eu comecei a me organizar, cuidar, aprendi a importância da agricultura. Fui vendendo um ovo, vendendo uma galinha... no fim do mês pude ajudar minha família, comprar minhas coisas e ir crescendo. Se não fosse isso, eu seria um dos que queria ir embora daqui.
A2 FEM. 27-29 anos Soledade	Tudo que eu gosto de fazer vem um pouco do trabalho feito pelo Patac. Desde 2009 quando comecei a participar que eu vejo toda minha família de dentro, participando junto, atuando no Coletivo... Então tem uma gratidão muito grande pelo que é feito pelo povo de nossa comunidade.
A3 FEM. 21-23 anos P. Lavrada	Muita coisa. Foi uma abertura pra minha vida. Através dessas ações fiquei mais desenrolada, passei a viajar mais, conversar com mais gente, notar o que queria fazer nos estudos, o caminho que iria apoiar na política... Me ajuda demais. É estar entre diversas culturas num espaço só.
A4 FEM. 21-23 anos Sto. André	Eu comecei a participar faz pouco tempo, mas tem sido muito importante pra gente, viu? O tanto de coisa que a gente conseguiu mudar aqui depois que começou a participar das coisas...
A5 FEM 24-26 anos Boa Vista	Significa muito. No sítio a gente não costuma ser atendido por nem um lado. Nem por políticos nem nada... Quando o Patac chega, mostra as possibilidades que a terra pode oferecer, a gente repara que é importante, que o que nós fazemos tem serventia. O tanto de conhecimento que as formações com o Coletivo trazem pra gente com o Patac é o que vai ajudando a mudar nossa vida aqui no sítio, né?

A6 FEM. 24-26 anos Juazeirinho	Representa tanta coisa. Através da minha participação e das ações o Patac e do Coletivo eu aprendi muita coisa. Foi através dessas coisas que eu consegui minha autonomia. Isso impactou bastante na minha vida, me fez ver com outros olhos o valor do campo. Olhar com mais importância pras coisas do campo, que antes eu não dava muito valor quando eu comecei a ver as coisas que o Patac faz pelo meu município como um todo, eu mudei minha forma de ver esse lugar.
A7 FEM. 24-26 anos Boa Vista	Eu falo não só por mim, mas por tanta gente que tá envolvida no que o Patac e Coletivo faz, sabe? Por que é uma coisa muito boa. Você pensar que no meio de tanta coisa complicada, tem gente que se interessa em melhorar as condições de vida do povo do campo. A gente só pode achar isso bom e importante.
A8 FEM. 24-26 anos Pocinhos	É muito importante. A gente vê a mudança na vida das famílias, vê o povo se interessar pela agricultura, até alguns jovens que os mais velhos não acreditam muito, estão se envolvendo.

Fonte: autor (2021)

As respostas concedidas a partir desta pergunta servem de base consistente para a compreensão da origem das formas simbólicas expressas por jovens camponeses rurais. Com efeito, seja através das características convencionais, estruturais, intencionais ou referenciais, é possível compreender o papel que PATAC desempenha na construção identitária dos jovens camponeses.

A partir das categorias de análise da AC, destacam-se nas entrevistas os recortes sistêmicos de porções da realidade encarada por cada grupo. Estas percepções da realidade se consolidam através das representações linguísticas (KRIPPENDORFF, 1990, p. 45) que se estruturam em comunicações contextualizadas e obedecem aos ordenamentos de processos sociais e institucionais. Na mesma direção, um índice forte que se constitui diz respeito ao problema, pontuado entre os jovens, da falta de oportunidade, que figura, neste sentido, como um sintoma que desfavorece a afirmação da identidade camponesa.

Muito embora as análises aqui desenhadas tenham interesse de construir inferências sobre o objeto de estudo em questão, Thompson (2007, p. 189) destaca que o significado das formas simbólicas “nunca é exaurido por esses traços e elementos”. No capítulo seguinte, todas estas questões são colocadas de modo mais integrado e

conclusivo, adentrando efetivamente na etapa de interpretação/reinterpretação das formas simbólicas conforme desenhando na Hermenêutica de Profundidade.

4. INTERPRETAÇÃO/ REINTERPRETAÇÃO: SIMETRIAS E ASSIMETRIAS ENTRE JUVENTUDES RURAIS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Com base em todo percurso reflexivo constituído em torno das formas simbólicas expressas pelas juventudes e os aspectos sócios-históricos do Semiárido, concentram-se neste capítulo os esforços de toda uma jornada científica para compreender as simetrias e as assimetrias da compreensão destes sujeitos sobre a condição de ser e estar no território atendido pelas ações da ONG PATAC.

Como será exposto, contemplar as apropriações e percepções que as juventudes fazem acerca de suas identidades foi um dos desafios desta investigação. Tal estudo implica, sobremaneira, em repensar o papel e importância da categoria juventude camponesa rural na construção do conhecimento científico e, de modo semelhante, as estratégias metodológicas que os integram no seu lugar de origem.

As reflexões a seguir são o misto de proximidade e distanciamentos que constituem a vida do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. Na mesma medida, são a essencial tarefa do hermenêuta no processo de interpretação. Desta forma, somam-se as figuras do pesquisador em comunicação e culturas midiáticas ao comunicólogo, ao educador e ao profissional que pôde exercer durante sua juventude o papel de acompanhar o trabalho com esse tema no território do Semiárido Brasileiro.

Neste sentido, se faz de extrema importância considerar a Análise de Conteúdo como um dos suportes fundamentais para que as inferências aqui relatadas se configurem como tarefa intelectual. Aqui se somam o conhecimento do autor, o contexto dos dados coletados e o objetivo da análise do conteúdo como marcos referenciais para construção de inferências (FONSECA JÚNIOR, WILSON, 2005, p. 287)

Na proposta metodológica da HP, a etapa de interpretação e reinterpretação é o que atribui ao estudo hermenêutico proposto por Thompson (2007) o predicativo “profundo”. Neste ponto, portanto, as análises se distanciam das margens, da superfície e se dirigem para um nível de interpretação ainda mais crítico. De certo, não se nega aqui os ricos de conflitos interpretativos. Conforme explica Thompson,

[...]É essa possibilidade de um conflito de interpretações, uma divergência entre uma interpretação de superfície e uma de profundidade, entre pré-interpretação e reinterpretação, que cria o espaço metodológico para o que eu descreveria como o *potencial crítico da interpretação* [...] (THOMPSON, 2007, p. 376).

A análise formal das formas simbólicas serve neste momento como ponto de partida para as interpretações e reinterpretações que serão realizadas num primeiro momento para tratar do papel do PATAC e suas ações no campo dos processos de desenvolvimento sustentável pautados na agroecologia e seus princípios fundamentais, e, depois, para fundamentar as aproximações e distanciamentos das interpretações das identidades de cada grupo de jovens participantes desta pesquisa.

A ONG PATAC representa nesta pesquisa uma série de outras organizações do terceiro setor que se prestam a desenvolver ações que atribuam às comunidades tradicionais, quilombolas e camponesas, e seus respectivos membros, a condição de atores políticos e sociais de seus territórios. Estes movimentos, que em algum momento da história foram chamados de movimentos verdes ou ecológicos, se sustentam sobre a ode das necessidades sociais geradas a partir dos processos de globalização e industrialização. Existe, portanto, entre estes agentes, a garantia de manutenção do discurso de ameaça ao bem-estar social, a degradação do meio ambiente e subsistência pautado na ideia de “bem viver”.

Conforme descreve Fabíola Santos

Ao contrário do “viver melhor”, que supõe a exploração do ser humano e da natureza, dos recursos naturais, que incentiva a concentração de riquezas, o consumismo e o individualismo, o bom viver pretende fomentar a sustentabilidade dos territórios específicos [...] (SANTOS, 2018, p. 20).

Considerando a existência de pessoas, comunidades e organizações sociais, para ser mais generalista, que de forma direta sofrem os efeitos de tais mudanças econômicas e tecnológicas, o PATAC assume, ou lhe é imposto, o papel de representação destas minorias. Na medida em que mobiliza e articula um cenário de representação, acaba exercendo um poder social não-autoritário de engajamento, que se encontra com comunidades em vulnerabilidade sedenta por referenciais.

Este poder de mobilização, articulação e inclusão ganha ainda mais força diante da preocupação com a justiça social contra privações (exclusões) e pela sobrevivência e identidade, conforme teorizam Frank e Fuentes (1989). Isto fica claro nas representações das identidades dos jovens camponeses rurais atendidos pelas ações do PATAC.

O exercício dos direitos, portanto, é o resultado prático obtido pelo PATAC através do exercício do poder que lhe é conferido. Nesta dissertação, por exemplo,

destacam-se pelo menos dois deles: o direito à água, como primordial para a população do Bioma da Caatinga; e o direito à informação e comunicação, representado no exercício da dialogicidade, produção e difusão de conteúdos midiáticos que expressão as identidades do território, gerando, a propósito, as formas simbólicas que ensejam estas reinterpretações.

É neste sentido, aliás, que se válida o importante papel do PATAC como agente promotor de mudanças sociais que, embora aparentem uma modéstia colaboração ao trabalho do Estado, tencionam de modo muito positivo o tecido social e o exercício da democracia através da constituição de um ecossistema comunicativo estruturado e dialógico.

Parece ser fundamental, portanto, que se adote uma postura capaz de pensar o processo de comunicação a partir do resgate da cultura, da ideia do que é ser sujeito (FÍGARO, 2000). No entanto, convém a reflexão sobre a apologia ao dissenso, que se convoca sempre que se menciona a opção de escolhas e que se estabelecem lados, leituras e interpretações.

Ao adentrar no universo das representações do ser jovem no território semiárido do estado da Paraíba, são revelados, a partir da interação, quem são, como vivem e o que pensam estes jovens sobre as relações entre seus pares e o ecossistema que os cerca.

4.1 Simetrias

Quando se refere às semelhanças e proximidades dos aspectos gerais de uma identidade específica, está a se falar de simetrias. Elas representam, portanto, afinidades e afinações entre jovens camponeses rurais e urbanos. Mais uma vez, as formas simbólicas expressas pelos dois grupos pavimentam reflexões um pouco mais densas neste momento.

Mais uma vez, é inevitável não levar em consideração o fato de que as matrizes econômicas e culturais das cidades que compõem o território de atuação do PATAC são naturalmente as mesmas na zona rural ou na zona urbana. Desse modo, o fato de parte considerável da estrutura social entre os dois grupos ser a mesma, atende um ordenamento que não difere em sua completude os dois modos de vida.

Convém convocar neste momento, o pressuposto que considera a constituição do espaço urbano a partir do rural (SILVA, 2011, p. 4). Neste sentido, se toma como ponto de partida a dialética marxista que explica a formação dos centros urbanos e lógica

capitalista a partir do excedente da produção agrária. Essa categorização ganha relevância no que se refere às cidades que compõem o SAB visto que, a grande maioria dessas cidades, entre elas que estão no território de atuação do PATAC, possuem características rurais, mas são classificadas como espaço urbano, por força do Decreto Lei 311, de 1938, criado durante a vigência do Estado Novo (SILVA, 2011, p. 6).

É uma simetria entre os participantes o fato de não desempenharem atividade trabalhista durante a formação em nível médio. Outra simetria é constatada na formação dos pais dos participantes, que, de modo geral, é inferior em relação à formação das mães.

Há nessa questão um retrato de um tratamento que não se difere em sua totalidade para os dois *locus*, no que se refere aos aspectos da assistência básica ligados à saúde, educação e moradia. Na mesma direção, preserva-se entre os grupos uma natureza contemporânea no que se refere a apropriação tecnológica e infocomunicacional.

Embora seja necessário considerar que em relação aos grandes centros, essas cidades sofrem pela desigualdade fruto do capitalismo, fica claro que, mesmo que a passos mais lentos, o acesso às tecnologias da comunicação e informação mantém uma equivalência entre os dois grupos estudados. Este fator leva os grupos a se assemelham, também, às fontes de informação e de interação, que mais uma vez remontam à apropriação tecnológica por parte do jovem do Semiárido.

Estes aspectos inserem tanto a zona urbana como a zona rural das cidades estudadas no escopo definido como “novo rural”, no qual “as relações sociais se realizam, concretamente, enquanto relações espaciais e, neste sentido, a análise do espaço revela um processo de produção/reprodução da sociedade em sua totalidade” (CARLOS, 2003, p. 182). Assim sendo, parte considerável dos problemas vivenciados nas localidades mais desassistidas do país, se reproduzem também em cidades predominantemente rurais. Arelado a isto, somam-se os problemas do universo agrário, da lógica capitalista associada ao agronegócio e as características próprias do Bioma da Caatinga.

Por outro lado, a baixa utilização dos meios de comunicação tradicionais, rádio e TV respectivamente, apontam um desinteresse desses jovens por esse tipo de plataforma e os insere no universo das redes sociais e plataformas de *streaming* de vídeo. Ao mesmo tempo, sinalizam a necessidade de atenção acerca da propagação de desinformação, sobretudo através do WhatsApp, visto que essa é uma forma de comunicação acessível na zona rural, particularmente, através da liberação de pacotes de uso permanente de redes sociais e de aplicações de mensagem mesmo sendo atingida toda franquia das operadoras de telefonia.

As simetrias entre os dois grupos se estendem ainda aos desencantos, constatados na falta de oportunidades e um certo imobilismo das cidades. O mesmo acontece no que concerne para a valorização dos projetos coletivos, pautados na família e no engajamento religioso. A auto cobrança acerca da obtenção de sucesso nos estudos ou na vida profissional, através da independência financeira, revela como ambos os grupos estão submetidos a uma lógica de desempenho e resultados positivos, o que gera, tanto em jovens urbanos como camponês um sentimento de incapacidade e incompletude expressado em suas identidades.

As formas de divertimento, baseadas sobretudo nos encontros para lanche ou nas trocas de mensagem via WhatsApp, assemelham-se nos dois grupos no aspecto de rituais de interação em comum. Ao mesmo tempo que remonta um traço particular da juventude do território, inaugura um processo de desligamento de características da cultura local, através do consumo baseado na moda da cidade grande, da cidade moderna.

A professora Carolina Escosteguy (2010) recorre aos estudos de Martín-Barbero para analisar com profundidade que “a modernidade latino-americana enquanto experiência coletiva, está estreitamente vinculada à expansão das indústrias culturais” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 162).

Ao mesmo tempo que essa modernidade homogeneizou, em medida considerável, o acesso tecnocomunicacional através do uso da telefonia e internet, atribuindo ao território a condição que Callado (2019) chama de “rural digitalizado”, também transformou as juventudes do Semiárido em parte considerável da massa que adere aos modelos midiáticos submetidos pela indústria, conforme reforça Moreira (2018, p. 100).

Parte dos jovens confirmam que seus amigos encontram-se na zona urbana. Embora o primeiro ciclo de amizade se configure no seio familiar e nas proximidades das residências, chama atenção esta declaração uma vez que se amplifica, por parte dos jovens camponeses rurais, o processo de interação com a cidade, suas rotinas e modos de viver.

Por fim, as assimetrias convergem na admiração a paisagem local e ao modo receptivo e caloroso do povo do território, o que “constitui o quadro imediato da vida cotidiana dos jovens rurais” (WANDERLEY, 2013, p. 157) e, ao mesmo tempo, o cotidiano visual e social dos jovens urbanos.

Mais uma vez convém retomar Figueiredo Filho (1966), nos aspectos de sua obra que já apontava um preconceito inaugural sofrido pelas tribos Cariris a partir do seu próprio nome. O autor descreve que o nome Cariri surge da implicância de outras tribos em favor daquela que era mais fraca, medrosa e tola. Este discurso se consolidou ao longo

do tempo e hoje pode estar contido nas falas de admiração do povo em virtude de seu comportamento pacato.

A imagem a seguir resume, dentro do quadro de assimetrias, as maiores proximidades entre as afirmações das identidades dos jovens participantes da pesquisa:

Figura 30 - Simetrias entre identidades



Fonte: autor (2021)

4.2. Assimetrias

No contexto deste estudo, as assimetrias são as diferenças que revelam, a partir da comunicação de cada grupo, acerca das leituras que fazem do mundo através das provocações promovidas pelos questionários e pelas entrevistas, usadas como instrumento de coleta de dados nesta pesquisa. Falar de assimetrias é ampliar um olhar sobre excessos e faltas, sobre regiões de luz e de sombra nos discursos, conteúdos e

compreensões do jovem do território a seu respeito e no que faz referência às suas relações com seus pares.

Todas as interpretações e reinterpretações relatadas a seguir se tornaram mais fáceis a partir da análise feita das entrevistas. Nos momentos de interação, mediados tecnologicamente, foram reveladas as maiores diferenças entre os dois grupos. Seja através dos períodos de silêncio, incapacidades ou limitações em responder, seja na fluidez das respostas e alinhamento de discurso, foi através do ritual de interação promovido pelas entrevistas que tornou-se mais fácil distinguir as compreensões de identidade de cada grupo.

Nesse sentido, pode-se dizer que as pequenas disparidades encontradas na análise formal das formas simbólicas produzidas a partir dos questionários, são compatíveis ao que acontece nas situações de desigualdade reproduzidas em todo Brasil no que diz respeito, de modo particular, a estrutura social que se monta através do acesso a melhores condições de capital (CARLOS, 2003, p. 182).

Esta observação é importante, uma vez que, embora as cidades intrínsecas ao corpus deste estudo tenham uma base econômica predominantemente rural, o acesso a algumas facilidades, oportunidades e qualidade de vida expressas em melhores condições de infraestrutura, por exemplo, estão levemente inclinadas ao cotidiano dos jovens urbanos.

Este fator, no entanto, é superado no aspecto das experiências empíricas às quais estão submetidos os dois grupos. Se por um lado, os aspectos gerais do acesso são facilitados para jovens urbanos, por outro, tais oportunidades esbarram nas limitações socioeconômicas do próprio município e na falta de constituição de redes de relacionamento mais heterogêneas, dinâmicas e afetivas para além do lugar que vivem. Neste particular, as experiências empíricas constituídas pelo jovem camponês rural estudado, ganham amplitude bem mais considerável, se valendo das diversas ações do movimento social para criar redes sociais, físicas ou virtuais, que rompem as fronteiras da comunidade, do município, do país e até do continente através da realização de intercâmbios, por exemplo.

Com efeito, a constituição de espaços de troca que se preocupam com a saúde e bom fluxo comunicativo dos sujeitos (SILVA E MESSA, 2013, p. 87) é a base fundamental para estruturação dos ecossistemas comunicativos. Estes espaços se caracterizam por serem inclusivos, democráticos e criativos (GOTTILIEB, 2010, p. 109) e são responsáveis por mobilizar identidades estritamente relacionadas.

Essa assimetria acaba dividindo os jovens em dois grupos: um formado por jovens camponeses rurais que, a partir do ecossistema mobilizado em torno da convivência com o Semiárido, apresentam um real comprometimento e visão ideológica de valorização do território e outro, composto pelos jovens urbanos, que não conseguem estabelecer vínculos tão fortes com o território. Isso se justifica no interesse em regresso ao território mesmo diante melhores condições de oportunidades pela ampliação da renda por parte dos jovens camponeses, ou no interesse de viver em localidades com melhores estruturas, por parte do jovem urbano.

O processo formativo de caráter técnico e ideológico desenvolvido pelo PATAC na região, colabora para a construção de uma identidade juvenil camponesa rural ao mesmo tempo sólida e crítica. Esta identidade é revelada no discurso, a partir de sua afirmação oral, e na prática através do modo de vida adotado. O jovem camponês rural é um defensor do lugar em que vive, um militante na defesa do Semiárido. É justamente neste sentido que a

A educomunicação trata de prever formação teórica e prática para que as novas gerações tenham condições não apenas de ler criticamente o mundo dos meios de comunicação, mas também de promover suas próprias formas de expressão, a partir da tradição latino-americana, construindo espaços de cidadania pelo uso democrático e participativo dos recursos da comunicação e da informação (GOTTILIEB, 2010, p. 107).

Fica claro um desprendimento considerável entre os jovens no que se refere ao imaginário construído para o local. De um lado está o jovem camponês rural, sua visão poética e passiona! do lugar que vive alinhada ao discurso rico em evidências do processo de formação recebido. Do outro, o jovem urbano, com certas limitações de posicionamento politizado e desenraizado do lugar de origem, refletindo, deste modo, uma vulnerabilidade muito maior às crises impostas pela vida em sociedade.

O acesso à água é totalmente diferente entre os grupos. Os jovens do campo acessam à água por meio majoritário através de cisternas e carros-pipa, enquanto o abastecimento das famílias urbanas se dá através da empresa de distribuição de água. Na mesma direção, o acesso a políticas públicas sociais de apoio à renda se dá em sua maioria para famílias de jovens camponeses rurais, em relação aos urbanos.

Há um maior nível de instrução entre os pais dos jovens urbanos em relação aos jovens rurais. O mesmo se repete entre o nível de formação das mães dos jovens

participantes, que de modo geral, é maior entre os jovens urbanos em relação aos jovens rurais.

Por fim, destaca-se a visão esperançosa do jovem do campo acerca dos aspectos da vida no mundo rural e grata ao PATAC pelo despertar da atenção para condições possíveis de vida na zona rural. Falas como “A gente vê a mudança na vida das famílias, vê o povo se interessar pela agricultura, até alguns jovens que os mais velhos não acreditam muito, estão se envolvendo”(A8) ou “Quando o Patac chega, mostra as possibilidades que a terra pode oferecer, a gente repara que é importante, que o que nós fazemos tem serventia” (A5), reforçam esta visão de gratidão e esperança.

De modo contrário, chama a atenção o inconformismo do jovem urbano em desfrutar do que na visão dele não é suficiente para vida, demandando sempre um complemento que pode não ser encontrado em seu lugar de origem.

A seguir, um infográfico com as principais assimetrias antecipa um apanhado geral das simetrias e assimetrias em formato de apontamentos que reforçam ainda mais estes pontos em fundamento com algumas referências citadas nos capítulos anteriores.

Figura 31 - Assimetrias entre identidades



Fonte: autor (2021)

4.3 Apontamentos

Neste contato final, mais do que propor assertivas definitivas sobre a pesquisa, oportuna-se o registro de questões que favorecem e desfavorecem as expressões das identidades camponesas rurais por parte da juventude.

A ausência de atenção por parte do Estado, em suas diversas instâncias, é um dos principais fatores para que se estabeleça, conforme explica Bhabha (1998), uma

sobreposição de uma cultura global sobre uma cultura local. Nesse sentido, a precariedade no ensino, no atendimento básico de saúde, nas questões relacionadas à infraestrutura local e a discreta dinâmica econômica dos municípios, tende a levar o jovem do território para situações de vulnerabilidade no que se refere à busca por oportunidades longe de suas cidades locais e de suas famílias.

Em contraste, o que se tem é um favorecimento da afirmação da identidade entre os jovens que recebem atenção dos movimentos sociais em seu cotidiano. A estruturação de um contexto específico influencia o modo de ver e ser no Semiárido ao mesmo tempo que estabelece referência em valores colaborativos e coletivos essenciais para a sucessão rural.

Com efeito, é fundamental considerar que a articulação e estruturação de um contexto que se relaciona intimamente com o ecossistema comunicativo amplia o repertório da juventude camponesa rural e os leva a compreender sua identidade. Moran (1991, p. 17) afirma que “O grau de conhecimento pessoal que o indivíduo tem em relação a determinado assunto influi na aceitação total ou parcial de uma informação”. Assim, é mais fácil compreender, por exemplo, movimentos de aproximação e repulsa dos jovens do território sobre determinados assuntos.

Na mesma direção, o autor explica que

“o grau de interferência de outras fontes, além da TV na formação da representação da realidade de uma pessoa, lhe dá maiores oportunidades de duvidar, criticar e rejeitar o que ela vê no televisor” (MORAN, 1991, p. 17-18).

Isto explica o fato das expressões das formas simbólicas dos jovens camponeses rurais tenderem, a partir da formação que recebem, a se colocarem em oposição ao imaginário recorrentemente forjado pelos meios de comunicação acerca do Nordeste.

O protagonismo nas falas e afirmações da identidade camponesa, concede, aos jovens rurais a condição de sujeitos da comunicação. Este atributo se firma no discurso cultural delineado em aspectos ideológicos e políticos da convivência com o semiárido. A falta de profundidade nos temas relacionados a agricultura, por outro lado, pode atribuir aos jovens urbanos o título de sujeitos em comunicação, parte de uma homogeneidade discursiva e ideológica que se forja através da indústria cultural e incidência social do capitalismo no cotidiano.

De certo, o ecossistema comunicativo articulado pelo PATAC em seu território de atuação, não determina por si só a identidade da juventude, considerando a perspectiva construtivista da cultura. No entanto, é uma das bases fundamentais para constituição dessas identidades que podem adotar definições ora heterogêneas do ponto de vista individual, ora homogêneas do ponto de vista coletivo.

Em outras palavras, o trabalho desenvolvido pelo PATAC, de modo geral, proporciona entre as populações mais afastadas do “centro” experiências de integração e inclusão que remontam a ideia de nação em vivência cotidiana. Isso se sustenta nas práticas de comunicação oral, na criação de um ambiente místico e diverso, na criação de símbolos como as “Sementes da Paixão”, no resgate de uma ancestralidade.

Este movimento constitui um forte poder ideológico do PATAC na sua região de atuação. Se retomado o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci (1978), o que se observará é justamente o exercício deste poder na mobilização de cenários de representação nos quais atores possam se expressar. No entendimento de Stuart Hall, a identificação desta ideologia se alinha ao reconhecimento do valor simbólico, social e político da linguagem, do signo e do discurso (HALL, 1982, p. 88). O resultado de todo este exercício é o que o autor chama de “retorno do oprimido”.

Ora, é, entre outras coisas, para oportunizar as expressões e falas “do oprimido” que surge a Educomunicação. É no sentido de promover formas de expressão próprias e construir espaços de exercício da cidadania pelo uso democrático da fala, da comunicação e da informação (GOTTILIEB, 2010, p. 107) que se articulam os ecossistemas comunicativos para o exercício da Educomunicação.

Para Gramsci (1978), mesmo que certas ações estejam em contradição com atitudes práticas, é comum que um grupo social em subordinação adote o entendimento de mundo de outro grupo como meio de inclusão. É o que sinaliza a postura de jovens urbanos ao adotarem a compreensão de mundo a partir de uma ideologia global. Em Gramsci (1978, p. 15), “a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos”.

De todo modo, é impossível deslocar os estudos culturais de uma leitura, também profunda, que leve em consideração suas relações com uma visão marxista. Pelo menos três questões levantadas por Richard Johnson (1996) fazem referência a esta relação e são esclarecedoras para estes apontamentos. De acordo com Johnson (1996, p. 76), os processos culturais estão estreitamente ligados as relações sociais e de modo particular a marcadores sociais de diferença, como geração, sexo, etnia e raça.

Seguindo, o autor explica que cultura envolve poder e que isso “ajuda a produzir assimetrias nas habilidades dos indivíduos e grupos sociais para definir e perceber suas necessidades” (JOHNSON, 1996, p. 76). Por fim, Johnson conclui que a cultura é um campo em movimento, nem autônomo tampouco determinado.

Os ecossistemas comunicativos articulados no campo ou na cidade estabelecem relações diretas com as circunstâncias que levam os jovens a optar por uma forma ou outra de se compreender enquanto sujeito com o lugar que ocupa, reforçando a matriz da construção social como tecido fundamental na constituição de grupos, comunidades e, conseqüentemente, cultura (ESCOSTEGUY, 2010). Portanto, pode-se concluir que ambos os grupos sofrem a influência dos contextos aos quais estão inseridos. Isto valida as proposições de Thompson (2007) no que se refere a ideia de que as formas simbólicas produzidas são, na verdade, fruto de contextos estruturados.

Assim sendo, é possível dizer que a forte influência do PATAC junto ao grupo de jovens camponeses rurais atendidos por suas ações, é um fator determinante no processo de afirmação das identidades culturais camponesas. Isto acontece na medida em que ações de desenvolvimento sustentável, do campo da agroecologia e da convivência com o Semiárido, desenvolvidas pelo PATAC, favorecem um processo de identificação coletiva e leitura crítica do lugar que se vive, resultando na homogeneização de um discurso alinhado ao ideal de valorização e convivência com o Semiárido. Esta influência, no entanto, sofre a oposição de uma cultura global que forja, em dados momentos, comportamentos e identidades que não se alinham a ideologia abordada no ecossistema comunicativo mobilizado pela ONG.

A Educomunicação, através da prática da comunicação popular, se converte como alternativa no processo de afirmação de identidades. O percurso para compreensão do seu papel é simples: a Educomunicação mobiliza, articula e implementa ecossistemas comunicativos estruturados pautados no direito de expressão. Essas expressões, sejam elas orais, artísticas, mediadas tecnologicamente, pedagogicamente planejadas ou naturalmente concebidas, se reverterem em formas simbólicas que, naturalmente, falam de e sobre algo. Ao passo que estas formas simbólicas são concebidas, ressignificadas e reproduzidas, constitui-se o resultado de todo processo, resultando assim, em afirmações ou negações de identidades culturais.

Por outro lado, a ausência de elementos, ações e um saber coletivo que colaborem com a promoção de um senso crítico mais aguçado, resulta num desfavorecimento da afirmação de identidades, sejam elas camponesas ou não. Neste ponto, a influência de

atores menos comprometidos com a causa do campo, como é o caso da igreja ou da iniciativa privada, por exemplo, colocam em questão entre outra parcela de jovens, um imaginário que destoa da ideia de oportunidade, de gratidão e apreço à terra.

Se somam a estes elementos, a ausência do Estado em políticas públicas afirmativas para a juventude de territórios com características semelhantes aos estudados, o forte papel dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural, como vetores do processo de projeção de uma cultura global sobre as particularidades de cada localidade e a força do capitalismo que, atrelada aos interesses econômicos e culturais impostos pelo mercado e passivamente aceitos pelo Estado, provoca uma constante insatisfação com aquilo que se é em razão do se tem.

O sentido fundamental atribuído a todo trabalho desenvolvido no Semiárido deve encontrar ainda mais importância no tema da juventude. É evidente que suas identidades se forjam nas experiências que entrelaçam passado, presente e futuro. Assim, se não cabe o isolamento do jovem do campo que encontra na agricultura seu propósito de vida, também não cabe a redundância de esperar que aqueles e aquelas que não fazem da agricultura um ideal reproduzam os ciclos de vida dos seus pais sem se quer atribuir hábitos e convenções de sua contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aprofundar as questões diretamente relacionadas à identidade cultural do povo nordestino, não se pretende estabelecer pólos antagônicos ou qualquer tipo de disputa social. Na mesma medida, constituir um objeto de estudo tão específico não resulta no interesse de estabelecer críticas que não sejam capazes de amplificar o direito e o lugar de fala do povo do campo, assim como rotular instituições e coletivos.

A dedicação a este trabalho é fruto do desejo de ampliar as discussões sobre os modos de vida no Semiárido, valorizar a população local e tentar construir um imaginário mais fidedigno das experiências cotidianas que ocorrem no Nordeste brasileiro. Quando um ecossistema comunicativo é constituído se encarregando de incluir elementos afetivos e dialógicos, conseguindo mobilizar sujeitos com propósitos em comum, tem-se então a efetivação de um contexto estruturado.

No início desta jornada, ainda nos primeiros momentos de aula do mestrado e acessando à obra “O local da cultura” de Homi Bhabha (1998), a impressão que se tinha era de que os modos de vida das juventudes do Semiárido eram estritamente determinados pelos meios de comunicação. Hoje o que se consolida é a ideia de que os meios de comunicação são apenas parte da construção cultural desses povos. De modo particular, entre os jovens participantes desta pesquisa, os meios de comunicação tradicional nem podem ser considerados como a principal referência para construção identitária dos jovens do território.

Ao longo de todo este processo uma incerteza reforçou-se quanto a concepção de que, embora o exercício de construção cultural seja forjado nas relações sociais, numa visão platônica, parte significativa da cultura e conseqüentemente da identidade, consiste na essência – eidos – como parte daquilo que é central e se opõe ao transitório e acidental.

Embora o embasamento teórico sobre os estudos culturais neste trabalho esteja focado na concepção construtivista da cultura, chega a ser curioso pensar que existe uma parte da cultura nordestina que é intocável, ou, em outras palavras, se perpetua nas afirmações de identidades. Exemplo disto pode ser a própria visão carismática que o povo nordestino assume entre as gerações mais jovens ou a valorização da paisagem característica da Caatinga.

Em certa medida, este pensamento gerou expectativas de que a visão do jovem camponês rural tendesse a um regate maior de tradições culturais como a música ou outros

costumes locais para além da agricultura, o que não se confirmou. Na verdade, traços culturais como o aboio, o repente e a xilogravura, embora significativos no contexto cultural do território, parecem ter sido substituídos ou atenuados por outras práticas e ações, que em certa medida, se configuram como novos processos culturais. Nesse sentido se alinham as novas práticas info e tecnocomunicacionais, e um certo desprendimento das raízes culturais fruto de processos de globalização cada vez mais recorrentes.

A clareza de que os processos de troca e construção interativa determinam de modo mais efetivo as identidades culturais, confirmou o conhecimento construído inicialmente a partir da leitura de Bhabha (1998), que consiste nas ideias de diferença cultural enquanto processo de projeção de signos sobre determinada cultura, e na ideia de identidade enquanto processo originário do encontro substancial entre duas culturas distintas que se revertem em algo novo.

No caso do Semiárido paraibano o exercício permanente de organizações sociais e o esforço do povo local, têm construído ao longo dos anos um universo de possibilidades, garantidas de direitos e igualdade social. Nesse cenário, o papel assumido pelo PATAC tem sido determinante para a efetivação de um paradigma alternativo de convivência com o Bioma da Caatinga, que se fundamenta, sobretudo, nos valores da igualdade e democracia.

Foi considerando cada uma destas questões e tantas outras, que este itinerário científico foi constituído. A caracterização da hermenêutica do cotidiano e dos aspectos sócio-históricos que emergiram como um dos objetivos específicos deste estudo, encontra suas referências em toda contextualização feita nos capítulos 1 e 2 desta dissertação. A partir deles foi possível compreender em que medida a estruturação dos contextos da juventude camponesa rural, movimentos sociais e Semiárido, influíram na construção de identidades, afirmação e negação de imaginários.

De modo geral, as inovações atribuídas ao trabalho desenvolvido pelo PATAC se sustentam na ideia de constituição de uma unidade de formação social, que se presta ao papel de articular temas relacionados a temática da autonomia social e valorização local através da estruturação e resgate de um discurso ideológico-cultural sobre o Semiárido. Ideológico uma vez que assume todo caráter da experiência construída em torno do paradigma de convivência e os preceitos da agroecologia, e cultural ao passo que se presta ao papel de mediador do resgate de tradições, ancestralidades e memórias do território ao

mesmo tempo que se constitui como um agente de promoção de novos modos de ser e estar no território.

A construção de um corpus de pesquisa robusto, com documentos do PATAC e instrumentos de coleta de dados e investigação convergentes, favoreceu o mapeamento e reflexões sobre como a ONG articula o tema juventude em seus projetos, outro objetivo específico deste trabalho, e colaboraram com a obtenção de dados que, mais tarde seriam analisados nas condições de formas simbólicas.

A articulação do tema juventude ante as ações do PATAC, portanto, assume duas características principais. O primeiro diz respeito a abordagem do tema juventude a partir da ideia de inclusão a todo processo de desenvolvimento sustentável e convivência com o Semiárido. Dedicar percentuais de participação de jovens em seus projetos, é uma forma de incluí-los no que se pode considerar como sendo um sistema de cotas, que, em alguma medida, tem objetivo de preencher uma lacuna de sujeitos, historicamente, não privilegiada da agricultura familiar.

Esse processo de inclusão, no entanto, não obedece a critérios tão bem definidos. Não é possível dizer, por exemplo, em que recorte etário de juventude a ONG dedica a maior parte de suas ações. Isto pode acontecer sobretudo porque a faixa etária de idade daqueles considerados jovens é muito elástica, o que resulta, em certa medida, na inclusão destes jovens de idade mais próxima dos 29 anos, definidos por Durston (1998) como jovem semiadulto ou em fase de paternidade/maternidade, num grupo de agricultores adultos e não jovens.

A segunda característica consiste no fato de que, os eventos pontuais ou exclusivamente dedicados ao público jovem enquadram, de modo geral a parcela de jovens adolescentes ou em fase escolar, compreendidos entre a adolescência e pós-adolescência (DURSTON, 1998, p. 4). Daí a recorrente necessidade e o trabalho repetitivo do PATAC em promover o protagonismo destes grupos de jovens mais novos. Uma vez que os semiadultos são enquadrados nas ações adultas, parece sobrar para os mais jovens toda a parcela responsabilidade do tema juventude.

É preciso pensar em que medida a falta de um recorte ou recortes específicos para trabalho com a juventude pode dificultar o trabalho mais estruturado do PATAC. A sinalização de uma fragilidade no trabalho com juventude em determinados municípios, a ponto de não serem identificados jovens que pudessem colaborar com a pesquisa, convida a refletir sobre que recorte tem sido privilegiado em seus trabalhos. Ao mesmo tempo, provoca a necessidade do planejamento estratégico com enfoque nas questões

etárias como forma de subsidiar ações de médio e longo prazo com o tema, sem que haja dispersões de jovens que, eventualmente, são parte das famílias agricultoras atendidas por suas ações.

Considerando a cultura enquanto processo de encontro de signos, parece viável pensar nas simetrias das afirmações identitárias das juventudes como ponto de partida para a pavimentação de um caminho no qual as ações e trabalho com jovens favoreça aproximações entre jovens do campo e da cidade. Nesse sentido, a apropriação e ampliação do uso de práticas educacionais focadas no letramento tecnológico e infocomunicacional aplicados as ações de convivência com o semiárido e agroecologia, poderiam desempenhar mais um papel importante no favorecimento da afirmação de identidades.

A reinvenção, atualização ou ressignificação do papel do PATAC nas ações com juventudes camponesas, parece fundamental na medida em que se deposita, por parte dos jovens rurais assistidos por suas ações, o crédito das mudanças nas condições de vida e na relação com o campo. A ausência ou distanciamento da organização deste tema, certamente criaria um ambiente de instabilidade na vida destes jovens, uma vez que desassistidos estaria extremamente vulneráveis as necessidades familiares e limitações dos municípios em que residem.

O cenário que se forja a partir da falta de políticas públicas afirmativas para os jovens do território semiárido, não só demonstram uma certa imobilidade do Estado em relação a este recorte da população como torna clara uma série de demandas sociais e políticas dessas juventudes. A falta de espaços de lazer, a precariedade na educação e na assistência básica, a ausência de oportunidades de emprego, entre outros fatores, se torna um solo propício para a ação de outros movimentos sociais.

É importante refletir sobre o distanciamento da igreja na parceria com o PATAC. O lastro romântico da relação entre os movimentos sociais e a igreja, que se consolidou entre os anos 1980 e 1990, parece não ter resistido a difusão de uma cultura de convergência urbana para o Semiárido. Nesse sentido, parece que as igrejas concentraram sua atuação mais efetiva nas zonas urbanas dos municípios estudados, o que não diminui a religiosidade do povo do território, mas enfraqueceu movimentos como a Pastoral da Juventude Rural nos mesmos municípios.

Por fim, através da análise das formas simbólicas que se chegou ao objetivo central desta pesquisa, que consistiu em analisar as semelhanças e disparidades entre a identidade cultural de jovens que integram o ecossistema articulado pela ONG PATAC,

e jovens não assistidos pelas ações da mesma no seu território de atuação. Tendo este objetivo concretizado, ficou fácil responder o que favorece ou desfavorece as afirmações das identidades culturais da juventude camponesa rural do Semiárido paraibano, problema de pesquisa deste estudo, nos apontamentos feitos na sessão final do capítulo anterior.

Conforme já listado anteriormente, pode-se atribuir como índices que desfavorecem a afirmação das identidades camponesas, a ausência do Estado, no que se refere a ações afirmativas da identidade cultural de povos tradicionais e comunidades rurais, ao processo de industrialização e globalização da cultura e a falta de conhecimento local, oriundo sobretudo da falta de atores sociais com participação ativa nestas camadas da sociedade.

Em contraste, o autoconhecimento e o conhecimento do lugar em que vivem, facilitados sobretudo por processos formativos, a forte influência dos pais e aplicação da Educomunicação no formato de intervenções pautadas na dialogicidade e cidadania, resultam na constituição de identidades camponesas mais delineadas, que se revelam de modo crítico, político e ideológico através do discurso e de ações.

Deste modo, portanto, os resultados obtidos através desta investigação se somam a todo esforço dos povos tradicionais, dos movimentos sociais e de pessoas que dedicam suas vidas ao propósito de provar que é possível viver neste lugar e extremamente valioso assumir a identidade de nordestinos e nordestinas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2005. 447p.

ABRAMOVAY, R. (Coord); SILVESTRO, M. CORTINA, N. BALDISSERA, T. FERARRI, D. TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO. 1998.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, n. 15, São Paulo, 2000.

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas, México, D.F. Fondo de Cultura Económica. 1983.

ALVES, J. J. A. Caatinga do Cariri Paraibano. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 19-25, 2009.

ANDRADE, J. A.; CORDEIRO NETO, J. R. Uma discussão sobre a possibilidade da criação institucional e sinergia entre Estado e sociedade: o caso do P1MC no Semiárido brasileiro . **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. Edição Especial, p. 551-568, 2016.

ARAÚJO, F. G. B. de. Identidade 'e 'Território' enquanto simulacros discursivos. **Identities e territórios: Questões e olhares contemporâneos**, 2007. In HAESBAERT, Rogério; ARAÚJO, F. G. B. de (Orgs.). **Identities e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007. p. 13-32.

ARAÚJO, S. L.; MORAIS, R. C.; MORAIS, R.; NUNES, F. R.; COSTA, C.; SANTOS, A da S. dos. Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade nas regiões do Cariri, Curimatá e Seridó Paraibano. In. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS. 2013.

ARENDT, H. **Sobre la violencia**. Cidade do México: Editorial Joaquín Mortiz, 1970.

ASA. **Semiárido** - é no semiárido que a vida pulsa!. s/d. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/semiarido>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

AS-PTA. Grupos de jovens do Semiárido Paraibano trocam experiências durante encontro em Lagoa Seca-PB. AS-PTA. dez. 2015. Disponível em < <https://aspta.org.br/2017/12/05/grupos-de-jovens-do-semiarido-paraibano-trocam-experiencias-durante-encontro-em-lagoa-seca-pb/> >. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Jovens da Paraíba apresentam suas experiências em Agroecologia durante intercâmbio de Juventudes da América Latina. AS-PTA. jul. 2019. Disponível em < <http://aspta.org.br/2019/07/27/jovens-da-paraiba-apresentam-suas-experiencias-em->

agroecologia-durante-intercambio-de-juventudes-da-america-latina/ >. Acesso em: 23 ago. 2020.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.

BACZKO, B. **Imaginação social**. Enciclopédia Einaudi: Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.

BAPTISTA, M.T.D.S. O Estudo de Identidades individuais e Coletivas na Constituição da História da psicologia. *Memorandum*, v. 2, 2002. Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos04/baptista02.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1988.

BARROS, A. T. de; TARGINO, M. das G. **A análise de conteúdo como método qualitativo na pesquisa em comunicação**. Brasília. 2000.

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo, v. 3, n. 6, p. 5-35, set. 1981.

BENEVIDES, S. II Encontro da Juventude Camponesa e Agroecologia do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano. Campina Grande, 30 out. 2017. Facebook: asaparaiba. Disponível em: < <https://www.encurtador.com.br/hpNUW>>. Acessado em: 20 ago. 2020.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORDENAVE, J. D. **O Que é Comunicação Rural?** ed. 3. Brasília: Editora Brasiliense, 1988.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BURITI, C. O.; AGUIAR, J. O. Secas, migrações e representações do semi-árido na Literatura Regional: Por uma História Ambiental dos Sertões do Nordeste Brasileiro. *Revista UFRR*, 15, 7-31. 2008.

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. Â.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação & Mediaticização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

BRANDÃO, C. R. **A pilha da vida**. São Paulo: GEIC/Cabral. 1995. 272p.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*,

Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jun. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde (Série A: Normas e Manuais Técnicos). Brasília, DF. 2010.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

BURKE, P.; BRIGGS, A. Uma história social da mídia De Gutenberg à internet. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CABRAL, R. 1959. Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado: oportunidade histórica e resistência conservadora. **Cadernos do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 6, n. 8. p. 17-24. 2011.

CALLADO, A. G. **Mediatizações em territórios rurais: convivência com o semiárido e exclusão infocomunicacional na Paraíba**. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CALLADO, A. **Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1960.

CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

_____. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. ed. 4. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, RS, v.1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CARLOS, A. F. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 7, n. 1, p. 179-187, 9 jun. 2003.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade:** novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n. 11, out., 1998.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 53-66, 2007.

CASTELLS, M. **La Cuestión Urbana**, 2. ed., México: Sigla XXI, 1973, p. 93.

_____. O poder da identidade. S. Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A internet e Sociedade em Rede. In. MORAIS, D. De. (Org.). **Por uma outra comunicação**. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, E. G de.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F. de.; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. de. **Os jovens estão indo embora?**:juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p223.

CEVASCO, M. E. Hibridismo cultural e globalização. **ArtCultura**, Uberlândia, v.6, n. 12, p. 131-138, jan – jun., 2006.

COLLINS, R. **Interaction ritual chains**. Princeton university press, 2014.

DAMÉ, L. Mais de 1 milhão de jovens não conclui o ensino médio até os 19 anos. Agência Brasil. Brasília. 2018. Disponível em:
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-12/mais-de-1-milhao-de-jovens-nao-concluem-o-ensino-medio-ate-os-19-anos>>. Acesso em 21 fev. 2021.

DA SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

DA SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia (IE/UNICAMP), 1996.

D'ÁVILA, C. **Decifra-me ou te devoro**: o que pode o professor frente ao manual escolar? 410 f. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

DE MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C.; SILVA, M. L.; SOUZA, F. C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, v. 3, n. 5, p. 501-522, 1 ago. 2017.

DINIZ, P. C. O. **Ação coletiva e convivência com o semi-árido**: a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano. Dissertação (mestrado em sociologia). – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 2002.

_____. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”**: Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil - experiências no Semi-Árido. 2007. Tese (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 2007.

DILTHEY, W. **Introduction to the Human Sciences**. Edited by R. A. Makkreel & F. Rodi; trad. Michael Neville. New Jersey: Princeton University Press, 1989.

DORNELLES, B. Divergências conceituais em torno da comunicação popular na América Latina. Porto Alegre. **Revista Nacional da Associação dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**, Porto Alegre, PUC. v. 12. n. 23. 2007.

DUARTE, A. J. Juventude, movimentos sociais e participação política no Brasil entre os anos de 2013 a 2015. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 884-901, set./dez. 2016.

DURSTON, J. Juventude y desarrollo rural: marco conceptual y contextual. Santiago do Chile: CEPAL, 1998. (Políticas Sociales, 28). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6257/S9800085_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 fev. 2020.

DUQUE, G. DINIZ, P. C. O. Intervenção da sociedade civil organizada com e para agricultura familiar no Nordeste Semiárido: a experiência da Articulação do Semiárido. **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Universidade de Campinas. São Paulo. 2003. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=81&Itemid=171>. Acesso em: 25 mai. 2020.

DUQUE, G.; ARAUJO, M. da G. B. de. O protagonismo da juventude no semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB). **Revista Agrícolas**, AS-PTA. v. 8. N. 1. mar. 2011.

EMBRAPA. **Manual de editoração da EMBAPA**. 4. ed. Brasília, DF: EMBRAPA., 2018. (on-line).

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografias dos estudos culturais. Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

ESCÓRCIO, M. L.; DO SOCORRO DUTRA, E. M. Considerações fenomenológico-existenciais sobre o habitar no semiárido brasileiro. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 24, n. 1, p. 57-65, 2018.

FECHINE, D. Feminicídios são mais de 50% dos casos de assassinatos de mulheres em sete meses de 2020, na Paraíba. G1 Paraíba. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/08/15/feminicidios-sao-mais-de-50percent-dos-assassinatos-de-mulheres-em-sete-meses-de-2020-na-paraiba.ghtml>>. Acesso em: 2 mar. 2021.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FÍGARO, R. Estudos de recepção para a crítica de comunicação. **Revista Comunicação & Educação**: São Paulo. v. 17. p. 37-42. 2000.

FIGUEIREDO FILHO, J. **História do Cariri**. Crato: Faculdade de Filosofia, v.3. 1966. 114p.

FONSECA JÚNIOR, W. C.; WILSON, C. Análise de conteúdo. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes, Lisboa : Centro do Livro Brasileiro, 1972. 260p. [Edição Original publicada em 1969].

FRANÇA, V. Sujeitos da Comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (orgs). **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, p. 19-48, 1989.

FREIRE, P. Educação e mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Extensão ou Comunicação?** ed. 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. ed. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREYRE, G. **Nordeste**. ed. 1, digital. São Paulo: Global. 2013. 266p.

FUNK, F.; BORGES, M. A. SALAMONI, G. Pluriatividade: Uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito – Rio Grande – RS. **Geografia** - v. 15, n. 2, jul./dez. 2006.

FURTADO, C. A Operação Nordeste. Rio de Janeiro: **ISEB/Ministério da Educação e Cultura**. 1959.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADAMER, H. G.. **A herança e o futuro da Europa**. Lisboa: Edições 70, 1998.

GANDAVO, P. de. M. **Tratado da Terra do Brasil**: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 158 p. (Edições do Senado Federal ; v. 100).

GARCIA JUNIOR, A. R. **Sul, o caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989. 285p.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 1999.

GODOI, E. P. de. Terra, territórios e mudança social entre populações rurais. Trabalho apresentado no Simpósio: Novas abordagens para o desenvolvimento das comunidades rurais – do X Congresso Mundial IRSA, Rio de Janeiro, 2000.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONÇALVES, A. O.; ABDALA, M. C. “Na banca do ‘Seu’ Pedro é tudo mais gostoso”: personalidade e sociabilidade na feira-livre. Ponto Urbe [Online], v. 12, p. 1-14, jul. 2013.

GOTTLIEB, L. Da leitura crítica dos meios de comunicação à Educomunicação. **Revista Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 97-113, 2010.

GOMES, G. M. **COMUNICAÇÃO, CULTURA E PARTICIPAÇÃO**: um olhar sobre o uso da comunicação na construção da gestão participativa do desenvolvimento nos territórios do Sisal e Baixo Sul da Bahia. 2005. TCC. (Especialização em Gestão Social para o Desenvolvimento Sustentável)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

GOMES, R.A.L. **A comunicação como direito humano**: um conceito em construção. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

GUINDANI, J. F.; MORIGI, V. Romarias, marchas e tecnologias: as mediações e a midiatização da questão agrária contemporânea. In. MATTOS, M. Â.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 195-218.

GOMES, P. G. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 2. 21 mar. 2016.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. v. 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press. 1984.

HAESBAERT, R.; ARAÚJO, F. G. B. de (Orgs.). **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007, 136 p.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In HAESBAERT, Rogério; ARAÚJO, F. G. B. de (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, p. 33-56, 2007.

HALL, S. "The rediscovery of 'ideology': return of the repressed in media studies". In: GUREVITCH, M., BENNET, T., CURRAN, J. e WOOLLACOTT, J. (orgs.), **Culture, Society, and the Media**, London: Methuen, 1982, p. 56-90.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte, MG: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

_____. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IBGE. Censo de 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2018. 108p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73093>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf> . Acesso em: 06 ago. 2019.

JESUS, R. E. de.; REIS, J. B. dos R. Juventude e diversidade étnicoracial. In. CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. **Cadernos temáticos Juventude Brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

JODELET, D. **La representación social: fenómenos, concepto y teoría**. Espanha: Ediciones Paidós, 1990.

JOHNSON, R. "What is cultural studies anyway?" In: STOREY, J. (org.), **What is Cultural Studies? A Reader**, London: Arnold, 1996 [1986-87], p. 75-114. (Tradução bras.: O que é, afinal, estudos culturais? In SILVA, T. T. da (org.) 1999: *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica.)

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985.

KARNAL, L. **O mundo pós pandemia – relações pessoais**. [Entrevista cedida a] Daniela Lima, Mari Palma, Thaís Herédia e Gabriela Prioli. Canal CNN Brasil, São Paulo, abr. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pDMAfc1ya1M>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e comunicação: interconexões e convergências. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 104, p. 647-665, 2008.

KRIPPENDORFF, K. **Metodologia de análisis de conteúdo**, Barcelona: Paidós. 1990.

LASSWELL, H. "The Structure and Function of Communication in Society" in: BRYSON, L. **The Communication of ideas**. Nova Iorque: Institute for Religious and Social Studies, 1948.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**, tradução. Carlos Irineu da Costa, 2º ed., Editora 34, Rio de Janeiro – RJ, 1995.

LIMA, V. A. Cenários de Representação da Política. In: RUBIM, A. A. C. **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba , 2004.

LÔBO, K. R. G.; NASCIMENTO, V. S. Juventude e identidade: um estudo sobre a construção histórica de pertencimento em jovens. In. **Anais V Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira**. Recife-PE, 2012. (on-line).

LOPES, K. C. D.; DOULA, S. M. Juventude rural na sociedade da informação: a internet e seus usos no brasil. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n.2. 2013. p. 113-132.

MACEDO, E. O radioteatro como instrumento de mobilização da juventude camponesa. **Revista Agriculturas**, AS-PTA. v. 13. n. 1. 2016.

MARQUES, A. C. O.; SILVA, R. L. B. R. O camponês, o rural e o agronegócio—diversas abordagens na geografia agrária brasileira. **Interface**, n. 7, p. 38-46, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. **La comunicación desde la cultura: crisis de lo nacional y emergencia de lo popular**. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, Colima, v. 1, n. 3, p. 45-69, 1987.

_____. **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía**. 4. ed. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1998.

_____. **Oficio de cartógrafo: travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura**. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MARTINS, M. **Juventude e reforma agrária**: o caso do assentamento rural Paz na Terra, RJ. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ. 2008.

MATIAS, J. A. B. Cisterna de placas pré-moldadas. **3º Simpósio Brasileiro de Captação de Água de Chuva no Semi Árido**. Petrolina – PE. 2001.

MARTINELO, A. S. A invenção do Nordeste e outras artes. (Resenha). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 1, jul-dez., 2011.

MEDEIROS, S. S.; CAVALCANTE, A. M. B.; MARIN, A. M. P.; TINÔCO, L. B. M.; SALCEDO, I. H.; PINTO, T. F. Sinopse do censo demográfico para o semiárido brasileiro. **Campina Grande: INSA**, 2012.

METZKER, G. F. R. Educomunicação: o novo campo e suas áreas de intervenção social. In: **Revista Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação–XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste–São Paulo**. 2008.

MORAES, D. de. A comunicação sob o domínio dos impérios multimídias. In: DOWBOR, L. et al. (Orgs). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 13-19.

MORAN, J. M. **Como ver televisão**: leitura crítica dos meios de comunicação. São Paulo: Paulinas, 1991. (Coleção Comunicar).

MOREIRA, G. Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no semiárido. Salvador: Eduneb; Edufba. 2018. 318p.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 22 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MOSCOVICI, S. **Social Representations**. Explorations in social psychology. London: New York University Press, 2001.

MOSCOVICI, S; GUARESCHI, P. A. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOVAES, R. Juventude, religião e espaço público: exemplos" bons para pensar" tempos e sinais. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 184-208, 2012.

PACHECO NETO, M. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial**: conflitos, apresamentos e mitos. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 175p.

PATAC. Relatório Descritivo - Projeto: Agroecologia no Semiárido Brasileiro: Fortalecendo Redes Sociais de Agricultores/as no Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano – Fase II - Nº 233-029-1016ZG. out. 2011 – set. 2012. 2012.

PATAC. Oficina de Cinema incentiva a produção local de audiovisual retratando a realidade do Semiárido. PATAC. jun. 2015a. Disponível em: < <http://patacparaiba.blogspot.com/2015/09/juventude-camponesa-se-destaca-em.html> >. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Juventude Camponesa se destaca em produções audiovisuais. PATAC. set. 2015b. Disponível em: < <http://patacparaiba.blogspot.com/2015/09/juventude-camponesa-se-destaca-em.html> >. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Reforma estatutária do Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades - PATAC, que passa a denominar-se PATAC. Certidão de Reforma Estatutária, 8 de setembro de 2017. **Certidão de Reforma Estatutária**, Campina Grande, p. 1-29, 2017a.

PATAC. Relatório Descritivo Nº 233-029-1021 ZG - Projeto Agroecologia no Semiárido. abr. 2016 – mar. 2017. 2017b.

PATAC. Relatório Descritivo Nº 233-029-1026 Z - Projeto Agroecologia no Semiárido: estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos do clima no combate à desertificação e promoção da soberania e segurança alimentar. abr. 2019 – mar. 2020. 2020.

PEREIRA, R. A. **Impactos ambientais decorrentes das condições antroponaturais no município de São João do Cariri - PB**. Campina Grande: UFCG, 2008. 106p. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, R. A. Semiárido brasileiro: um histórico de secas e degradação socioambiental. **Revista de História Regional**, UEPG: Ponta Grossa v. 17 n. 1. 2012. p. 135-161.

PEREZ-MARIN, A. M; SANTOS, A. P. S. **O Semiárido brasileiro: riquezas, diversidades e saberes**. 1. ed. Campina Grande, Paraíba: Instituto Nacional do Semiárido, 2013. 76p.

PERRUSO, M.A.; ARAUJO, M.S. (Eds.). **Ciência e Política: memórias de intelectuais**. Mauad X-FAPERJ, Rio de Janeiro. 2015.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos//The social movements communication: the exercise of a new perspective on human rights. **Contemporânea**, v. 11, n. 1, p. 161-181, 2013.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2.ed. Editora Feevale, 2013.

PREDIGER, R. P.; SCHERER, L.; ALLEBRANDT, S. Hermenêutica de profundidade e suas possibilidades metodológicas: um levantamento bibliométrico da produção científica com essa metodologia. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. jan-mar.

2018. ISSN: 1988-7833. Disponível em: <
https://www.researchgate.net/publication/323382671_Hermeneutica_de_profundidade_e_suas_possibilidades_metodologicas_um_levantamento_bibliometrico_da_producao_cientifica_com_essa_metodologia>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PUTNAM, R. D. **Jogando boliche sozinho**. Publicações, Braudel Papers, n.10, 1996.

RIBEIRO, P. **Juventude do Semiárido Paraibano participa de formação sobre Cinema**. ASA Brasil. jun. 2015. Disponível em: <
https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=7329 > Acesso em: 20 ago. 2020.

RIBEIRO, W. R. Seca e determinismo: a gênese do discurso do semiárido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências**, 22, 1999. P. 60-91.

RICOEUR, P. **De l'interprétation**. L'Enciclopédie Philosophique, Paris: PUF, 1987.

POMPONET, A. S. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. *Revista Conjuntura & Planejamento*. Salvador, n.162, , jan/mar. 2009. p.58-65.

RODRIGUES, F. de A. ; MOREIRA, F. M. TIC, Dados e Juventude Rural: desafios do contexto atual. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 4, n. 2, p. 15-25, 2018.

RODRIGUES, J. C. Novas perspectivas sobre as identidades de classe. *Revista Forum Sociológico*, n. 23. 2013. p. 41-49.
TV

ROSA, I. C. C. da. **Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil**. 2016. 688 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, F. M. R. **O sertão que a TV não vê: o jornalismo contextualizado com o semiárido brasileiro**. Juazeiro, BA; Teresina: EDUFPI. 2018. 202 p.

SANTOS, L. de F. P. **Comunicação popular e convivência com o semiárido: o caso das comunicadoras e comunicadores populares da Articulação Seminário Brasileiro-ASA**. 2015. 124f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) - Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, Salvador 2015.

SANTOS, A. R. R.; SANTOS, C. A. & Santos, A. R. As relações de poder no semiárido nordestino. **Revista Ambivalências** - UFS, Sergipe, 2 (4). 2014. p. 151-164.

SANTOS, M. J.; DÍAZ CRUZ, R. Innovacion Tecnologica y Procesos Culturales: perspectivas teóricas. Fondo De Cultura Enconimica Us. Edicion Eletrônica. 2015. 283p.

SARAMAGO, V. O Sertão ao redor do mundo: escritos portugueses do século XVI. In. DUTRA E SILVA, S.; SÁ, D. M. de. SÁ, M. R. **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 231-246, 2015.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122, fev. 2003.

SGOTI, S. de M. PERUZZO, C. M. K. A Inter-relação entre Comunicação e Cidadania: os desafios da sua práxis na sociedade pós-moderna marcada pelo consumo. **XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Uberlândia. Minas Gerais. 2015.

SEMIÁRIDO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/semiarido/#:~:text=Significado%20de%20Semi%C3%A1rido,adjetivo%20N%C3%A3o%20exclusivamente%20%C3%A1rido.&text=substantivo%20masculino%20%C3%81reas%20perif%C3%A9ricas%20que,Semi%20%2B%20%C3%A1rido.>>>. Acesso em: 08/09/2020.

SILVA, A. L.; MESSA, F. de C. Tensões e distensões no campo educacional da televisão: o conceito de ecossistema comunicativo na visão latinoamericana. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 12, n. 24, 2013.

SILVA, J. de S. Aridez mental, problema maior: contextualizar a educação para construir o ‘dia depois do desenvolvimento’ no Semi-árido Brasileiro. Seminário Nacional sobre Educação contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido. Campina Grande, **Embrapa/INSA**, 2010.

SILVA, J. B. Discutindo o Rural e o Urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, nº8, p. 3-11, Ago./Dez. 2011.

SILVA, J. F.; NOBRE, F. W. O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, p. 22 - 37, 7 dez. 2016.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Sociedade e estado**. vol.18, n.1-2, pp. 361-385. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922003000100017>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, R. M. A. de. **Entre o combate a seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Brasil, Brasília. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável) – UnB, 2006.

SINGER, P. A Juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In. ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2005. 447p.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.128p.

SPYER. J. Mídias Sociais no Brasil emergente. Londres: **UCL Press**. 2018.

SOARES, I. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**. São Paulo: ECA/USP-Editora Segmento, Ano VII, n. 19. set/dez. 2000.

_____. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, n. 23, p. 16-25, 30 abr. 2002.

SOARES, M. de L. **O sertanejo entre Deus e o Diabo na terra do sol**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SODRÉ, M. **Antropologia do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

STROPASOLAS, V. L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELOS, S. B. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Nead/MDA, 2014. p. 178-199.

TEIXEIRA, L. F. B. **Hermes ou a Experiência da Mediação**. Lisboa: Pedra de Roseta Edições e Comunicação. 2004. p.30-43.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna** - Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 7. ed. Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais - PPGP/PUCRS, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

TRANCOSO, A. E. R., & OLIVEIRA, A. A. S. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. 11(2), 2016. 278-294. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n2/02.pdf>

TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I.; SILVA, A. B. Secas, Desertificação e Políticas Públicas no Semiárido Nordeste Brasileiro. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, 7 (1), 147-164. 2013.

VAN DIJCK, J. **La cultura de la conectividad. Una historia crítica de las redes sociales**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013. p. 11.

VERÓN, E. Esquema para el analisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la Comunicación**. Lima, n. 48, p. 9-17, 1997.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, 42(2), 85-93. 2006.

VILLA, M. A.. **Vida e morte no Sertão**: história das secas no Nordeste nos Séculos IX e XX. 1. ed. São Paulo: Ática, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro? In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. (Coord.). **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. Recife, PE: EDUFPE, 2013. 270p.

WEISHIMER, N. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil**: mapeando o debate acadêmico. Brasília: Nead/MDA, 2005.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina. 2010. 96p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

1. O que significa ser jovem na comunidade/cidade onde você vive?
2. Como você descreve o local em que vive?
3. O que você mais aprecia nesse lugar?
4. O que te desencanta nessa comunidade/cidade?
5. De que modo você se envolve nos assuntos da comunidade/cidade?
6. Caso tivesse poder para isso, quais medidas você tomaria para mudar a comunidade/cidade onde vive?
7. Onde está a maior parte dos seus amigos?
8. O que você mais gosta de fazer na companhia de seus amigos?
9. No que consiste seu divertimento? O que faz no tempo livre?
10. Qual o seu maior sonho?
11. O que é necessário para realizá-lo?
12. Onde pretende viver no futuro?

APÊNDICE 2

Questionário (Google Forms)